

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANÁLISE, PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS  
ESPAÇOS URBANO E RURAL

**TERRITÓRIO, CRIMINALIDADE E TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS  
EM MONTES CLAROS/MG**

PEDRO IVO JORGE GOMES

UBERLÂNDIA-MG

2016

PEDRO IVO JORGE GOMES

**TERRITÓRIO, CRIMINALIDADE E TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS  
EM MONTES CLAROS/MG**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Análise, planejamento e gestão dos espaços urbano e rural.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar de Lima Ramires

Uberlândia/MG

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

G633t      Gomes, Pedro Ivo Jorge, 1976-  
2016      Território, criminalidade e tráfico de drogas ilícitas em Montes  
Claros/MG / Pedro Ivo Jorge Gomes. - 2016.  
220 f. : il.

Orientador: Julio Cesar de Lima Ramires.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em Geografia.  
Inclui bibliografia.

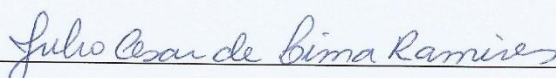
1. Geografia - Teses. 2. Tráfico de drogas - Montes Claros (MG) -  
Teses. 3. Criminalidade urbana - Montes Claros (MG) - Teses. 4.  
Violência urbana - Montes Claros (MG) - Teses. I. Ramires, Julio Cesar  
de Lima. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-  
Graduação em Geografia. III. Título.

---

CDU: 910.1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA****Programa de Pós-Graduação em Geografia****PEDRO IVO JORGE GOMES**

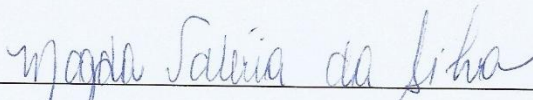
“TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA E TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS EM  
MONTES CLAROS/MG”.



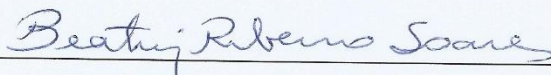
Professor Doutor Julio Cesar de Lima Ramires (Orientador) - UFU



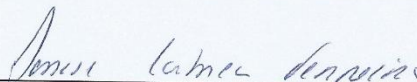
Professor Doutor Miguel Ângelo Ribeiro - UERJ - RJ



Professora Doutora Magda Valéria da Silva – UFG – Catalão - GO



Professora Doutora Beatriz Ribeiro Soares – UFU



Professora Doutora Denise Labrea Ferreira – UFU

Data: 27 / junho de 2016

Resultado: Aprovado com distinção



Para Ana, pela motivação e resiliência.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor e orientador Dr. Julio Cesar de Lima Ramires pela descrição, gentileza, paciência, confiança e principalmente pelo exercício de fazer-me pensar além da lógica argumentativa, sobretudo, de forma provocadora e instigante, próprias de um pesquisador. Obrigado!

Às professores da banca de qualificação, Dr.<sup>a</sup> Beatriz Soares Ribeiro e Dr.<sup>a</sup> Denise Labrea Ferreira pelas sugestões significativas e essenciais para a finalização desta pesquisa.

Aos professores, colaboradores e colegas de turma do doutorado do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

À equipe da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, nas pessoas de João, Yara e Izabel que forneceram suporte e apoio imprescindíveis durante o curso.

Aos colegas de trabalho Alex, Carlos, Diego, Elton, Francisco, Jaime, José Américo, Leony e Marcelo pelas reflexões oportunizadas e pelo auxílio em diversos momentos.

A Nunes, Gildásio e Rômulo pelo amparo com o tempo, fazendo deste uma dimensão relativa e oportuna para cumprir a rotina própria da elaboração de uma tese.

Aos informantes que trouxeram contribuições valiosas, ajudando na construção da pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - FAPEMIG pelo incentivo recebido por meio da bolsa de estudos.

À Gislene, Siqueira e Andréa Jansen do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação pelo suporte administrativo.

À Minha Família pela compreensão nos momentos de ausência e pelo equilíbrio emocional necessário à materialização deste trabalho.

Enfim, a todas aquelas pessoas que, de alguma maneira, com observações e conversas contribuíram para evidenciar algumas das reflexões produzidas no trabalho.

Hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita por alguns e se aplica a outros; que em princípio ela abriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas que, ao contrário do que acontece com as leis políticas ou civis, sua aplicação não se refere a todos da mesma forma; que nos tribunais não é a sociedade inteira que julga um de seus membros, mas uma categoria social encarregada da ordem sanciona outra fadada à desordem.

Michel Foucault

## RESUMO

A violência urbana, manifestamente pública e gratuita, tem mudado o padrão de sociabilidade dos cidadãos. A cidade é um espaço cada vez mais privado da esperança de reduzir os riscos de vitimização, em função do medo da violência que segrega e distancia as classes na expectativa de escamotear esse comportamento. Entretanto, a violência, possui muitas facetas e, de uma forma ou de outra, estará sempre presente enquanto produto do atrito social. É no contexto urbano e utilizando o tráfico de drogas como pano de fundo que este trabalho faz considerações acerca da territorialização da violência em Montes Claros – MG. O objetivo foi analisar a dinâmica do tráfico de drogas ilícitas a partir das concepções de território, observando em que medida a apropriação do espaço contribui para uso da violência, sobretudo, nas disputas interpessoais. Metodologicamente, busca-se a partir de técnicas quanti-qualitativas proceder à espacialização de indicadores criminais, delimitando e hierarquizando territórios da violência no espaço urbano. A partir da abordagem qualitativa procura-se organizar e analisar dados juntos às Polícias Civil e Militar, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, Fundação João Pinheiro e do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM. A parte qualitativa foi introduzida pela oportunidade de miscigenação entre o conhecimento dos informantes da pesquisa e os dados oficiais. A cidade de Montes Claros foi tomada como objeto de observação em função de um conjunto de condicionantes, dos quais se destacaram seu porte médio, sua importância no contexto regional e suas disparidades socioeconômicas. Os resultados apontam para existência de múltiplas territorialidades da violência envolvendo o tráfico de drogas ilícitas no espaço urbano. As disputas territoriais por parte dos traficantes têm vitimado pessoas com características socioeconômicas e origem espacial urbana semelhantes. Na luta pelo poder, territórios são criados e destruídos pelo dinamismo das fronteiras estabelecidas a partir da coesão e/ou ruptura dos interesses dos envolvidos.

**Palavras-chave:** Tráfico de drogas. Território. Violência urbana. Criminalidade. Montes Claros – MG.

## ABSTRACT

Urban violence, manifestly public and free, has changed the standard of sociability of townspeople. The city is an increasingly private space of hopes of reducing the risk of victimization, due to the fear of violence that separates and distances the classes in expectation of concealing this behavior. However, violence has many facets and, in one way or another, will always be present as a product of social friction. It is in the urban context and using drug trafficking as a backdrop that this work raises questions about the territorial violence in Montes Claros - MG. The objective was to analyze the dynamics of illicit drug trafficking from the concepts of territory, observing to what extent the appropriation of space contributes to the use of violence, especially in interpersonal disputes. Methodologically, it seeks from quantitative and qualitative techniques make the spatial distribution of criminal indicators, defining and creating hierarchy territories of violence in urban areas. From the qualitative approach seeks to organize and analyze data together to the Civil and Military Police, Brazilian Institute of Geography and Statistics -IBGE, João Pinheiro Foundation and the System of the Ministry of Health Mortality Information - SIM. The opportunity of miscegenation between the knowledge of the survey respondents and the official data has introduced qualitative part. The city of Montes Claros has been taken as an object of observation due to a set of conditions, which stood its medium size, your importance in the regional context and their socioeconomic disparities. The results point to the existence of multiple territoriality of violence involving the trafficking of illicit drugs in urban space. Territorial disputes by the traffickers have victimized people with socioeconomic characteristics and urban spatial origin similar. The dynamism of the established boundaries from the cohesion and / or rupture of the interests of those involved creates and destroys territories in the power struggle.

**Keywords:** Drug trafficking. Territory. Urban violence. Crime. Montes Claros - MG.

## LISTA DE MAPAS

|  |     |
|--|-----|
| Mapa 1 - Brasil: localização geográfica do estado de Minas Gerais.....                                   | 62  |
| Mapa 2 - Índice de criminalidade violenta em Minas Gerais (2010-2014).....                               | 69  |
| Mapa 3 - Taxa média de homicídios em Minas Gerais (2010-2014).....                                       | 74  |
| Mapa 4 – Taxa de homicídios em Minas Gerais (2010).....  | 75  |
| Mapa 5 - Localização geográfica da cidade de Montes Claros. ....   | 91  |
| Mapa 6 - Identificação da localização dos bairros da cidade de Montes Claros (2014) .....                | 91  |
| Mapa 7 - Expansão urbana da cidade de Montes Claros (1970-2000).....                                     | 97  |
| Mapa 8 - Cronologia da favelização em Montes Claros (1970-2000). ....                                    | 99  |
| Mapa 9 - Localização dos subcentros em Montes Claros (2014).....   | 106 |
| Mapa 10 - Concentração espacial dos crimes violentos em Montes Claros:2010-2014. ....                    | 128 |
| Mapa 11 - Edificações e concentração espacial dos crimes violentos em Montes Claros:2010-2014. ....      | 130 |
| Mapa 12 – Áreas de concentração dos crimes de homicídios consumados em Montes Claros-MG (2010-2014)..... | 138 |
| Mapa 13 – Bairros que concentram os crimes de homicídios consumados em Montes Claros/MG (2010). ....     | 157 |
| Mapa 14 – Locais que concentram os crimes de homicídios consumados em Montes Claros/MG (2011). ....      | 159 |
| Mapa 15 – Crimes de homicídios consumados em Montes Claros/MG (2012).....                                | 164 |
| Mapa 16 - Territórios do tráfico de drogas em Montes Claros (2014).....                                  | 191 |

## LISTA DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 1 - Índice de Criminalidade, por bairros, registrados junto à Polícia Militar em Montes Claros/MG – 2000 a 2014. ....                   | 115 |
| Tabela 2 - Percentual dos crimes violentos por tipo em Montes Claros: 2000-2014.....   | 124 |
| Tabela 3 - Bairros em destaque no registro percentual dos crimes violentos em Montes Claros: 2000-2014.....                                    | 126 |
| Tabela 4 - Crimes cometidos com emprego de armas de fogo e apreensões de armas de fogo em Montes Claros/MG – 2000 a 2014.....                  | 133 |
| Tabela 5 - Bairro de residência das vítimas de Homicídios em Montes Claros (2010-2014). ....   | 142 |
| Tabela 6 - Bairro de residência dos acusados de homicídios em Montes Claros (2010-2014). ....  | 144 |
| Tabela 7 - Bairros onde há um maior número pessoas presas e/ou apreendidas por crimes relacionados a drogas em Montes Claros (2010-2014). .... | 195 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |                                      |
|---|--------------------------------------|
| Gráfico 1 - Brasil: localização geográfica do estado de Minas Gerais.....   | 64                                   |
| Gráfico 2 - Mostra a participação dos territórios na composição do PIB em Minas Gerais em 2013. ....                                | <b>Erro! Indicador não definido.</b> |
| Gráfico 3 - Percentual de crimes, por grupo de delitos, em Minas Gerais – 2000 a 2014. ....   | 70                                   |
| Gráfico 4 - Índice de Criminalidade Violenta em Minas Gerais (2000-2014).....   | 72                                   |
| Gráfico 5 - Índice de crimes relacionados às drogas em Minas Gerais (2000-2014).....  | 76                                   |
| Gráfico 6 - Transição rural urbana em Montes Claros: 1960 – 2010. ....  | 93                                   |
| Gráfico 7 - Cronologia das edificações em Montes Claros (1970-2014).....  | 101                                  |
| Gráfico 8 - Índice de criminalidade registrados junto à Polícia Militar em Montes Claros/MG – 2000 a 2014. ....                     | 112                                  |
| Gráfico 9 - Percentual de crimes, por grupo de delitos, registrados junto à Polícia Militar em Montes Claros/MG – 2000 a 2014. .... | 113                                  |
| Gráfico 10 - Índice de Criminalidade Violenta em Montes Claros/MG – 2000 a 2014.....  | 123                                  |
| Gráfico 11 - Índice de Criminalidade e Índice de Criminalidade Violenta em Montes Claros/MG – 2000 a 2014. ....                     | 132                                  |
| Gráfico 12 - Taxa dos crimes de homicídios em Montes Claros (2000-2014).....  | 135                                  |
| Gráfico 13 - Motivação segundo a polícia para homicídios em Montes Claros (2010-2014). ....   | 146                                  |
| Gráfico 14 - Apreensão de armas de fogo e homicídios em Montes Claros. 2010 a 2014. ...   | 148                                  |
| Gráfico 15 - Crimes de homicídios consumados em Montes Claros/MG (2012). ....   | 163                                  |
| Gráfico 16 - Índice de ocorrências relacionadas a drogas em Montes Claros (2010-2014). ....   | <b>Erro! Indicador não definido.</b> |
| Gráfico 17 - Índice tráfico e posse ou uso de drogas em Montes Claros (2010-2014). ....   | 185                                  |



## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 - Desenho metodológico dos procedimentos da pesquisa.....  | 26  |
| Figura 2 - Procedimentos metodológicos: coleta de dados quantitativos e qualitativos .....                                    | 27  |
| Figura 3 - Técnica de Kernel. Estimção por densidade. ....  | 30  |
| Figura 4 - Esquema da coleta de dados qualitativos – Grupo Integrado de Proteção à Vida...32                                  |     |
| Figura 5 - Esquema da coleta de dados qualitativos –Egressos do sistema prisional. ....                                       | 35  |
| Figura 6 - Arranjo Institucional da Segurança Pública em Minas Gerais. ....   | 44  |
| Figura 7 - Síntese das principais características das vítimas de homicídios em Montes. ....                                   | 141 |
| Figura 8 - Síntese das principais características dos acusados de homicídios em Montes Claros (2010-2014). ....               | 145 |
| Figura 9 - Representação do local em que as disputas pelo tráfico são mais emblemáticas no bairro Conferência Cristo Rei..... | 160 |

## LISTA DE FOTOS

|  |     |
|--|-----|
| Foto 1 – Medidas de segurança adotadas por estabelecimento comerciais nos bairros Edgar Pereira, Carmelo e São Judas em Montes Claros – 2016 .....   | 114 |
| Foto 2 - Vista aérea da Praça Doutor Carlos Versiani, Montes Claros - 2016.....  | 117 |
| Foto 3 - Vista aérea da Praça Doutor Carlos Versiani em direção a Leste com destaque para os bairros São José e São João, Montes Claros - 2016. .... | 118 |
| Foto 4 - Vista aérea do bairro Major Prates, destaque para as ruas Francisco Gaetane e Castelar Prates – Montes Claros - 2016.....                   | 119 |
| Foto 5 - Mosaico da rede comercial nas ruas Francisco Gaetane e Castelar Prates – Montes Claros – 2016.....  | 120 |
| Foto 6 - Fotografia aérea do bairro Ibituruna, destaque para o Todos os Santos e o Centro – Montes Claros - 2016 .....                               | 122 |
| Foto 7 - Vista da parede de umas das casas localizada à rua Santo Inácio, no bairro Conferência Cristo Rei. ....                                     | 166 |
| Foto 8 - Vista da parede de umas das casas localizada à rua Dona Efigênia, no bairro Conferência Cristo Rei. ....                                    | 167 |
| Foto 9 - Vista da região Norte a partir do bairro Morrinhos, com destaque para o Centro, Santa Rita, São José.....                                   | 188 |
| Foto 10 - Fotografia aérea do bairro Conferência Cristo Rei (Montes Claros) – 2016.....  | 196 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AISP - Área Integrada de Segurança Pública  
ASP I e II – Agente de Segurança Pública  
BIRD - Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento  
CINDS - Centro Integrado de Informações de Defesa Social  
COTEMINAS – Companhia de Tecidos do Norte de Minas  
DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde  
ES – Estado do Espírito Santo  
EGRESS – Egressos do Sistema Prisional  
FASI - Faculdades de Saúde Ibituruna  
FJP - Fundação João Pinheiro  
GEOSITE – Ferramenta Computacional de Georeferenciamento Cartográfico  
GPS - Global Position System  
GPV - Grupo de proteção à vida  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IC - Índice de Criminalidade  
ICV - Índice de Criminalidade Violenta  
IDENE – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais  
MG - Estado de Minas Gerais  
OMS - Organização Mundial de Saúde  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PCMG - Polícia Civil de Minas Gerais  
PMMC - Prefeitura Municipal de Montes Claros  
PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais  
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento  
PPGDS – Pós-Graduação em Desenvolvimento Social  
RJ - Estado do Rio De Janeiro  
SEDS - Secretaria Estadual de Defesa Social  
SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública  
SIG - Sistemas Informações Geográficas  
SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade  
SP - Estado de São Paulo  
SPSS - Statistical Package for the Social Sciences  
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
TH - Taxa de Homicídios  
UFU - Universidade Federal de Uberlândia  
UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO.....  | 17  |
| CAPÍTULO I.....  | 24  |
| CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA .....               | 24  |
| 1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA .....             | 25  |
| 1.1 Procedimentos Metodológicos.....   | 25  |
| 1.2 Limitações metodológicas .....   | 36  |
| 1.2.1 Abordagem quantitativa .....   | 37  |
| 1.2.2 Abordagem qualitativa .....  | 46  |
| CAPÍTULO II.....   | 51  |
| 2 VIOLÊNCIA, CRIME E CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS: O CASO DE MINAS GERAIS.....    | 52  |
| 2.1 Violência, crime e criminalidade: localizando o discurso .....             | 53  |
| 2.1.1 Crime e criminalidade como dilemas urbanos .....                         | 58  |
| 2.2 Breves considerações sobre o estado de Minas Gerais.....                   | 62  |
| 2.3.1 Indicadores de criminalidade e violência em Minas Gerais.....            | 67  |
| 2.3 Identificando o território .....   | 77  |
| 2.3.1 Território e Estado .....  | 78  |
| 2.3.2 Espaço, poder e território.....  | 82  |
| 2.4 Montes Claros - MG: uma caracterização socioespacial.....                  | 90  |
| 2.4.1 Expansão urbana e as dinâmicas espaciais .....                           | 95  |
| 2.4.2 Os territórios exclusivos da verticalização e condomínios fechados ..... | 100 |
| 2.4.3 A importância da descentralização e as novas centralidades .....         | 103 |
| CAPÍTULO III .....   | 108 |
| 3 DINÂMICA ESPACIAL E TEMPORAL DA CRIMINALIDADE EM MONTES CLAROS .....         | 109 |
| 3.1 Dinâmica espacial e temporal da Criminalidade em Montes Claros.....        | 109 |
| 3.2 Crimes violentos: dinâmica espacial e temporal .....                       | 123 |

|  |   |     |
|--|---|-----|
| 3.2  | Homicídios consumados: padrões e especificidades.....   | 134 |
| 3.2.1  | Quem são os atores envolvidos nos crimes de homicídios?.....  | 139 |
| 3.2.2  | Motivações para homicídios: olhar dos informantes.....  | 147 |
| CAPÍTULO IV .....  |   | 168 |
| TERRITÓRIOS DO TRÁFICO DE DROGAS EM MONTES CLAROS: A VISÃO DOS<br>ATORES SOCIAIS ..... |   | 168 |
| 4  | DROGAS E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA: O CASO<br>DOS TERRITÓRIOS DO TRÁFICO DE DROGAS EM MONTES CLAROS SOB A VISÃO<br>DOS ATORES SOCIAIS ..... | 169 |
| 4.1  | Conceitualização e histórico sobre as drogas.....   | 170 |
| 4.1.2  | Tipos de drogas e seus efeitos .....  | 176 |
| 4.1.3  | Consumo de drogas ilícitas e suas implicações quanto à violência urbana.....  | 178 |
| 4.2  | Consumo e tráfico de drogas ilícitas: espacialidades e temporalidades .....   | 182 |
| 4.3  | Territórios do tráfico de drogas ilícitas.....  | 189 |
| 4.4  | Perfil dos sujeitos envolvidos .....  | 194 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   |   | 200 |
| REFERÊNCIAS .....  |   | 209 |

## INTRODUÇÃO

A criminalidade e a violência apresentam-se como dois dos principais problemas vividos pela população brasileira no início do século XXI. Trata-se de fenômenos multifacetados que se associam à subjetividade das pessoas manifestando-se de modo desigual sobre o espaço geográfico, fazendo-se presente, ainda que sem uniformidade, em todas as classes sociais.

Apesar de serem tratados pelo senso comum como sinônimos, os termos “crime” e “violência” representam categorias de análise distintas. O crime representa comportamento individual contrário às normas aceitáveis do convívio social, enquanto a violência concretiza a representação de poder.

Ao fazer referência ao crime, Arendt (1994) sinaliza para uma situação de mando e obediência, representando sujeição, subserviência diante de mecanismos coercitivos e opressores. É importante destacar a observação de Durkheim (1963) que explica o crime a partir do fato social normal. Para esse autor, não existem atos criminosos, mas definições sociais para comportamentos reprováveis. Por essa perspectiva, o crime seria uma construção da reprovação social e/ou um subproduto da interação entre os indivíduos. Visto pela ótica do fato social, todos os indivíduos encontram-se suscetíveis à prática de delitos, não sendo possível fazer uma diferenciação entre os criminosos e os não criminosos.

A reflexão sociológica propõe equacionar o problema da identificação de condicionantes da criminalidade a partir da realização de pesquisas de vitimização (MAGALHÃES, 2004; BEATO FILHO, PEIXOTO e ANDRADE 2004; MIRANDA, 2008; MISSE, 2006). Esse tipo de pesquisa evita explicações que buscam separar criminosos de não criminosos, buscando observar variáveis relacionadas à interação social e à postura das vítimas em potencial no cotidiano, visando apontar o contexto em que as pessoas se tornam vítimas de crimes.

Para Zauberman (2008), as pesquisas de vitimização existem em um alcance muito maior do que apenas a mensuração das discrepâncias entre o que é oficialmente registrado pelas intuições de controle social e os fatores realmente sofridos pelas vítimas.

Ao falar sobre a contribuição das pesquisas de vitimização, Miranda (2008) distingue três contribuições principais para sua realização, que são: i) levantar informações sobre os problemas que levam ou não a população a procurar a polícia e outros órgãos (podendo gerar subnotificações); ii) o dimensionamento do sentimento de insegurança,

analisando as possibilidades da relação vítima/autor e suas consequências; iii) a identificação do perfil das prováveis vítimas de crime.

Esses pesquisadores citados são unânimes ao afirmar que esse tipo de pesquisa permite transformar a reação social, ou seja, a reação dos indivíduos contra o crime em objeto de análise, fugindo da fragilidade ideológica dos dados oficiais. Miranda (2008) completa afirmando que as pesquisas desse tipo são especialmente relevantes para a formulação de políticas preventivas, através das quais se permitem traçar mapas de risco, identificar grupos mais expostos à determinados tipos de delitos e estimar a frequência dos pequenos crimes que, por serem mais numerosos, causam uma elevação no sentimento de insegurança da população.

A discussão sociológica que busca salientar as condições em que a criminalidade e seus desdobramentos ocorrem sustenta suas explicações nas condições em que as relações sociais se estabelecem. Essas explicações colocam em segundo plano a importância das categorias de análise geográfica (espaço, região, lugar, paisagem e território), quando não fazem uma abordagem meramente espacial, utilizando essas categorias para evidenciar uma geografia do crime, ou, em outras palavras, uma geografia dos lugares onde os crimes se manifestam.

Esse tipo de discussão apresenta alguns problemas, dos quais dois serão destacados aqui. O primeiro, relacionado à utilização de dados oficiais que expõem a perversão implícita nas práticas policiais ao produzir dados enviesados por procedimentos estigmatizantes. E o segundo é a vinculação das práticas socialmente reprováveis a determinados espaços, como se esses fossem os únicos condicionantes da reprodução de disputas nas relações sociais.

Nesse sentido, para uma observação do ponto de vista geográfico que evite a construção de uma concepção da criminalização dos lugares, o que se propõe com essa pesquisa é uma análise da violência, em sua manifestação criminal, na perspectiva da construção e reconstrução dos territórios, principalmente aqueles que podem ser caracterizados como “territórios da violência”, que se destacam preliminarmente como um espaço de dominação pelo uso do poder na manifestação de atos de violência.

A intenção é promover uma investigação da criminalidade sob a perspectiva do “território usado”, conforme discutido por Milton Santos, (SANTOS et al, 2000) ou da apropriação do espaço na perspectiva de Raffestin (1993), levando-se em conta as concepções de dominação e de apropriação do espaço geográfico, visto que essas observações direcionam para a produção de relações sociais em que há a prevalência da violência sobre o poder. Essa

situação inviabiliza a atuação do Estado e, conseqüentemente, diminui a possibilidade de administração pacífica dos conflitos interpessoais.

Na análise da criminalidade e da violência na perspectiva do território, o trabalho utilizou como pano de fundo a comercialização de drogas ilícitas no espaço urbano da cidade de Montes Claros - MG, por entender que a intencionalidade dos sujeitos envolvidos nessa prática permite identificar de que maneira o espaço é apropriado e fragmentado sob a forma de territórios, bem como, o modo pelo qual se estabelecem as práticas que levam à resolução violenta dos conflitos.

Por se tratar de um fenômeno dinâmico e, portanto, de difícil mensuração em grande escala, opta-se, em primeiro lugar, pela escolha de uma cidade de porte médio e com menor influência das regiões metropolitanas, uma vez que se minimiza a influência que a confluência urbana em grande escala poderia produzir na análise dos dados.

A cidade de Montes Claros está localizada no Norte de Minas Gerais, nessa medida, em segundo lugar, faz-se um recorte espacial para facilitar o entendimento da dinâmica da criminalidade e das relações de poder que permeiam essas práticas na zona urbana. A escolha ocorre pela dinâmica de crescimento repentino e desordenado apresentado, bem como pelos problemas das desigualdades, principalmente, sociais, com destaque para o aumento da violência. Apesar da criminalidade não ser um fenômeno exclusivo em Montes Claros, apresentando recrudescimento no Brasil e em Minas Gerais de modo mais genérico, é na cidade interiorana que seu estudo é mais carente, uma vez que nem todo pesquisador se interessa pelo padrão criminal apresentado por cidades de pequeno e médio porte.

Para ter-se uma ideia do crescimento da violência em Montes Claros nas primeiras décadas do século XXI, faz-se necessária a verificação dos dados sobre mortes violentas do Mapa da Violência no Brasil. Os dados em Minas Gerais, nas cidades com mais de cem mil habitantes entre os anos de 2000 e 2010, apontam que os municípios de Teófilo Otoni e de Montes Claros apresentaram o maior aumento nos percentuais da taxa de homicídios no território mineiro. O município do Vale do Mucuri acumulou um aumento de quase 670% na taxa de homicídios, enquanto a principal cidade do Norte de Minas apresentou um percentual superior a 420% (WAISELFISZ, 2012).

É importante observar em Montes Claros um crescimento significativo dos registros policiais de tráfico de drogas ilícitas, sendo que, paralelamente, ocorre um aumento na quantidade de mortes violentas. Os dados oficiais apontam para um crescimento de quase 600% nos registros de comercialização de drogas a partir dos anos 2000, em que Waiselfisz (2012) assinala a cidade como uma das mais violentas de Minas Gerais.

Esse fato induz, num primeiro momento, a uma relação direta entre o crescimento do número das vítimas dos crimes produzidos por mortes violentas e as disputas de poder pela comercialização de drogas. Ainda que existam outros fatores que influenciem na dinâmica das mortes, esta situação oportuniza a proposta da pesquisa ao permitir uma análise da criminalidade a partir das disputas territoriais pelo poder, a qual pode estar relacionada às disputas por territórios de comercialização de drogas ilícitas.

Outro aspecto relevante que ponderou na escolha da cidade de Montes Claros e não de Teófilo Otoni, foi a alteração da dinâmica cultural estabelecida na cidade do Norte de Minas a partir da segunda metade da década de 1990, quando passou a receber um fluxo significativo de estudantes que buscam acesso ao ensino superior. Além de cidade universitária, Montes Claros se destaca pela disponibilidade de serviços, emprego e renda em relação às demais cidades da região, funcionando como polo de atração de migrantes de várias cidades do Norte de Minas e Sul da Bahia.

Além disso, o aprendizado favorecido pela ampliação do acesso à informação e principalmente entre pessoas experientes na prática de crimes pode ter facilitado trocas entre os indivíduos de modo a favorecer mudança no padrão comportamental e cultural em Montes Claros.

Não se pretende com essa alegação afirmar que os estudantes são responsáveis pela escalada da criminalidade. O que se procura revelar é que novos hábitos contribuem para um processo de mudança social e reestruturação de valores que podem mudar o comportamento dos indivíduos.

Uma reflexão possível neste contexto é a oportunidade criada pelo aumento da demanda de drogas ilícitas para atender um maior número de possíveis jovens consumidores. A disputa por mercado em expansão, o entusiasmo, o envolvimento de pessoas comuns diante do sucesso financeiro de alguns traficantes e a necessidade de custear o vício são algumas das hipóteses que permitem posicionar os jovens como contribuintes para mudança da dinâmica cultural da cidade.

A conversão no padrão cultural pode ser considerada uma das variáveis que contribui para mudança nos laços de solidariedade até então típicos de uma cidade pequena, passando para uma (re)estruturação de valores, costumes e hábitos típicos de uma cidade grande que, apesar de vinculados ao processo de industrialização, fortaleceram-se com a chegada dos migrantes.

Ao incorporar novos atores, a cidade incorpora novas sociabilidades trazidas pelos migrantes, inclusive práticas e comportamentos que antes não existiam ou eram pouco



significativos. Essa dinâmica pode ter garantido à cidade de Montes Claros características que permitem fazer uma análise das complexas relações que envolvem as disputas no espaço urbano, em escala reduzida, evitando, assim, a dinâmica de grandes centros, os costumes e os hábitos de uma cidade pequena, como é o caso de Teófilo Otoni.

Ao pensar em uma delimitação temporal que justificasse a escolha do período, algumas inquietações surgiram, tais como: saber por que alguns espaços são privilegiados em detrimento de outros e analisar o porquê de existirem oscilações de incidência dos crimes ao longo dos anos. Essas constituíram duas reflexões iniciais sobre a amplitude temporal considerada. Deste modo, opta-se pelo período compreendido entre 2000 e 2014 pela possibilidade de fazer-se um recorte do ponto de vista histórico, permitindo conhecer o comportamento longitudinal da criminalidade e da violência em Montes Claros.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo geral analisar a dinâmica do tráfico de drogas ilícitas a partir das concepções de território, observando em que medida a apropriação do espaço contribui para uso da violência nos conflitos sociais. Especificamente, pretende-se: i) estabelecer relações entre a espacialização dos delitos criminais e territórios do tráfico de drogas na cidade de Montes Claros, ii) identificar a área de atuação dos distintos grupos que exercem o tráfico de drogas ilícitas, territorializando sua área de influência; iii) construir uma possível hierarquização do território a partir das áreas de atuação das facções criminosas em Montes Claros e iv) estabelecer relação entre a espacialização dos delitos criminais, os territórios do tráfico de drogas e as transformações socioespaciais na cidade de Montes Claros.

Diante desse contexto e das limitações de algumas análises realizadas sobre o problema da criminalidade e da violência é que esta pesquisa propõe analisá-las do ponto de vista geográfico, considerando a concepção da constituição de territórios da violência, a ponto de responder ao questionamento central, a saber: no contexto socioespacial urbano montesclarenses, as concepções teóricas sobre território são capazes de explicar a constituição de espaços de comercialização do tráfico de drogas ilícitas associada à violência exercida por criminosos? Como subquestões têm-se: i) Quantas e quais são as facções criminosas que atuam na cidade de Montes Claros e como esses grupos exercem a violência na construção de seus territórios? e ii) quais são os desdobramentos da violência exercida pelas disputas no comércio ilegal de drogas ilícitas e como o poder público enfrenta esse problema?

O texto encontra-se organizado em quatro capítulos, além desta introdução que busca caracterizar o objeto de pesquisa e estabelecer algumas delimitações.

O primeiro capítulo traz as considerações metodológicas sobre a realização da pesquisa, abordando os procedimentos e limitações. Nesta parte estão descritos detalhadamente os procedimentos que envolvem revisão de literatura, coleta de dados em fontes primárias e secundárias, organização e tabulação dos dados. Para facilitar a compreensão privilegia-se o uso de resumos esquemáticos com a finalidade de auxiliar o entendimento da execução operacional da pesquisa.

No segundo capítulo, apresenta-se um recorte teórico sobre as distintas concepções de violência, direcionando para definição de crime e criminalidade. Por opção metodológica essas definições foram utilizadas para contextualizar a violência. Além disso, esse capítulo contextualiza alguns indicadores socioeconômicos do estado de Minas Gerais, fazendo uma abordagem inicial sobre relevo, clima e vegetação, além de informações sobre população, economia, demografia e algumas questões sociais. Posteriormente, são apresentados indicadores de criminalidade, buscando situar o estado em relação a outros estados brasileiros. A seguir, contempla uma abordagem sobre delimitações e tipologias classificatórias de território, tendo em vista a necessidade de compreender a apropriação do espaço por parte dos traficantes. E, por fim, apresenta-se o processo de formação socioeconômica e espacial da cidade de Montes Claros, com destaque para os processos e formas socioespaciais urbanas como descentralização e formação de núcleos secundários, refuncionalização de alguns bairros, verticalização e favelização, que foram explorados pela proximidade com dinâmica da violência em Montes Claros.

O terceiro capítulo contempla uma discussão sobre a dinâmica espacial e temporal da criminalidade em Montes Claros, utilizando-se de indicadores de criminalidade, como forma de contextualizar e apontar alguns argumentos para o comportamento da violência no espaço e no tempo na cidade. São explorados além dos territórios de influência de determinados crimes, o perfil socioeconômico dos envolvidos nos crimes de homicídios e as motivações para os crimes com base nas informações da Secretaria Estadual de Defesa Social (SEDS).

No quarto capítulo privilegia-se a construção de uma tipologia dos territórios do tráfico de drogas a partir das informações colhidas na abordagem qualitativa com os informantes da pesquisa. Para melhor aproveitamento das narrativas dos sujeitos entrevistados, as informações sobre os territórios do tráfico foram construídas, com auxílio de dados da SEDS sobre crimes envolvendo uso e tráfico de drogas na cidade. Nessa parte é possível identificar o perfil dos envolvidos, indícios das motivações para o envolvimento com o tráfico, valores movimentados por alguns traficantes, dentre outros aspectos relevantes.

Na parte final, assentam-se as considerações nas quais estão sintetizadas algumas informações sobre a pesquisa. Destaca-se a influência que processos e formas espaciais urbanas, em especial a descentralização e a formação de núcleos secundários, verticalização e favelização, exercem na transformação socioespacial que favorecem os custos de oportunidade para a prática de delitos. Em outra vertente, evidencia-se a influência do comércio de drogas, das desigualdades e vulnerabilidades sociais nas disputas violentas entre indivíduos de perfil socioeconômico semelhante que se alternam ora como vítimas, ora como autores na defesa das territorialidades do tráfico.

## **CAPÍTULO I**

### **CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

## **1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

A escrita de uma tese, assim como a realização de uma pesquisa, pressupõe que o pesquisador fará um conjunto de escolhas, as quais ele acredita serem melhores para analisar e para compreender o seu objeto de estudo. Todavia, nem sempre se tem ao final da escrita a sensação de que o caminho estabelecido é aquele que melhor permite investigar seu objeto. Pelo contrário, o caminho inicial permite perceber que as alternativas são ilimitadas, apontando para a existência de inúmeras outras possibilidades que poderiam representar maneiras significativamente importantes de olhar-se e de interpretar-se o objeto de pesquisa, que por algum motivo não puderam ser contempladas.

Como forma de apontar a complexidade em torno de uma pesquisa, vale ressaltar o que Milton Santos nominou de “Fatos Geográficos”, o que pressupõe a dualidade presente na concepção científica da Geografia. Aquela, que direciona, por um lado, a importância de uma abordagem holística de fenômenos geográficos e que, por outro, reconhece que a realidade social está além da capacidade do processo de pesquisa socioespacial que envolve sucintamente etapas de identificação, abstração, compreensão e análise dos fenômenos.

Refletir inicialmente sobre essas questões é reconhecer as limitações metodológicas da pesquisa, sinalizando para a necessidade de considerar a importância das opções metodológicas como procedimentos iniciais de trabalho e não como um roteiro finalístico a ser seguido na praxe investigativa.

Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo apresentar e discutir algumas opções metodológicas adotadas, salientando os percalços encontrados no desenvolvimento da pesquisa.

### **1.1 Procedimentos Metodológicos**

A metodologia e as atividades necessárias para a realização desta pesquisa foram construídas buscando alcançar o objetivo geral proposto.

Com a finalidade de examinar a dinâmica do tráfico de drogas, a partir das concepções de território, opta-se por uma proposta quantiquantitativa, considerada importante na visão de Demo (1995, p. 231), uma vez que

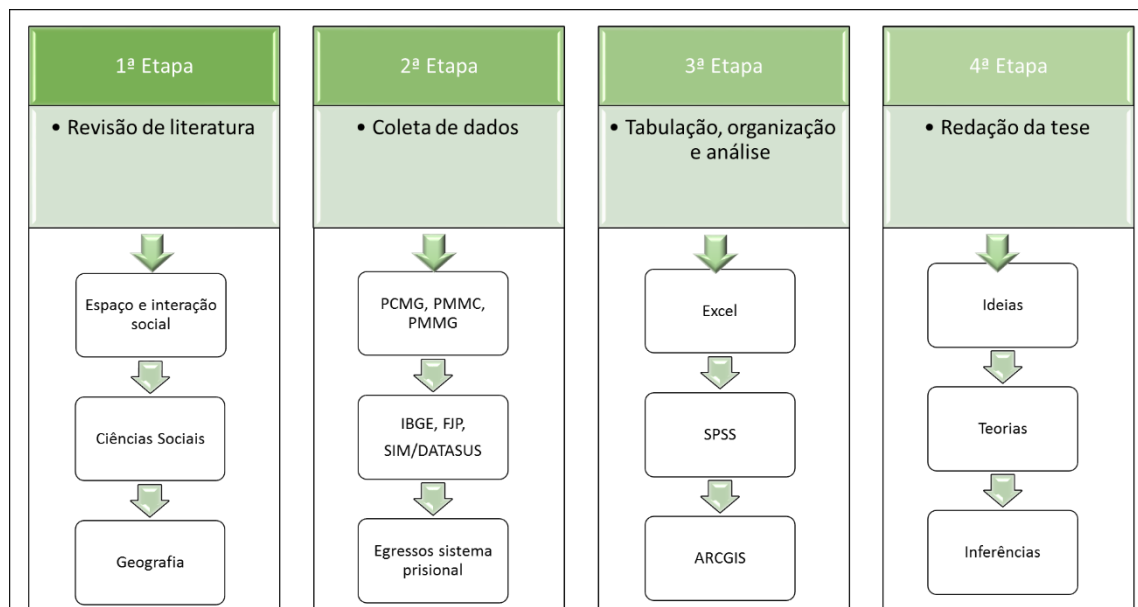
embora metodologias alternativas facilmente se unilateralizem na qualidade política, destruindo-a em consequência, é importante lembrar que uma não é maior, nem melhor que a outra, ambas são da mesma importância metodológica, e, portanto, complementares.

Essa proposta tem por finalidade levantar informações que aproximem o pesquisador do estoque de conhecimento daqueles que estão diretamente envolvidos com a espacialização do tráfico de drogas.

A ideia de utilizar-se um procedimento do tipo quantiquantitativo é em função da busca de complementação do processo de análise das informações, uma vez que, se por um lado a manipulação quantitativa dos dados representa maior probabilidade de representação da realidade social, por outro, a proposta qualitativa permite um melhor entendimento sobre algumas particularidades que podem ser invisíveis do ponto de vista quantitativo.

Do ponto de vista metodológico operacional as ações que deram origem à pesquisa foram divididas em quatro partes: revisão de literatura, coleta de dados, tabulação organização e análise de dados e, finalmente, a redação da tese, conforme pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 - Desenho metodológico dos procedimentos da pesquisa.



Org. GOMES, P. I. J, 2015.

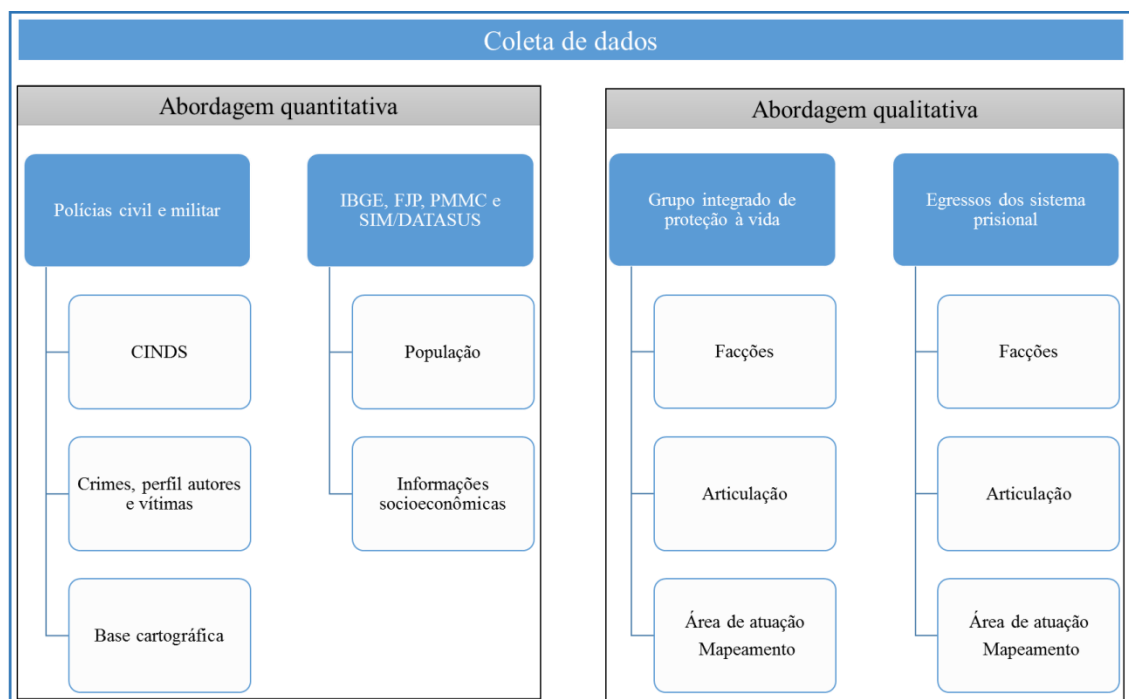
A primeira etapa reúne as atividades de pesquisa bibliográfica sobre os temas relacionados à criminalidade: o crime, a violência, o território e o tráfico de drogas ilícitas. A

revisão de literatura contempla a análise da reflexão sobre a criminalidade e a violência do ponto de vista geográfico e sociológico, como forma de estabelecer um diálogo entre autores e ciências sobre o objeto de estudo.

A segunda parte volta-se para realização de levantamento de dados primários e secundários, com abordagens quantiquantitativas, conforme sintetizado na Figura 2, que contribuíram para análise do objeto de estudo. Nessa etapa, utiliza-se os dados para contextualização da violência conseguidos junto à Polícia Civil do estado de Minas Gerais (PCMG) e à Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), por intermédio do Centro de Informações Integradas de Defesa Social (CINDS) e Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/DATASUS), bem como outros indicadores socioeconômicos da cidade de Montes Claros, conseguidos junto à Fundação João Pinheiro (FJP) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sendo aproveitada ainda uma base cartográfica disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Montes Claros (PMMC), utilizada na espacialização dos dados/informações coletadas e organizadas.

A Figura 2 mostra os procedimentos metodológicos utilizados na coleta de dados quantitativos e qualitativos.

Figura 2 - Procedimentos metodológicos: coleta de dados quantitativos e qualitativos



Fonte: GOMES, P. I. J., 2015.

No período de 2010 a 2014, foram acessados ainda um conjunto de informações quantitativas do Grupo de Proteção à Vida (GPV), que comparece obrigatoriamente, logo após a ocorrência de homicídios na cidade de Montes Claros, com o objetivo de coletar informações que auxiliem no estabelecimento da autoria e motivação do delito. Essas informações muitas vezes se perdem, principalmente, quando existe algum tipo de vinculação da morte com o tráfico de drogas pelo receio de represália das testemunhas.

Destaca-se que a criação desse grupo aconteceu em 2008, uma vez que, no ano anterior, a cidade havia experimentado aumento significativo de mortes violentas. Antes de 2008, as informações qualitativas levantadas pelos policiais que faziam o atendimento e o registro dos homicídios não eram sistematizadas de modo a permitir qualquer tipo de abstração documental. O GPV surge como uma estratégia de refinamento de informações, objetivando a elucidação dos crimes e a diminuição das mortes.

As informações do GPV são coletadas por policiais à paisana, sem que haja a necessidade de identificação das testemunhas. Os próprios policiais que levantam esse tipo de informação reconhecem que, se por um lado, elas são importantes para orientar os ritos investigativos e processuais do trâmite judicial, por outro, elas nem sempre carregam embasamento suficiente para identificar a motivação e a autoria no resultado final do processo. Por questões didáticas a parte qualitativa da coleta de dados será detalhada após o delineamento da quarta fase, em que serão narradas algumas questões sobre a construção da tese.

A terceira parte dos procedimentos metodológicos baseia-se na tabulação, organização e análise dos dados coletados. Nessa etapa, no que se refere aos dados sobre a criminalidade, levantados junto às Polícias Civil e Militar, opta-se inicialmente pelo levantamento de crimes violentos, homicídios e crimes envolvendo a comercialização e uso de drogas.

Com o levantamento desses crimes, busca-se identificar, quantificar e espacializar crimes e áreas de atuação das facções criminosas, tentando identificar se há aproximação entre eles, mediante a utilização de tabelas, gráficos e mapas.

Após a coleta, os dados foram organizados utilizando o Microsoft Office®, como pacote estatístico Microsoft Excel®, versão 2010, e posteriormente foram manipulados com o auxílio do pacote estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), na versão 20.0, um conhecido Pacote Estatístico para as Ciências Sociais.

Os dados oficiais das polícias serviram para quantificação e espacialização de delitos e para relacionar áreas em que há prevalência de determinados crimes relacionados



com o tráfico de drogas. A fim de estabelecer essa relação, os dados oficiais foram levantados com sistemas de coordenadas geográficas junto ao CINDS e plotados inicialmente em uma base cartográfica da Polícia Militar.

O georreferenciamento da base que serve como referência para a extração de coordenadas durante o registro das ocorrências policiais é feito a partir do cadastro dos pontos de mercado, ou seja, das edificações que são cadastradas uma a uma, com a utilização de um aparelho Global Position System (GPS). Posteriormente à coleta, as informações são cadastradas em laboratório em um sistema denominado Geosite, que contém a base cartográfica de todas as cidades do estado de Minas Gerais. A atualização desse sistema é que permite a extração de informações georreferenciadas, essenciais à elaboração de mapas de densidade utilizados nesta pesquisa.

A base cartográfica disponibilizada pela Polícia Militar de Minas Gerais apresentou alguns problemas de descontinuidade da área urbana, sendo necessária a substituição dela por outra base utilizada e cedida pela seção de planejamento urbano da Prefeitura Municipal de Montes Claros. Essa base cartográfica digital está atualizada até 2014, representada em uma escala numérica de 1:10.000.

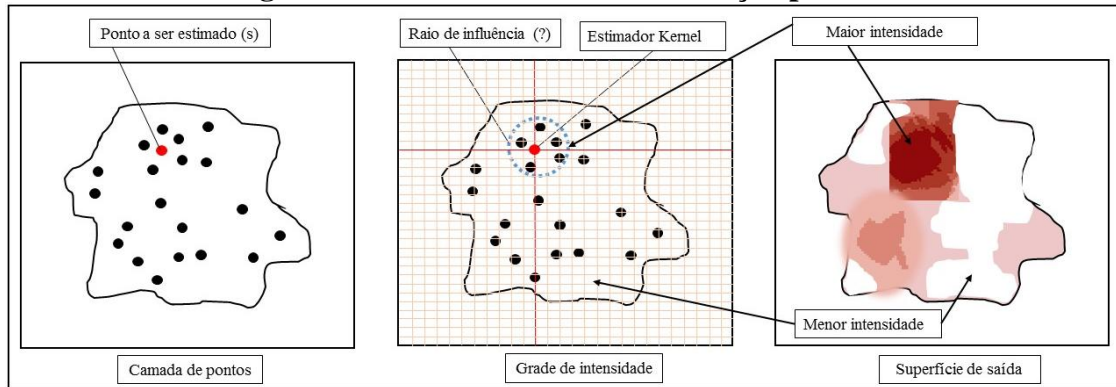
A partir da referida base cartográfica digital, foram utilizadas técnicas de Geoprocessamento para o mapeamento dos crimes, dos territórios da violência e das facções criminosas, pelo *software* ArcGIS 9.3 (ESRI, 2006). Essa ferramenta permite fazer associação entre os dados oficiais e as distintas compreensões sobre o território das facções, aquela informada pela categoria dos profissionais de segurança pública e outra dos egressos do sistema prisional.

Para melhor representação espacial dos indicadores de criminalidade privilegiados, a elaboração dos mapas foi realizada com técnica a matriz de proximidade, ou seja, utilizando a função do estimador por densidade, conhecidos por mapas de Kernel. Essa técnica foi privilegiada pelas limitações apresentadas nos mapas de pontos, que para os casos de reincidência em endereço exato, dificultam a identificação de áreas onde há saturação, devido à sobreposição das informações mapeadas.

A técnica de Kernel é um método analítico de concentração espacial de pontos. Sendo que na prática a técnica calcula a intensidade dos eventos em uma área de influência, fazendo uma representação baseada em concentração espacial, conforme pode ser observado na Figura 3 (BAILEY; GATRELL, 1995). Silverman (1986) argumenta que o estimador de Kernel desenha uma área circular ao redor do ponto amostral, correspondendo ao raio de influência e sobre esse desenho circular aplica-se uma função matemática que assume o valor

um na posição do ponto Kernel e zero na fronteira da área circular que foi delimitada. Assim, o valor da célula corresponderá então à soma dos valores Kernel sobrepostos, divididos pela área de cada raio da base de dados dos pontos de interesse.

**Figura 3 - Técnica de Kernel. Estimação por densidade.**



Org. GOMES, P. I. J, 2015.

A análise espacial pela técnica de Kernel permite a construção de arquivos no formato raster em cores graduais. Opta-se por uma classificação em sete classes e em tons de vermelho por entender que essa representação foi a mais adequada metodologicamente à observação proposta. As áreas em vermelho mais intenso representam os locais onde há maior concentração de eventos, reduzindo de acordo a diminuição da intensidade da pigmentação. As áreas em branco representam, para algumas situações, ausência de casos e para outros um ou dois casos num mesmo raio. Isso ocorre em virtude da necessidade de estabelecer parâmetros como raio e tamanho do pixel das imagens diferentes, em função da saturação difusa para os casos dos crimes de homicídios, de um lado e da saturação mais intensa de crimes e crimes violentos, de outro.

A quarta parte da primeira etapa do desenho metodológico da pesquisa é a elaboração da tese. Nessa etapa, uma dificuldade encontrada é a articulação entre as informações oficiais coletadas a partir das técnicas quantitativas com a parte qualitativa realizada por meio de pesquisas em profundidade com informantes específicos. A organização das informações de modo a compatibilizar o discurso com os dados oficiais nem sempre é um processo coroado de êxito, pelo contrário, as pluralidades e singularidades observadas na articulação das informações estimulam a formulação de hipóteses que nem sempre podem ser testadas.

A abordagem qualitativa que constitui o detalhamento da segunda etapa do desenho metodológico caracteriza-se por entrevistas em profundidade com sujeitos imersos no universo analisado. Para construção de uma tipologia dos territórios de poder e da violência foram consideradas as informações sobre criminalidade e as entrevistas com informantes (Anexos “A” e “B”). As narrativas dos entrevistados foram instigantes, permitindo o exercício de inferências que, em alguns casos, podem ser materializados em construções explicativas significativas do ponto de vista dos objetivos da pesquisa.

Para contextualizar as narrativas dos informantes da pesquisa, preservando a identidade dos envolvidos, foram atribuídos códigos com dois caracteres, que possuem significados específicos. O primeiro é um algarismo romano e identifica uma determinada facção. O segundo é uma letra do alfabeto e representa a hierarquia dos indivíduos dentro da facção. Por exemplo, o envolvido “IA” representa a facção “I” e a letra “A” significa que esse personagem é o chefe da facção. Por essa lógica, o envolvido “IC” pertence à facção “I” e representa a terceira pessoa em termos de importância para a facção.

É lícito salientar que essa tipologia foi construída a partir da organização das informações disponibilizadas pelos sujeitos da pesquisa e não representa, portanto, uma forma de hierarquização dos grupos identificados. A tipologia foi utilizada por questões didáticas para uma organização lógica da exploração das narrativas.

Para o levantamento das informações específicas sobre o tráfico de drogas foram escolhidos dois roteiros de pesquisas. O primeiro constituído por agentes de segurança pública e o segundo por egresso do sistema prisional, conforme foi demonstrado na Figura 2.

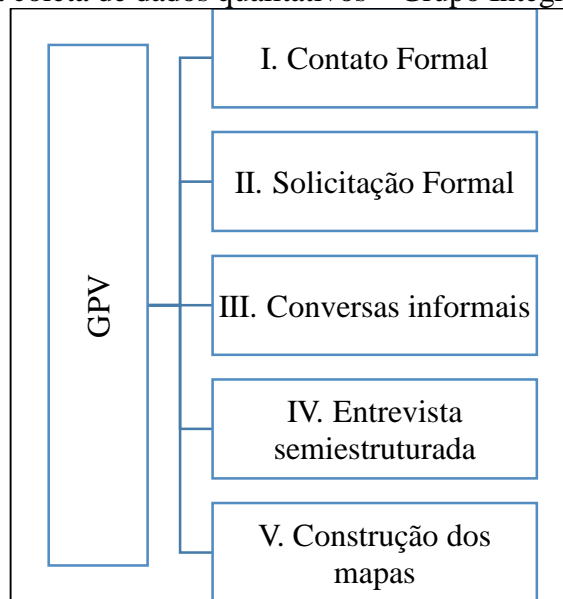
O primeiro grupo, contou com a colaboração de dois policiais que atuam no serviço de inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais, no Grupo de Proteção à Vida. A operacionalização dessa etapa pode ser separada em dois momentos distintos. No primeiro, foi realizado contato prévio e informal com os militares do serviço de inteligência na expectativa de identificar um ou mais policiais que possuíssem conhecimentos sobre o surgimento das facções, bem como sua área de influência e que quisessem participar espontaneamente da pesquisa.

Após o contato inicial, três, dos sete policiais existentes no grupo se disponibilizaram a participar. Entretanto, ao realizar contato formal com a instituição, apresentando o projeto de pesquisa e esclarecendo seus objetivos, dois policiais foram indicados para prestar as informações necessárias. Desses dois policiais, um estava entre os três que inicialmente se propuseram a participar espontaneamente. O outro, não havia sido contatado no momento em que a visita inicial foi realizada. No segundo momento, a coleta de

informação dos informantes policiais ocorre por meio da realização de outras visitas e da aplicação de técnicas que envolveram observação participante e entrevista semiestruturada.

A parte que envolve a coleta de dados dos agentes do GPV foi estruturada em cinco momentos distintos, sintetizados na figura 4. O primeiro foi o contato informal para identificar os informantes. O segundo marcado pela solicitação formal à Polícia Militar em Montes Claros. O terceiro e quarto momentos marcados por conversas informais, após a autorização formal, em que foram abordados aspectos diversos à atividade policial no tocante às dificuldades institucionais, às fragilidades da persecução criminal, à política, à economia, ao futebol, à carreira, enfim, a assuntos diversos que foram naturalmente abordados e interrompidos, em função do exercício de atividades administrativas diversas durante o plantão dos policiais.

Figura 4 - Esquema da coleta de dados qualitativos – Grupo Integrado de Proteção à Vida.



Fonte: Org. GOMES, P. I. J, 2015.

Sendo assim, foi utilizada uma estratégia que explorou o contato informal em um primeiro momento pelo receio de que os policiais acreditassem que a pesquisa poderia representar uma avaliação institucional do serviço desenvolvido pelo grupo. Nesse sentido, a estratégia de explorar a informalidade nas conversas iniciais sustentou-se na necessidade de se estabelecer uma aproximação e uma relação de confiança para que, durante a coleta das informações, os policiais envolvidos se sentissem mais à vontade, transformando-se em verdadeiros informantes para a pesquisa. Uma dessas impressões culmina na inserção de

questionamentos na entrevista semiestruturada, como foi o questionamento da motivação das mortes violentas nos últimos cinco anos na cidade.

Na etapa seguinte, ou seja, no quarto momento, foi utilizada uma entrevista semiestruturada com observação participante. Sobre esta técnica convém ressaltar que ela pode assumir diversas formas. Gold (1958) propõe uma classificação a partir do envolvimento do pesquisador com o campo dividida em quatro tipos: I) participante total; II) participante como observador; III) observador como participante e IV) observador total. A que mais se ajusta ao modelo executado foi a definição II, participante como observador, na qual o pesquisador propõe uma relação limitada com o grupo em relação às atividades desenvolvidas; a participação é profunda, observando-se informalmente rotinas e vivências importantes.

A observação participante aliada à entrevista possibilitou a interação social, por meio de uma abordagem dialética. Haguette (1995) afirma que a entrevista ocorre quando o entrevistador, utilizando um roteiro em torno de um tema, obtém informações do entrevistado. Minayo (1994) acrescenta que esse tipo de instrumento permite obter informações livremente da fala dos entrevistados, da qual transparecem valores, normas e símbolos implícitos no grupo.

A entrevista semiestruturada mostrou-se uma opção relevante, na medida em que permite que o entrevistado detalhasse sua experiência e impressão, a partir de respostas espontâneas, sob o foco do trabalho. O instrumento mostrou-se flexível à incorporação de novas questões a partir da fala do entrevistado. A participação livre permite ainda conhecer um pouco da perspectiva dos policiais acerca do seu trabalho, da manifestação da violência e da perseguição criminal. Outro aspecto relevante foi a riqueza de detalhes no que diz respeito a nomes dos envolvidos, suas vinculações, articulações e a representações simbólicas manifestamente violentas, no que se refere às disputas que envolvem o tráfico de drogas. Essa etapa do processo foi realizada separadamente em locais de interesse dos entrevistados e durou três horas com o primeiro informante e duas horas com o segundo.

A última etapa do processo de coleta de informações com os policiais do GPV foi marcada por uma dinâmica que procurou estimular os policiais a estabelecer o contorno das áreas de atuação das facções. Para isso, utilizou-se uma projeção do Google Earth, em que os policiais foram indicando os bairros pertencentes às facções envolvidas no tráfico de drogas, segundo convicções formadas a partir de sua experiência profissional. Essa etapa do processo durou aproximadamente uma hora e meia, uma vez que, em alguns pontos específicos houve

discordância entre os informantes sobre a área de influência de um dos grupos em relação ao tempo analítico. Fato que ocorre em função da efemeridade das fronteiras do território.

Com o objetivo de preservar a identidade destes sujeitos, foram atribuídos signos específicos para simbolizar cada um dos informantes. Um dos policiais foi representado pelo signo “Informante ‘C’” e o outro pelo “Informante ‘D’”. O informante “ASP 1” é um profissional de 36 anos de idade, solteiro, não possui filhos e conta com 17 anos de experiência como policial. O Informante “ASP 2”, possui 40 anos, é casado, possui filhos e conta com mais de 23 anos de experiência profissional com policial.

O segundo grupo de informantes, representado por egressos do sistema prisional, é composto por cinco indivíduos das duas principais facções criminosas que comercializam drogas na cidade. Três de uma facção e dois de outra. Essa quantidade de entrevistados foi escolhida em função da disponibilidade, tendo em vista a dificuldade de encontrar sujeitos dispostos a participar e envolvem mediadores responsáveis pela interlocução entre o pesquisador e os informantes.

Após um contato prévio e informal, com um mediador, os egressos foram identificados em uma lista. Dois deles estavam em progressão de regime e prestavam serviços em um órgão público, um é ex-integrante de uma clínica de desintoxicação e encontra-se desocupado, e os outros dois cumpriram suas penas e encontram-se em processo de reinserção social. Destes, um é mecânico e o outro trabalha em uma barbearia.

Foi estabelecido um contato prévio e individual com cada um dos envolvidos, momento em que foram explicados tecnicamente os objetivos da pesquisa principalmente no que diz respeito à possibilidade de identificação de áreas exclusivas de comercialização de drogas ilícitas em Montes Claros. O contato prévio possibilita a percepção de que os indivíduos não fazem uma leitura muito precisa da área real de cada facção. Existem áreas que realmente são exclusivas e outras que eles acreditam ser de um ou de outro grupo.

As datas para um segundo contato com dois dos entrevistados chegaram a ser marcadas para fevereiro de 2015, entretanto, foram desmarcadas em virtude do falecimento de um dos egressos. O egresso morto não estava com a entrevista marcada, mas estava entre os sujeitos selecionados e de quem se imaginava conseguir informações relevantes, em função do histórico apresentado nos meios policiais. Em função desse fato essa etapa foi suspensa e um novo indivíduo foi identificado e contatado, mediante um dos sujeitos.

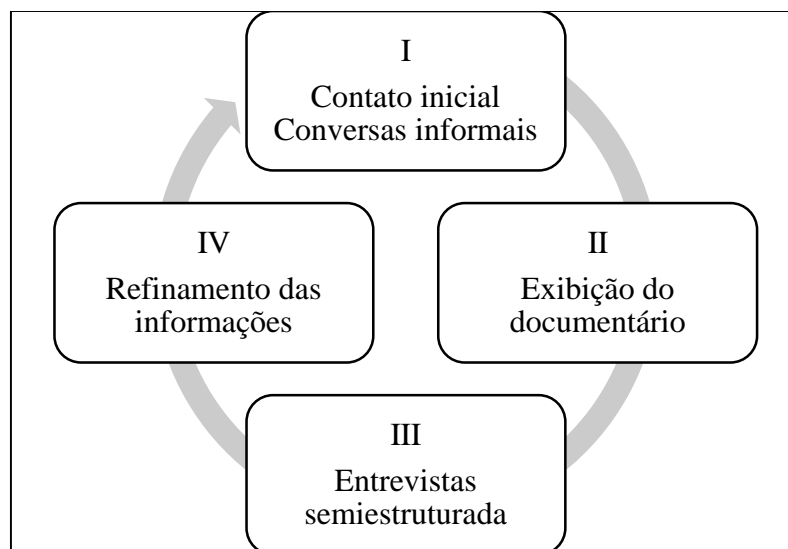
A estratégia para se extrair o estoque de conhecimento dos egressos foi diferente daquela utilizada junto aos profissionais de segurança pública. Por se tratar de um assunto melindroso e diante da inexistência de laços de confiança, buscou-se por meio de um vídeo

sobre a questão da violência e do tráfico de drogas estabelecer um canal de comunicação entre os informantes.

Para imersão foi escolhido o documentário “Notícias de uma Guerra Particular”<sup>1</sup>, que ao abordar a temática do tráfico, no contexto carioca, evidencia os discursos da violência a partir de perspectivas diferenciadas que envolvem traficantes, moradores e policiais.

A sistematização dessa etapa com os egressos foi organizada em 04 fases, conforme pode ser observada a Figura 5 que faz um detalhamento do processo a seguir. Os procedimentos foram realizados em separado, uma vez que os informantes não sabiam da existência uns dos outros. Esse procedimento ocorre para garantir o sigilo e uma possível identificação dos informantes.

**Figura 5 - Esquema da coleta de dados qualitativos – Egressos do sistema prisional.**



Org. GOMES, P. I. J, 2015.

Na primeira fase foi marcado um contato inicial com os informantes que ocorre com a sensibilização dos envolvidos. Na oportunidade fez-se um detalhamento da proposta do projeto, com foco explicativo para o objetivo geral. Nessa data, foi marcado um novo encontro em uma sala alugada para exibição do documentário.

<sup>1</sup> Documentário brasileiro produzido em 1999, por João Moreira Salles. Retrata o cotidiano dos traficantes e moradores da favela Santa Marta, no Rio de Janeiro, fazendo um paralelo com a rotina de policiais. O documentário permite pensar a dinâmica das drogas, da criminalidade e da segurança pública considerando a perspectiva dos traficantes, dos moradores e dos policiais. Notícias de uma Guerra Particular. Direção de João Moreira Salles e Kátia Lund. Vídeo Filmes. Brasil, 1999. 1 DVD (57 min), som, color.

Na segunda etapa, antes de iniciar o vídeo, procurou-se estabelecer uma relação de confiança abordando assuntos diversos do cotidiano como: futebol e política. Depois da exibição do documentário, estabelece-se um diálogo em que algumas narrativas foram coletas para utilização na pesquisa. O informante identificou semelhanças em questões relacionadas à proteção dos pontos sobre a comercialização de drogas com uso da violência, abordadas no vídeo e situações correlatas existentes na cidade de Montes Claros, citando exemplos de pessoas assassinadas em função da disputa por territórios. Apenas um dos informantes participou dessa etapa. O outro, não comparece a dois momentos distintos, conforme o combinado.

Na terceira etapa, foi realizada uma entrevista semiestruturada, em que, de posse das informações iniciais sobre a criminalidade, no que diz respeito à localização espacial, o informante foi questionado sobre a atuação de pessoas que cometem crimes, sobre o comércio de drogas e sobre a existência de grupos de traficantes, bem como sua atuação na cidade. Essa foi uma etapa significativamente importante, uma vez que reúne intensas e detalhadas narrativas sobre eventos que orbitaram e auxiliam na compreensão da dinâmica do tráfico, inclusive com o detalhamento de alguns crimes de homicídio ocorridos em função de desacertos relacionados ao comércio de drogas.

Esse procedimento durou aproximadamente três horas e meia para um dos informantes e duas horas para outro. Nessa etapa que foram colhidas informações sobre os bairros de atuação de grupos relacionados ao tráfico. Entretanto, os elementos mostram-se precários, tendo em vista a leitura parcial de aspectos relacionados à disposição espacial dos bairros e precisão da fronteira dos territórios no tempo.

A última etapa foi marcada pelo refinamento das informações. Esse procedimento acontece pela necessidade de conectar melhor as narrativas iniciais, uma vez que o processo de argumentação não se estruturou sob uma linearidade espacial e temporal, sendo necessário interpretar algumas informações antes de conectá-las.

É importante evidenciar as limitações quanto aos aspectos analisados, para tanto, essas ponderações foram organizadas sob duas perspectivas: quantitativa e qualitativa.

## **1.2 Limitações metodológicas**

A utilização de dados coletados de fontes diretas ou indiretas pressupõe subjetividades ou no mínimo intencionalidades diversas, independente da fonte. Isso não significa que o instrumental utilizado nas pesquisas seja inválido do ponto de vista analítico,



sobretudo, que sua explicação deve guardar o devido cuidado para evitar interpretações espúrias.

Quando o pesquisador faz opção pela utilização de dados primários, recomenda-se precaução quanto à intencionalidade e imparcialidade projetada sobre o objeto. Portanto, ao planejar ou mesmo durante a execução de alguns dos levantamentos necessários, seu cuidado deve voltar-se para suspensão de seus valores pessoais, sob pena de contaminação e/ou juízo de valor das informações, comprometendo sua capacidade representativa.

Ao acessar dados de fontes secundárias, a preocupação deve ser semelhante. Isso significa desprendimento de esforço no sentido de compreender as variantes que constituem os dados acessados. A importância desse entendimento assenta-se no reconhecimento de que os elementos de avaliação são socialmente ou institucionalmente produzidos. Logo, sua análise e interpretação devem ser precedidas de contextualização das fontes, uma vez que pode representar desperdício de energia na construção de assertivas equivocadas e/ou comprometidas.

### **1.2.1 Abordagem quantitativa**

Para contextualização da criminalidade e da violência, esta pesquisa optou pela mensuração a partir de dados oficiais, tomando como referência a apuração junto às Polícias Civil e Militar do estado de Minas Gerais. Vale ressaltar que essa opção metodológica desconsidera informações sobre crimes que possuem origem diferenciada, como é o caso da Polícia Federal ou mesmo nas denúncias judiciais oferecidas pelo Ministério Público diretamente ao judiciário sem uma contabilidade específica.

Um esforço na aferição mais precisa dos crimes não foi empreendido, por entender que a representação da “realidade criminal” é intangível, uma vez que a violência possui dimensão relativa, visto que nem sempre chega a fazer parte do banco de dados dos órgãos oficiais.

As dificuldades em se representar a criminalidade formal de maneira mais ampla são apresentadas em pesquisas de vitimização em duas interpretações específicas. A primeira refere-se à subnotificação, que diz respeito aos crimes que deixam de ser registrado por motivos diversos como incredulidade nas instituições de segurança pública, pelo pequeno valor agregado dos objetos subtraídos, medo de represálias quanto à formalização de queixas, dentre outros. A subnotificação é uma variável importante a ser considerada na análise dos registros oficiais pela necessidade de descortinar uma direção que vai além da diferença entre

o real e o oficialmente considerado, permitindo identificar os motivos que levam as vítimas a adotar um comportamento que ignora o registro.

A segunda são os subregistros, demonstrados pela ação de agentes responsáveis pelo recebimento das denúncias, não o fazem ou desestimulam a intenção das vítimas.

Desse modo, os esforços no sentido de aproximar-se daquilo que mostraria uma criminalidade mais próxima da realidade social envolvem esforços onerosos do ponto de vista do emprego de recursos financeiros. E como não é esse o objetivo da pesquisa, o caminho escolhido ignorou a violência na perspectiva das vítimas, considerando apenas aquelas mensuradas por órgãos oficiais.

Dessa forma, busca-se uma contabilização do tipo jurídico-formal-legal, ou seja, aquela instituída pelo Código Penal brasileiro, que contempla uma formalidade do processo estatal de controle do desequilíbrio entre as disputas sociais. Isso significa que o recorte apresentado não é capaz de mensurar a realidade total da criminalidade, quiçá da violência, haja vista que aspectos vinculados a manifestações culturalmente são muito praticadas, apesar de indesejáveis como o assédio moral, o emprego de força física na educação dos filhos, a violência doméstica, o *bullying*, entre outros.

A base de organização das informações sobre os crimes junto às polícias em Minas Gerais segue a tipificação contida no Código Penal, que é dividida em duas grandes partes, a parte geral e a parte especial. A primeira especifica diretrizes para aplicabilidade da segunda, tratando do dimensionamento específico de cada tipo de crime, subdividindo-se em capítulos, tais como: Crimes Contra a Pessoa, Crimes Contra o Patrimônio, Crimes Contra Propriedade Imaterial, Crimes Contra a Organização do Trabalho, Crimes Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos, Crimes Contra a Dignidade Sexual, dos Crimes Contra a Família, dos Crimes Contra a Incolumidade Pública, dos Crimes Contra a Paz Pública, dos Crimes Contra a Fé Pública, Dos Crimes Contra a Administração Pública (BRASIL, 1940).

A observação inicial junto aos dados oficiais sinalizou para uma maior incidência de tipos criminais contidos nos capítulos de Crimes Contra o Patrimônio e Crimes Contra a Pessoa, e esses se constituem como tipos genéricos utilizados para contextualizar a criminalidade, cuja própria nomenclatura depreende interpretação conceitual. Em outras palavras, os Crimes Contra o Patrimônio representam casos que compreendem: danos, furtos roubos, latrocínio, extorsão, apropriação indébita, estelionatos, usurpação e violações de direitos autorais e de direito de marcas.

Já os Crimes Contra a Pessoa são caracterizados por delito, tais como: homicídio, infanticídio<sup>2</sup>, instigação/auxílio ao suicídio, aborto, lesão corporal, abandono de incapaz, omissão de socorro e maus tratos.

Para efeito deste trabalho, a correta diferenciação entre os crimes de furtos e roubos é relevante para compreensão das variáveis envolvidas na concentração desses crimes no tempo e no espaço. Apesar de constituir crime patrimonial, no furto, o autor pauta sua ação na expertise, que impede a descoberta instantânea da subtração de algum bem. No caso do roubo, o agente imprime violência ou grave ameaça para conseguir a posse segura do objeto, podendo ocorrer quando o agente diminui a capacidade de reação da vítima.

Os crimes relacionados às drogas ocupam um espaço especial e recente na legislação jurídica brasileira. Nesta pesquisa, saber distinguir os tipos penais que orbitam esse crime é importante para compreender algumas informações estatísticas apresentadas no trabalho.

A Lei nº 11.343, de agosto de 2006, entre outras questões, especifica os crimes e suas respectivas penas. Em linhas gerais, os crimes podem ser agrupados didaticamente em tráfico e consumo de drogas. O tráfico é caracterizado quando o indivíduo importa, exporta, remete, prepara, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, tem em depósito, transporta, traz consigo, guarda, prescreve, ministra, entrega a consumo ou fornece drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. No consumo, podem ser enquadrados aqueles indivíduos que adquirem, guardam, depositam, mantêm em depósito, transportam ou trazem consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização (BRASIL 2006).

Os Crimes Violentos não são denominados dessa forma pelo Código Penal. Na verdade, essa categoria representa muito mais uma construção social ou uma variável técnica utilizada por pesquisadores para especificar um conjunto de crimes específicos. Via de regra, pesquisadores associam delitos que causam maior comoção social a crimes violentos, como o homicídio, por exemplo. Entretanto, não há no ordenamento jurídico brasileiro essa categoria tecnicamente definida.

Diante desse contexto, este trabalho considera uma definição institucional utilizada pelas polícias para definição de crimes violentos. Para efeito de gestão da Segurança Pública no estado de Minas Gerais são considerados crimes violentos os seguintes crimes: homicídio tentado e consumado, estupro tentado e consumado, estupro de vulnerável,

---

<sup>2</sup> Matar o próprio filho, durante o parto ou logo após, sob influência do estado puerperal (BRASIL, 1940).

sequestro e cárcere privado, extorsão mediante sequestro (sequestro relâmpago), latrocínio, roubo e extorsão.

### 1.2.1 Indicadores de criminalidade

Para explorar as informações sobre os crimes contabilizados pelos órgãos oficiais, evitando a diferença que o aumento do contingente populacional pode acarretar sobre a leitura da criminalidade, busca-se trabalhar com índices de taxas de criminalidade. Desse modo, os indicadores foram padronizados para referências populacionais de cem mil habitantes, uma vez que esse parâmetro de base é comumente encontrado em pesquisas sobre violência, situação que favorece comparações entre realidades distintas.

Os indicadores utilizados foram: Índice de Criminalidade (IC), Índice de Criminalidade Violenta (ICV), Índice de Ocorrências Relacionadas às Drogas e Taxas de Homicídios Consumados (TH).

O Índice de Criminalidade (IC) é um indicador calculado por meio da fórmula:

$$IC = \frac{n^{\circ} \text{ crimes} \times 100.000}{\text{População}}$$

Este trabalho considerou os crimes noticiados e registrados pelas polícias, tomando como base toda intervenção policial necessária para a manutenção da ordem.

O índice de Criminalidade Violenta (ICV) é um indicador calculado:

$$ICV = \frac{\text{crimes violentos} \times 100000}{\text{População}}$$

Para o cálculo do Índice de Ocorrências Relacionadas a Drogas utiliza-se a expressão:

$$IOD = \frac{\text{número de crimes relacionados às drogas} \times 100000}{\text{População}}$$

Vale ressaltar que as ocorrências ligadas às drogas envolvem posse, uso ou tráfico.

A Taxa de Homicídios (TH) é calculada pela relação entre homicídios e a população, representada pela fórmula:

$$TH = \frac{\text{nº de homicídios} \times 100000}{\text{População}}$$

Os dados quantitativos sobre crimes, crimes violentos, homicídios, crimes relacionados ao consumo e tráfico de drogas foram conseguidos a partir de um banco de dados unificado entre Polícia Civil e Polícia Militar, por intermédio do Centro Integrado de Informações de Segurança Pública (CINDS) de Minas Gerais. Apesar de algumas informações terem sido trabalhadas no período compreendido entre 2010 e 2014, em função da disponibilidade de informações georeferenciadas, uma contextualização mais ampla foi realizada, considerando o período entre os anos de 2000 a 2014, tendo em vista a necessidade de posicionamento no tempo das dinâmicas que justificam o comportamento criminal no contexto recente.

A Fundação João Pinheiro (FJP) foi acessada para aquisição de dados sobre a criminalidade no âmbito estadual, com a finalidade de contextualizar e comparar as informações acessadas por intermédio da SEDS.

O IBGE foi acessado para coletar informações que permitiram contextualizar socioeconomicamente a cidade de Montes Claros, além disso, as estimativas populacionais contribuíram para cálculo de indicadores de criminalidade (IC, ICV, IOD e TH), que permitiram observar o comportamento espacial e temporal levando em consideração a variação populacional, evitando as armadilhas do número absoluto dos registros.

O DATASUS foi utilizado para comparar a contabilidade de mortes violentas registradas pelas instituições policiais e pelo Sistema de Saúde Pública.

Durante a organização e análise das informações coletadas pelas polícias, algumas inconsistências foram observadas, uma vez que as séries históricas apresentaram oscilações abruptas levantando alguns questionamentos que descortinaram interferência institucional na construção de alguns indicadores.

Ao analisar os crimes violentos, por exemplo, surge a hipótese de uma possível contaminação dos dados oficiais diante da política “Choque de Gestão” vigente em Minas Gerais a partir de 2003. Essa postura administrativa, segundo a visão governamental, era

caracterizada por Anastasia (2006, p.43) como “um conjunto de medidas de rápido impacto para modificar, de vez, o padrão de comportamento da Administração estadual, imprimindo-lhe um ritmo consentâneo com a contemporaneidade própria de uma gestão eficiente, efetiva e eficaz.”

Nesse sentido, a utilização de um indicador de criminalidade geral, como o Índice de Criminalidade, que não estivesse influenciado pela estratégia de gestão serve para indicar a fragilidade de alguns dados oficiais específicos de contabilização da criminalidade.

Sobre os dados oficiais é importante salientar que eles constituem uma referência à leitura e compreensão da realidade social, entretanto, apresentam limitações quanto à sua confiabilidade. Isso ocorre porque há diferença entre o que de fato acontece no espaço como produto das relações interpessoais e o que se transforma notícia de crime junto aos órgãos oficiais. Para Pires (2008, p. 97) “[...] as chamadas estatísticas, diferentemente do que se costuma acreditar, não são nunca, por melhor construídas que sejam reflexo de uma suposta realidade”. O autor completa afirmando que os dados são socialmente construídos a partir de um ponto de vista e, portanto, são passíveis de indagação.

Essa discrepância entre os dados oficiais e a realidade possui motivações diversas e pode ser produzida ora pela utilização dos distintos padrões de classificação de delitos entre as vítimas e os policiais, ora pelo interesse institucional em fazer com que os indicadores de violência apresentem valores baixos, transmitindo controle da instituição sob o problema. Outro fator a ser considerado é o descrédito nas instituições oficiais em solucionar o problema, o desprezo econômico e moral ao delito, a vergonha na exposição de determinadas situações, o medo de represálias por parte de outros envolvidos, entre outras motivações.

Catão (2008) ao questionar dados oficiais argumenta sobre algumas causas da subnotificação auxiliando na compreensão do problema. Para ele, “os dados oficiais não representam o universo da criminalidade efetivamente praticada. As estatísticas criminais são baseadas nos crimes registrados que constituem uma amostra pequena dos crimes praticados”. (CATÃO, 2008, p. 27).

É importante salientar que muitos crimes não chegam ao conhecimento dos órgãos responsáveis pela administração da Justiça, em muitos momentos as vítimas não vão às Polícias comunicar e registrar a ocorrência de um delito, e esse fato se dá por vários motivos como: “não acreditarem na eficiência da polícia, por terem medo de represálias, por não considerarem-no importante ou por haver possibilidade de obter reparação por outra via, entre outros” (CATÃO, 2008, p. 27).

Vale ressaltar que mesmo diante das limitações dos dados oficiais, sua utilização se justifica por representar um arcabouço de informações que aproximam os registros da realidade social. Desse modo, as ponderações apresentadas servem muito mais como reconhecimento da limitação metodológica do que como uma tentativa de desqualificar o instrumento utilizado para mensurá-lo.

É possível encontrar em Saporì (2007), Saporì e Andrade (2008), Vilhena et al (2006) e Anastasia (2006), indícios de que um novo modelo gerencial, instituído a partir do “Choque de Gestão”, tenha contribuído com um rearranjo institucional da segurança pública, culminando na redução criminal.

Entretanto, a atribuição à redução da criminalidade ao modelo exposto exige uma avaliação mais precisa quanto à isenção na mensuração dos indicadores de criminalidade, reconhecendo que outras variáveis foram utilizadas para a sua construção.

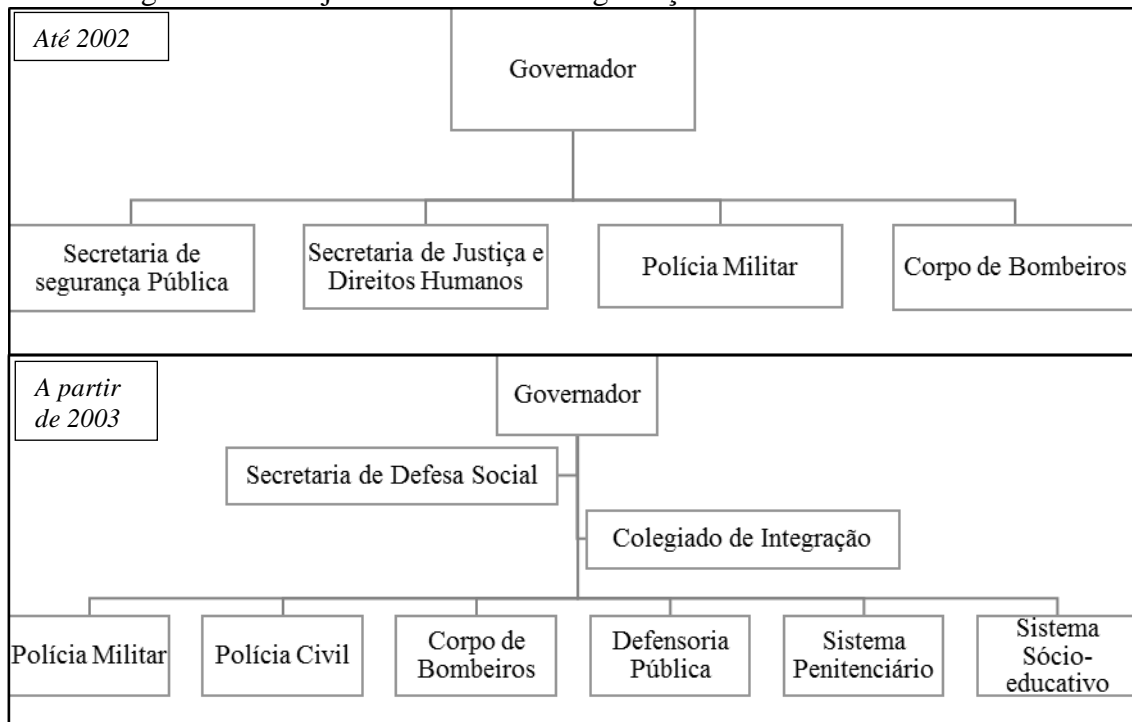
Por exemplo, entre as propostas que engendraram a melhoria gerencial ao modelo de segurança pública em Minas Gerais, estão a reorganização do arranjo institucional e o *accountability*<sup>3</sup>. Em que pese seja necessário reconhecer que não se pode atribuir explicações simplistas à oscilação das taxas de criminalidade, estas duas propostas serão abordadas não porque representam uma fórmula para o equacionamento da questão, mas sim, pela presteza em contextualizar novos significados à estatística oficial das polícias sobre crimes.

Saporì (2006) separa o arranjo institucional que reestruturou a segurança pública em Minas Gerais, indicando que o ano de 2003 foi um “divisor de águas”. Até este ano, as polícias Civil e Militar não estavam subordinadas a mesma secretaria de governo, e esta última instituição deliberava diretamente com o governador. Com a criação da SEDS, pela Lei Delegada nº 56, de 29 de janeiro de 2003, Polícia Militar e Civil passaram a subordinarem-se operacionalmente a esta secretaria (ver Figura 06).

---

<sup>3</sup> Para Abrucio e Loureiro (2004, p. 75) *accountability* “É a construção de mecanismos institucionais por meio dos quais os governantes são constrangidos a responder, ininterruptamente, por seus atos ou omissões perante os governados”. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS716.pdf>. Acessado em 01/05/2016.

Figura 6 - Arranjo institucional da Segurança Pública em Minas Gerais.



Fonte: Saporì (2007), Vilhena et al (2006) e em Anastasia (2006). Org. GOMES, P. I. J., 2015.

A subordinação operacional pressupõe que o gerenciamento da administração das atividades policiais passariam a ser geridas pela SEDS que, por sua vez, passou a estabelecer as diretrizes de gerenciamento e de coordenação da Segurança Pública. Na prática, a Secretaria é um órgão consultivo e normativo que passou a presidir o planejamento, a organização e a gestão da Segurança Pública no estado de Minas Gerais.

Além do rearranjo institucional, o *accountability* foi outro mecanismo de gerenciamento, encontrado pela SEDS, para alinhar os objetivos das polícias. Diante do impedimento constitucional de unificação das duas polícias e a necessidade dessas instituições passarem a ter que compartilhar objetivos comuns, a responsabilização gerencial precisava de um fio condutor.

Esse esforço foi necessário porque as Polícias Civil e Militar, sob a responsabilidade estadual, possuem funções constitucionais distintas. À Polícia Civil cabe o papel de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto aquelas praticadas por policiais no exercício da função e/ou que sejam exclusivamente em função de condições especificamente militares. À Polícia Militar cabe o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública (BRASIL, 1989).



Na prática, a existência de papéis bem definidos garante certa autonomia às instituições policiais, que podem, em função disso, estabelecer objetivos divergentes, constituindo obstáculos ao modelo de administração gerencial da segurança pública em Minas Gerais a partir de 2003.

Como alternativa à unificação e diante dos obstáculos ao estabelecimento de uma agenda unificada de objetivos, a SEDS direcionou esforços no sentido de facilitar um processo de integração entre as Polícias Civil e Militar. Um desafio a ser equacionado foi administrar as distintas formas de se gerenciar o espaço de atuação. A Polícia Civil organizava-se a partir das Delegacias Especializadas (Delegacia de Homicídios, Delegacia de Furtos e Roubos, entre outras), fazendo a gestão de todo o território de atuação. A Polícia Militar, diferentemente, organizava-se pela fragmentação espacial, articulando a produção de serviços a territórios menores e bem definidos (ANDRADE, 2006; SAPORI E ANDRADE, 2008).

Como estas instituições possuíam formas de atuação distintas, em termos de articulação e execução de suas atividades, faz-se necessário fazer uma escolha metodológica, pela qual, o viés da territorialização das atribuições e execução foi utilizado como alternativa. Para tanto, tomou-se como base a fragmentação espacial utilizada pela Polícia Militar, erguendo um projeto nominado Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP.<sup>4</sup>

Mediante a padronização territorial desse projeto, as polícias passaram a atuar em conjunto, responsabilizando-se por um mesmo território, situação que favorece o estabelecimento de objetivos comuns, sensíveis ao modelo de administração gerencial executado pela SEDS.

A compreensão desses acontecimentos é significativamente importante para realizar uma leitura contextualizada dos dados oficiais sobre a criminalidade e a violência em Minas Gerais, registrados pelas Polícias Civil e Militar, em especial a partir de 2003.

Uma questão a ser levantada sobre a mensuração dos dados é que o modelo gerencial não contou com mecanismos externos de monitoramento e avaliação da contabilidade criminal, ou seja, a avaliação de alguns dos projetos vinculados à segurança pública foi realizada a partir das informações produzidas pelas próprias polícias.

O modelo gerencial sustenta-se em pactuação de estratégias que, transformadas em indicadores de desempenho, passaram a ser monitoradas sistematicamente. Aliada a essa estratégia, vinculou-se o pagamento de “Prêmio de Produtividade” individual aos servidores,

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre o projeto áreas integradas ver: Resolução Conjunta nº 12/2003, de 31 de julho de 2003; Resolução Conjunta nº 13/2003 e Resolução Conjunta nº 11/2005, de 19 de julho de 2005.

caso as metas estabelecidas fossem alcançadas. Isso significou o estabelecimento de metas para determinados indicadores de criminalidade e do pagamento de um prêmio financeiro para o cumprimento dessas metas, influenciando a contabilidade oficial de certos crimes.

Em função da dificuldade de gerenciar as estratégias de redução dos indicadores de criminalidade, umas das possíveis respostas é que as agências policiais tenham favorecido a ingerência no registro para garantir a vantagem pecuniária. Isso não seria exclusividade mineira, uma vez que, Levitt e Dubner (2005), em provocações sobre o lado oculto dos incentivos salariais, salientam o comportamento fraudulento de educadores para garantir prêmios de produtividade nos Estados Unidos, exemplo da situação junto à Segurança Pública em Minas Gerais.

As críticas à ideia de que o gerenciamento governamental melhorou os indicadores e, conseqüentemente, a sensação de segurança da população, são encontradas, em várias pesquisas, tal como a de Gomes (2010).

O levantamento de dúvidas sobre a credibilidade dos dados oficiais, que mensuram a criminalidade violenta em Minas Gerais nos últimos quinze anos, serve de exemplo para mostrar a dificuldade encontrada pelos interessados em estudos sobre violência em acessar informações minimamente uniformizadas para permitir as comparações, análises e interpretações desejadas.

### **1.2.2 Abordagem qualitativa**

A investigação de assuntos relacionados à violência, em especial, aqueles vinculados à construção de territórios do tráfico, perpassa pelo reconhecimento de que o pesquisador deverá se debruçar em um ambiente inóspito no qual não se sabe, necessariamente, o caminho identificado inicialmente para melhor condução dos trabalhos a serem executados conforme planejado. A orientação metodológica inicial é muito mais uma sugestão para a realização do trabalho, uma vez que a interação com os sujeitos ou grupos, na realização de uma pesquisa social, nem sempre transcorre como idealizado, sendo necessários ajustes na execução.

O método qualitativo é permeado de subjetividade em função das escolhas que o pesquisador é obrigado a fazer para alcançar seus objetivos. Por outro lado, a própria ação humana é portadora de significados. Minayo e Sanches (1970) argumentam que a abordagem qualitativa se sustenta no simbolismo e subjetividade. Do ponto de vista qualitativo, a

abordagem dialética atua em nível dos significados e das estruturas, vistas pela perspectiva da ação humana.

Nessa mesma perspectiva, Martins (2004) coloca que a neutralidade científica não existe e que a objetividade é relativa. Esse parece ser um contraponto às críticas existentes às abordagens qualitativas, em função da intencionalidade existente no pesquisador e até mesmo nos informantes de uma pesquisa que podem ser colocados à prova.

Essa reflexão serve de esteira para pensar as limitações existentes nas pesquisas científicas salvaguardando e alertando os leitores que se propuserem à observação deste trabalho, que as técnicas utilizadas merecem reflexões sobre algumas variáveis. Nesse sentido, a precariedade e a parcialidade devem ser consideradas para contextualização e interpretação desta pesquisa, disponibilizando uma orientação sob a perspectiva de onde se fala.

Identificar e refletir sobre a origem das informações qualitativas permite delimitar a insegurança em função da subjetividade que envolve este tipo de pesquisa. É subjetiva porque os argumentos que contextualizam os indicadores qualitativos são provenientes de quatro sujeitos – dois são egressos do sistema prisional e dois são do quadro de funcionários do sistema de segurança.

Um primeiro ponto a se considerar é a dificuldade em acessar um número significativo de sujeitos envolvidos, dada a vulnerabilidade da própria temática. Do lado das instituições de Segurança Pública, uma inferência possível é que a resistência em expor determinadas questões assenta-se na tentativa de blindar a imagem institucional e a capacidade gerencial e operacional dos envolvidos. Do lado dos egressos foi possível identificar certo melindre, receio, desconfiança, medo, enfim, postura ressabiada em função da exposição de situações comprometedoras. Os medos assentam-se ora na exposição da figura do informante, ora nas consequências advindas nas revelações narradas, principalmente, pelo temor de que outros sujeitos que fazem parte do cenário não sejam favoráveis à exposição.

Ainda que o recorte qualitativo seja pautado pela profundidade e a relevância da quantidade de informantes, a escolha dos envolvidos e sua capacidade em representar a essência do objeto analisado devem ser consideradas. Isso fica evidenciado na pesquisa ao analisar as narrativas de sujeitos oriundos de um mesmo universo. Em alguns momentos é nítida a divergência na leitura e interpretação dos acontecimentos por parte dos policiais. O mesmo ocorre também entre os informantes egressos do sistema prisional.

Outro exemplo foi à limitação dos envolvidos no que diz respeito à orientação cartográfica. Informantes de ambos universos apresentaram dificuldades na localização espacial dos bairros, apesar de conhecer as localidades pelo nome, em alguns momentos, sua localização em relação à região central da cidade e a relação com pontos cardeais e colaterais ficaram prejudicadas.

É importante salientar que a busca do mapeamento das facções na perspectiva dos Policiais Militares, em detrimento de outras categorias profissionais, como os Policiais Cíveis, dá-se em virtude da indisponibilidade da participação dos investigadores da Polícia Civil na pesquisa, mediante um contato realizado previamente para verificar a disposição de contribuição.

É possível que o que oriente o reconhecimento à precariedade é a reflexão sobre a representatividade dos sujeitos da pesquisa no universo. Logo, não é o fato de ser policial em si que condiciona sua representatividade ou sua qualidade enquanto informante, sua experiência, conhecimentos, vivência, predisposição em participar da pesquisa e, em algumas situações, a própria leitura que faz sobre o objeto analisado são extremamente relevantes. E esta é uma concepção relativa, se for considerado um objetivo diferente daquele observado nesta pesquisa, por exemplo, caso o foco fosse identificar a capacidade de leitura dos policiais em relação ao tráfico, é provável que as características mencionadas não tivessem relevância.

Não se pretende com essas colocações desqualificar a capacidade do investigador em extrair as informações no universo que se encontram, entretanto, justificar a indução de parte do processo de escolha, que nos casos dos policiais, foi orientada para um grupo específico voltado para atuação e levantamentos sobre homicídios. E no caso dos egressos, na identificação de sujeitos escolhidos com a interlocução de terceiros.

A justificativa da identificação de informantes junto ao “GPV” assenta-se na ideia de que sua proximidade com as informações sobre mortes violentas, resultado das disputas interpessoais de grupos sociais e do tráfico, sugere que são possuidores de informações preciosas para a pesquisa. No caso dos egressos, o cumprimento de pena privativa de liberdade por crimes relacionados ao tráfico de drogas ratifica sua relevância pela possibilidade de se explorar algumas informações que permeiam o tráfico e a violência na cidade de Montes Claros.

Sobre a importância representativa dos sujeitos da pesquisa e isso vale tanto para policiais quanto para egressos do sistema policial, Sapir (1967) argumenta que não é o testemunho individual dos pesquisados que constitui relevância, mas sim sua representação em relação ao grupo da qual faz parte. Isso evidencia a relevância da leitura contextualizada

das informações, orientando uma análise investigativa sustentada na representatividade que o sujeito tem em relação ao grupo que representa.

No caso dos egressos, o processo foi marcado por maior dificuldade, uma vez que um informante significativamente importante, na perspectiva de capacidade de conexão dos fatos, não participa em função da sua morte. O contato inicial com algumas informações produzidas por esse sujeito evidencia sua relevância para aprimorar a compreensão das narrativas, considerando que os fatos são geralmente apresentados por descontinuidade histórica e contextual.

A pesquisa é parcial não somente por sua incapacidade de ser totalizante, máxima já sedimentada no meio científico. Ela também é parcial por fazer considerações apenas sobre uma perspectiva territorial do tráfico de drogas na cidade de Montes Claros, mas principalmente porque o recorte é incompetente do ponto de vista da compreensão do tráfico no contexto da rede de conexões da qual faz parte. Em outras palavras, a parcialidade assenta-se em sua limitação na opção por fazer um delineamento daquilo que se representa como conjunto de acontecimentos, que na perspectiva dos sujeitos informantes foram suficientes para explicar, contextualizar e/ou justificar o recrudescimento da violência e a movimentação da fronteira que separa grupo de indivíduos no comércio de drogas na cidade.

Um exemplo da parcialidade da pesquisa foi a opção pelo delineamento analítico a apenas duas facções na disputa por territórios em Montes Claros. Apesar desses dois grupos serem apontados pelos informantes como responsáveis pela intensificação da violência observada a partir dos indicadores oficiais, é prudente reconhecer a existência de outros grupos e/ou indivíduos envolvidos com o tráfico.

Várias são as narrativas das fontes que reforçam a existência de grupos menores que comercializam drogas sem envolverem-se diretamente nas disputas violentas. A motivação, segundo os informantes, assenta-se nos prejuízos que esses traficantes têm conhecimento sobre o envolvimento nas disputas por poder. Em outra perspectiva, a ausência de ambição por pontos mais rentáveis na comercialização de drogas é outra justificativa apontada para a não relação.

Apesar de saber da existência de grupos de traficantes que atuam no varejo e, principalmente, de outro que atua no atacado, por questões metodológicas, a pesquisa sustenta a contextualização da violência na representatividade das duas principais facções apresentadas, na esperança de conseguir apresentar uma parte mais significativa da violência observada na cidade.

Magnani (2002) usando o espaço urbano das cidades propõe uma tipologia metodológica analítica para compreensão da dinâmica dos acontecimentos que orbitam a urbes que considera duas perspectivas: a primeira identifica a importância de assentar sobre o objeto de estudo um olhar próximo, porém “de fora”, para compreensão da dinâmica cultural das cidades que hoje estão conectadas por redes tecnológicas. A segunda é um olhar de cunho etnográfico, ou seja, “de perto”, capaz de interpretar microprocessos que, articulados, facilitam a compreensão do todo.

Foi sustentado nessa perspectiva que esta pesquisa se estrutura num primeiro momento na análise quantitativa dos dados sobre violência na expectativa de se conhecer “o todo”, pela aproximação com um conjunto de variáveis sobre a criminalidade. E num segundo momento, busca-se na parte qualitativa um aprofundamento alcançado a partir de um olhar de quem está dentro, ou seja, os sujeitos informantes da pesquisa, que pelas interações e vivências captam elementos que foram levantados para melhor compreensão da dinâmica do tráfico de drogas.

Para delimitação de variáveis de mensuração da violência, o capítulo seguinte procura refletir sobre algumas definições para esse termo, fazendo um recorte pontual sobre a definição formal-legal de crime e sobre a criminalidade, sua manifestação enquanto prática social coletiva. Paralelamente, com o objetivo de contextualizar a discussão na perspectiva da Geografia, fez-se um recorte teórico sobre o território, por compreender que esse é um conceito-chave para compreensão do processo de fragmentação e apropriação do espaço em que é possível observar manifestação da violência, do crime e da criminalidade.

## **CAPÍTULO II**

### **VIOLÊNCIA, CRIME E A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS**

## **2 VIOLÊNCIA, CRIME E CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS: O CASO DE MINAS GERAIS**

A violência representa na atualidade um tema de grande complexidade e relevância social, uma vez que tem afetado um número cada vez maior de pessoas, produzindo traumas e sequelas em suas vítimas. O debate sobre a conceituação do termo está longe de representar consenso, todavia, existem elementos comuns que orbitam sua atmosfera que podem auxiliar na sua delimitação. O balizamento das definições reflete muito mais um exercício de se pensar a complexidade do tema do que apresentar uma definição assertiva e representativa para sua utilização.

As discussões sobre criminalidade e violência têm ganhado relevância no espaço acadêmico e científico, mostrando a importância das pesquisas que contemplam esses aspectos no conjunto das dinâmicas socioespaciais. No estado de Minas Gerais, o fenômeno da criminalidade surge no contexto da necessidade de adoção de políticas públicas capazes de conterem o avanço dos indicadores que apresentaram durante vários anos aumentos consecutivos. Durante muito tempo as políticas públicas (ou suas ausências) não representaram efetividade e eficácia que pudesse ser sentida pela população e pelos entes responsáveis por prover a segurança pública mineira.

Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo discutir sobre a violência, o crime e a criminalidade, bem como seus indicadores no estado de Minas Gerais. Para tanto, foi dividido em quatro seções. Na primeira, faz-se um recorte analítico sobre a violência a partir da perspectiva etimológica, passando por reflexões filosóficas, sociológicas e geográficas no contexto urbano, posto que esta é a concepção alvo. Na segunda, propõe-se uma contextualização do estado, sob aspectos gerais relacionados à perspectiva geográfica, demográfica, econômica e social. A terceira parte atém-se a discussão dos dados sobre criminalidade e violência entre os anos de 2000 a 2014 com dados da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS e do Mapa da Violência no Brasil.

Paralelamente à criminalidade e à violência, insere-se uma reflexão sobre o território, identificando sua formação e transformação mediante os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Essa inserção ocorre, por entender que a fragmentação do espaço sofre influência da atuação de grupos de indivíduos, que observados sob o posicionamento metodológico do território, organizam-se para exercer sua dominação no comércio de drogas ilícitas.



E, por fim, faz-se uma abordagem socioespacial da cidade, apontando a expansão urbana e as dinâmicas espaciais, a projeção dos territórios exclusivos da verticalização e condomínios fechados e a importância da descentralização e das novas centralidades.

## **2.1 Violência, crime e criminalidade: localizando o discurso**

A explicação de um conceito que representa a realidade constitui uma tarefa árdua na reflexão sobre uma representação ideal. No contexto linguístico, o significante dotado de significado pode ser explicado de várias maneiras e dependerá da habilidade daquele que constrói a percepção dos termos. Isso explica de certa forma por que a construção de um recorte explicativo, carregado ideologicamente, pode facilitar ou dificultar a compreensão da explicação do objeto de estudo.

O ponto de partida para o entendimento e análise de um termo é o reconhecimento de que explicações e recortes são limitados e representam apenas passagens necessárias à delimitação daquilo que se pretende explicar.

Essa reflexão é necessária para se pensar a violência como um termo polissêmico que representa inúmeros tipos e características, assumindo múltiplas formas de manifestação. Por esse motivo, seu uso deve ser precedido de devido cuidado, uma vez que dependendo do cenário e da escala existe possibilidades de se extrapolar ou mesmo de realizar a comparação de seu significado de modo equivocado.

A referência inicial para compreensão do conceito e o delineamento do tipo de violência que se quer abordar, é a definição etimológica do termo que vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou brávio, força. Esta é uma conceituação genérica e delimita a violência no âmbito da força e da ação.

Na mesma linha conceitual o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa define violência como: “[Do lat. *violentia*] S.f. 1. Qualidade de violento. 2. Ato violento. 3. Ato de violentar. 4. Jur. Constrangimento físico ou moral; uso da força; coação” (FERREIRA, 1999, p. 1463).

Essa definição não representa uma delimitação isenta ao termo, uma vez que deixa subentendido o indivíduo como agente e como receptor da ação, vinculando o substantivo “ato” à definição conceitual. Todavia, um ato de violência não está sustentado, necessariamente, em um fato que resulte coação, sofrimento físico ou constrangimento moral, sobretudo, em sensações vinculadas a sentimentos e percepções pessoais. Nesse caso, a

definição apresentada serve para representar alguns dos tipos formais que o significado da palavra pode assumir e não para representá-la de modo holístico.

Outra definição é aquela apresentada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que aproxima a definição de outro termo importante, o poder.

[...] uso intencional da força física ou do poder, real ou por ameaça, contra a própria pessoa, outra pessoa, um grupo ou comunidade, atingindo a qualidade de vida das pessoas, podendo resultar em lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento, privação ou até em morte (OMS, 2002, p.52).

A OMS aproxima a conceituação com a intenção de um agente em submeter o outro por meio de coação física e psicológica. Por outro lado, ignora outras formas de violência quando não contempla, por exemplo, aquela que se submete à vontade de outrem, como é no caso em que a vítima é juridicamente ou fisicamente incapaz de compreender que o que se pratica contra si é arbitrário e fere seu direito, conforme aponta a concepção de violência do Código Penal Brasileiro.

A utilização do poder como sinônimo para a palavra violência ou como expressão que representa o ato violento não é consensual, principalmente, entre filósofos e cientistas políticos como Hanna Arendt e Michael Foucault. Portanto, essa questão merecerá um esclarecimento específico que será abordado neste trabalho posteriormente.

Gellner, Nisbert e Touraine (1996) salientam a importância de considerarem-se três pontos para melhor compreensão do termo. O primeiro é o reconhecimento da intenção do agente como elemento importante no ato de praticar a violência, como acontece nas categorias profissionais de médicos e dentistas que podem atingir o resultado da dor, sofrimento e até mesmo perda de partes do corpo com a finalidade do bem-estar do indivíduo, sendo um exemplo a amputação de membro necrosado, caso não seja amputado poderá comprometer o paciente levando a óbito por infecção. Nessa situação, apesar da dor física e psicológica da perda do membro, o ato médico em si não pode ser considerado um ato de violência. Por outro lado, os autores reconhecem que, na tortura, o contrário acontece e o sofrimento beneficia alguém em detrimento da vítima, ficando evidente que a intenção é produzir como resultado o sofrimento.

O segundo ponto é a relação entre violência legítima e ilegítima, que para explicá-lo, utilizam dois exemplos intuitivos. O de policiais no exercício da função, que não representaria um ato violento, uma vez que seu comportamento, ainda que produza dor e sofrimento a uma pessoa, excetuar-se-á a violência por agir pelo amparo legal do interesse do

Estado e o outro caso é de uma pessoa que resolve destruir sua própria propriedade. Ora, se a propriedade não constitui bem de interesse comum, como uma estufa de plantas, o ato não constitui uma violência, conforme assevera os autores. Entretanto, se a propriedade em questão é de interesse da coletividade, como uma obra de arte muito valiosa, um quadro de um pintor famoso, isso poderia ser classificado como um ato violento, visto que a destruição da propriedade representaria um ato lesivo à coletividade.

A reflexão sobre a violência em sua perspectiva física pode ser encontrada em Chauí (1989) e no sociólogo alemão Fromm (1981). Para Chauí (1989,) a compreensão da violência passa pela mudança de estágio entre diferença e desigualdade em uma relação de exploração, dominação e opressão do outro. Fromm (1981) sinaliza na mesma direção de Chauí (1989) ao erguer sua argumentação sustentando as formas de violência como produto de motivações inconscientes dos indivíduos, caracterizando-as em tipos recreativos, reativos e vingativos. Além disso, o autor justifica que esses tipos de violência estão associados à compensação e ao desaparecimento da fé, argumentação relevante ao se pensar na esfera das motivações.

A compensação é explicada pelo poder do homem em destruir e está vinculada ao uso da força por uma pessoa impotente que substitui sua capacidade produtiva pela destruição. O desaparecimento da fé não é uma questão religiosa, e sim a descrença e descrédito em algo ou em alguém. É com a violência praticada que se perdem os valores de referência éticos, morais, cívicos, profissionais e institucionais (FROMM, 1981).

Esse balizamento conceitual é pertinente à proposta do trabalho na medida em que permite, ainda que timidamente, sinalizar para uma correlação resultante da solução violenta dos conflitos como consequência da perda da fé.

Para exemplificar essa relação, faz-se necessário pensar na situação de conflito que pode culminar em mortes violentas quando há desentendimento nas relações de consumo entre usuários e traficantes de drogas ilícitas. As disputas por um mercado consumidor, não pode ser mediada por instâncias institucionais, uma vez que a droga é uma mercadoria ilícita e os envolvidos na rede de comercialização e consumo não têm a quem recorrer quando há desacordo entre compradores e vendedores como comumente ocorre no comércio de produtos lícitos. O desdobramento ou os mecanismos de solução de controvérsias são, via de regra, o confronto interpessoal e as mortes violentas.

No contraponto do reconhecimento da violência a partir da força física, Moreira (2012), ao refletir sobre o conceito de violência presente em dicionários de línguas, argumenta:

[...] podemos dizer que a violência, como um contingente próprio da história, vem marcada por criações imaginárias que não decorrem somente do uso da força física ou da motivação interna dos indivíduos, mas que se sustentam na e pela própria história das relações entre os sujeitos, suas condições de existência e a consciência que delas se tem. (MOREIRA, 2012, p. 10).

Esse direcionamento estimula pensar na violência como condição da existência humana, privilegiada a partir de uma relação histórica de dominação que se mantém e se reproduz nas contradições sociais.

Outra direção possível pode-se dar ao resgatar a definição de violência utilizada pela OMS (2002) que trata como sinônimos: violência e poder. Convém salientar o alerta de Hanna Arendt que afirma ser um equívoco tratar poder, dominação, obediência, coerção e violência como sinônimos, uma vez que esses representam meios de dominação humano. (ARENDT, 2010b).

Para explicar o significado do termo violência, Arendt (1973) o faz a partir da distinção entre esse e o conceito de poder. A autora sinaliza que o poder origina-se na ação quando há consenso entre os atores sociais e a violência contrapõe o poder. Nesse sentido, a autoridade pode até se justificar, mas nunca será legítima, ao contrário, poder necessita de legitimidade (ARENDT, 1973).

Refletindo sobre o assunto, a autora contrapõe duas concepções para autoridade, uma baseada na sociedade clássica Grega e outra na Romana. A concepção Grega recorre a Platão que idealiza a necessidade de criação de leis para impedir a tirania dos governos sobre o povo, criando no mínimo uma crença na liberdade para as pessoas. A perspectiva Romana está ligada à tradição, ao passado, seja por intermédio do reconhecimento dos anciãos, seja no respeito e coerção do culto aos deuses. Esta é uma ideia política de autoridade, em que prevalece uma relação de igualdade entre a autoridade e o cidadão, diferente daquela apresentada pelos gregos em que predomina uma estrutura hierarquizada de subserviência e dominação (ARENDT, 1973).

No contexto geográfico, o debate acadêmico sobre a violência espacial é recente. Xisto (2013) afirma que a preocupação da Geografia com a violência sustenta-se nos geógrafos marxistas que ao refletirem sobre o processo de exclusão socioespacial abordam a temática a partir das relações de produção capitalistas.

A reflexão sobre fenômenos que ocorrem no espaço, aqui entendidos na concepção de Santos (2002), aponta que “o espaço é a condição de possibilidade dos fenômenos”, remete à ideia de que a análise da dinâmica dos acontecimentos permite

identificar padrões de regularidade e sua respectiva previsibilidade ou a identificação das causas de seu surgimento.

Nesse sentido, na tentativa de compreender e interpretar o espaço, as ciências humanas, preocupadas com o crescimento da criminalidade, têm promovido nos últimos anos do século XX uma reflexão acadêmica sobre as possíveis causas para esse problema.

Sobre a violência, Melgaço (2003) alega que o surgimento de atos violentos vinculam-se ao atrito causado pela interação entre os conceitos estabelecidos por Santos (1994) de Solidariedade Orgânica e Organizacional. Essa ideia de solidariedades é uma releitura do território da solidariedade social proposta por Durkheim. No atual período técnico-científico informacional, apresentado por Milton Santos para definir a atualidade, além de uma divisão social, temos uma divisão territorial do trabalho, sendo que esta necessita de um “cimento” que a sustente, o qual é dado pelas solidariedades geográficas. A solidariedade orgânica refere-se ao lugar, às relações espontâneas e heterogêneas e à solidariedade organizacional que tem nas redes o seu principal fundamento (SANTOS, 1994).

Foucault (1975) chama a atenção para importância dos contextos em seu estudo sobre a criminalidade nos séculos XVII e XVIII, em que afirma que delitos contra a propriedade parecem prevalecer sobre os crimes violentos. Segundo o autor “um movimento global fez derivar a ilegalidade do ataque aos corpos para o desvio mais ou menos direto dos bens” (FOUCAULT, 1975, p 71).

Para exemplificar essa afirmação, é preciso analisar as estatísticas oficiais sobre a criminalidade para perceber que os crimes contra o patrimônio (furtos, arrombamentos, assaltos, entre outros, ocorrem em locais em que é maior o fluxo de capitais. No espaço urbano, salvo raras exceções, a região central é o local preferido para a prática de delitos patrimoniais.

Por outro lado, quando se analisa os crimes contra a pessoa (ameaças, lesões corporais, agressões) é comum observar que esses crimes estão localizados em áreas mais afastadas do centro. Félix (1996) chega a conclusões semelhantes quando associa crimes patrimoniais aos espaços mais ricos no contexto urbano e crimes contra a pessoa nas áreas mais pobres e zonas rurais. São nas periferias que estes crimes ocorrem em maior intensidade, sendo associados ao processo de segregação e articulação com os níveis de renda, de modo geral. (FELIX, 1996).

O centro comercial das cidades é o local onde há maior fluxo de pessoas e capital, favorecidos pelas relações de produção e, principalmente, pelo modelo de organização

espacial das cidades. Dessa forma, observa-se um favorecimento estrutural para concentração em determinadas áreas urbanas de ingredientes mais propensos aos crimes patrimoniais.

Essa não é uma constatação exclusiva do contexto brasileiro e tampouco da Geografia. Os sociólogos Cohen e Felson (1979), ao desenvolverem os princípios teóricos da teoria das Abordagens das Atividades Rotineiras, formularam explicação para os atos de violência a partir de um contexto de oportunidades que favorecem a vitimização.

Para essa teoria, a ocorrência do crime como comportamento predatório está basicamente associada a um ambiente ou contexto de oportunidades que pressupõe a convergência no tempo e espaço de uma combinação de três elementos sobre os quais se discorrerá a seguir, quais sejam, ofensor motivado, alvo disponível e ausência de guardiões. Por ofensor motivado, entendem-se aqueles indivíduos que, por algum motivo, estão dispostos a cometer crimes. O alvo disponível pode ser pessoas ou objetos, que disponíveis no tempo e no espaço, estão suscetíveis a prática da ação delituosa. E o terceiro elemento, os guardiões, pode ser a presença de profissionais ou tecnologia de segurança desde que sejam capazes de prevenir violações (COHEN E FELSON, 1979).

Assim sendo, ao analisar o contexto de algumas cidades norte-americanas os referidos autores descobriram que, em síntese, a exposição, proximidade e práticas sociais estão relacionadas ao ambiente de oportunidades produzido pelo comportamento dos indivíduos em um determinado ‘espaço’ (grifo nosso).

A teoria das Abordagens das Atividades Rotineiras encontra no ambiente urbano um conjunto de oportunidade para sua manifestação. O próprio modo de vida urbano baseado em dinamismo e impessoalidade, o anonimato das relações interpessoais das médias e grandes cidades, a vulnerabilidade social, a intolerância com a diversidade cultural e a fragilidade dos mecanismos de controle social são algumas das condicionantes utilizadas para explicar o crime e a criminalidade enquanto subprodutos das relações interpessoais nas cidades.

### **2.1.1 Crime e criminalidade como dilemas urbanos**

O crime e a criminalidade são conceitos polissêmicos podendo assumir uma definição moral ou legal a depender da área do conhecimento explorada. Num viés sociológico, o crime é visto como um desvio às normas socialmente instituídas, ou seja, aquelas estabelecidas pelo fato social. Diferentemente da definição formal do Direito que o reconhece como um comportamento contrário à norma, que está vinculado a uma sanção

penal. A criminalidade, por outro lado, representa comportamentos sociais que ultrapassam as normas penais instituídas e observadas enquanto práticas coletivas.

Ao se fazer um recorte reducionista do fenômeno crime, este poderia ser encontrado na literatura basicamente em três searas. Na dogmática penal, que se ocupa da sistematização dos dispositivos legais dos paradigmas científicos e das normas, na criminologia responsável pela explicação causal do crime como obra de um autor determinado e na política criminal cujo objeto é o planejamento de estratégias de combate e prevenção da criminalidade. Para essas duas últimas categorias, a sociologia destaca-se ao fornecer subsídios às análises para interpretação dos dispositivos e para a elaboração de ações preventivas e repressivas da criminalidade (ESTEFAM, 2008).

Fausto (2001) define criminalidade como fenômeno social em sua discussão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões mediante a constatação de regularidades, diferentemente de crime, que diz respeito ao fenômeno em sua singularidade.

A definição de crime utilizada neste trabalho é aquela que representa questões que envolvem o comportamento individual, contrário às normas de convívio social aceitável. Já, para a criminalidade, admite-se o conceito de comportamentos sociais que ultrapassam as normas penais instituídas. Em outras palavras, crime estará vinculado conceitualmente aos atos individuais, enquanto a criminalidade a um conjunto de ações relacionadas à coletividade.

Essas manifestações de ações relacionadas à coletividade têm encontrado no ambiente urbano, condições adequadas à sua manifestação. Para Beato Filho (2012, p. 146) “modernamente o desenvolvimento dos grandes centros urbanos tonou-se sinônimo de medo, ‘crime’, restringindo de diversas formas a liberdade de seus habitantes e erodindo com a sensação de segurança.”

Wirth (1938) concorda com a intensificação da violência urbana ao afirmar que na cidade a proliferação de desarranjos pessoais, desordem mental, suicídio, delinquência, corrupção, crime e insegurança são mais favoráveis que no campo. Pedrazzini (2006, p. 97), por sua vez, visualiza o ambiente urbano como propício a atos violentos ao afirmar que “a cidade é uma fábrica social da violência, onde os jovens dos bairros pobres são proletários sem descanso”.

Um questionamento que orienta as reflexões sobre a criminalidade no espaço urbano é a que procura responder ao porquê de nas cidades ter-se noticiado tantos casos de crimes. Se por um lado, a reflexão inicial aponta para uma globalização da informação, disseminada pelos meios de comunicação, por outro, a banalização da vida, observada,

principalmente, nos crimes de homicídios, revela mazelas sociais que sinalizam um horizonte que está além da simples disseminação de notícias violentas.

A iminência real do risco de vitimização e o medo da possibilidade de tornarem-se vítimas fazem das cidades brasileiras aquilo que Souza (2008) cunha sob o termo “fobópole” ao tratar do medo e da militarização da questão urbana. A expressão cunhada pelo autor designa uma cidade em que grande parte de seus habitantes sofre com o estresse crônico decorrente da violência, do medo da violência e da sensação de insegurança.

Beato Filho (1998, 2012) ao tratar a questão criminal nas cidades salienta a hipótese de que a criminalidade violenta seria buscada na desigualdade de condições socioeconômicas. Para o autor, os estudos sobre a criminalidade devem considerar variáveis como privação relativa e absoluta. A questão da privação relativa e absoluta coincide com a leitura do que Merton (1968) nomina como meios legítimos e ilegítimos de sucesso individual no contexto social, afirmando que os indivíduos internalizam as metas-sucesso de sua sociedade e, não tendo acesso aos meios legítimos de conquistá-las, apelam aos meios ilegítimos como a força, a fraude e o crime.

Beato Filho (1998, 2012) sustenta sua argumentação no contexto das desigualdades socioeconômicas, direcionando sua observação para influência da privação. A privação relativa, em especial, valoriza a percepção do indivíduo em relação a sua situação econômica e os ideais de sucesso vigentes na sociedade, sendo esse o mecanismo responsável por uma maior ou menor incidência criminal. Nesse caso, a frustração do indivíduo por não alcançar aquilo que é desejável do ponto de vista socialmente legítimo desencadearia a violência. Na perspectiva da privação absoluta, o cerne para ocorrência da violência, é a pobreza absoluta. O contexto de limitação financeira associado aos problemas emocionais levaria a altos índices de violência.

Existem inúmeras teorias que procuram explicar a manifestação da criminalidade em ambientes urbanos. Longe de tentar identificar as teorias mais importantes, mas na esteira de reconhecer a complexidade envolvida na compreensão dos fenômenos, vale salientar apontamentos em parte da literatura que se preocupam com a questão.

Cohen e Machalek (1994) reconhecem o crime como um subproduto de padrões normais de organização social e de processos de interação. Para os autores, indivíduos criminosos são estrategistas e adotam os procedimentos que trazem melhores resultados em determinado momento.



Wolfgang e Ferracuti (1970) percebem o crime como resultado de uma subcultura a qual o indivíduo estaria exposto e o aprendizado seria o responsável por sua reprodução social. As subculturas sobreviveriam apenas em contextos de desorganização social.

Cloward e Ohlin (1970) propõem um entendimento sustentado na teoria da “estrutura diferencial de oportunidades”, na qual os indivíduos ocupariam posições não só na estrutura legítima da sociedade, mas também na ilegítima.

Miller (1970), por sua vez, postula a existência de uma cultura de classe baixa, diferente do sistema cultural próprio das classes médias. Ideia que se aproxima da privação absoluta proposta por Beato Filho (2012) para o caso brasileiro.

Gottfredson e Hirschi (1990) associam a criminalidade a características individuais ao dizerem que criminosos são pessoas que não adquiriram autocontrole durante o processo de socialização.

Em síntese, para estes autores, a exposição, proximidade e práticas sociais dos envolvidos no processo de vitimização estão relacionadas ao ambiente de oportunidades produzido pelo comportamento dos indivíduos em um determinado espaço. Felix (2002, p.78) reforça a ideia contida nessa teoria e salienta a importância do método de espacialização geográfica ao afirmar que

A análise geográfica pode levar a interessantes e relevantes hipóteses da espacialização da criminalidade, já que além da lei, do ofensor e do alvo, a localização das ofensas é uma importante dimensão que caracteriza o evento criminal [...]. (FELIX, 2002, p.78).

As distintas formas de se observar e analisar a questão da criminalidade no contexto urbano direcionam para o reconhecimento de múltiplas possibilidades de análise. Por ser um fenômeno complexo, dinâmico e multicausal a criminalidade possui uma multiplicidade de variáveis explicativas na expectativa de se construir uma compreensão flexível diante do contexto em que se manifesta.

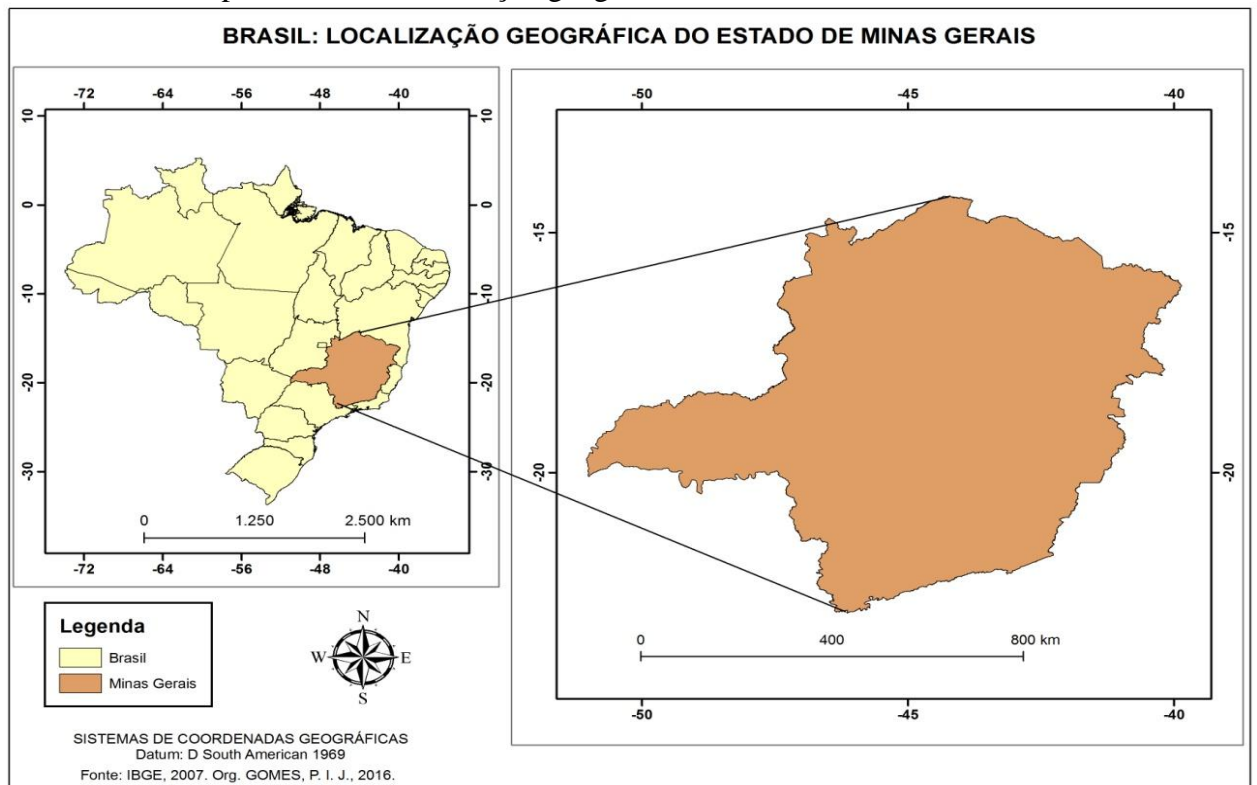
Nesse sentido, vale salientar aquilo que pode ser considerado um agregado explicativo produzido pelas teorias orientadas pela Escola de Chicago que sustentam a compreensão do fenômeno baseado no mapeamento da criminalidade, vinculando a relação direta entre crime, características geográficas e fatores sociais. Essa perspectiva explica a criminalidade pelo enfraquecimento dos mecanismos de controle em ambientes de desorganização social, fazendo com que o indivíduo faça uma escolha racional em relação ao crime e/ou incivilidades.

No Brasil, extensão territorial e diversidade sociocultural evidenciam diferentes padrões de criminalidade. Exemplo disso é o estado de Minas Gerais que, localizado na região Sudeste do país, apresenta um quadro geográfico diversificado e aliado a fatores socioeconômicos e quadro de exclusão podem condicionar uma sociabilidade violenta e geograficamente desigual.

## 2.2 Breves considerações sobre o estado de Minas Gerais

O estado de Minas Gerais está localizado na Região Sudeste do Brasil (Mapa 1), possui um território com extensão de 586.519,727 km<sup>2</sup>(quilômetros quadrados), sendo a maior unidade federativa no que diz respeito ao número de municípios do país, com 853 ao todo, ocupando 6,9% do território brasileiro e 63,5% da Região Sudeste. É dividido em doze mesorregiões (Campo das Vertentes, Central Mineira, Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata) e subdividido em 66 microrregiões (IBGE, 2010).

Mapa 1 - Brasil: localização geográfica do estado de Minas Gerais.



Fonte: IBGE, 2016. Org. GOMES, P. I. J. 2016.

Minas Gerais é conhecida por sua variedade climática, relevo, vegetação e diversidade cultural. O relevo é marcado por terras altas, chapadas e planaltos, o que favorece o relevo acidentado com predominância de significativas elevações, prevalecendo três ecossistemas no estado, Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga (IBGE, 2010).

Em relação aos aspectos climáticos, verificam-se três tipos, ao norte o tropical semiárido, no centro-sul, o tropical semiúmido e nas regiões mais altas, o tropical de altitude, responsável pelo aquecimento do setor turístico, em função da temperatura amena (IBGE, 2010).

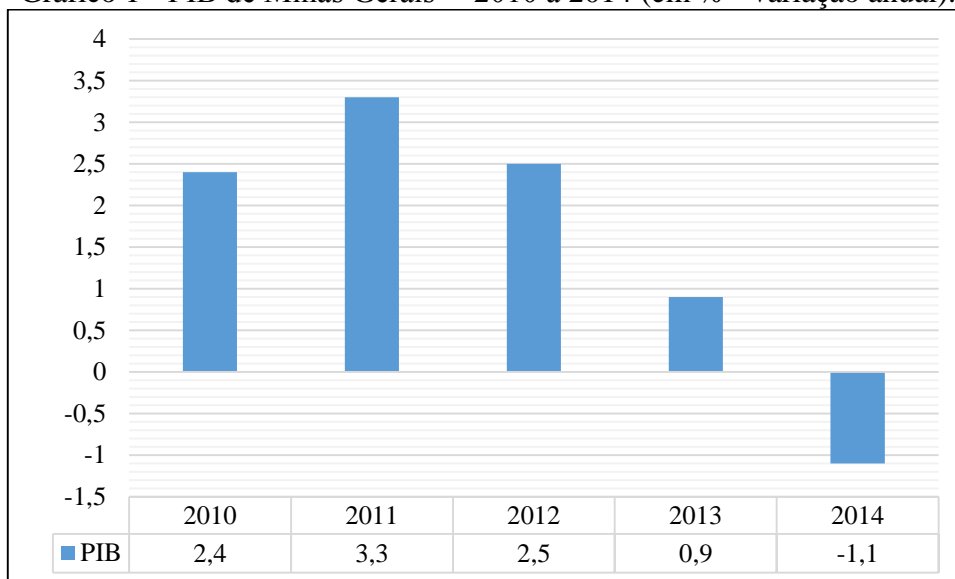
A vegetação é conhecida pela sua beleza e diversidade, embora tenha sofrido nas últimas décadas com o uso indevido e irresponsável em função dos mais diversos interesses. Há uma predominância da caatinga, do cerrado, floresta seca, úmida costeira e subtropical mista (FJP, 2003).

Sob os aspectos demográficos, é interessante enfatizar que a população total, corresponde a 19.597.330 habitantes, com densidade demográfica de 33,41 habitantes/Km<sup>2</sup>, ocupando a posição de segundo estado mais populoso do país, sendo o primeiro, São Paulo (IBGE, 2015).

O estado apresenta nas últimas décadas crescimento populacional, chegando a 20.734.097 de habitantes, conforme “Estimativa dos Estados e Municípios” realizada pelo IBGE em 2014, o que representa um crescimento de 5,8% se comparado aos dados do Censo de 2010, com uma média de 1,45% ao ano. Entretanto, se comparado ao ano de 2000, a elevação foi de 15%. A concentração da população mineira estava em sua maioria no ano de 2000 na zona urbana, com 82% e 18%, na zona rural. No ano de 2010, segue a tendência anterior, representando 85% e 15%, respectivamente (IBGE, 2011; FJP, 2003).

Entre os aspectos econômicos, é interessante enfatizar o Produto Interno Bruto – PIB, a renda per capita por domicílio, entre outros. A economia mineira baseia-se no setor de serviços com 59,7%, a indústria com 31,9%, é o terceiro maior parque industrial do país, com destaque para o setor automobilístico e a agropecuária 8,4%, sendo o primeiro produtor de leite, o terceiro de bovino e responsável por 50% da produção de café no Brasil. (FJP, 2003; IBGE, 2010). O Gráfico 1 mostra o PIB mineiro entre os anos de 2010 a 2014 em termos percentuais.

Gráfico 1 - PIB de Minas Gerais — 2010 a 2014 (em % - variação anual).



Fonte: Fundação João Pinheiro – FJP (2014)

O PIB em 2010 acaba por gerar mais de R\$ 351,4 bilhões de reais, considerados a preços correntes, configurando-se como o terceiro maior do Brasil, sendo São Paulo e Rio de Janeiro os primeiros, respectivamente, contribuindo em 9,1% do PIB nacional. Esse valor foi 22,4% superior ao registrado no ano de 2009, que foi mais de R\$ 287 bilhões (IBGE, 2010).

Esse bom desempenho foi, em grande medida, pela elevação no setor industrial de extração, que registra um acréscimo de 29%; a indústria de transformação, com 16%; associado aos segmentos da indústria, construção civil e os Serviços Industriais de Utilidade Pública -SIUP (produção e distribuição de energia elétrica e saneamento básico) cresceram, respectivamente, 7,4% e 4,0%; e, agropecuária de 5,5%. Esse foi o ano que o PIB per capita mais se aproxima da média nacional desde 1995, alcançando R\$ 17.931,89 e o brasileiro chegando a R\$ 19.766,33 (FJP, 2003). Em 2011, esse indicador apresenta um valor absoluto de R\$ 386,2 bilhões e em 2012 de R\$ 403,6 bilhões, uma elevação de 4,5%.

Em 2013, Belo Horizonte e Uberlândia foram os municípios que mais contribuíram para o PIB, representando 22% do valor total. Em 2013 esse indicador apresenta um crescimento de 0,5% em relação a 2012, sendo os setores de maior contribuição dos serviços, 1,6%, a agropecuária com 0,5% e a indústria teve uma retração de 1,8%, associada à queda do setor automobilístico em razão da retirada do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI que gerava incentivos e estímulo ao consumo. Vale ressaltar que o crescimento médio do PIB mineiro entre os anos de 2010 a 2013 foi superior a 3,6% ao ano (PINHO, ROCHA E BRITO, 2014).

Em relação ao PIB per capita, três dos dez municípios com menor indicador do estado estavam no Norte de Minas, entre eles São João das Missões (R\$ 4. 222,20); Mamonas (R\$ 5.114,15) e Icarai de Minas (R\$ 5196,51), entretanto, nenhuma cidade do Norte compunha as dez cidades com maior PIB per capita. Esse fato mostra a realidade mineira, marcada fortemente pelas disparidades regionais (FJP, 2010; IBGE, 2014).

Em relação à contribuição para composição do PIB, verifica-se que o Norte de Minas, ocupa o sétimo lugar, sendo o primeiro lugar a região metropolitana, o Sul e o Triângulo Norte e os três últimos a região Central, o Médio e Baixo Jequitinhonha, e, por último, o Alto Jequitinhonha.

No ano de 2014, o PIB sofre retração de -1,1%, fato atribuído em grande medida a fatores climáticos que limitaram o setor agropecuário e geração de energia elétrica. O setor agropecuário sofre retração de -4,4%, a indústria de -3% e os serviços ficaram praticamente estagnados, apresentando elevação de 0,2%.

As exportações no ano de 2014 foram superiores a US\$ 24 bilhões de dólares e entre os principais produtos exportados estão o minério de ferro: 29%; o ferro, aço e suas sobras: 26%; café em grão: 12% e carros e peças: 8%. As importações representaram US\$ 10,5 bilhões, estando entre os produtos mais importados, os veículos automotores e peças: 20%; máquinas e equipamentos: 13%; carvão mineral e derivados: 12% e adubos e fertilizantes: 9% (FJP, 2015).

Em relação à renda da população, utilizando a nomenclatura do IBGE no Censo 2010 para classificação, constata-se que foi dividida em oito nomenclaturas, usando como referência o salário mínimo. As residências que auferem renda até um quarto do salário, correspondem a 6,3%. De um quarto a meio salário mínimo era de 19,4%; de meio salário a um salário 33,3%. De um a dois salários corresponde a 22,6%; de dois a três é de 6,5%; de três a cinco: 4,7%; mais de cinco salários: 5,2% e os que não possuem nenhum rendimento: 3%. O que se percebe é que mais de 50% das residências vivem com até um salário mínimo por mês (PINHO, ROCHA E BRITO, 2014).

Em que pese o alto percentual de pessoas em condições financeiras vulneráveis, ou seja, até um salário mínimo, é importante salientar que houve uma redução do número de famílias nessas condições, não somente em Minas Gerais, mas em todas as regiões do Brasil, favorecido, tanto pelas questões demográficas, como se verá a seguir, quanto pelas políticas sociais de assistência e previdência. Entre os anos de 1991 e 2000, houve uma redução de 2 milhões de pessoas nessa condição e entre os anos 2000 e 2010, a redução foi mais expressiva, representando 2,1 milhões de pessoas. Em termos percentuais, verifica-se que em

1991, os pobres eram 41% da população, em 2000 passa para 25% e em 2010, 11% (PINHO, ROCHA E BRITO, 2014).

No que diz respeito aos aspectos sociais, é importante salientar fatores ligados à escolaridade, estrutura dos domicílios, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, entre outros. No que se refere à taxa de alfabetização de pessoas com 10 anos ou mais no Censo de 2010, o percentual é de 93%, ao dividir-se por áreas, verifica-se um percentual de 82% na zona rural e de 96% na zona urbana. Em relação à população com 15 anos ou mais por grupos de idade, verifica-se que em 2000, o percentual total era 12,0% da população e em 2010 sofre uma redução e fica em 8,3%.

Ao discriminar por grupos etários, constata-se que entre 15 a 24 anos as taxas de alfabetização eram de 3,2% em 2000 e em 2010, de 1,4%. Entre os indivíduos de 25 a 59 anos, os valores são mais elevados, representando, 11% e 6,4% e entre a população com idade superior a 60 anos, era de 35,8% em 2000 e 26,5% em 2010. O que se percebe é que ao longo do período analisado, houve uma redução em todas as faixas etárias, entretanto, a maior diminuição foi entre os acima de 60 anos, grupo que ainda possui indicador expressivo.

Em relação aos domicílios, é interessante ressaltar que foi utilizada a nomenclatura do IBGE de classificação, que o caracteriza como ocupado, desocupado ou coletivo. Conforme dados do Censo 2010, 84% das residências estão ocupadas, 15,8% desocupadas e 0,2% são coletivas. Desses domicílios particulares não ocupados, 60,6% estão vagos e 39,4% são utilizados ocasionalmente. E dos espaços coletivos, 58,8 estão sem morador e 41,2% possuem morador (IBGE, 2010).

No que concerne à existência de banheiro ou sanitário, ou qualquer outro tipo de esgotamento sanitário em 2010 nos domicílios permanentes ou particulares, verifica-se que 75,4% das residências possuíam rede de esgoto ou pluvial, as que contavam com outros tipos de saneamento chegava a 20,1%, os com fossa séptica: 3,2% e sem banheiro: 1,3%. Comparando os valores absolutos de residências com esses tipos de serviços no Censo dos anos 2000, verifica-se um aumento de mais de 42% dos domicílios com rede de esgoto e os que possuíam outras formas de saneamento, que foi de 10%, no caso da fossa e das residências sem banheiro, apresentaram uma redução de 69% e 59%, respectivamente.

É interessante ressaltar que os dados referentes ao acesso à energia elétrica em 2010 são melhores, uma vez que 99% das residências possuem esse serviço fornecido por distribuidora, os que contam com outras fontes eram de 0,3% e os que não possuíam correspondem a 0,70%. Os serviços de abastecimento da rede geral com canalização interna

eram presentes em 99,8% das residências, ao passo que os que possuíam canalização externa eram de 0,2%. Os dados em relação à coleta direta de lixo representavam 85% dos domicílios.

Outro indicador de suma relevância para a discussão é o IDH, uma medida criada para contrapor o PIB per capita, utilizado para mensurar o desenvolvimento humano da população, utilizando três dimensões, renda, saúde e educação. O Censo de 1991 era de 0,478, em 2000 de 0,634 e em 2010 de 0,731. Embora tenha apresentando alterações ao longo do período analisado, verifica-se que o IDH ocupa posições diferentes no ranking da federação, sendo que no primeiro ano fica em 10º lugar, no segundo, no 8º e no terceiro, em 9º.

O estado de Minas Gerais apresenta um quadro diversificado no que se refere aos indicadores socioeconômicos. Municípios localizados na região Central do estado, no Triângulo Mineiro e na região Sul, apresentam indicadores diferentes daqueles observados na região Norte. Essa característica é semelhante quando se observa os indicadores de violência e de criminalidade.

### **2.3.1 Indicadores de criminalidade e violência em Minas Gerais**

Um primeiro esforço para contextualizar a violência passa pela identificação de variáveis disponíveis, que sejam representativas, do ponto de vista da capacidade de caracterizar categorias similares de representação da violência em contextos distintos. Esse exercício favorece uma análise em perspectiva comparada, permitindo distinguir entre a construção social do sentimento de insegurança e a realidade social passível de observação e mensuração.

A identificação de indicadores semelhantes mensurados em diferentes contextos permite isolar o medo do crime da criminalidade. Em outras palavras, permite distinguir a incidência criminal em determinados espaços do temor social da vitimização. Essa reflexão é o reconhecimento de que os indivíduos percebem de modo diferente as distintas categorias de mensuração da criminalidade, ou seja, os critérios estabelecidos pelos profissionais e agência de segurança pública daqueles construídos a partir da percepção individual e coletiva.

Um exemplo típico é a identificação da distribuição dos crimes de roubos nos estados brasileiros. Apesar do crime de roubo ser tipificado no Código Penal, cada estado tem autonomia para criar mecanismo de registro para contabilizar a informação. Desse modo, como não existe uma padronização de critérios para classificação dos delitos, análises comparativas depreendem esforços consideráveis na compatibilização das informações acessíveis.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) tem empreendido esforços no sentido de organizar informações sobre a criminalidade em distintas categorias. Entretanto, essa iniciativa é relativamente recente e tem apresentado dificuldades no sentido de recuperar séries históricas, sendo esse um obstáculo significativo.

As informações disponibilizadas pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) representam uma alternativa para resolução desse problema, não obstante, são limitadas a padrões de mensuração da violência de forma específica, como as mortes violentas por causas externas (BRASIL, 2008).

Nessa direção Waiselfiz tem se esforçado, a partir de uma série intitulada Mapa da Violência, no sentido de padronizar indicadores sobre a criminalidade violenta no Brasil desde o ano de 1988. A compatibilização tem considerado principalmente a temática relacionada a homicídio, organizada a partir de algumas categorias tais como: adolescentes, sexo, uso de armas de fogo, acidentes de trânsito, entre outras (WAISELFIZ, 2010, 2011, 2014, 2015).

Um exemplo prático da dificuldade de comparação de indicadores de criminalidade em perspectiva nacional pode ser demonstrado de uma das categorias utilizadas nesta pesquisa para dimensionar a violência, a categoria “crime violento”, considerada pela Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS, como uma variável capaz de monitorar violência em uma perspectiva mais ampla que aquela considerada a partir das mortes violentas. É representada por um conjunto de crimes que envolvem homicídios, estupros, sequestros, latrocínios, roubos, entre outros.

O ICV (Índice de Crimes Violentos) é calculado levando-se em conta a população existente e o somatório total de crimes ocorridos em determinado espaço e tempo (geralmente o acumulado anual é usado como referência). Apesar de ser um indicador utilizado pelas agências do estado em Minas Gerais, ele não é o mesmo em outros estados da federação.

O ICV em Minas Gerais apresenta uma trajetória instável quando se considera os registros nos últimos quinze anos (2000-2014). Em 2000, o número de vítimas para cada grupo de cem mil habitantes era de trezentos e sessenta e quatro pessoas e alcança seu valor mais alto em 2003, com quinhentas e cinquenta e duas vítimas, representando um aumento acumulado de mais de 61%.

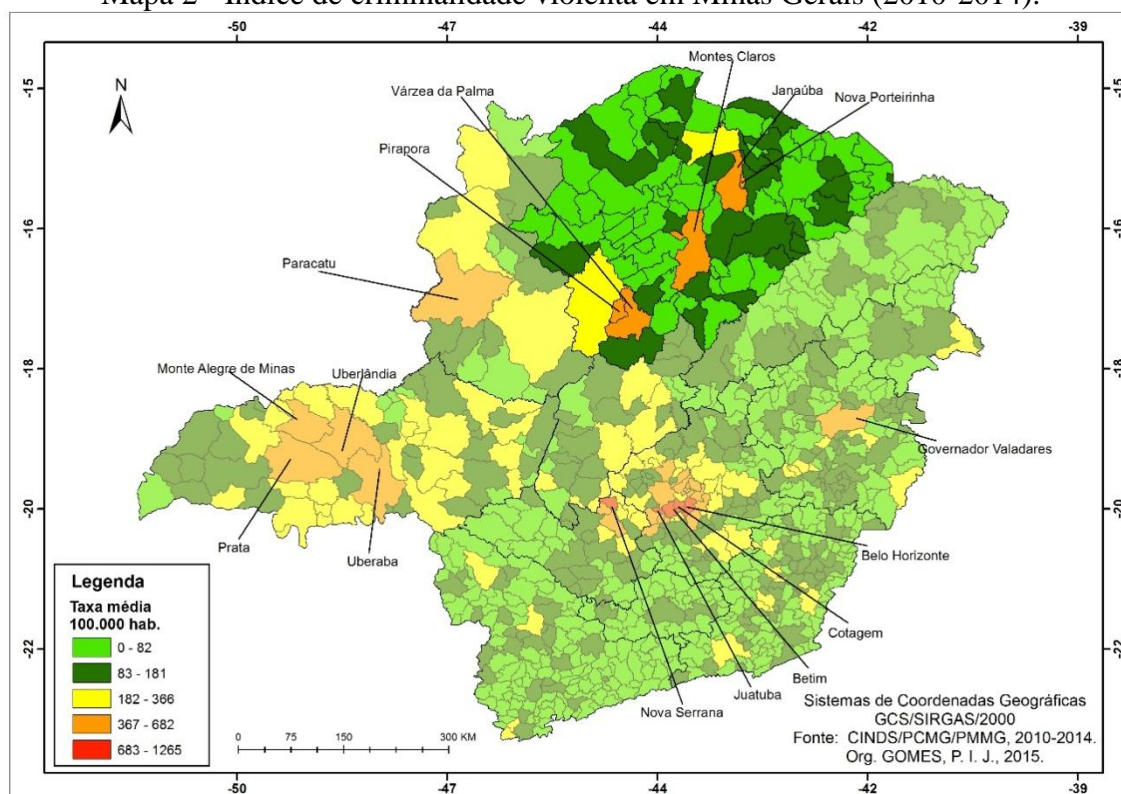
O padrão espacial de distribuição desses crimes violentos varia de acordo com o período observado. Tomando despretensiosamente os últimos cinco anos (2010-2014) para observação, é possível perceber que os maiores índices estão localizados na região central do estado, sobretudo, na região metropolitana, em Belo Horizonte, Betim e Contagem, no



município de Juatuba (não faz parte da região metropolitana) e no município de Nova Serrana localizado na região Oeste.

A região Central possui a maior quantidade de municípios com ICV considerado “elevado” conforme Mapa 02, em cinco categorias que escalonadamente do maior para o menor representam o intervalo de incidência do ICV em: elevado, alto, médio, baixo e baixíssimo.

Mapa 2 - Índice de criminalidade violenta em Minas Gerais (2010-2014).



Fonte: CINDS/PCMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015

Na sequência, com maior número de municípios com ICV elevado, aparecem as regiões do Triângulo e do Norte. O Vale do Jequitinhonha e o Campo das Vertentes constituem o contraponto das regiões que concentram esses crimes, uma vez que todos os seus municípios possuem ICV baixo ou baixíssimo. A região Sul, Zona da Mata e Vale do Mucuri destacam-se pela grande maioria de municípios com ICV baixíssimo ou baixo (Mapa 02).

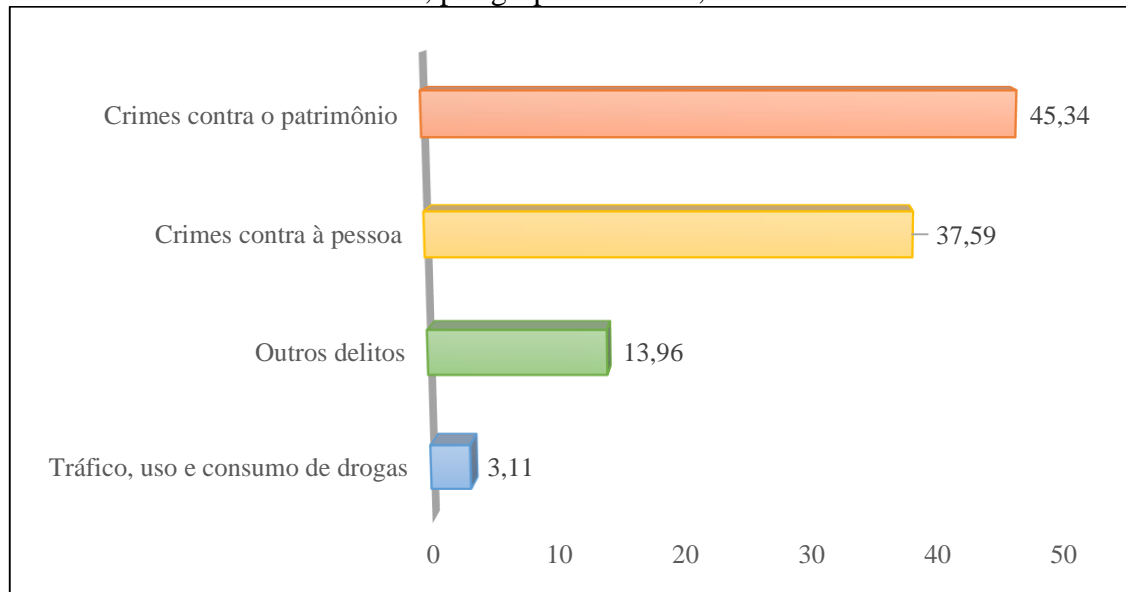
O padrão de distribuição da criminalidade violenta em Minas Gerais pode ser verificado a partir de distintas teorias socioespaciais que se dedicam a explicar o fenômeno. Cohen e Machalek (1994) reconhecem a dispersão espacial da criminalidade como subproduto de padrões da organização social e de processos de interação. Wolfgang e

Ferracuti (1970) percebem como resultado de uma subcultura apreendida e transferida pela interação social. Para Gottfredson e Hirschi (1990), as características individuais e ausência de autocontrole por parte dos indivíduos são os fatores responsáveis pela incidência de crimes. Cohen e Felson (1979) culpam o contexto de oportunidades que favorece a vitimização. Melgaço (2006) sustenta que seria resultado do atrito causado pela interação entre a solidariedade orgânica (lugar) e organizacional (redes).

A orientação de Merton e Beato Filho (1968) se fortalece no atual momento histórico, social e espacial, quando se contextualiza a mudança do padrão cultural da pós-modernidade, principalmente, quando se observa como os indivíduos se relacionam e como o materialismo passa a orientar sua postura que, por meio da ostentação e das posses, elegeram no consumo a idealização de um padrão a ser buscado e alcançado a qualquer custo.

Inúmeras são as variáveis a serem consideradas para compreensão do padrão espacial da criminalidade em Minas Gerais, e quiçá, no Brasil. Todavia, desigualdades, privações e uso de meios ilegítimos para alcançar objetivos pessoais parecem sustentar a existência de um padrão claramente no estado. É provável que o quantitativo das denúncias de crimes, no estado, junto às polícias apresente um percentual de crimes patrimoniais superior aos crimes que originam o segundo grande grupo, constituído por violência interpessoal, mensurados pelos crimes contra a pessoa, conforme pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Percentual de crimes, por grupo de delitos, em Minas Gerais – 2000 a 2014.



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015

Batitucci (1998), através de um estudo sobre homicídios em regiões metropolitanas sinaliza para a existência de um padrão criminal baseado na projeção de crimes patrimoniais.

Ao observar as informações sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Minas Gerais, que é constituído pelas variáveis renda, longevidade e educação, é possível perceber que entre 1991 e 2010 o indicador apresenta melhoria. Segundo o IBGE (2015), o IDH eleva-se de um percentual de 0,478 para 0,731, ou seja, o estado passa de um IDH muito baixo, para alto. Todos os indicadores apresentaram elevação, contudo, a educação foi aquele que sinaliza maior aumento no período observado, passando de 0,257 em 1991, para 0,638 em 2010. A renda média dos mineiros foi o indicador com pior desempenho dentre os três observados, passando de 0,618 em 1991 para 0,730 em 2010.

Coincidentemente entre 2000 e 2014, os registros das polícias mostram um aumento superior a 52% no percentual de crimes patrimoniais. Isso reforça os achados de Beato (1998), ao evidenciar que melhoria de indicadores sociais não contribui com a redução da criminalidade, ainda que não seja possível estabelecer correlação entre o menor desempenho da variável renda na composição do IDH, essa é uma das pistas que reforçam a tese das privações propostas pelo autor.

Embora essa seja uma análise simplista, Saporì (2007) sinaliza para mudança no padrão de criminalidade em Minas Gerais que era relativamente instável na década de 1980 e que se transforma significativamente a partir do final da década 1990.

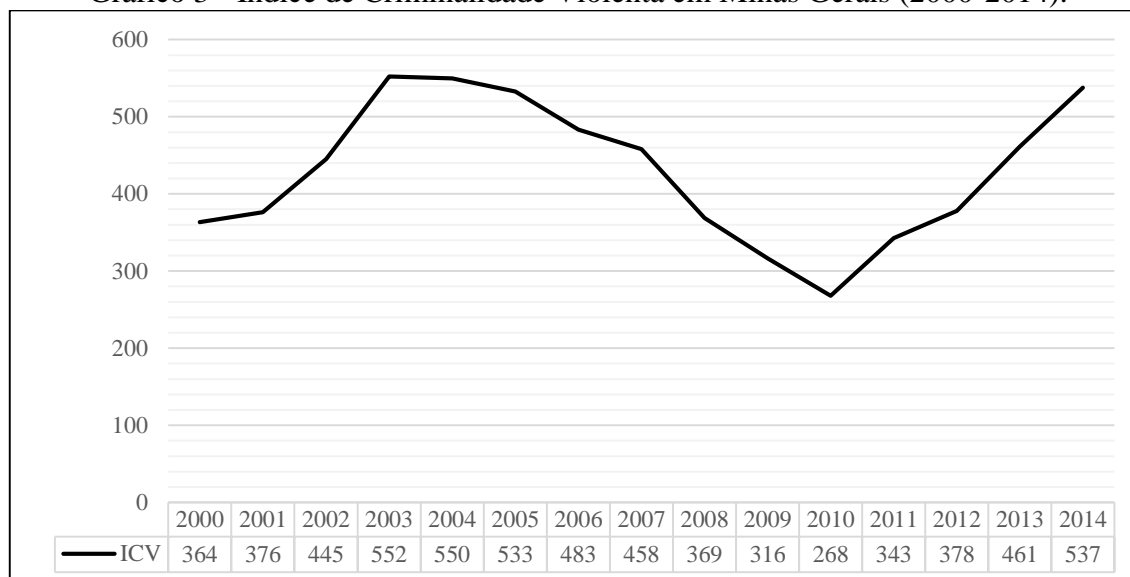
O que desperta a curiosidade nos apontamentos de Saporì não é a mudança no padrão da criminalidade, mas sim algumas das explicações para justificar uma oscilação, em especial dos crimes violentos. Saporì (2007) justifica que a redução dos indicadores de criminalidade em Minas Gerais está vinculada à ação governamental adotada a partir de 2003, em que houve a fusão entre as Secretarias de Justiça e Direitos Humanos com a Secretaria da Segurança Pública e a adoção de posturas diferenciadas com ênfase à análise criminal.

Esse rearranjo origina a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS). O “choque de gestão” é apontado como instrumento de maximização da articulação entre as agências que compõem a defesa social (MAGALHAES, 2013).

O Gráfico 3 mostra o ICV em Minas Gerais entre os anos de 2000 a 2014. Pelos dados, percebe-se que durante todo o período analisado, o índice sofre aumento, se for considerado o ano de 2000 como base. Contudo, somente nos anos de 2009 (-13%); 2010 (-26%) e 2011 (-6%) houve uma redução. O destaque para os maiores crescimentos no ano de 2003 (52%); 2004 (51%); 2005 (43%) e 2014 (48%). Se considerar o ano de 2003, que foi o

ano que teve um maior aumento como base, verifica-se que durante todo o período posterior, o indicador apresenta redução.

Gráfico 3 - Índice de Criminalidade Violenta em Minas Gerais (2000-2014).



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015

Magalhães (2013) reafirma os novos contornos alcançados com o panorama da criminalidade mineira a partir desse modelo de gestão. Naquela época constata-se que a taxa criminal no estado de Minas Gerais teve um crescimento acelerado entre os anos de 1995 e 2003, e somente após esse fato que o estado experimenta redução nesses índices; fato creditado à resolução de alguns programas estabelecidos no nível estadual que certamente contribuíram para minoração daqueles números.

Sapori (2007) reconhece que a oscilação dos indicadores não pode ser explicada apenas pela intervenção do governo, todavia, pondera que um modelo de gerência da segurança pública pautado na gestão da crise não contribui para manutenção dos indicadores em níveis aceitáveis.

Verifica-se que há dois padrões sobre a criminalidade que despertam curiosidade em Minas Gerais. O primeiro é a diminuição dos crimes violentos a partir de 2003, quando se observa os dados dos últimos quinze anos e o segundo é o aumento do número de homicídios e de ocorrências relacionadas às drogas no mesmo período.

Existe um esforço por parte dos pesquisadores em atribuir peso às explicações advindas de mudanças de padrões micro e macrossociais, diminuição dos laços de

solidariedade, anonimato, mudança no padrão cultural, redução dos valores morais, entre outras justificativas.

Uma das justificativas, para o recorte longitudinal dos dados que contextualizam a violência utilizada nessa pesquisa, é que foram escolhidos intencionalmente para enfatizar, exatamente outra perspectiva analítica: aquela que atribui ao modelo o gerenciamento da segurança pública implantado em Minas Gerais, a partir de 2003.

É por essa razão que os dados sobre homicídios são comumente utilizados para contextualizar a criminalidade e a violência no contexto brasileiro, permitindo comparações entre regiões, estados e municípios. Diante dessa dificuldade e da necessidade de posicionar o contexto de Minas Gerais em relação aos demais estados brasileiros, é que foi escolhido o indicador de mortes violentas.

Quando se observa os dados produzidos pelo Mapa da Violência, os indicadores são diversificados em relação aos municípios, não sendo possível constatar uma homogeneidade nas regiões brasileiras. Se levar em consideração as cinco regiões do IBGE em 2014, os maiores indicadores são encontrados na região Nordeste e Norte que apresentam indicadores homogêneos, em que mais de trinta e três pessoas para cada grupo de cem mil habitantes podem ser vítimas de homicídios. A região Sul apresenta 14,36 mortes para cada grupo de cem mil habitantes e a Sudeste aproximadamente 17 (BRASIL, 2014; 2015).

Na região Sudeste, São Paulo é o estado com a menor taxa, apresentando aproximadamente dez vítimas para grupo de cem mil habitantes. Em seguida aparecem Minas Gerais com 19,1, Rio de Janeiro com 28,0 e Espírito Santo com 39,3. Observando-se os dez municípios com as maiores taxas, dois estão em Minas Gerais (Ribeirão das Neves – 43,5 e Betim – 49,3). Três estão no Espírito Santo (Vila Velha – 49,2; Cariacica – 57,5 e Serra – 72,4, maior taxa da região Sudeste). Os cinco restantes estão no estado do Rio de Janeiro (Belford Roxo – 43,6; Campos dos Goytacazes – 44,1; Duque de Caxias – 48,4; Nova Iguaçu – 58,3 e Cabo Frio – 67,5) (BRASIL, 2014; 2015).

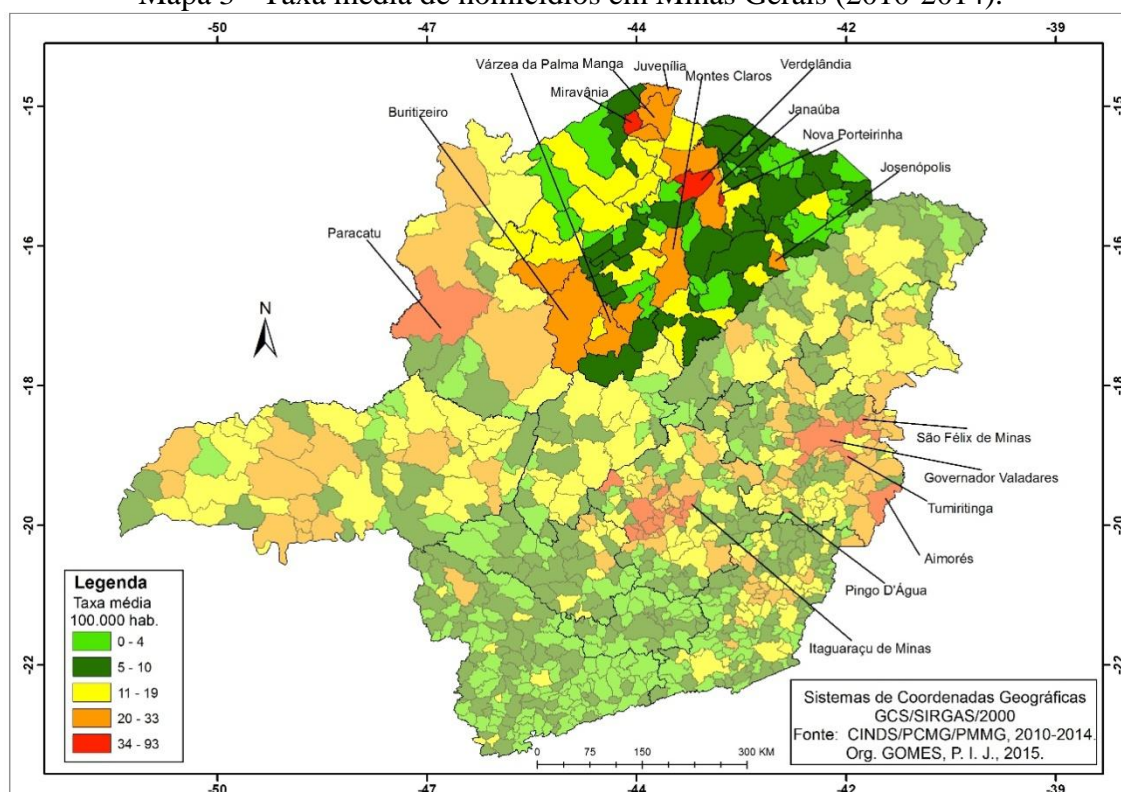
Apesar de Minas Gerais apresentar uma taxa modesta, quando comparados com a de outros estados da região Sudeste, o indicador é superior ao de outros estados e é praticamente o dobro daquele recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como aceitável, uma vez que o limite é de dez mortes para cada grupo de cem mil habitantes e em Minas esse número é dezenove. Além disso, quando observada a série história da taxa de homicídios em Minas Gerais, Saporì (2007), utilizando dados da Polícia Militar, chama atenção para o crescimento acumulado entre 1980 e 2004. Por vinte anos (1980 e 1999), a

taxa praticamente não oscila, ficando abaixo de dez vítimas para grupo de cem mil habitantes, entretanto, a partir dos anos 2000 até 2004 a taxa mais que dobra.

O autor argumenta que esse aumento foi mais intenso em função das mortes na região metropolitana de Belo Horizonte. Com esses dados, a capital mineira deixa de ser a sexta capital menos violenta em 1996, passando a ocupar a quarta posição em 2004.

Se em 2004 as mortes violentas se intensificaram na região metropolitana, entre 2010 e 2014, municípios aparentemente pacatos do interior do estado passaram a se destacar por apresentarem taxas elevadas, como é o caso de Itaguaraçu de Minas, Pingo D'Água, Tumiritinga, São Félix de Minas, Verdelândia, Miravânia, entre outras, que apresentaram taxas médias, no período considerado, superiores a trinta e quatro vítimas para cada cem mil habitantes, conforme observado no Mapa 3.

Mapa 3 - Taxa média de homicídios em Minas Gerais (2010-2014).



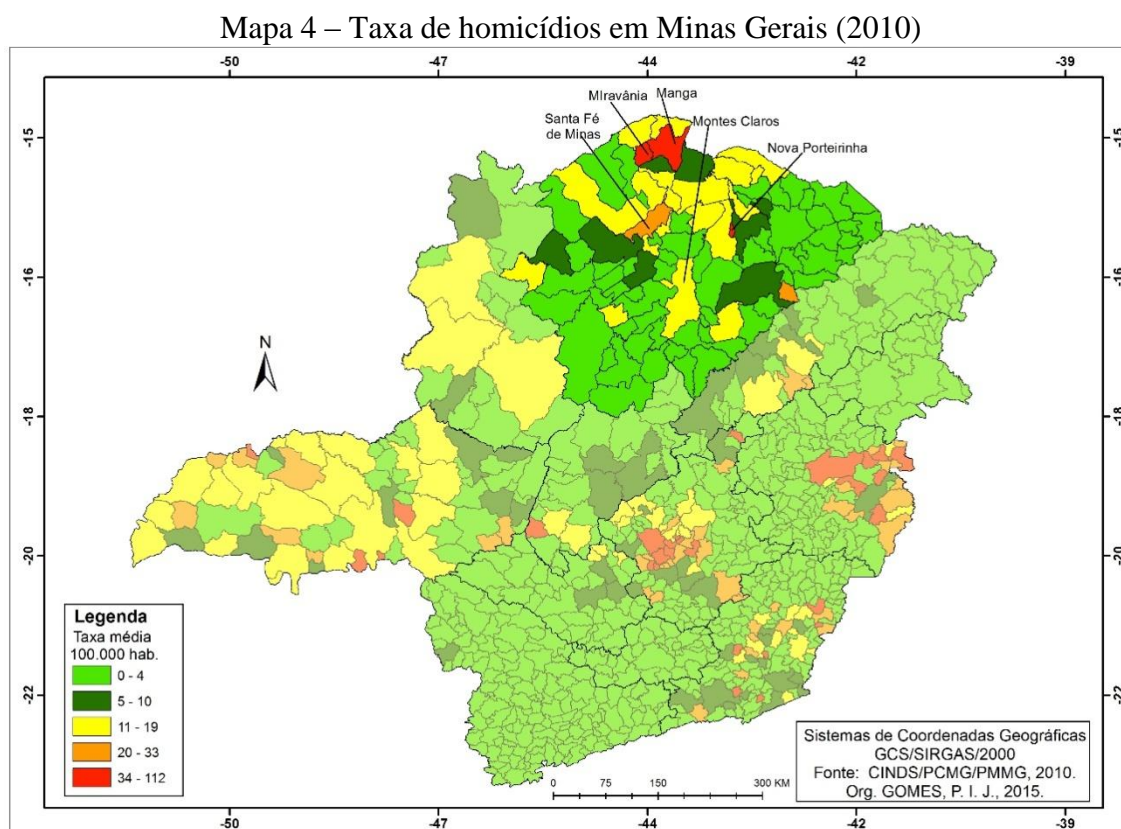
Fonte: CINDS/PCMG/PMMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015

O mapa 3 permite constatar que no Norte de Minas, quatorze municípios apresentaram taxas superiores a vinte óbitos para cada grupo de cem mil habitantes. Dessas, três estão entre aquelas que possuem as maiores vitimizações do estado com mais de 34



mortes por cem mil habitantes. Esse é um número de cidades bem superior àquele observado em 2010 para o mesmo indicador.

A comparação dos municípios localizados na região Norte de Minas, em evidência no Mapa 4, que trata da taxa média de homicídios entre 2010 e 2014, com o Mapa 3, mostra a mesma taxa em 2010, permitindo perceber um recrudescimento da violência nessa região. Nesse último ano, apenas cinco municípios apresentaram taxas superiores a vinte óbitos por cem mil habitantes, sendo que três deles, Manga, Miravânia e Nova Porteirinha apresentam taxas superiores a trinta e quatro homicídios, enquanto no acumulado (2010-2014) são 14 municípios.



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

Vale ressaltar na contextualização histórica temporal da criminalidade em Minas Gerais o comportamento dos delitos relacionados às drogas, uma vez que desdobramentos relacionados ao tráfico podem condicionar padrões de dispersão criminal.

Nesse sentido, ainda que não seja possível estabelecer correlação positiva entre o aumento da violência e o aumento dos crimes relacionados às drogas, com especial atenção ao tráfico, é lícito dizer que no mesmo período em que o estado passa a apresentar redução da

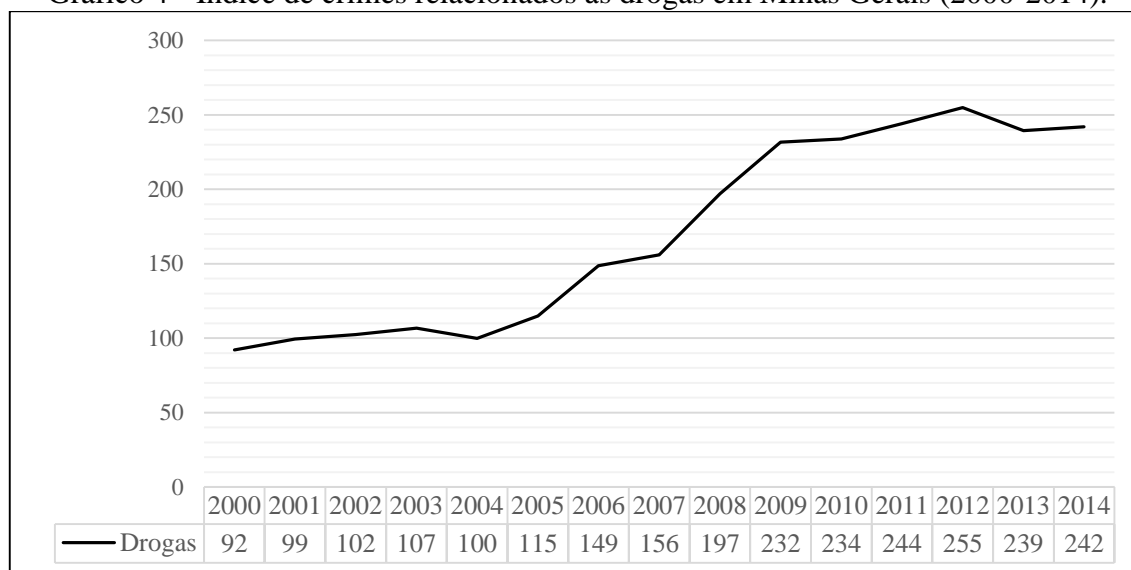
criminalidade violenta e aumento dos homicídios, observa-se uma elevação no percentual nos registros de entorpecentes.

Uma pesquisa realizada na capital mineira, em relação ao Brasil, com dados do Sistema de Indicadores de Mortalidade - SIM de 2000 a 2009, aponta que em Belo Horizonte 25% das vítimas usaram maconha, cocaína e crack; 21% utilizaram álcool, 17% apenas maconha e 15,5% somente cocaína ou Crack (DRUMOND, SOUZA E HANG-COSTA, 2015).

Os autores argumentam que os resultados são elevados para os percentuais apresentados, uma vez que estudos realizados em outras cidades brasileiras mostram percentuais três vezes menores para o uso de maconha, por exemplo. Concluem, afirmando que os conjuntos de mortes e de atos de violência possam, em alguns casos, não se vincular diretamente ao tráfico, contudo, a presença das drogas é um fator sensível para ampliar a vitimização ou perturbação da violência.

No gráfico 4, verifica-se o índice de crimes relacionados às drogas em Minas Gerais, indicando sua trajetória ascendente. A série histórica de quinze anos (2000-2014) aponta que a partir de 2004 até 2012, houve um aumento acumulado superior a 155% no número de envolvidos. Considerando o início e o final do período em questão, o dado acumulado no número de vítimas para cada grupo de cem mil habitantes, ultrapassa 260%.

Gráfico 4 - Índice de crimes relacionados às drogas em Minas Gerais (2000-2014).



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015

É interessante ressaltar que esses dados estendem-se para várias regiões do estado, como é o caso de Montes Claros que, no ano de 2014, apresenta uma elevação de 35,9% no



número de crimes violentos. Por mais que seja possível dizer que os crimes relacionados às drogas cresceram de modo coincidente aos crimes violentos, o aumento acumulado no período revela uma dúvida sobre uma possível relação. O indicador sinaliza para a necessidade de aprofundamento na questão de aproximação das variáveis do ponto de vista da compreensão do seu comportamento histórico.

Em um estudo realizado por Gomes (2013) sobre “Desigualdade Social e Criminalidade nas cidades de Juiz de Fora, Montes Claros e Uberlândia, torna-se perceptível o fato de que embora os três municípios tenham atingido crescimento nos indicadores econômicos, como PIB, PIB per capita, redução da pobreza, melhoria do IDH, eles não conseguiram fazer o mesmo com a criminalidade. Quando analisados os homicídios, a cidade de Montes Claros apresenta o maior número de vítimas de crimes violentos para o grupo de cada cem mil habitantes, representando um aumento superior de 34,97% em relação a Uberlândia e de 182,82% a Juiz de Fora. O desempenho do Índice de Responsabilidade Social/segurança pública deixa isso evidente, uma vez que o município de Triângulo Mineiro apresenta o pior desempenho entre os demais.

Não se pode negar que a melhoria das condições sociais seja algo desejável socialmente. Todavia, o resultado observado nos municípios analisados permite pensar os indicadores socioeconômicos como um meio e não como um fim para a redução da criminalidade. Isso significa que indicadores socioeconômicos são insuficientes para determinar uma maior ou menor criminalidade, o crime como fenômeno multifacetado e complexo envolve, entre outros aspectos, as escolhas individuais, os cursos de oportunidades e as distintas formas de sociabilidade.

Nesse sentido, pensar sobre a criminalidade significa refletir sobre as distintas formas de se estabelecer as relações sociais num determinado espaço/tempo, isso significa que sua compreensão perpassa pela análise dos laços de solidariedade e, conseqüentemente, pelos mecanismos de coesão social. Além disso, é preciso considerar a apropriação do espaço por distintas representações de poder, que agregam ao território variáveis que contextualizam manifestações da violência e da criminalidade.

### **2.3 Identificando o território**

O conceito de território representa uma temática essencial para a análise espacial, uma vez que está diretamente relacionado aos processos de construção, controle, poder e dominação do espaço geográfico. É interessante a sua discussão na compreensão das

transformações socioespaciais, não somente na ciência Geográfica, na medida em que apresenta um caráter multidimensional e flexível que pode ser utilizado na análise de (re)produções econômicas, sociais e políticas, até mesmo em outras formas de relacionamentos do homem para com o espaço, principalmente, o espaço geográfico transformado pelas ações e pelas relações humanas.

Dessa forma, sem a pretensão de esgotar a temática, o subcapítulo pretende fazer um direcionamento ao conceito de território, como suporte a um conjunto de transformações que contribuem para (re)organização e/ou análise urbana, que neste se revela enquanto categoria analítica da Geografia para refletir sobre questões que envolvem o uso, a comercialização de drogas ilícitas e seus desdobramentos para a violência no contexto urbano.

### **2.3.1 Território e Estado**

A discussão em torno do conceito de território é complexa e de suma relevância para as mais diversas ciências, tais como: Sociologia, Economia, História, Ciências Naturais, e, sobretudo, para a Geografia. Em função do seu uso em várias áreas do conhecimento, essa conceituação torna-se algo amplo e polissêmico, justificando nos últimos anos a busca por novas teorias e explicações que possam ser construídas de forma interdisciplinar e favorecer uma melhor compreensão acerca do seu significado.

Na Biologia, por exemplo, território é utilizado para apontar as áreas de domínio de determinada espécie. Nas Ciências Sociais (Sociologia, Política e Antropologia), Economia e na Geografia, ganha ênfase nas situações norteadas pelas relações de poder, representadas pela ocupação e dominação territorial, conforme assevera Andrade:

Nas ciências naturais, o território seria a área de influência e predomínio de uma espécie animal que exerce o domínio dela, de forma mais intensa no centro, pertencendo esta intensidade ao aproximar-se da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies. Em ciências sociais, a expressão território vem sendo muito utilizada, desde o século passado, por geógrafos, como Frederico Ratzel, preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território, e também por Élisée Reclus que procurava estabelecer as relações entre classes sociais e espaço ocupado e dominado (ANDRADE, 2004, p.19).

Etimologicamente, a palavra território vem do latim *territorium* e significa pedaço de terra apropriado. Dessa forma, verifica-se que o conceito etimológico demonstra sua estreita ligação com a terra, fragmento do espaço onde se constroem relações de base

material, conforme apontado por Sposito (2004, p. 112) “território compreende recursos minerais, que podem ser classificados por sua quantidade ou sua qualidade, é suporte da infraestrutura de um país, é por sua superfície que os indivíduos de uma nação se deslocam”. E por base imaterial que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo social em relação ao seu espaço vivido (HAESBAERT, 2004). Embora haja a distinção dessas duas bases, é interessante apontar que essas não são indissociáveis, sobretudo, indispensáveis na análise geográfica. Essa primeira parte ater-se-á a primeira discussão, a base material.

No enfoque geográfico, o território é um dos conceitos básicos dessa ciência e desempenha um papel importante tanto na relação com a sociedade quanto na relação com o Estado. O termo território é utilizado desde o século XIV na Europa, sendo usado inicialmente para definir “jurisdição ou até mesmo órbita econômica de unidades governamentais, como feudos, cidades livres ou reinos” (GOTTMANN, 2012, p.2).

O conceito de território se fortalece no século XIX, no período de sistematização da ciência geográfica, principalmente, pelo esforço depreendido por Friedrich Ratzel ao explorar a ideia de “espaço vital”. Para Moraes (1995), o espaço vital legitimava o interesse e a necessidade de expansão do Estado alemão, assegurando melhores condições de vida por intermédio de uma maior disponibilidade de recursos, uma vez que o determinismo geográfico constitui uma condição ao desenvolvimento das nações, marcando o processo de sistematização da Geografia.

Nessas primeiras definições de território foca-se na dimensão de poder por via estatal e pouco se pensa em tratá-lo a partir do referencial humano, conforme salienta Silva (2015, p. 51)

Numa primeira definição, o termo se refere a uma “extensão considerável de terra”, na qual percebemos que há uma imprecisão quanto à abrangência dessa porção de terra e que não se refere a objetos e sujeitos que compõem o território; a segunda definição afirma ser o território “área de um país, província, etc”. Isto é, ele é entendido como um espaço de domínio jurídico-político que se manifesta na divisão entre país, estados e municípios. Por último, o território é definido como base geográfica o Estado, correspondente a solo, rios, lagos, baías, portos, entre outros, sobre a qual exerce sua soberania. Significa uma definição muito condizente com os países que fizeram a organização do seu Estado nacional, buscando identificar seus recursos naturais e suas fronteiras. Também uma definição bastante política, concreta, a qual vai ao encontro da formação dos Estados, sendo, portanto, o território no sentido do poder.

Essa forma mecânica de tratar o território, que mais se aproxima da geopolítica, é apontada por Souza (2009) como a “coisificação” rotineira do conceito de território, e que

encontrará raízes em fatores ideológicos e políticos. A contribuição dos aspectos sociais, políticos e culturais na conformação de um território, que se tornaram essenciais na contemporaneidade, não eram levados em consideração por essa vertente. Essa análise pioneira remonta as origens do conceito de território, contudo, não permite tratar de questões que vão além da estrutura política do Estado, como por exemplo, os territórios da violência e das drogas.

Essa concepção tradicionalista deixa uma constante herança da utilização da palavra “território” como sinônimo de “espaço geográfico”, não fazendo menção a importantes fatores como as questões culturais, simbólicas e aquelas relacionadas ao exercício do poder.

O recorte inicial apresentado para compreensão do território confunde-se com um pedaço qualquer da superfície terrestre, delimitado pelo observador em função daquilo que se deseja aludir. O território acaba sendo unicamente representado por elementos tais como rios, matas e cadeias de montanhas, pastos e os campos de cultivo, vilas e cidades (SOUZA, 2009).

Nesse contexto, surge a associação exclusiva, em especial entre os teóricos clássicos, de um tipo de recorte específico: além da relação apresentada entre a inseparabilidade entre o homem e a terra, apresentam o “vínculo estreito entre o Estado e o solo, constituindo-se num enraizamento da sociedade e do Estado ao solo, considerado patrimônio comum de um povo” (CASTRO, 2010, p. 68).

Souza (2009) apresenta a ideia de território caracterizada pelo *Estado-nação*, representado pelo “território pátrio”, ou seja, pelo “território nacional”. Nas palavras do autor

O ‘território’ por excelência, para o senso comum, mas também para juristas, militares e cientistas políticos – e até parageógrafos – terminou sendo, durante muito tempo, aquele “sobre o qual” o aparelho de Estado exerce a sua soberania. Nessas condições, “emancipar” a categoria *território* e construir um conceito em que não se confundisse a projeção espacial do poder (as fronteiras e a malha territorial) e os objetos geográficos materiais, e no qual uma fonte de poder (e com ela determinadas escalas) não fosse hiper privilegiada, exigiria um esforço de *crítica ideológica* – esforço esse que, em virtude do contexto histórico-cultural, durante muito tempo não foi nem sequer percebido pela maioria como sendo necessário ou pertinente (SOUZA, 2009, p. 62).

Para os geógrafos, tradicionalmente, o Estado foi o principal objeto de estudo, o *locus* de referência e de construção discursiva, o ambiente de trabalho e o ambiente a partir do qual se elaboram as ideias e as pesquisas, principalmente no campo da Geografia Política e da Geopolítica (SOUZA, 2009). Nesse contexto, uma das interpretações-chave para o termo

território foi produzida por Friedrich Ratzel (século XIX), a qual estabelece relação com o poder e ao domínio exercido pelo Estado Nacional, conforme menciona Moraes (1990a, p.72):

Pode-se, portanto, aceitar como regra que uma grande parte dos progressos da civilização é obtida mediante um desfrute mais perspicaz das condições naturais e que, nesse sentido, esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre povo e território. Pode-se dizer ainda, em um sentido mais geral, que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que a recebe.

Nessa definição, o território apresenta-se como expressão de um povo e sua identidade nacional, apresentando-se como a conjunção do solo (*boden*) e do povo, elementos sob os quais se organizaria a sociedade. O discurso acerca do território é essencialmente ligado ao referencial político de Estado, é a territorialidade do Estado-Nação (SOUZA, 2000). Na argumentação de Valverde (2004), a territorialidade de Ratzel associa uma identidade específica, presumindo que não existiriam subdivisões ou contradições internas a um Estado determinado, fixo no tempo e no espaço. Entretanto, a imutabilidade e estabilidade do Estado poderiam ser modificadas pelo uso da força, sendo esta relacionada à expansão territorial do Estado nacional por meio da força bélica.

Para se entender essa conceituação, é necessário atentar-se para a realidade histórica e geográfica que cercava os autores que defendiam essa correlação elementar entre território e Estado. O pensamento de Ratzel está muito vinculado ao projeto expansionista bélico do Estado alemão, bem como as teorias do “espaço vital”, inerentes ao crescimento e a formação da nação germânica na sua ascensão durante o século XIX, incluindo a ocupação e expansão territorial alemã. Nesse mesmo sentido, discute-se que

A própria noção de ‘espaço vital’ defendida por Ratzel no final do referido século ratifica o propósito do desenvolvimento civilizatório das potências imperialistas, trazendo consigo uma visão ‘naturalizada’ de território, a qual afirma e reafirma as atuais teses racistas que defendem uma ligação entre espaço e grupo etno cultural. Isso explica porque o conceito de território foi tão fortemente associado a um referencial político do Estado, sendo constantemente tratado como sinônimo de território nacional. O Estado aparece como o grande gestor por excelência do território nacional (SILVA, 2015, p. 52).

Não obstante serem tratados como sinônimo, Souza (2000) ressalta que o vocábulo mais empregado nos estudos de Ratzel foi “solo” (em alemão, *Boden*), e não “território” (em alemão, reverberando o latim, *Territorium*). Essa opção não se dá aleatoriamente, uma vez que demonstra claramente a “coisificação” e a “naturalização” do termo território.

A opção de Ratzel torna-se clara quando esclarece que o Estado não é um “organismo” unilateral por representar única e exclusivamente a união do povo vivo com o solo [*boden*] imóvel, vai além dessa abordagem, o Estado seria um organismo mediante a união entre o povo e o solo, em que ambos se tornariam um só.

O solo seria o responsável por dar coerência material a um Estado e seria o fundamento coerente quanto ao único testemunho palpável e indestrutível de sua unidade. Ratzel chega a cunhar a expressão *bodenständiger Organismus* (“organismo estreitamente vinculado ao solo”) para demonstrar essa relação próxima do Estado com o solo, que perpassa suas análises acerca do território.

Deveríamos notar que, em Ratzel, o termo *território*, por isso mesmo, pouco ou nada tem do *status* de uma categoria científica plenamente individualizada. O termo *Territorium* se refere, na *Politische Geographie*, a um recorte político-espacial que, no frígido dos ovos, praticamente se confunde com o *Boden*, esse fator de “coerência material do Estado” – e que era a verdadeira pedra angular do discurso ratzeliano. Muito embora eu tenha advertido sobre isso em meu já citado texto de 1995, não poucos foram aqueles que, apoiados em traduções imperfeitas, continuaram a lidar com a herança de Ratzel como se ali já existisse um “conceito de território”, quando, a rigor, o que há são numerosíssimas alusões ao solo (*Boden*), ou mesmo ao *Territorium* em um sentido em que a especificidade latente do termo enquanto categoria político-geográfica não dá margem a uma autêntica “emancipação” conceitual. A preocupação ratzeliana com a dimensão de apropriação, de conquista e de dominação do espaço geográfico não o levou, dadas as restrições de seu contexto histórico e de sua situação político-ideológica, a “emancipar” a categoria de território. Seria preciso esperar, para isso, por um momento posterior e por outras contribuições (SOUZA, 2009, p. 63-4).

Nesse sentido, faz-se necessária a apresentação de abordagens na perspectiva de vários autores ligados à geografia, como Raffestin, que é um dos autores contrários às ideias de Ratzel, conforme assevera: “o quadro conceitual de Ratzel é muito amplo e tão naturalista quanto sociológico, mas seria errôneo condená-lo por ter “naturalizado” a geografia política, algo que às vezes ocorreu” (RAFFESTIN, 1993, p. 2).

A visão naturalista herdada do século XIX foi responsável por dar ao conceito de território um referencial político de Estado. Nessa concepção, o Estado aparece como gestor por excelência do território. Não obstante, reconhecer a união do povo ao solo como elementos essenciais do território, não reconhece o conceito de territorialidades e seu processo de formação e transformação tão importante, conforme se verá a seguir.

### 2.3.2 Espaço, poder e território

A dimensão política atribuída à delimitação conceitual do território absorve outro significado no início do século XX. Esse período aparece vinculado ao poder exercido pelo indivíduo, que passa a dominar determinado espaço geográfico. Em outras palavras, o território deixa uma perspectiva meramente física ou política e ganha a perspectiva cultural ou imaterial, dando origem às mais diversas territorialidades marcadas pelo simbolismo de seus mais variados representantes.

Raffestin (1993) aborda o território por um viés distinto daquele tratado pela Geografia Política Clássica, o cerne para o estudo do território passa a ser as relações de poder. Nesse sentido, ganha especial atenção saber por quem o poder é exercido, bem como qual seria o seu fundamento ou intenção. O território por essa perspectiva passa a ser observado como espaço de apropriação, com uma delimitação parametrizada pelas relações de poder que são manifestadas em todos os níveis das relações sociais. Nas palavras do autor:

O território se forma a partir do espaço, e é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator territorializa o espaço. [...] o território nesta perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p 143-144).

Em sua argumentação, Raffestin (1993) assegura que o poder e o espaço são duas concepções a serem consideradas na compreensão do território. Essa é uma referência importante, uma vez que a categoria espaço, para a Geografia, é como um substrato, uma liga da qual se originam os demais conceitos, concepções e análises. Nos estudos relacionados ao território, este é constantemente confundido com a questão do espaço. Todavia, vale ressaltar que as discussões sobre território são posteriores aos estudos sobre o espaço, uma vez que aquele ocorre após a apropriação do espaço e de acordo com as necessidades dos envolvidos. Para que ocorra o surgimento do território, é necessário que existam as relações de poder, que haja apropriação do espaço por pessoas ou instituições

As análises de Raffestin (1993) indicam que o espaço é anterior ao território, e este é estabelecido e produzido ao se apoderar do espaço em qualquer escala, de forma concreta ou abstrata, o espaço é territorializado. Deste modo, o território é o lugar das relações, informações, energia, tendo como resultante o poder, dominação e apropriação.

Nessa mesma ideia, Dallabrida (1999, p. 2) alerta para a necessidade de distinção conceitual entre o território e o espaço, destacando que o conceito de “território não deve ser

confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Deve-se ligar o conceito de território à ideia de poder”.

A definição do conceito de território é de fundamental importância para os estudos sobre o espaço geográfico e para compreensão dos mais diversos interesses que permeiam os espaços globais e locais. As relações que se instalam em determinado espaço bem como a estrutura física construída pelo homem definem o território que ali se formará.

O espaço é anterior ao território, mas não deve ser reduzido ao espaço natural, sob pena de empobrecimento conceitual:

A que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial. (Sem sombra de dúvida pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais; mas aí falamos dos trunfos espaciais da defesa do território, e não do conceito de território em si) (SOUZA, 2000, p. 97).

No mesmo sentido, Souza (2000) entende que o espaço é anterior ao território, entretanto não incorpora ao conceito de território a ideia de espaço social. Não obstante se confundirem tanto no nível da interpretação como no real, em Saquet (2009), nota-se certa distinção entre o espaço e o território. O território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido; o produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos; apresenta diferentes paisagens. A paisagem é o nível visível e perceptível desse processo. O espaço corresponde ao ambiente natural, que é organizado socialmente, destacando-se as formas e edificações, bem como os contornos que tomam a natureza.

Apesar de serem termos distintos, existe unidade entre a natureza e a sociedade. A distinção entre território e espaço trata-se de uma questão metodológica baste tênue, de difícil leitura, conceituação e abstração, porém necessária. Para a distinção, deve-se ressaltar que um está no outro. O espaço é indispensável para a apropriação e produção do território. Assim, os conceitos não devem ser trabalhados de forma separada e sim inter-relacionada, pois se tratam de definições e são questões de cunho epistemológico, ontológico e político.

É interessante ressaltar que para Saquet (2009, p. 81) existem três processos que estão na base da distinção entre território e espaço:

a) as relações de poder numa compreensão multidimensional, constituindo campos de força econômicos, políticos e culturais ([i-]materiais) com uma miríade de combinações;



- b) a construção histórica e relacional de identidades;
- c) o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (*TDR*), trabalhado, cada qual a seu modo, por Raffestin (1980/1993, 1984 e 2005) e Sack (1983 e 1986).

Raffestin (1993) faz uma abordagem do conceito de território marcado pelas relações de poder. O poder exercido pelo homem ou pelos grupos humanos que se transformam em categoria essencial para a compreensão desse conceito de território, uma vez que é inerente a todas as relações sociais.

A partir dessa ideia, surgiram novas linhas e novos estudos que consideram a perspectiva cultural e imaterial do território, tais como as utilizadas por Souza (2005, 2012), Santos (2004, 2011), Sack (1986; 1992; 1997; 2003), Haesbaert (2006), Sposito (2004) para subsidiar a discussão atual.

Haesbaert (2006), por exemplo, ao posicionar sobre o assunto, assegura que o território pode ser construído sob a perspectiva idealista, pela qual a cultura, códigos étnicos e a religião são formas de apropriação de um determinado espaço.

As perspectivas de território consideradas até então como área, passa a ser vista como ideia de território-rede, que segundo Haesbaert (2006, p. 338).

Na nova formação de territórios existe uma predominância de multiterritorialidade, que seria a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, que pode se dá através de uma ‘mobilidade concreta’, no sentido de um deslocamento físico, quanto ‘virtual’ [...] como no ciberespaço onde as relações sociais são pautadas a partir da ideia de território-rede.

É interessante ressaltar que o limite (físico e material) continua sendo o pré-requisito para a existência do território, sendo essa a abordagem inicial. Como pode ser verificado na discussão anterior, os trabalhos sobre território restringiam-se aos limites globais e regionais, considerando somente o poder do Estado para o controle espacial.

Essa dimensão territorial tem “referências muito mais enfáticas a estes ‘poderes invisíveis’ que fazem parte do território, tais como mitos e símbolos que podem mesmo ser responsáveis pela própria definição do grupo como tal” (HAESBAERT, 2006, p.29).

Saquet (2011) nos estudos sobre o território e a territorialidade fez o seu agrupamento em quatro perspectivas: i) econômica, ii) materialista, iii) fenomenológica, iv) sustentabilidade ambiental e desenvolvimento local. Ainda na perspectiva do autor

As forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes

centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais (SAQUET, 2003, p.28).

A visão econômica é baseada no materialismo histórico e dialético, em que a territorialidade é um subproduto das relações de produção. A perspectiva materialista apoiada na geopolítica ergue-se da ideia de Estado-nação fazendo da área e da fronteira instrumentos de articulação entre trocas econômicas, políticas e culturais. Enquanto na perspectiva fenomenológica, a concepção de territorialidade sustenta-se em sentimentos, percepções, identidades e representação, sendo, portanto, simbólica ao sintetizar os fenômenos políticos e culturais. Na perspectiva da sustentabilidade ambiental e desenvolvimento local, assume distintas formas de apropriação e usos do ambiente pautados pelas relações de governança.

Existem diferentes tipologias que sintetizam as diversas formas de agrupar as concepções de território, uma vez que a sua relevância para a discussão geográfica está no reconhecimento das diferentes intencionalidades de interpretações que o termo pode ter e/ou adquirir. Nas observações de Haesbaert (1997), propõe-se uma tipologia sugerindo que o território pode ser classificado em quatro importantes concepções, que são: a política, a cultural, a econômica e a natural.

Na dimensão cultural, o território é delimitado a partir dos laços de representações e de subjetividades que emanam do espaço-território, construindo assim a ideia de identidade. Nessa perspectiva, o território passa a ser observado mediante a apropriação de um grupo em relação ao espaço vivido. Pela dimensão econômica, o território passa a exercer o papel de fonte de recursos, sendo o espaço onde, na maioria das vezes, pode ocorrer a luta de classes sociais ou da relação capital-trabalho, sendo, em determinados momentos, produto da divisão territorial do trabalho. E, por fim, pela dimensão natural, considerada a mais antiga, mas pouco utilizada nas ciências sociais. Por essa perspectiva, vê-se território como algo intrínseco à condição humana, enfatizando o conceito de território com base nas relações entre a sociedade e a natureza (HAESBAERT, 1997). Dessa forma, na visão do autor

Podemos então sintetizar afirmando que território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo conforme as classes sociais os grupos territoriais e as escalas geográficas que estivermos analisando (HAESBAERT, 2005, p. 121).

Para Santos (1994), a produção e fragmentação do território são realizadas de forma complexa, nas quais se configura um arranjo de relações complementares e

contraditórias. Portanto, nota-se a importância do conceito de território, levando a compreender de forma gradativa a articulação das relações entre o lugar, a formação socioespacial e a constituição de uma rede de conexões nos mais variados lugares do mundo.

As relações e os fenômenos produzidos entre os agentes, atores e grupos sociais favorecem a compreensão e a análise do “território como um todo e se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação” (SANTOS, 2008, p. 231). “O espaço geográfico, cuja percepção visual é a paisagem, é território, é lugar historicamente produzido pelo homem e é marcado por laços afetivos e referências socioculturais” (SANTOS, 2008, p. 224).

Nesse sentido, é importante sinalizar que ações e intervenções humanas tornam-se relevantes do ponto de vista da apropriação de espaços, que retornam a visão de território com base nas relações de poder.

O território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, sendo fundamental observar a ligação entre um grupo social e seu espaço. Tais características são fundamentais para se compreender a gênese de um território, tornando-se essencial a análise sobre quem domina e/ou quem influencia esse espaço e como o faz.

A discussão acerca do território-rede permite verificar que o território está em constante mutação, em função das relações estabelecidas a partir da conexão com outros espaços, ao contrário das análises voltadas para o território-espaço. Dessa forma, é possível compreender que, paralelamente a um determinado poder exercido, existem outras formas de dominação impostas por grupos organizados (HAESBAERT, 2006).

Nessa ideia, Souza (2000) busca em Hanna Arendt suporte para o conceito de poder, que o considera como componente da habilidade de agir em comum acordo, como algo inerente a um grupo que o mantém enquanto ele estiver unido.

O poder não carece de justificativas, uma vez que seria inerente à existência de qualquer comunidade política; no entanto, demanda legitimidade, e, ao contrário, tem-se a violência. Em outras palavras, “o domínio pela violência pura vem à baila quando o poder está em vias de ser perdido” (SOUZA, 2000, p. 80).

Arendt completa que

o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido (ARENDT, 2001, p. 85).

Assim, verifica-se que o poder é um fenômeno da ação humana, é coletivo e surge com a formação de grupos e se desfaz com sua decomposição.

Acrescem-se a essa concepção de poder, aquelas apresentadas por Bobbio (1986, p.23) que atribui ao poder um instrumento de sua manifestação. Para o autor, ter poder significa “ter a capacidade de premiar ou punir, a fim de obter o comportamento desejado”.

Sack (1986) e Souza (2000) reconhecem que as pessoas que detêm o domínio de um determinado grupo, têm a possibilidade de controlar, dominar ou influenciar o comportamento de outros. O poder é a capacidade de estabelecer normas e de fazê-las cumprir, sob pena de serem impostas sanções morais ou materiais.

Essa capacidade denominada de poder não precisa necessariamente ser atribuída, e nem é exercida por uma única instância de poder que esteja em um nível, que se considere separada estruturalmente entre dominantes e dominados, entre dirigentes e dirigidos, ou seja, a mais pura expressão da divisão de classes. Isto se apresenta ao Estado, que agrega uma assimetria estrutural de poder entre grupos sociais distintos.

Essas definições de poder auxiliam na compreensão do substrato que permeia as relações entre indivíduos, que pelo tráfico constituem território de atuação, sendo que a partir da coesão e utilizando da violência ampliam seu alcance e **mantêm** a sua dominação.

Assim, o poder e a violência são instrumentos que se opõem, em que um domina de forma absoluta e o outro está ausente. Sobre o assunto, Santos (2012b, p. 137) assevera que “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social”. Essa colocação evidencia a importância da apropriação, da manifestação do poder, da delimitação de fronteiras e da compreensão da função que indivíduos exercem nos mais variados espaços.

Souza (2000) argumenta que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, em que são estabelecidas relações de poder delimitadas e que operam em um substrato referencial.

O autor, em outra obra, exemplifica que o território pode ser representado por grupo com amplitude e objetivos distintos, citando o poder exercido por uma gangue e por bloco de países que se associam para ampliação de suas defesas. Nas palavras do autor

Território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN. [...]. (SOUZA, 1995, p.78).

O autor completa afirmando que o conceito de território deve levar em conta as relações políticas que “constituem territórios, cartografados ou não, claramente delimitados ou não”; desde que sejam manifestados em espaços urbanos como territórios do tráfico, da prostituição ou da segregação socioeconômica, sendo essas situações regionais, internacionais ou até mesmo globais. Nessa concepção destaca-se os apontamentos de Santos (2002, p. 9) sobre a questão, ao afirmar que

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar.

Como alternativa para superar a distinção entre espaço social e território, Souza (2009) propõe “descoisificá-lo” a partir do refinamento conceitual, enriquecendo seu arsenal de possibilidades de definição. O autor argumenta que o espaço social é multifacetado e o território (a territorialidade) é uma dessas facetas.

É exatamente a territorialidade do tráfico, manifestamente no viés da violência, que interessa observar a fragmentação e o domínio do espaço. O poder exercido por traficantes em determinadas áreas movimenta as fronteiras do território, produzindo dinâmicas diferenciadas no espaço social.

Para compreender de que maneira o tráfico de drogas fragmenta os espaços produzindo territórios em que os crimes são mais frequentes ou aqueles em que o comércio de drogas é mais intenso e/ou violento, Souza (2003, p. 79) orienta que é necessário saber “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? [e também] quem influencia ou domina quem nesse espaço, e como?”.

Nesse sentido, verifica-se que os resultados em relação à movimentação do território, seja apropriação, dominação ou influência dependerá dos objetivos de quem (re)produz a fragmentação. Isso sinaliza para análise de distintas formas de territorialização do espaço na perspectiva da violência, permitindo construções metodológicas que ora podem ser representadas por roubo, ora por tráfico, ora por homicídio.

Aliados ao território, processos e as formas espaciais urbanas auxiliam na compreensão da dinâmica da criminalidade e da violência. A cidade de Montes Claros permite observar que esses processos e formas espaciais comuns a algumas cidades brasileiras auxiliam no empoderamento de argumentos explicativos ao comportamento criminal.

## 2.4 Montes Claros - MG: uma caracterização socioespacial

Uma compreensão geográfica da violência e da criminalidade urbana deve considerar as variáveis espaço e tempo. O tempo é importante por permitir observar o comportamento das distintas formas de representação da violência e da criminalidade ao longo dos anos, possibilitando uma compreensão histórica do fenômeno. Além disso, por intermédio do tempo é possível observar um conjunto de transformações socioeconômicas e espaciais que permitem pensar melhor sobre os fenômenos dinâmicos e complexos, no que diz respeito, principalmente, à multiplicidade de motivações envolvidas.

O espaço visto como cenário das transformações sociais é o *lócus* das representações humanas. Assim sendo, o espaço passa a representar um objeto analítico que, vinculado à interação social no tempo, transforma-se, criando condições diferenciadas para o surgimento de distintas formas de manifestação da violência e da criminalidade no contexto urbano.

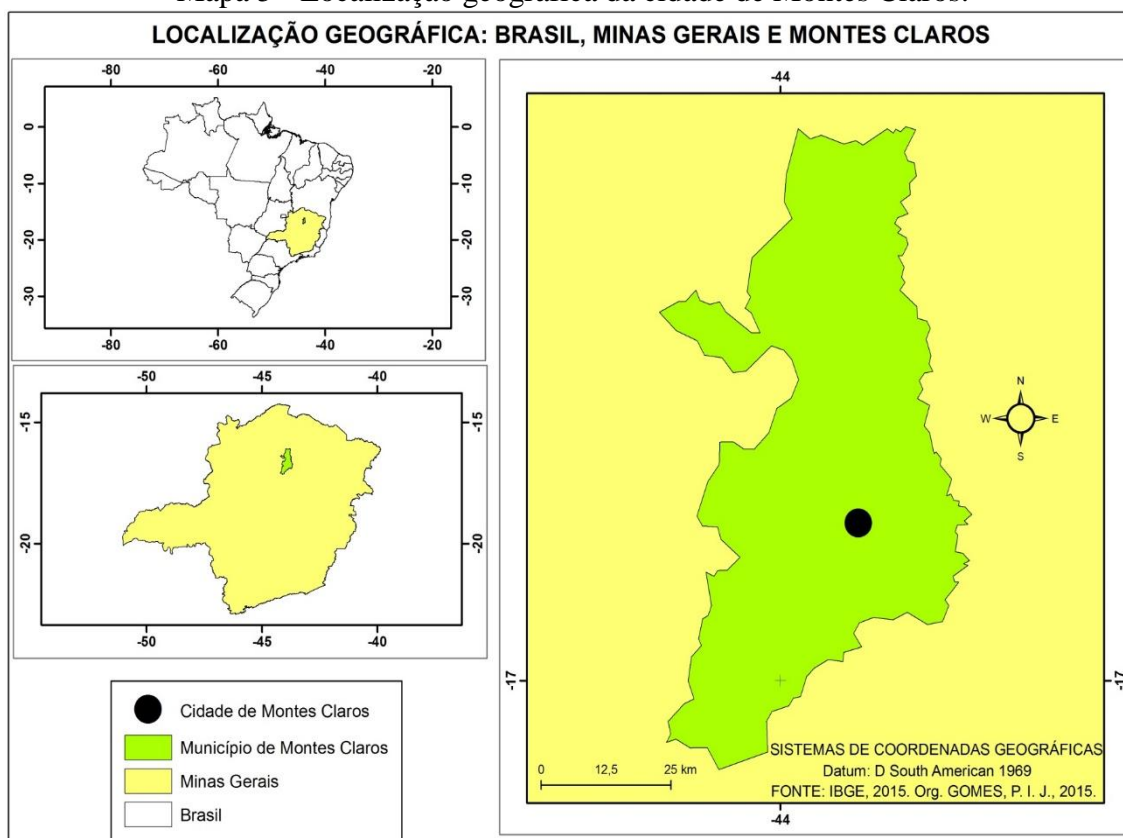
Para compreender melhor algumas variáveis envolvidas na territorialização da criminalidade e da violência urbana, Montes Claros foi tomada como recorte de estudo, como forma de facilitar o exercício analítico de variáveis que podem contribuir com a compreensão da manifestação da criminalidade e violência no espaço e no tempo.

Localizada no Norte de Minas Gerais (Mapa 5), na bacia do médio São Francisco, Montes Claros ocupa a décima sexta posição entre os municípios com maior extensão territorial, apresentando 3.568,93 km<sup>2</sup> (IBGE). Possui clima tropical semiárido e uma vegetação predominantemente de Cerrado.

É a maior cidade da região do Norte de Minas e a quinta maior do estado, caracterizando-se como polo socioeconômico regional. É o sexto município mais populoso de Minas Gerais e o 62º de todo o país, apresentando cerca de 390.212 habitantes – conforme população estimada pelo IBGE em 2014.

Com um PIB superior a R\$ 4,5 bilhões (IBGE/2010), tem no setor de serviços (74%) sua maior produção de riquezas. O PIB é considerável e é capaz de conduzir o município ao décimo primeiro lugar no ranking municipal estadual.

Mapa 5 - Localização geográfica da cidade de Montes Claros.



Fonte: IBGE, 2015. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

A economia é baseada no setor agropecuário, industrial e de serviços, com destaque para o último, com foco nos diversos segmentos de comércio e prestação de serviços, seguido pelo setor secundário, com seus complexos industriais de grande porte, além das unidades produtivas de pequeno e médio porte, sendo considerado polo industrial regional. Sua indústria não é representativa, sendo responsável por menos de um terço das riquezas produzidas pelo setor de serviços. Abriga empresas dos mais variados setores produtivos, tais como: Coteminas, Elster Medição de Água S.A, Lafarge, Nestlé, Novo Nordisk, Vallée, A&C, Petrobrás, entre outras (ACI, 2012; IBGE, 2010).

Montes Claros é considerada referência regional e estadual em educação superior, com 21 instituições de ensino superior, sendo três públicas (uma universidade estadual, uma federal e o instituto federal), além de instituições particulares de curso presencial e a distância. Contempla aproximadamente 30 mil universitários, com mais de 40 cursos de graduação e diversos cursos de Pós-Graduação em nível *lato sensu* e *stricto sensu*, contribuindo para a qualificação de mão de obra local e regional.

A cidade representa um importante polo regional assumindo um papel de centralidade, servindo de referência para outros municípios localizados no Norte de Minas

Gerais e sul do estado da Bahia pelo *cluster* de serviços de saúde e educacionais que oferece. Sua origem vincula-se à atividade de pecuária, que surge como suporte à atividade açucareira nordestina, e posteriormente, à atividade mineradora (PAULA, 1979).

Assim como em outras cidades mineiras oriundas da função de entreposto comercial, apoiando a região mineradora, Montes Claros apresentava até o início do século XX uma inexpressiva área urbana. A esse respeito, Oliveira (2000) afirma que no final do século XIX, embora Montes Claros representasse o principal centro urbano e comercial regional, sua área urbana resumia-se ao entorno da Praça Doutor Chaves (Praça da Matriz).

A dinâmica urbana inicia um processo de intensificação em 1926 com a chegada da ferrovia. Os trilhos mudaram a dinâmica comercial ao trazer robustez ao transporte, favorecendo a intensificação do fluxo de mercadorias, de pessoas e informação. Para Lessa (1993), a ferrovia transforma Montes Claros em um centro de distribuição, destacando-a dentre os demais municípios como referência regional, apesar de não garantir o progresso imediatamente.

O processo de urbanização da cidade de Montes Claros intensifica-se após a década de 1970 com a implantação de estratégias de desenvolvimento, principalmente incentivos fiscais, fomentadas pela SUDENE. Para Leite (1996, p.17) “essa década [1970] divide a Montes Claros agrária de Montes Claros urbano-industrial”, contribuindo para uma explosão demográfica considerável, com aumento de mais de 210% no contingente populacional entre 1970 (116.486 habitantes) e 2010 (361.915 habitantes) – Gráfico 5, alavancando a cidade em direção a uma urbanização desordenada e a ocupação desigual e fragmentada do espaço urbano que culminaram em diversos problemas de ordem social.

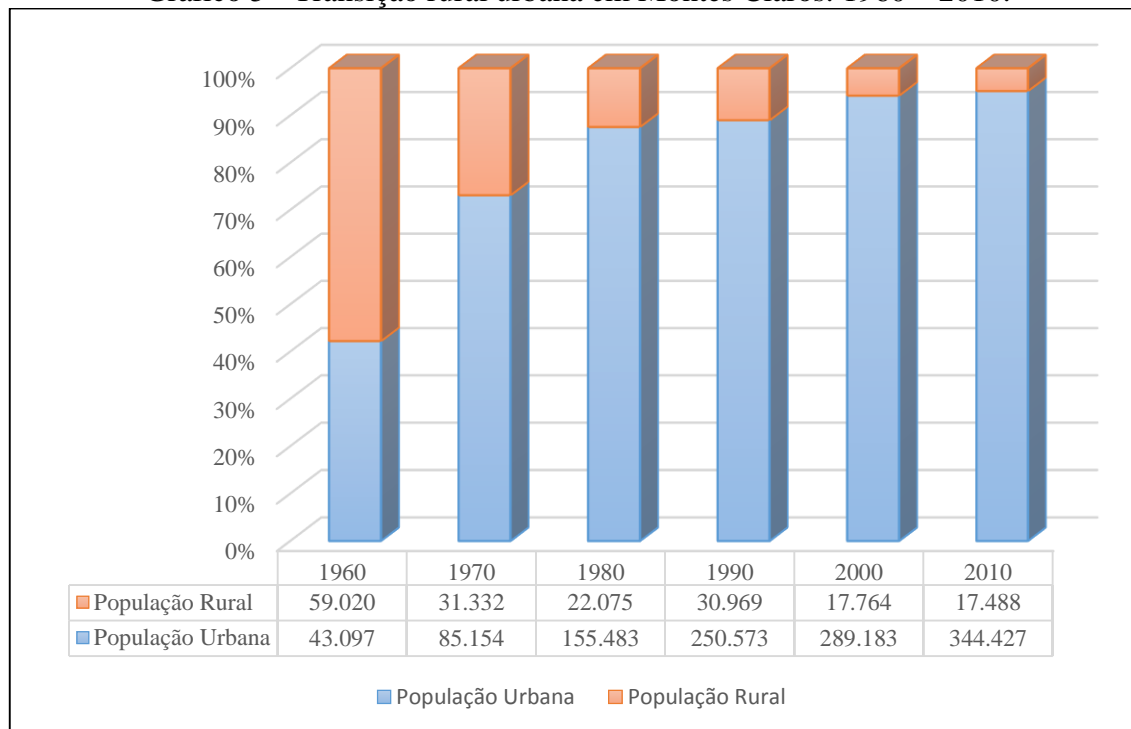
É importante destacar que o processo de urbanização e transição demográfica entre o urbano e o rural salientado por Leite (1996) não constitui característica comum dos municípios do Norte de Minas. A esse respeito, Pereira (2007, p. 136), em pesquisa que salienta a diversidade regional dos municípios do Norte de Minas, argumenta que o processo de urbanização foi diferenciado e que alguns municípios tiveram sua população rural superada pela urbana.

Essa urbanização seletiva está associada a um conjunto de fatores que convergiram, culminando em transformações favoráveis à modificação na dinâmica demográfica. Sobre isso, Pereira e Soares (2005, p. 117), em estudo sobre a urbanização e pobreza na região Norte de Minas, destacam que o desenvolvimento privilegia a concentração industrial. As autoras argumentam que o fluxo migratório campo-cidade, mudança na legislação rural, emergência de uma sociedade de consumo e apresentação funcional da



cidade como objeto da modernidade, constituem fatores que, associados à indústria incipiente de algumas dos municípios do Norte de Minas, podem ser apontados como responsáveis pela urbanização de alguns municípios em detrimento de outros. Em Montes Claros, a influência inicial da industrialização contribui para uma configuração espacial com mais 130 bairros em 2014 (Mapa 6).

Gráfico 5 - Transição rural urbana em Montes Claros: 1960 – 2010.



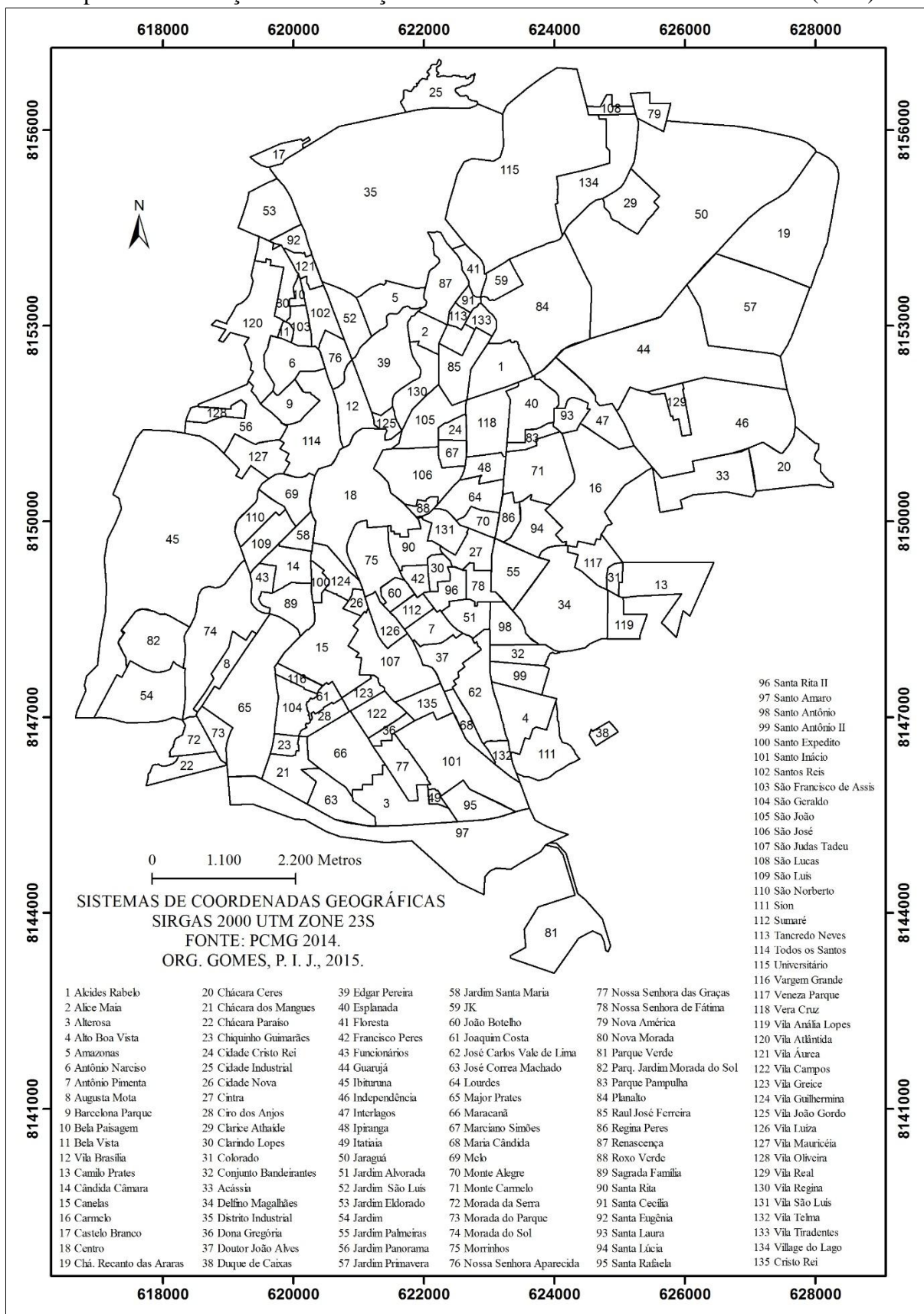
Fonte: IBGE. Censos Demográficos: 1996 a 2000. Org. GOMES, P. I. J., 2015

Pela localização geográfica, integra a área de atuação da SUDENE, isso e a representatividade política são fatores que podem ser apontados para justificar o direcionamento dos investimentos da Superintendência. Oliveira ao argumentar sobre a formação socioeconômica do Norte de Minas constata que

os centros urbanos mais bem estruturados, com um empresariado mais dinâmico e com maior representatividade regional, foram os mais beneficiados. Estes centros, especialmente Montes Claros, tanto reforçaram quanto ampliaram a sua importância relativa na região (OLIVEIRA, 2000, p.224).

Em que pese a transição demográfica possa ser percebida pela mensuração dos indicadores populacionais na década de 1970, transformações significativas ocorrem em Montes Claros apenas em 1980, quando os investimentos são materializados no setor produtivo industrial.

Mapa 6–Identificação da localização dos bairros da cidade de Montes Claros (2014).



Pereira (2007) assevera que o marco da urbanização foi a década de 1980, quando convergiram para Montes Claros investimentos no setor produtivo. Leite (2006, p. 83) concorda com essa demarcação histórica, ao afirmar que essa década foi a mais importante pela expansão da infraestrutura urbana, sobretudo, pela implantação do projeto Cidades de Porte Médio, que objetivava disponibilizar acesso à casa própria, serviços urbanos, legalização fundiária e saneamento básico à população de baixa renda, especialmente, àquelas que residiam em áreas invadidas ou favelas da cidade.

Deve-se lembrar que este Projeto estava vinculado ao Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), por meio da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana do Ministério de Planejamento. O II PND foi uma política desenvolvimentista com objetivo de descentralização econômica e populacional das grandes metrópoles promovendo um maior equilíbrio urbano regional. Na fase inicial do projeto, Montes Claros foi a única cidade do Norte de Minas a receber investimentos. Pereira e Leite (2004, p. 42) retratam que em Montes Claros a execução desse projeto fica sob responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Coordenação local, sendo que 70% do capital investido foi proveniente do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), 20% do cofre de Minas Gerais e 10% da Prefeitura de Montes Claros.

A urbanização decorrente desse momento histórico, promovida pelos incentivos fiscais da SUDENE, altera a organização espacial da cidade, condicionando o crescimento do tecido urbano e o acirramento de problemas da modernidade urbana como degradação ambiental, segregação de serviços essenciais, favelização, violência, entre outros.

A compreensão do contexto em que a dinâmica populacional se altera em Montes Claros, bem como o direcionamento dos investimentos, permitem contextualizar um conjunto de transformações que influenciaram a morfologia do tecido urbano. A ocupação desse tecido não ocorre de forma homogênea, uma vez que o crescimento horizontal apresenta-se preenchido por vazios demográficos, oriundos da especulação imobiliária, questões que serão tratadas detalhadamente na próxima seção.

#### **2.4.1 Expansão urbana e as dinâmicas espaciais**

A respeito da expansão urbana em Montes Claros, recorre-se à literatura do assunto, buscando destacar as desigualdades sociais no espaço da cidade. Leite (2006), a partir de consulta ao acervo histórico da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal

de Montes Claros e utilizando técnicas de Geoprocessamento, mapeia o tecido urbano da cidade em intervalos de dez anos, entre a década de 1970 e 2000, identificando a dinâmica da expansão urbana.

Esse mapeamento identifica que em 1970 a malha urbana era formada pela área central e alguns poucos bairros adjacentes distribuídos nas regiões norte, sul e leste. Além disso, permite inferir, observando os novos loteamentos, que foram implantados nas décadas seguintes, que a apropriação do espaço foi regida pela especulação imobiliária que agrega novos parcelamentos mantendo os vazios demográficos entre a região central e as novas áreas disponibilizadas para a ocupação urbana (Mapa 07).

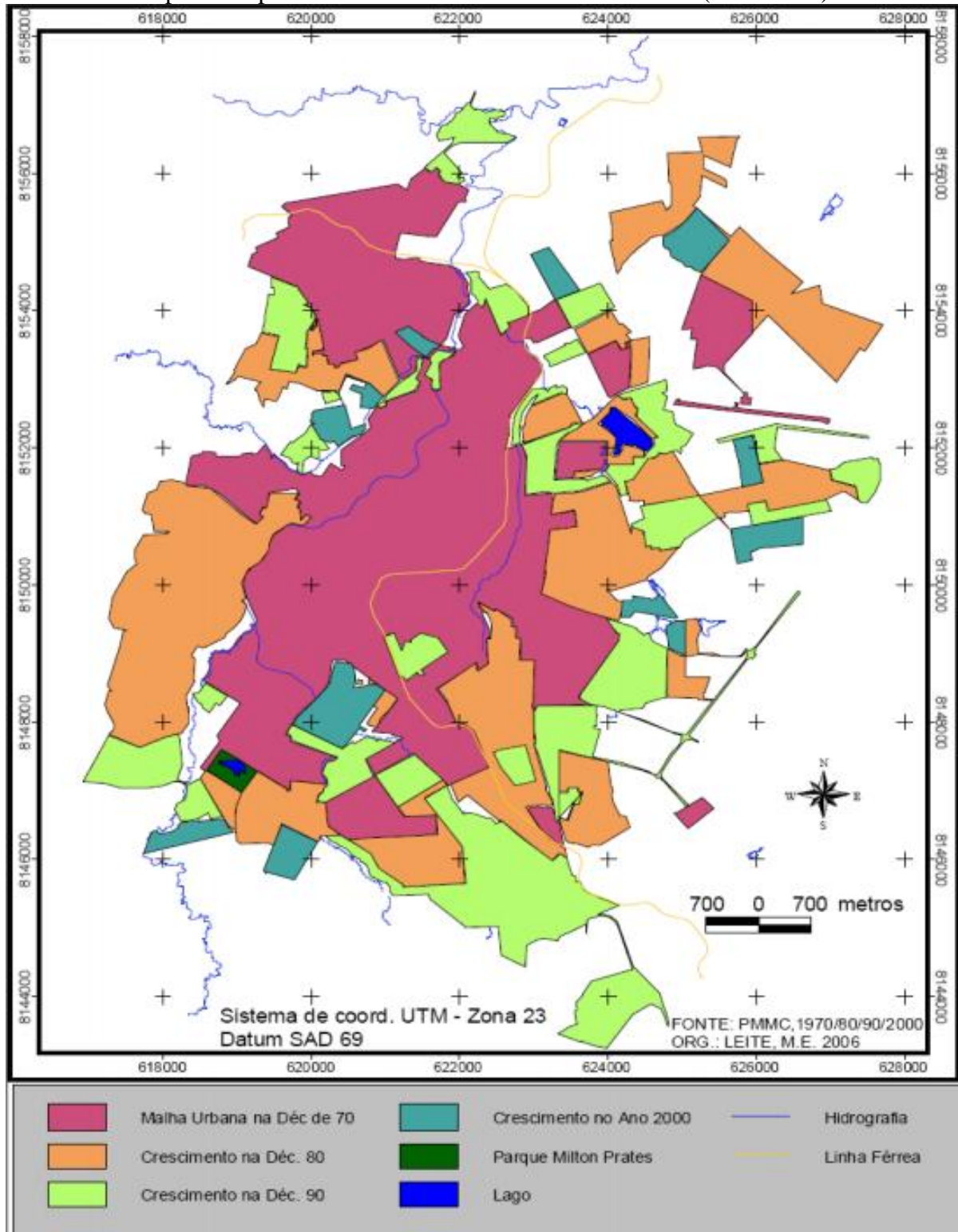
França (2007, p. 138-139) ao fazer a caracterização histórica da expansão urbana da cidade, afirma que até por volta da década de 1970 do século XX, a ocupação restringia-se à área central e proximidades, e a partir dessa data, a região oeste apresenta um crescimento diferenciado ao agregar uma população de renda mais alta e bairros com melhor infraestrutura. Essa continua a ser uma região de maior concentração de renda, local onde se desenvolveram os primeiros condomínios horizontais fechados e onde o valor do metro quadrado é um dos mais caros da cidade.

Leite (2003, p. 32), ao abordar as imigrações e transformações urbanas em Montes Claros após 1970, destaca que a maior metamorfose socioespacial ocorre na região norte, local escolhido para instalação do distrito industrial. A localização industrial atrai imigrantes sem condições financeiras, que ocuparam habitações precárias e irregulares, originando cinco favelas, sendo a região de maior concentração de habitações irregulares da cidade.

Na região sul, Leite (2003) destaca que na década de 1980 a expansão ocorre, principalmente, em função da localização geográfica, delimitada por duas importantes rodovias. A BR-135 que liga Montes Claros à capital do estado de Minas Gerais – Belo Horizonte e a BR-365 que permite o acesso à região do Triângulo Mineiro e a capital federal – Brasília. Para esse autor, os moradores de cidades circunvizinhas, atraídos pelas transformações em curso escolhem essa região para se instalar, contribuindo posteriormente para o surgimento de algumas favelas.

A região leste no início da década de 1970 caracterizava-se por um grande vazio. Nas palavras de Leite (2006, p. 86-87) “[...]depois da avenida Deputado Plínio Ribeiro em toda sua extensão, em direção leste, havia, apenas, dois bairros e com poucos domicílios: Delfino Magalhães e Jardim Palmeiras”. O autor argumenta ainda que era uma área utilizada para pastagens e criação de animais.

Mapa 7 - Expansão urbana da cidade de Montes Claros (1970-2000).



Fonte: Leite, 2006.

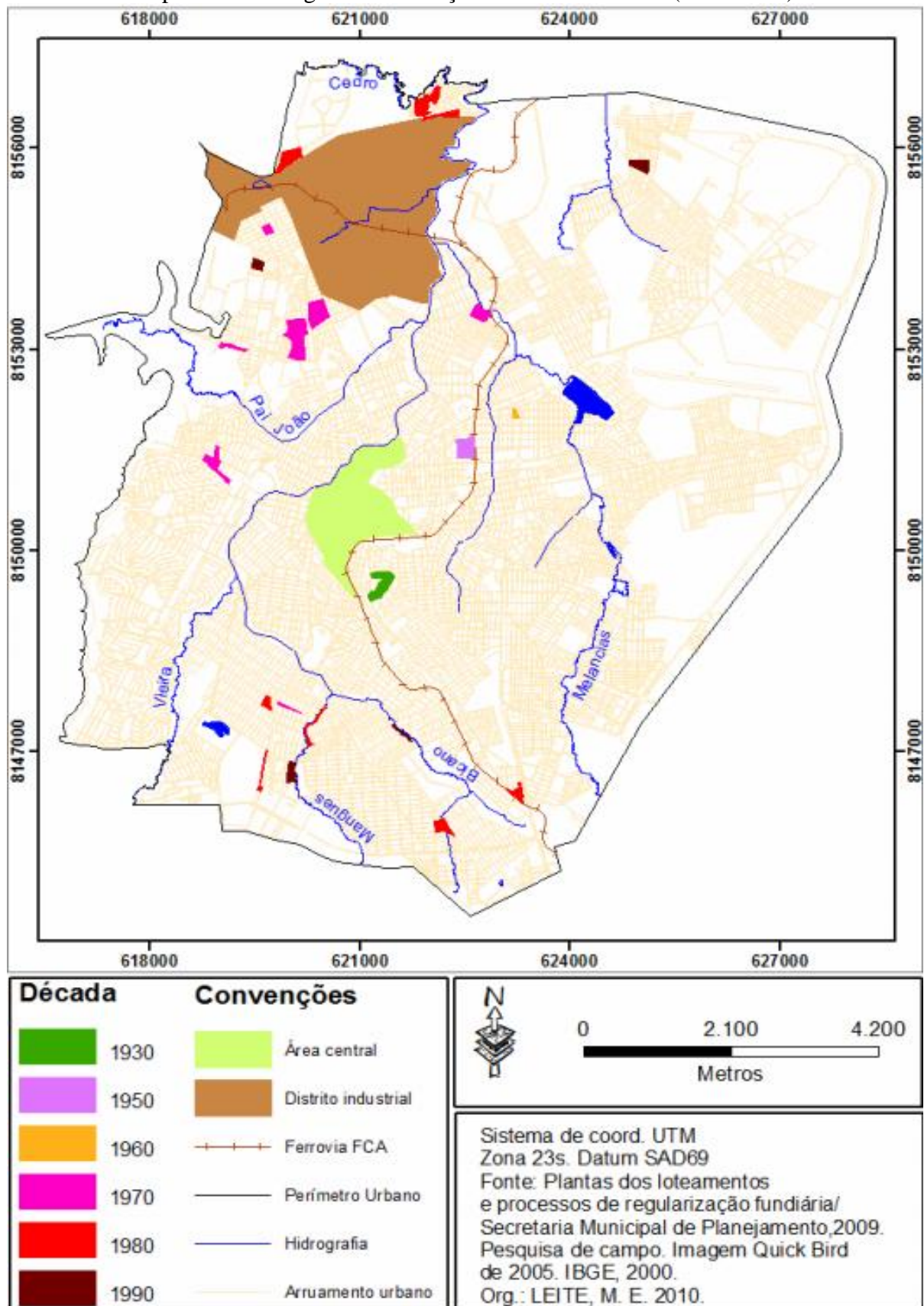
O autor, em estudo sobre o processo de formação de favelas em Montes Claros, demarca a década de 1970 como início da intensificação daquilo que nomina como

favelização da cidade. A partir do Mapa 7, é possível observar a distribuição de favelas, delimitando o período do surgimento de novas áreas há cada 10 anos. Essas informações permitem identificar não somente esses espaços em que essa formação socioespacial ocorre, mas localiza sua dispersão/concentração. No espaço urbano, o estudo aponta o surgimento das favelas paralelamente ao processo de industrialização e justifica seu surgimento pela inércia do poder público na fiscalização de áreas ilegais.

Apesar do surgimento das primeiras favelas ter ocorrido na década de 1930, (Mapa 8) é na década de 1970 e 1980 que o processo se intensifica, principalmente na região norte da cidade, em função da presença do distrito industrial.



Mapa 8 - Cronologia da favelização em Montes Claros (1970-2000).



Fonte: Leite (2011)

França (2007), Leite (2003, 2006, 2007), Pereira (2007), Pereira e Soares (2005) traçam um quadro histórico e espacial da expansão urbana da cidade de Montes Claros delineando uma metamorfose com crescimento urbano, segregação espacial e especulação imobiliária entre 1970 e 2000. Aliados a essa formação socioespacial, no mínimo três outros fenômenos são facilmente observados no tecido urbano, contribuindo para sua transformação, especialmente, entre 1990 e 2014.

O primeiro diz respeito ao processo de verticalização, o segundo é constituído pela instalação de condomínios fechados e o terceiro constitui a descentralização da área urbana e a formação de novas centralidades. Esses três processos merecem aqui ser destacados para compreensão da influência desses processos na dinâmica da criminalidade na cidade de Montes Claros.

#### **2.4.2 Os territórios exclusivos da verticalização e condomínios fechados**

O processo de verticalização é relativamente recente em Montes Claros. Em levantamento atual, feito por Costa et al (2014) para descrever o processo de verticalização e os condomínios horizontais, foram identificadas 589 edificações de quatro ou mais pavimentos, construídas entre 1970 a 2014. Essas edificações incluem aquelas em curso e que serão entregues até 2019. Ao observar os dados desagregados por períodos, tomando-se como referência a década de 1970 (Gráfico 6), é possível notar um aumento de mais de 735% em relação a 2000. No período compreendido entre 2010 e 2014, o número de edificações cresce ainda mais, apresentando 165 prédios.

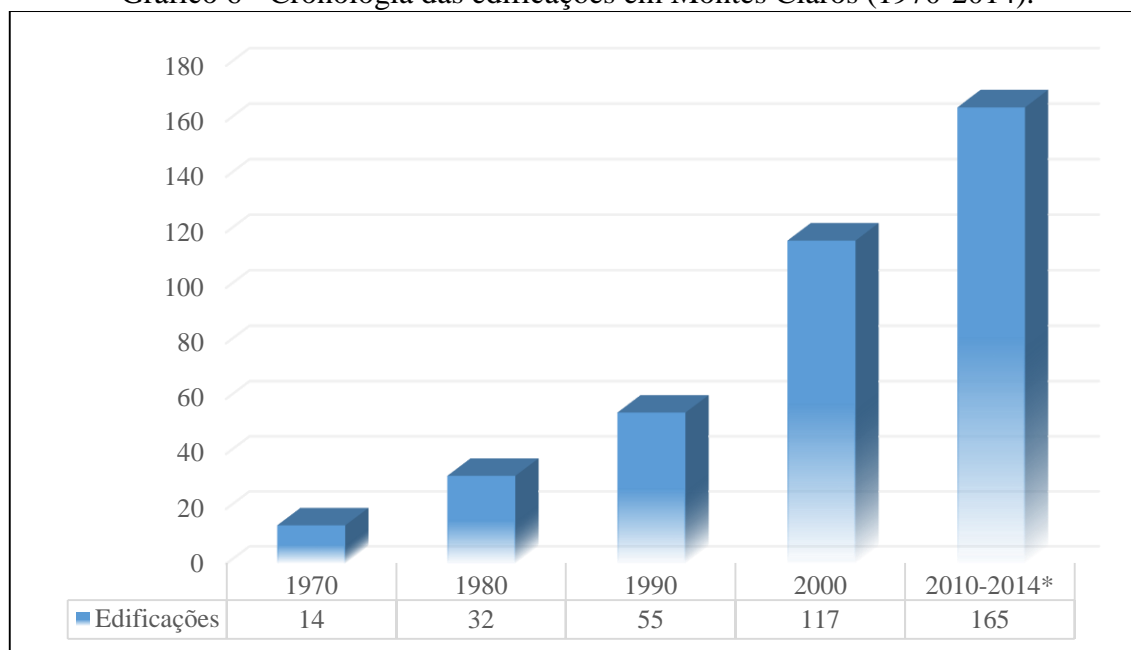
Entre algumas das causas possíveis para intensificação do processo de verticalização está a especulação imobiliária com aumento do preço do solo urbano, a função de centralidade regional que a cidade passa a exercer, principalmente, nas áreas de educação e saúde e o desenvolvimento do setor de serviços e da indústria com apelo às imigrações.

Aliados a essas questões têm-se ainda os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC – 2007) e dos programas de financiamento habitacional, com destaque para o Minha Casa, Minha Vida (2009).

Outra vertente constituída pela formação de condomínios exclusivos tem origem anterior ao processo de verticalização em Montes Claros. Oliveira e França (2012) apontam que os primeiros condomínios surgiram na década de 1980, ganhando impulso nos anos 2000.



Gráfico 6 - Cronologia das edificações em Montes Claros (1970-2014).



Fonte: Costa et all (2014). Org. GOMES, P. I J. (2015).

\* Edificações com quatro ou mais andares, finalizadas e aquelas em curso com previsão de término até 2019.

No período de 1980 a 1999 foram construídos apenas três condomínios fechados. A preferência por esse tipo residencial se intensifica após o ano 2000. Entre 2000 e 2009 foram construídos 12 condomínios. Entre 2010 e 2011 foram construídos 11 condomínios (OLIVEIRA; FRANÇA, 2012). O autor enfatiza ainda uma diferenciação na produção do espaço urbano motesclareense, ao observar que as regiões norte e leste da cidade são aquelas que apresentam maior concentração de espaços exclusivos, com seis condomínios cada.

Santos (2006), ao refletir sobre as transformações socioespaciais e cunhar e redesenhar significados, atribui às transformações científicas do Pós II Guerra Mundial, que modificaram as relações sociais com o espaço, a ideia de um meio técnico-científico-informacional. Esse seria um subproduto das transformações do meio natural pelo intermédio do meio técnico. Para ele, o uso do conhecimento científico para produção do espaço, ocorre pela orientação de um mercado global que, sustentado na ciência, tecnologia e na informação condiciona a produção e as relações sociais. Nas palavras do autor

[...] os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006, p. 159).

Ao vincular a informação como elemento de transformação do espaço globalizado, Santos (2006) permite a construção de uma hipótese relevante sobre a implantação de ambientes privilegiados em Montes Claros. O acesso à informação, a manipulação dos agentes do mercado ofertando um produto de cobiça induzida e a construção de um sentimento de insegurança podem ter contribuído para a busca de espaços privilegiados como alternativa de acesso à segurança. No horizonte dessa relação, está a coincidência temporal entre o aumento de espaços privilegiados e os indicadores de criminalidade na cidade, como será explorado mais adiante.

Melgaço (2010, p.104), ao refletir sobre a militarização do espaço urbano, argumenta que o medo é produto do imaginário, materializando-se pelos processos de “securização”. Esse vocábulo trata-se de um neologismo vinculado à segurança, utilizado por Melgaço (2010, p. 66) para determinar o processo de implantação de objetos e formas urbanas voltados à busca por algum tipo de proteção contra a ação de pessoas que praticam ilícitos penais. O autor destaca que a implantação desses objetos de proteção é geralmente apresentada em contraposição ao discurso do medo.

O referido pesquisador reforça a hipótese da busca por segurança nos espaços de exclusividade, utilizando dois conceitos cunhados por Santos (2006): *psicosfera* e *tecnosfera*. Para Santos a *tecnosfera* representa o mundo dos objetos, dependente da ciência e da tecnologia e a *psicosfera* é a esfera da ação e sustenta-se em ideias, crenças e imaginário. Nessa perspectiva, argumenta:

Tecnosfera e psicosfera são redutíveis uma à outra. O meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais. Tecnosfera e psicosfera são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade, no próprio conteúdo do território (SANTOS, 2006, p. 172).

A interpretação de Melgaço (2010) permite observar que a busca por espaços exclusivos dos condomínios representa uma necessidade social de diminuir a sensação de insegurança mediante recursos técnicos-científicos que envolvem desde obstáculos físicos materiais como grades e muros altos até recursos tecnológicos como câmeras e sistemas de segurança.

Em que pese o surgimento de espaços exclusivos em Montes Claros possam representar o resultado de um conjunto de fatores como a urbanização, atuação dos agentes

sociais modeladores do espaço<sup>5</sup>, polaridade regional – referência nos setores de ensino, saúde e serviços –, expansão imobiliária, entre outros, é na busca por segurança que sua multiplicidade tem encontrado sua oferta mercadológica.

Se por um lado os condomínios aumentam a sensação de segurança de seus moradores, por outro, cria contradições ao reforçar a segregação socioespacial e dificultam a sociabilidade necessária para o fortalecimento do pacto social implícito na cidade como um espaço coletivo e não privado.

Outro processo que modifica a dinâmica urbana é a descentralização da área central e a formação de novas centralidades, como espaços que passam a apresentar intensificação do fluxo de pessoas e capitais.

### **2.4.3 A importância da descentralização e as novas centralidades**

O terceiro fenômeno identificado em Montes Claros após os anos de 1990 refere-se ao processo de descentralização e a formação das novas centralidades em Montes Claros, o que pode ser observado a partir da expansão urbana. Um subproduto da descentralização são os subcentros, que constituem espaços que passam a apresentar nova funcionalização no contexto intraurbano. Para Villaça (1998, p. 293), o subcentro constitui uma “réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte, sem, entretanto, a ele se igualar”.

França (2007) auxilia na compreensão ao tentar explicar que os subcentros originaram-se em áreas residenciais distantes do núcleo central acompanhando a expansão territorial e o crescimento demográfico em áreas periféricas.

Reis (2007, p. 10) argumenta que os subcentros constituem “fenômeno urbano associado ao surgimento de uma nova forma de estruturação interna da cidade”. A reestrutura urbana com a refuncionalização dos espaços pode ocorrer na perspectiva de Lefevre (1999), Sposito (2001) e Reis (2007) de modo a criar uma multiplicidade de centros ao que se atribui o nome de multicentralidade.

Sposito (2001) acrescenta que a centralidade deve ser entendida enquanto processo e o centro e os subcentros como sua expressão territorial. Caso haja diferenciação dos níveis de especialização funcional dos diversos centros, a autora assegura que se pode

---

<sup>5</sup> Os agentes sociais são os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado, grupos sociais excluídos, tais como os sem teto, moradores de rua, etc. (CORRÊA, 2005, P.12).

falar numa policentralidade. Lefebvre (1999, p. 110) define esse termo como uma “tendência que se orienta seja para a constituição de centros diferentes (ainda que análogos, eventualmente complementares), seja para a dispersão e para a segregação”.

A definição desses termos e seu entendimento enquanto processos e formas espaciais permitem pensar a redefinição de funções dos espaços pela descontinuidade e segregação. **Esses** são compreendidos pela atuação direta e indireta de seus agentes modeladores de espaço urbano, como instrumento de articulação e fragmentação que condicionam novas formas e funções do ambiente urbano.

A fragmentação urbana deve ser observada como forma de dificultar a convivência, acirrando disputas e conflitos pela posse e usos da terra no espaço intraurbano, bem como provoca articulações, movimentos de diferentes ordens como aponta Corrêa (2005). A reestruturação urbana, pensada a partir das novas formas espaciais, pode representar convergência ou dispersão populacional. Os processos sociais de acumulação de capital contribuem para uma dinâmica incessante que ora originam formas espaciais de repulsão, ora de atração. A descentralização e as novas centralidades são exemplos básicos de formas espaciais que representam esse fenômeno.

Os principais fatores que têm contribuído para isso são: a expansão do comércio de bairro (ou comércio local); o desenvolvimento de atividades comerciais nas principais avenidas arteriais da cidade; novas necessidades de consumo demandadas pela sociedade; oferta de serviços mais especializados por empresas ou por profissionais liberais (consultores, marketing, arquitetos, construtores), entre outros. Assim, o incremento das atividades econômicas de Montes Claros tem permitido uma maior dinâmica na estrutura espacial da cidade, renovação das formas de uso e ocupação do solo e uma maior atuação do mercado imobiliário (construtoras e imobiliárias).

Para Corrêa (1989), a descentralização é um processo espacial associado às fragilidades econômicas da área central, como a deseconomia de aglomeração; ao crescimento demográfico e espacial da cidade, inserindo-se no processo de acumulação de capital. Ocorre quando existem fatores de atração para outros espaços, favorecendo o surgimento dos subcentros ou núcleos secundários. Spósito (2010) corrobora essa ideia, ao afirmar que a descentralização consiste num processo de novas estratégias econômicas e locacionais, que por meio de grupos comerciais identificam interesse em explorar os negócios em outro contexto da estrutura urbana.

Pereira (2000, p. 97-98) acrescenta que a descentralização como processo de reestruturação interna das cidades favorece o surgimento de espaços que se diferenciam pelos serviços e equipamentos urbanos disponíveis.

A formação de novas centralidades articula-se no espaço urbano pela existência de dicotomias. De um lado, o centro tradicionalmente estabelecido com sua infraestrutura, saturação, aluguéis elevados pela especulação imobiliária, fluxo intenso de pessoas, serviços, mercadorias e capitais e de outro os espaços fora do eixo central com terrenos desocupados, infraestrutura razoável, maior mobilidade urbana e preços acessíveis.

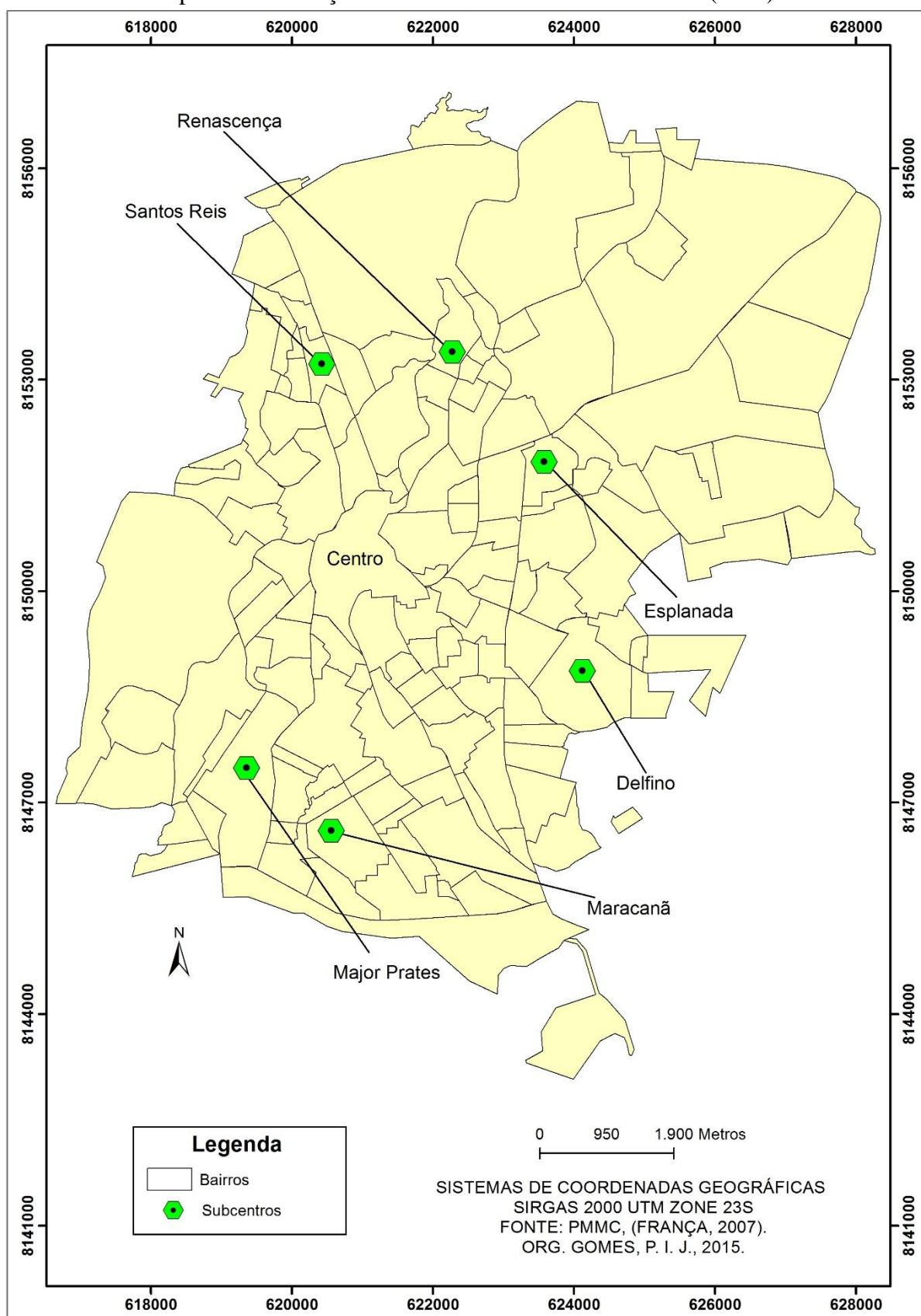
O centro tradicional de algumas cidades brasileiras passa por um processo de perda de referência do ponto de vista do local de convergências das necessidades sociais para o consumo de bens e serviços. A área central, visualizada a partir de infraestrutura favorável e da convergência do interesse de consumo, pode ser observada como local de repulsão populacional na medida em que novas formas espaciais se materializam assumindo as funções antes centralizadas.

O contraponto da dispersão populacional da área central é a formação das novas centralidades urbanas ou subcentros. Estes constituem novas formações urbanas ligadas à atividade de infraestrutura fora do centro tradicional. Para Villaça (2001, p.293), o subcentro é uma réplica, em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte, sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte: a cidade; e o centro principal cumpre um caráter histórico na formação de toda a cidade.

Reis (2007, p. 10) reconhece as novas centralidades “como um fenômeno urbano associado ao surgimento de uma nova forma de estruturação interna da cidade”. Pereira (2000, p. 97-98) assevera que os subcentros têm seu diferencial na configuração espacial baseado nos atrativos e no perfil de consumo dos moradores no seu entorno.

Aliado à figura material e de natureza analítica dos subcentros têm-se os shopping centers e os eixos especializados com rede de concessionárias de veículos e peças automotivas, que constituem fator de atração a novos empreendimentos, garantindo maior fluxo de pessoas pela disponibilidade de serviços e produtos que se multiplicam e conseqüentemente dotam de novos significados o espaço urbano (Mapa 9).

Mapa 9 - Localização dos subcentros em Montes Claros (2014).



Fonte: PMMC, 2014; França (2007). Org. GOMES, P. I. J., 2015

Em Montes Claros, França (2007) apresenta uma tipologia para identificação de subespaços de formação de subcentros. São eles: Major Prates, Santos Reis, Renascença, Maracanã, Delfino e Esplanada (Mapa 9). Major Prates e Maracanã estão localizados na região Sul, Santos Reis e Renascença na região Norte e Delfino Magalhães e Esplanada na região Leste da cidade.

Gomes (2007), em pesquisa sobre transformação urbana em Montes Claros e a formação de novas articulações urbano-regionais, visualiza a formação de uma policentralidade, identificando as seguintes áreas: Distrito Industrial, Faculdades Ibituruna, Shopping, Major Prates (Mapa 9). Além desses espaços, a autora define ainda a formação de centralidades lineares que se configuram nos eixos de transporte, constituídas por avenidas que apresentam concentração comercial e/ou de serviços que reconfiguram a dinâmica socioespacial.

A identificação desses subespaços é importante porque os subcentros em Montes Claros foram tomados como um dos instrumentos de observação da dispersão/concentração da dinâmica da criminalidade e da violência. A utilização das tipologias apresentadas pelas pesquisadoras não constitui validação, muito menos reconhecimento dessa construção como única forma de representar a desconcentração e refuncionalização do espaço montesclarenses.

Pelo contrário, o dissenso apresentado pelas tipologias serve muito mais para pensar sobre a multiplicidade de critérios envolvidos na identificação de formas e processos do que para reconhecer uma maneira exclusiva de pensar o espaço. Nesse sentido, as delimitações propostas por Gomes (2007) e França (2007) foram utilizadas para instrumentalizar uma observação pela sua natureza analítica, o que não significa que sua identificação esteja isenta de limitações e criticidade.

Conhecer e refletir sobre as formas espaciais urbanas e seus respectivos processos de formação auxiliam na compreensão dos padrões de criminalidade. Conforme pode ser observado no próximo capítulo, em Montes Claros, as áreas de concentração criminal coincidem com aqueles em novos padrões e formações espaciais que são observados na cidade.

### **CAPÍTULO III**

## **DINÂMICA ESPACIAL E TEMPORAL DA CRIMINALIDADE EMMONTES CLAROS**



### **3 DINÂMICA ESPACIAL E TEMPORAL DA CRIMINALIDADE EM MONTES CLAROS**

Cada vez mais, pesquisadores nas diversas esferas da sociedade têm se dedicado aos estudos sobre a relação entre a dinâmica urbana e a criminalidade, em função do crescimento dos indicadores nos últimos anos.

Segundo Cardia, Adorno e Poletto (2003, p.12), “a criminalidade violenta no Brasil, sobretudo, os homicídios no espaço urbano, tem crescido de modo acentuado desde a década de 1960, movimento sobreposto ao acelerado processo de urbanização vivenciado nas últimas décadas do século XX no país”.

Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo analisar a dinâmica urbana e sua consequência para a criminalidade na cidade entre os anos de 2000 a 2014. O texto foi dividido em três partes. Na segunda parte, discute-se sobre a criminalidade e os crimes violentos em Montes Claros sob o recorte da dinâmica espacial e temporal.

Logo após, aponta os padrões, especificidades e motivações dos homicídios consumados. Na terceira parte, busca-se traçar as espacialidades e territorialidades do consumo e tráfico de drogas ilícitas, abordando sobre as motivações sob a perspectiva dos informantes, a fim de apresentar quem são os atores envolvidos nos crimes de homicídios e os territórios do tráfico de drogas na cidade.

#### **3.1 Dinâmica espacial e temporal da Criminalidade em Montes Claros**

Uma preocupação daqueles que buscam compreender as variáveis envolvidas na criminalidade e violência em espaços urbanos é identificar um conjunto de indicadores que sejam suficientemente representativos e capazes de demonstrar a amplitude e as condicionantes dos envolvidos na contextualização desses fenômenos dinâmicos e complexos presentes no convívio socioespacial.

A reflexão acerca dessas variáveis perpassa a compreensão dos ambientes de manifestação da violência em perspectiva geográfica por intermédio de duas variáveis basilares: tempo e espaço. O tempo é importante por permitir observar o comportamento das distintas formas de representação da violência e da criminalidade ao longo dos anos, possibilitando uma compreensão histórica do fenômeno. A variável espacial permite, além da

localização, considerar a produção e a reprodução do espaço com base nas manifestações concretas e simbólicas mostradas por atos de violência, facilitando a compreensão dos motivos que tornam alguns espaços privilegiados para a prática de crimes.

Foi a partir da perspectiva espacial e temporal que alguns indicadores foram escolhidos para explicar a criminalidade na cidade de Montes Claros. Inicialmente o recorte privilegia crimes violentos de um modo geral, observando tipos e distribuição no espaço temporal. Num segundo momento, a contextualização volta-se para especificidades dos crimes de homicídios e do uso, consumo e tráfico de drogas ilícitas, favorecendo um exercício analítico de algumas variáveis que contribuíram para concentração socioespacial da criminalidade.

A criminalidade em sua vertente mais genérica foi representada pelo Índice de Criminalidade (IC), uma vez que permite considerar a manifestação da violência urbana observando a variação do contingente populacional em cada ano. Para detalhar atos mais específicos da manifestação da violência urbana, opta-se pelo Índice de Criminalidade Violenta (ICV), trabalhando individualmente com a Taxa de Homicídios e com índices de delitos relacionados ao uso, consumo e comercialização de drogas.

Inicialmente abordam-se os tipos de crimes mais comuns, depois são apresentadas informações contextualizadas sobre os crimes violentos, contemplando as dinâmicas espacial e temporal. Em seguida, são detalhados os padrões e especificidades dos homicídios consumados.

Por último, analisaram-se as motivações para os homicídios, contemplando uma discussão sobre os atores e as vítimas do delito, os consumidores e traficantes, bem como o perfil dos envolvidos. Para melhor explicação dos indicadores utilizados, utilizam-se as narrativas dos informantes, oportunizando, inclusive o delineamento das territorialidades do tráfico e os danos colaterais advindos da movimentação de suas fronteiras.

O avanço da criminalidade em Montes Claros tem suas raízes na transição demográfica da década de 1970, momento em que o crescimento industrial e econômico experimentado pela cidade atrai migrantes que contribuem para mudança na dinâmica espacial urbana. Se por um lado não se pode fazer uma associação positiva entre a chegada dos migrantes e o aumento dos indicadores de criminalidade, por outro, o despreparo da cidade em termos de infraestrutura e a busca pelo modo de vida urbano como condição ao sucesso individual e o bem-estar familiar produz um crescimento demográfico significativo. Em consequência, a cidade sofre uma ocupação desordenada e irregular do espaço urbano, o

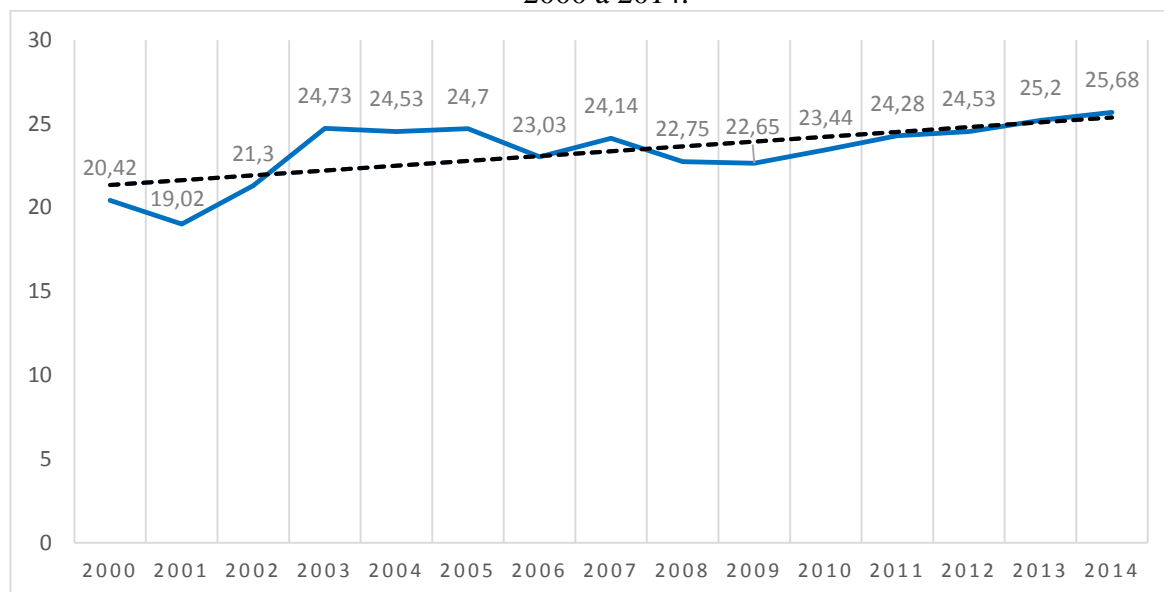
que contribui com a formação de favelas, aglomerados e para precarização das condições de vida que acentuaram as situações de conflitos sociais e disputas interpessoais.

A condição de desigualdade observada no contexto inicial do processo de industrialização intensifica-se após o surto desenvolvimentista, momento em que a cidade experimenta um processo contínuo de falências e fechamento de fábricas, com o consequente aumento do desemprego, acirraram-se as disparidades sociais acentuando o conflito de classes.

As contradições presentes em um modelo de crescimento que estimula a segregação socioespacial podem ser associadas à criminalidade sem o prejuízo de se estabelecer uma criminalização dos lugares ou mesmo de classes sociais. Isso porque não é apenas o crescimento urbano das cidades, o aumento do número de habitantes e a constituição de favelas e aglomerados que condicionam o recrudescimento da criminalidade. A fragilização dos mecanismos formais, as informações de controle social e a intensificação das desigualdades constituem variáveis analíticas constantemente observadas em estudos sobre a criminalidade e violência urbana no país.

Beato Filho e Reis (2000) sinalizam que no Brasil melhores indicadores sociais e condições de vida, entre as décadas de 1970 e 1980, não foram acompanhados pela redução dos indicadores criminais. Montes Claros não constitui exceção aos resultados da pesquisa de Beato Filho (1998), uma análise preliminar nos registros oficiais da criminalidade mostra um aumento de mais de 26% nos últimos 15 anos, apontando para intensificação da violência urbana. No ano de 2000, o índice de criminalidade era de 20,42 crimes para cada grupo de cem mil habitantes, passando em 2014 para 25,68, conforme o Gráfico 7. O crescimento é reflexo de uma tendência identificada no panorama estadual, uma vez que Minas Gerais apresenta no mesmo período um crescimento de mais de 20% dos crimes registrados no estado.

Gráfico 7 - Índice de criminalidade registrados junto à Polícia Militar em Montes Claros/MG – 2000 a 2014.



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015

Tentar apontar as variáveis que podem ter contribuído para essa variação temporal no IC, nos últimos quinze anos, sinalizando para uma direção na compreensão da dinâmica comportamental desse indicador, contribui para uma leitura mais precisa dos significados possíveis dessa oscilação.

A primeira indagação que surge, ao se analisarem os dados tanto sobre crimes mensurados neste trabalho pelo “IC”, quanto crimes violentos, constados pelo ICV, é de descobrir quais condicionantes podem ter interferido na variação percentual dos indicadores observados.

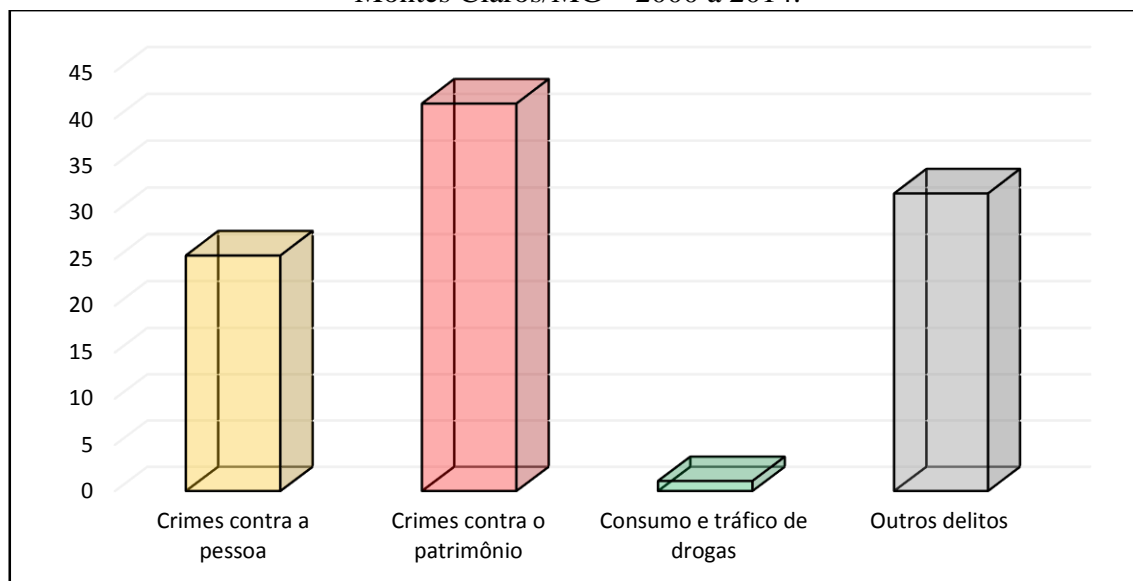
Vários motivos podem ser apontados para essa variação estatística e não constituem variáveis exclusivas da cidade de Montes Claros ou de Minas Gerais, sendo uma tendência observável na maioria das cidades brasileiras.

Em Montes Claros, uma das possíveis causas encontradas na literatura que justificam a oscilação dos indicadores de criminalidade e violência poderiam ser o acirramento das desigualdades sociais em função de fatores macrossociais e microsociais, o aumento do sentimento de impunidade, a redução da sensação de segurança, o enfraquecimento dos laços de solidariedade, a fragilização das instituições de controle social formal e informal, a mudança nos padrões de consumo, a intensificação da circulação e comercialização de drogas ilícitas, a inserção de drogas mais baratas e com alto poder de dependência e a ligação da região com a BR-116, rodovia Rio/Bahia, importante ligação entre

Sul e o Nordeste do Brasil, que interliga o Norte de Minas através da BR-251; situação essa que favorece, não somente uma maior fluidez à circulação de veículos de carga, garantindo dinamismo de alguns setores de serviços na cidade de Montes Claros, mas também pode ter beneficiado o surgimento de novas rotas para a circulação de drogas ilícitas vindas do Nordeste (Salvador e Recife), Sudeste (Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo) e até mesmo da região Sul do país.

Para compreender o impacto que o IC produz no contexto urbano e, conseqüentemente, na vida das pessoas, é necessário lembrar os delitos vinculados à sua construção. Para fins didáticos, os dados oficiais foram organizados em grupos, tomando como referência a parametrização utilizada pelo Código Penal<sup>6</sup>. Os dois grupos que reúnem a maior quantidade de crimes registrados são os crimes contra a pessoa e crimes contra o patrimônio, juntos somam mais 66% dos dados que formam o indicador, já as ocorrências relacionadas a drogas apresentam pouco mais de 1%. (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de crimes por grupo de delitos, registrados junto à Polícia Militar em Montes Claros/MG – 2000 a 2014.



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

Entre os crimes contra o patrimônio, furtos e roubos foram os que mais se destacaram com mais de 41% dos registros (Gráfico 8). Em meio aos crimes contra a pessoa, ameaças e agressões sobressaíram, fazendo com que as disputas interpessoais sejam responsáveis por mais de 25% dos crimes informados às polícias. Outros grupos, como crimes

<sup>6</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

contra os costumes, crimes contra a administração pública e crimes ambientais somam aproximadamente 32% das ocorrências.

Essa distribuição do grupo de crimes que compõem o percentual do IC sintetiza o panorama estadual que no mesmo período registra 37,8% de crimes contra o patrimônio e 19,3% de crimes contra a pessoa.

O IC é um indicador genérico e não permite um detalhamento que ultrapasse o horizonte de uma avaliação histórico temporal da criminalidade em Montes Claros. Todavia, sua utilização é importante para ratificar o sentimento de insegurança da população, sendo facilmente observado no comportamento de alguns comerciantes conforme Foto 1, que para se protegerem têm colocado grade nos estabelecimentos e durante a noite intensificam o procedimento de segurança com o atendimento mediado pelas grades.

Foto 1 – Medidas de segurança adotadas por estabelecimentos comerciais nos bairros Edgar Pereira, Carmelo e São Judas em Montes Claros – 2016



Autor: GOMES, P. I. J., maio/2016

Com a tendência de crescimento verificada no IC por meio de uma pesquisa de vitimização realizada em Montes Claros em 2009, percebe-se que sete em cada dez pessoas se sentem inseguras nos bairros durante a noite. Escalonando de modo independente os maiores medos dos moradores, a pesquisa aponta que “oito em cada dez pessoas sentem medo de ser assaltado; cinco em cada dez têm medo de serem vitimados por bala perdida e quatro em cada dez, temem ser surpreendidas por um tiroteio no meio da rua”(GOMES, 2010, p. 83). Vale ressaltar que esses dados podem ser piores ao se levar em consideração a margem de erro da pesquisa de 3,5% para mais ou para menos.

Esses dados evidenciam que nos casos de furtos, de cada dez casos, cinco não são registrados. Para os estelionatos, a relação é de seis casos omissos para cada dez registros. Agressões e ameaças têm subnotificações semelhantes representando cinco casos em cada dez, para cada uma destas modalidades criminosas.

A diferença existente entre o que acontece como consequência da interação social e o que de fato chega ao conhecimento dos órgãos de controle formal da criminalidade e da violência é discrepante. As distorções geralmente são motivadas pelos distintos padrões de classificação de delitos, pela descrença nas instituições de segurança pública ou pelo desprezo econômico ou moral ao fato jurídico tutelado.

Para Gomes (2010), o subregistro é mais grave porque mesmo a vítima procurando os órgãos de segurança pública, é orientada e/ou desestimulada a formalizar o registro ou simplesmente o agente público não registra a notícia crime, contribuindo, nesse caso, para o subregistro.

Apesar de não conseguir representar a realidade, os dados oficiais constituem como importante instrumento de análise pela disponibilidade histórica e espacial de informações relevantes para exercitar indagações sobre a questão da criminalidade. Para o “IC”, por exemplo, é possível identificar locais, horários, meses e dias da semana em que torna-se mais provável que um indivíduo seja vitimado.

A tabela 1 mostra o Índice de Criminalidade por bairros em Montes Claros, sendo possível observar junto aos dados oficiais de 2000 a 2014 que bairros como Centro (16,2%), São João (3,2%), Major Prates e São José (2,5% cada) e Santos Reis (2,3%) foram responsáveis em conjunto por mais de 26% dos delitos registrados.

Tabela 1 - Índice de Criminalidade por bairros registrados junto à Polícia Militar em Montes Claros/MG – 2000 a 2014.

| Ranking | Bairros           | Porcentagem | Porcentagem acumulativa |
|---------|-------------------|-------------|-------------------------|
| 1       | Centro            | 16,2        | 16,2                    |
| 2       | São João          | 3,2         | 19,3                    |
| 3       | Major Prates      | 2,5         | 21,8                    |
| 4       | São José          | 2,5         | 24,3                    |
| 5       | Santos Reis       | 2,3         | 26,6                    |
| 6       | Maracanã          | 1,9         | 28,6                    |
| 7       | Todos os Santos   | 1,7         | 30,2                    |
| 8       | Jardim Palmeiras  | 1,7         | 31,9                    |
| 9       | Edgar Pereira     | 1,7         | 33,6                    |
| 10      | Independência     | 1,6         | 35,2                    |
| 11      | Morrinhos         | 1,6         | 36,7                    |
| 12      | São Judas Tadeu   | 1,5         | 38,3                    |
| 13      | Cidade Nova       | 1,4         | 39,7                    |
| 14      | Delfino Magalhães | 1,3         | 41,0                    |
| 15      | Esplanada         | 1,3         | 42,2                    |
| 16      | Cintra            | 1,2         | 43,4                    |

|                       |                   |             |            |
|-----------------------|-------------------|-------------|------------|
| 17                    | Santa Rita        | 1,1         | 44,6       |
| 18                    | Santo Expedito    | 1,1         | 45,7       |
| 19                    | Cândida Câmara    | 1,1         | 46,8       |
| 20                    | Carmelo           | 1,1         | 47,8       |
| 21                    | Doutor João Alves | 1,0         | 48,9       |
| 22                    | Vera Cruz         | 1,0         | 49,8       |
| 23                    | São Luiz          | 0,9         | 50,8       |
| <b>Demais bairros</b> |                   | <b>49,2</b> | <b>100</b> |
| <b>Total</b>          |                   | <b>100</b>  |            |

Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015

O destaque desses bairros ocorre provavelmente pela sua função no contexto urbano. Com exceção do bairro Centro, os demais representam áreas de adensamento relativamente recente, que têm assumido novos papéis pela refuncionalização de espaços externos à área central.

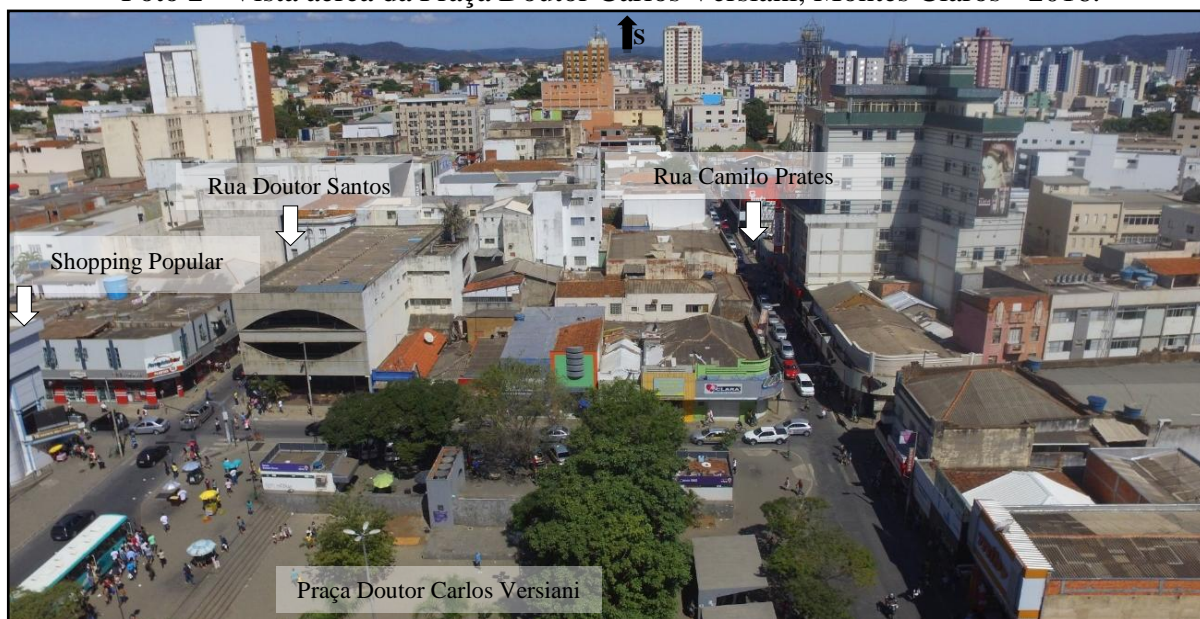
Como IC é um indicador constituído por mais de 41% de crimes contra o patrimônio, bairros com presença marcante de estabelecimentos comerciais destacam-se como espaços privilegiados para ocorrência desses delitos. Nesse sentido, a área central da cidade de Montes Claros, pela intensidade do fluxo de pessoas e capitais, facilidade de serviços e constituição de espaços físicos voltados para o consumo, apresenta maior disponibilidade de alvos potenciais à ação de sujeitos motivados.

A Foto 2 evidencia um ponto de circulação intensa de pessoas no bairro Centro, a Praça Doutor Carlos Versiani, local de concentração de estabelecimentos comerciais diversos como: Casa Lotérica, lojas de tecidos, roupas, produtos variados, eletrodomésticos, drogarias, lanchonetes, prestadores de serviços, além do Shopping Popular.

É justamente o dinamismo diferenciado de concentração socioespacial que coloca num mesmo ambiente as vítimas potenciais e os sujeitos motivados à prática de delitos, fazendo dessa parte da cidade uma área propensa à vitimizações patrimoniais.



Foto 2 - Vista aérea da Praça Doutor Carlos Versiani, Montes Claros - 2016.

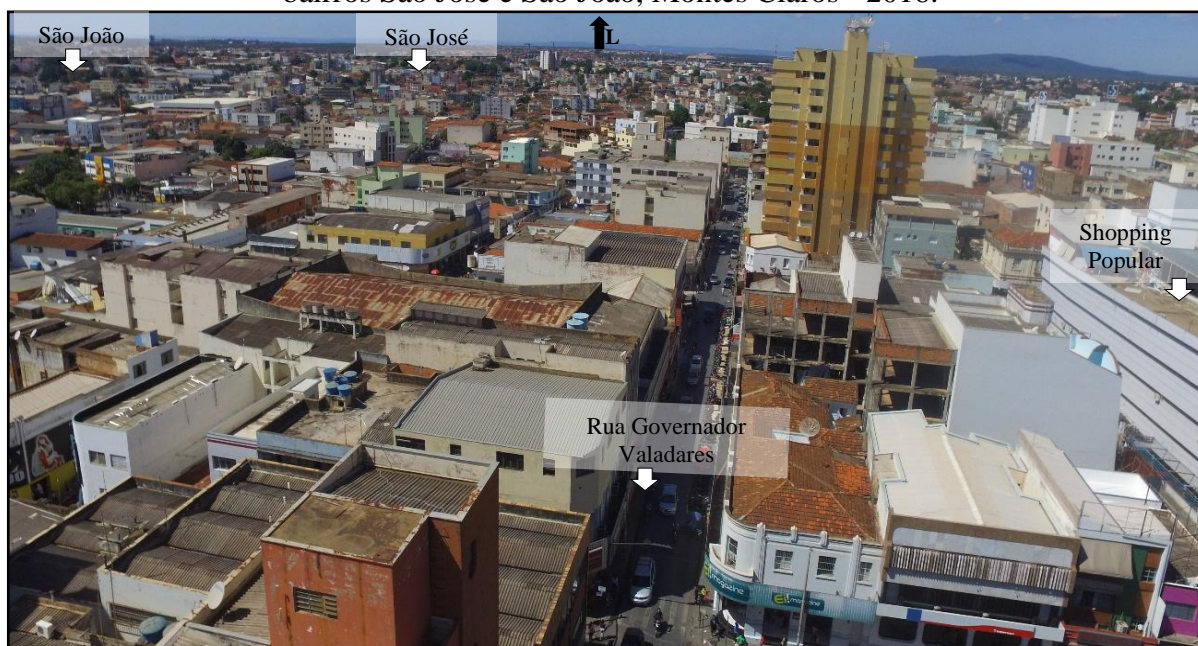


Autor: GOMES, P. I. J., abril/2016.

Os bairros São João e São José, localizados espacialmente nas imediações da região central, apresentam espaços em que há irradiação de atividades análogas com maior disponibilidade de fluxos e fixos, exercendo função semelhante e se destacando como locais privilegiados para prática de crimes.

Além disso, esses bairros constituem lugares favoráveis do ponto de vista da proximidade com a área central, fato que tem estimulado os empreendimentos imobiliários, intensificando o processo de verticalização, conforme observado na Foto 3. O aumento da densidade urbana imprime dinamismo espacial, levando as oportunidades para a prática de crimes, sobretudo, patrimoniais.

Foto 3 - Vista aérea da Praça Doutor Carlos Versiani em direção a Leste com destaque para os bairros São José e São João, Montes Claros - 2016.



Autor: GOMES, P. I. J., abril/2016.

É interessante ressaltar que nos bairros Centro e São João a existência de dois hospitais: Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros (Santa Casa) – Centro e Fundação de Saúde Dílson de Quadros Godinho (antigo São Lucas) – São João, pode contribuir para que os registros estejam espacialmente localizados nesses bairros, uma vez que, quando as vítimas não sabem precisar o local do fato, a polícia atribui o ocorrido ao endereço dos hospitais como referência.

O bairro Major Prates e Santos Reis exercem funções de subcentros descentralizados e contam uma rede diversificada de fluxos e fixos com disponibilidade de alvos pela aglomeração e estimulação de circulação de pessoas e capitais, atraindo, assim, principalmente crimes patrimoniais. No Major Prates, a concentração de crimes contra o patrimônio é maior, com aproximadamente 55% dos registros. Esse bairro apresenta uma estrutura mais variada e consistente no que diz respeito à rede comercial e de serviços.

O cruzamento entre as ruas Francisco Gaetane e Castelar Prates representa um exemplo do dinamismo comercial existente no bairro. O fluxo de pessoas é intenso, tanto pela função da Rua Francisco Gaetane na rede urbana, quanto pela presença de estabelecimentos comerciais diversificados, tais como banco, supermercado, drogarias, rede de eletrodomésticos, shopping popular, galeria com comércios diversos, açougue, casa de



autopeças, lojas de roupas, calçados, material de construção, padarias, lanchonetes, entre outros (Fotos 4 e 5).

Foto 4 - Vista aérea do bairro Major Prates, destaque para as ruas Francisco Gaetane e Castelar Prates – Montes Claros - 2016.



Autor: GOMES, P. I. J., abril/2016.

Foto 5 - Mosaico da rede comercial nas ruas Francisco Gaetane e Castelar Prates – Montes Claros – 2016.



Autor: GOMES, P. I. J., abril/2016.

No Santos Reis, os crimes patrimoniais somam pouco mais de 44% entre 2000 a 2014. Nesse bairro, os crimes contra a pessoa são expressivos, representando mais 36% dos registros componentes do “IC”. A estrutura do local apresenta rede comercial com variados tipos de estabelecimentos, influenciada pela proximidade com o distrito industrial, através da Avenida João XXIII, que liga a cidade à BR 135 e a vários municípios da região norte da cidade como: Mirabela, Patis, São Francisco, São João da Ponte, Januária, Manga, entre outros (Foto 6). Além da rede comercial diversificada, é possível observar no entorno uma infraestrutura urbana precária, com casas inacabadas e provenientes de ocupação irregular, vielas, pavimentação precária, como pode ser evidenciado ao se observarem as imagens em segundo plano da Foto 06.

Os demais bairros mostrados na tabela 01, como Maracanã, Todos os Santos, Jardim Palmeiras, entre outros, demonstram características de proximidade com áreas em que



o comércio é bem desenvolvido ou em que os subcentros estabeleceram-se em função da dinâmica urbana.

Foto 06 – Mosaico da rede comercial na Avenida João XXIII no bairro Santos Reis e ruas de acesso à Vila São Francisco de Assis – Montes Claros – 2016.



Autor: GOMES, P. I. J., abril/2016.

No caso do Todos os Santos, como apontado na Foto 7, a localização da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), bem como a existência de cursos de idiomas diversos, escolas públicas e particulares e a proximidade com outras Instituições de Ensino Superior, como as Faculdade Pitágoras e Faculdade de Saúde Ibituruna, fazem do bairro espaço privilegiado para a prática de crimes pela disponibilidade de condições para vitimização.

Foto 7 - Fotografia aérea do bairro Ibituruna, destaque para o Bairro Todos os Santos e o Centro – Montes Claros - 2016



Autor: GOMES, P. I. J., abril/2016.

O fluxo de estudantes que utilizam as ruas como rotas de acesso a espaços de interesse em função da diversidade de comércios é constante no bairro. Fatores relacionados à prevenção situacional e a ausência de guardiões são elementos que podem ser utilizados para justificar a concentração de crimes patrimoniais nessa região da cidade.

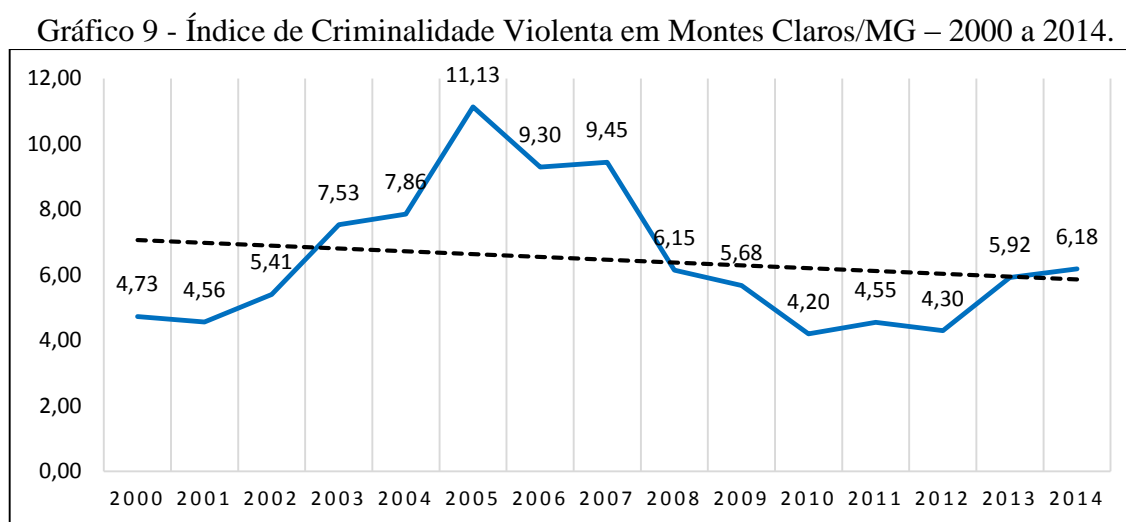
Os dados oficiais mostraram que o IC concentra-se nos meses de maio e outubro com 8,7% dos casos cada. Em relação aos dias da semana, sábado aparece com 15,4% dos casos e segunda-feira com 14,7%, sendo os dias da semana mais prováveis de se tornar uma vítima em potencial de algum dos crimes que compõe o “IC”. Quanto ao turno de ocorrência dos crimes, estes se concentram no período vespertino, intensificando-se das 15h às 17h.

Considerando a amplitude das informações oficiais, é possível afirmar que, em Montes Claros, pessoas que circulam em bairros que possuem uma rede comercial variada, com razoável infraestrutura, principalmente nos meses de maio e outubro, sábado ou segunda-feira, após as 15h e antes das 18h têm maior probabilidade de tornarem-se vítima de crimes relacionados ao IC.

Outro indicador capaz de mensurar a criminalidade e a violência em Montes Claros, permitindo fazer uma contextualização sobre tipos mais comuns de atos violentos e áreas preferenciais de ocorrência, são os crimes violentos, mensurados através do “ICV”.

### 3.2 Crimes violentos: dinâmica espacial e temporal

A criminalidade violenta mensurada pelo Índice de Crimes Violentos (ICV) é outro indicador que pode ser utilizado para contextualizar a violência e apresentar padrões preferenciais de manifestação espacial e temporal. Em Montes Claros, os dados mostram uma oscilação longitudinal nos últimos quinze anos, com um aumento no percentual acumulado no período entre 2000 e 2014 de 31%. Em 2005, observa-se o maior índice, vitimando mais de onze pessoas para cada grupo de cem mil habitantes na cidade (Gráfico 9). Após 2005, o “ICV” foi gradativamente apresentando redução até o ano de 2012, momento em que volta a apresentar aumento.



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

O ano de 2010 destaca-se pelo menor número de crimes violentos registrados por grupo de cem mil habitantes. Os anos de 2011 e 2012 contribuíram para uma certa estabilidade nos registros, fazendo com que a violência regredisse a níveis menores do que a década anterior, em que o “ICV” em 2000 era de 11,20% maior do que 2010; entretanto, em 2013 e 2014 o indicador volta a apresentar aumento.

Dentre os crimes violentos, os roubos e roubos a mão armada ficaram em primeiro lugar com 91%, mostrando os valores mais incisivos do período observado. Entre os anos de 2000 e 2014 esses crimes foram responsáveis por mais de 90% dos registros oficiais, conforme Tabela 2. No período, somam-se mais 30.500 registros que podem ter vitimado um número maior de pessoas, uma vez que, em um mesmo registro policial, pode existir mais de

uma vítima. Além de se considerar a subnotificação, conforme apontado por Gomes (2010) em pesquisa de vitimização em Montes Claros, relacionada aos casos de roubo, que a cada dez casos, quatro não são registrados por motivações diversas.

Tabela 2 - Percentual dos crimes violentos por tipo em Montes Claros: 2000-2014.

| Crimes violentos por tipo          | Percentual |       |       |       |                    |
|------------------------------------|------------|-------|-------|-------|--------------------|
|                                    | 2000       | 2005  | 2010  | 2014  | Média<br>2000-2014 |
| Homicídios (tentados e consumados) | 13,25      | 5,42  | 9,26  | 7,15  | 8,29               |
| Sequestro e cárcere privado        | 0,27       | 0,05  | 0,13  | 0,08  | 0,09               |
| Roubo e roubo à mão armada         | 84,15      | 93,56 | 87,77 | 91,80 | 90,11              |
| Latrocínio                         | 0,20       | 0,08  | 0,19  | 0,00  | 0,09               |
| Extorsão mediante sequestro        | 0,00       | 0,03  | 0,00  | 0,08  | 0,03               |
| Estupro (tentado e consumado)      | 2,12       | 0,87  | 2,65  | 0,88  | 1,39               |

Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

O uso de armas de fogo na prática de crimes violentos evidencia uma questão nacional relacionada ao controle de armas por parte da população. Se em tantos casos a arma de fogo aparece como instrumento utilizado para práticas desses crimes, é razoável pensar que existem muitas armas em circulação e que os esforços e estratégias empreendidas pelo Poder Público não têm sido suficientes para impedir o acesso a esse instrumento, que tem como única finalidade matar.

Em segundo lugar, aparecem as tentativas de homicídios e os homicídios consumados, com média acumulada no período superior a 8% dos registros. O número de pessoas mortas, de acordo com o banco de dados das polícias é de 371 vítimas; todavia, é importante salientar que as informações policiais sobre homicídios disponíveis para consulta no Sistema de Informação Integrado das Polícias Civil e Militar apresentam limitações técnicas. Isso porque o registro da Polícia Militar, via de regra, responsável imediato pela formalização junto à SEDS, leva em consideração o momento do fato e não o resultado. Em outras palavras, uma vítima de lesão corporal grave que venha a falecer horas ou dias após o registro policial inicial, não será contabilizada como uma vítima de homicídio, uma vez que a formalização feita no momento do fato não é atualizada. A Polícia Civil poderia fazer um ajuste desse registro no momento da construção do inquérito policial, porém isso não acontece.

A real dimensão das variáveis que contribuem para redução da criminalidade está além dos objetivos desta pesquisa, contudo, para expor situações que podem ter beneficiado a



redução dos crimes violentos em Montes Claros, é necessária a compreensão de fatores ligados à dinâmica do crime e da violência na cidade.

Os registros de homicídios, por exemplo, apresentam divergências entre as agências que monitoram as vítimas em função das diferentes metodologias e critérios de classificação das mortes violentas. Como as polícias consideram o momento da ação e não o do resultado do crime, tal fato provoca divergência entre a quantidade de pessoas mortas e as informações do DATASUS, sendo que essa diferença entre registros e vítimas de homicídios será abordada posteriormente.

Os demais crimes que compõem o indicador do ICV, como sequestro, cárcere privado, latrocínio, extorsão mediante sequestro e estupro somam aproximadamente 1,60% dos casos registrados, representando pequena expressividade se comparados a roubos e a homicídios.

Sobre os delitos de estupro é importante ressaltar que a subnotificação pode ser maior em função de duas situações. A primeira diz respeito ao constrangimento passado pela vítima na realização dos exames periciais para confirmação do crime e a segunda está vinculada à violência sucessiva e velada sofrida nas relações de gênero e/ou aquelas identificadas no contexto familiar, que por mais que cheguem a ser denunciadas em algum momento, esse registro representaria apenas um dos eventos e não o conjunto de casos possíveis de reincidência.

Ao notar a distribuição espacial dos crimes violentos pelos bairros da cidade de Montes Claros, é possível dizer que o padrão observado alinha-se à teoria das Abordagens das Atividades Rotineiras (COHEN; FELSON, 1979), na medida em que os delitos que compõem esse indicador distribuem-se seguindo uma lógica de concentração orientada pelo fluxo de pessoas e de capitais. Por essa ótica, o crime é visto como uma ação lógica, baseada em uma escolha racional, que avalia as possibilidades de sucesso na ação do agente. Em outras palavras, a teoria estima que é mais provável ocorrer um crime em espaços que existam vítimas em potencial, agente motivado e ausência de um guardião. Essa é uma concepção que atribui à dimensão espacial toda a relevância existente no processo de escolha dos lugares para a prática de crimes.

Apesar dos agressores escolherem racionalmente as vítimas em função de sua vulnerabilidade e da ausência de um guardião; o espaço, entendido como o local escolhido para que se tenha êxito na empreitada, é significativamente relevante. Questões relacionadas às rotas de fuga, possibilidade de se misturar entre outras pessoas, a existência de pontos de interesses ou formas espaciais que atraíam potenciais vítimas são algumas das variantes

condicionadas pela lógica espacial, que os agressores inconscientemente avaliam no momento da escolha dos seus alvos.

Ao analisar-se a concentração dos crimes violentos nos últimos quinze anos, fazendo um ranking dos bairros com maior aglutinação, o Centro se destaca com mais de 12% dos registros, conforme Tabela 3, isso pode ser justificado em razão da sua estrutura comercial diversificada que atrai pessoas, capitais e informação na medida em que agrega a rede interurbana a um emaranhado de conexões, interligando serviços, facilitando a solução de inúmeras demandas sociais num espaço de dimensões relativamente modestas em relação a outras cidades de grande porte.

Tabela 3 - Bairros em destaque no registro percentual dos crimes violentos em Montes Claros: 2000-2014.

| Ranking | Bairros         | Porcentagem   | Porcentual acumulado |
|---------|-----------------|---------------|----------------------|
| 1       | Centro          | 12,1%         | 12,1%                |
| 2       | Todos os Santos | 3,4%          | 15,5%                |
| 3       | São José        | 3,3%          | 18,8%                |
| 4       | São João        | 3,2%          | 22,0%                |
| 5       | Maracanã        | 2,6%          | 24,7%                |
| 6       | Edgar Pereira   | 2,4%          | 27,1%                |
| 7       | Major Prates    | 2,4%          | 29,4%                |
| 8       | São Judas Tadeu | 2,1%          | 31,6%                |
| 9       | São Luiz        | 1,6%          | 33,2%                |
| 10      | Cândida Câmara  | 1,6%          | 34,8%                |
| 11      | Cidade Nova     | 1,5%          | 36,4%                |
| 12      | Melo            | 1,5%          | 37,8%                |
| 13      | Santos Reis     | 1,5%          | 39,3%                |
| 14      | Esplanada       | 1,4%          | 40,7%                |
| 15      | Independência   | 1,4%          | 42,0%                |
|         | Demais bairros  | 58,0%         | 100,0%               |
|         | <b>Total</b>    | <b>100,0%</b> | <b>-</b>             |

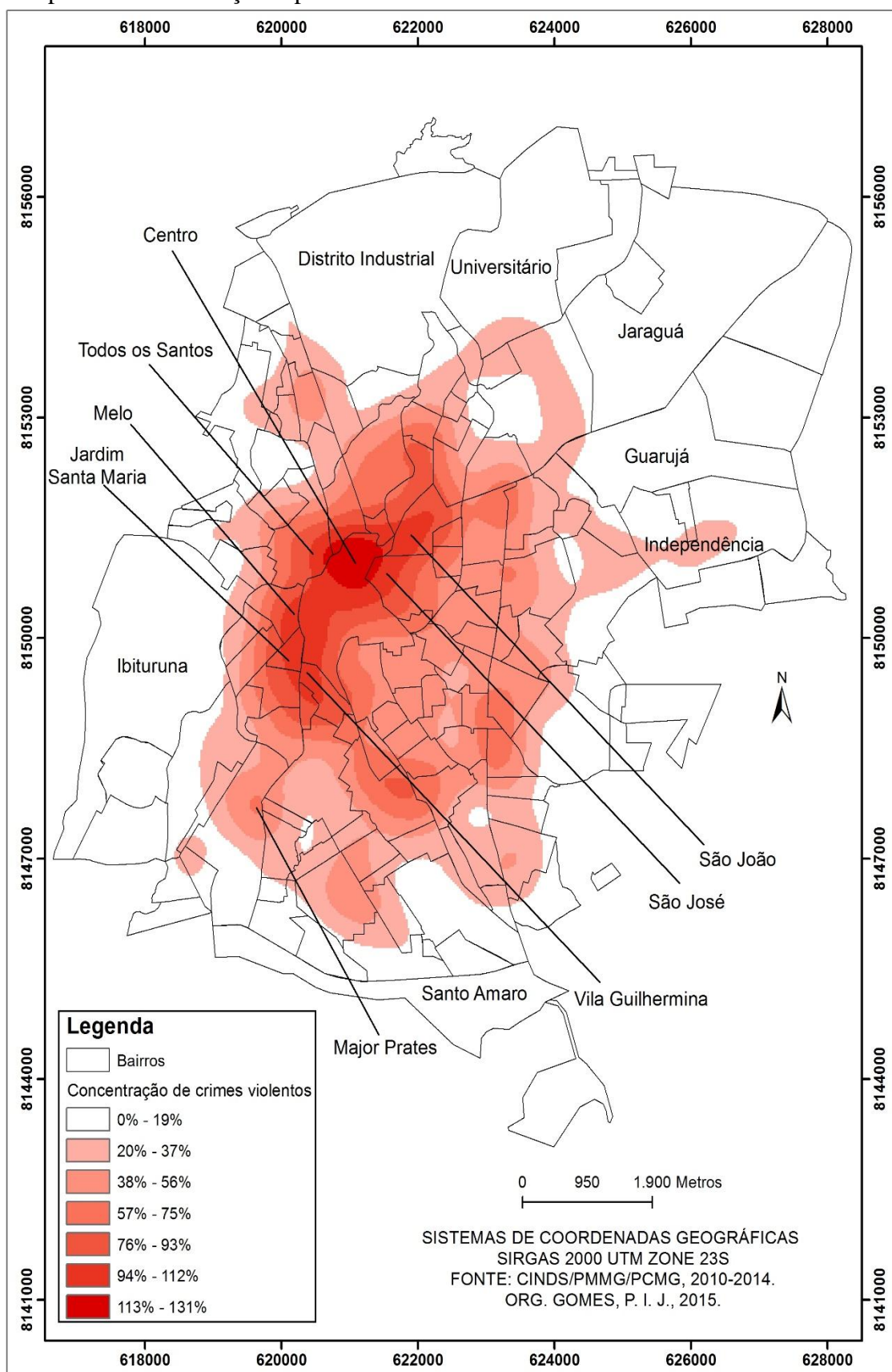
Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

O bairro Todos os Santos, apesar de uma função inicialmente residencial, onde tradicionalmente se localizam residências de padrão intermediário, sofre uma refuncionalização com o estabelecimento de Instituições de Ensino em sua área e entorno, mudando a dinâmica dos seus fixos e fluxos. A função diferenciada que assume o bairro Todos os Santos atrai não apenas estudantes, sobretudo, *clusters* de apoio diversificados como copiadoras, serviços de mototáxi, padarias, supermercados, bares, restaurantes, entre outros.

Aliado a essa demanda estudantil e à especulação imobiliária, o bairro apresenta significativo processo de verticalização que contribui para o aumento da circulação de pessoas, potencializando o ambiente às condições de vitimização.

O São João e São José aparecem em seguida com 3,3% e 3,2% respectivamente. Esses bairros estão localizados no entorno do bairro Centro, como mostra o Mapa 10, onde se irradiam atividades comerciais diversas. Uma observação mais detida neste mapa permite inferir que a concentração de crimes obedece à lógica da saturação e da intensificação do fluxo das pessoas pelo dinamismo e vulnerabilidade à prática de crimes violentos.

Mapa 10 - Concentração espacial dos crimes violentos em Montes Claros:2010-2014.



Fonte: CINDS/PMMG/PCMC. Org. GOMES, P. I. J., 2016.

Quando observada a dispersão dos crimes violentos no espaço urbano (Mapa 11), nota-se que os delitos seguem um padrão de concentração, principalmente, na região norte do bairro Centro, difundindo-se para os bairros do entorno e seguindo o seu limite na direção oeste, até atingir a região sul. Uma hipótese para essa concentração é a localização espacial da Avenida Deputado Plínio Ribeiro, que segue o mesmo sentido observado nas áreas preferenciais para a incidência dos crimes. Nessa avenida existe um conjunto de pontos de interesse que intensificam a circulação de pessoas, atraindo a ação de agressores.

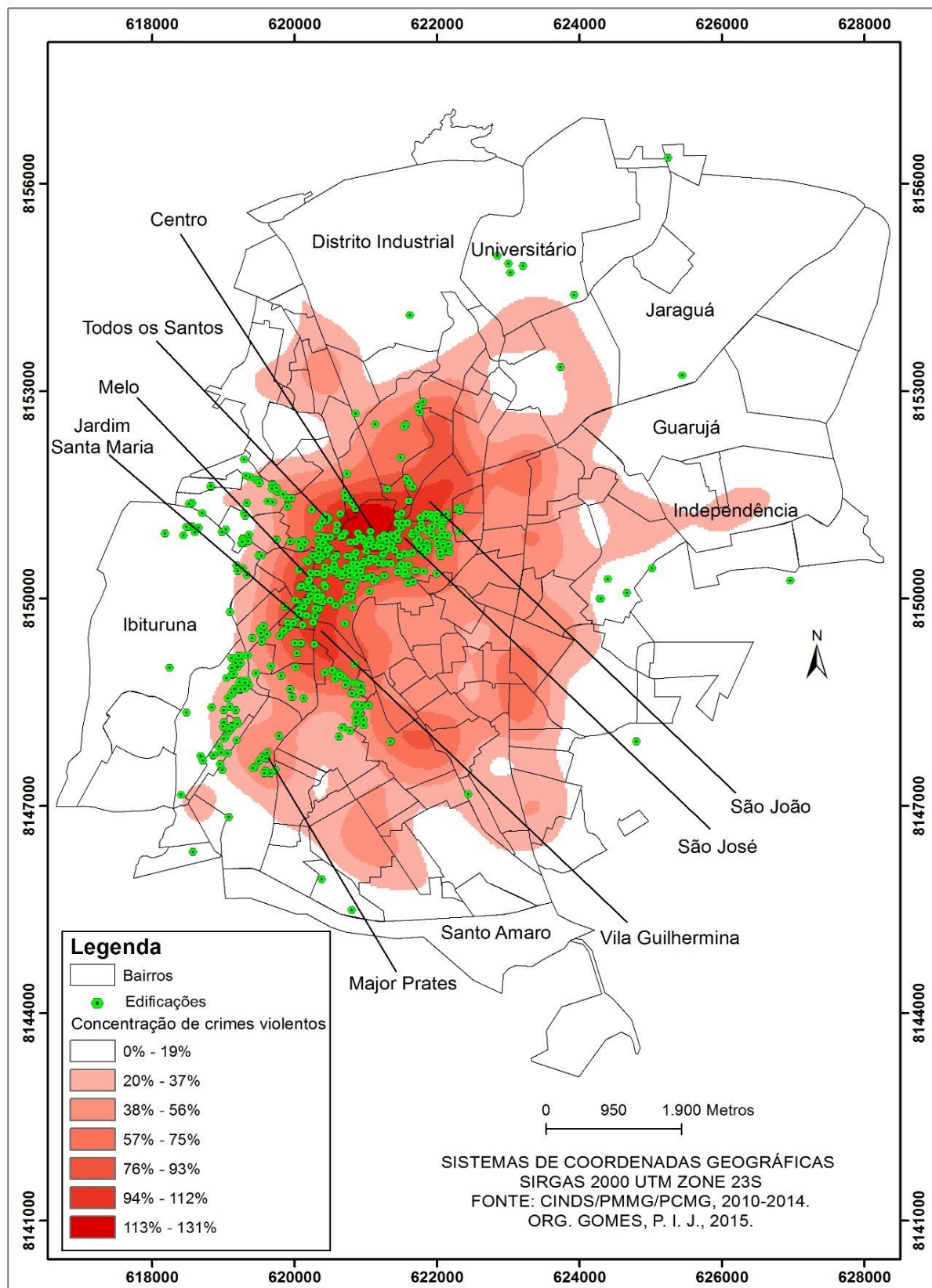
Destaca-se que os crimes não se concentram apenas no Centro, nessa medida, as justificativas sobre a irradiação da rede comercial a partir da região central, a formação das novas centralidades, a constituição de regiões especializadas e os centros universitários foram apresentados como variáveis importantes para compreender uma maior centralização de pessoas em espaços privilegiados para a vitimização criminal.

Entretanto, é conveniente ressaltar que, entre os exercícios realizados na análise dos dados, a fim de encontrar um conjunto de justificativas consistentes para explicar o padrão de dispersão criminal ora observado, destaca-se a relação de proximidade existente com o processo de verticalização que ocorre na cidade.

Os dados georeferenciados das edificações em Montes Claros, abstraídos da pesquisa de Costa et al (2014) e associados com a criminalidade violenta, estimulam a reflexão de que os espaços verticais aumentam a densidade urbana, acentuando o fluxo e a concentração de pessoas em lugares da cidade em que historicamente a taxa de ocupação era menor (Mapa 11). A intensificação do fluxo, associada a outras variáveis, tem contribuído para condicionar o padrão criminal ora observado, uma vez que, o ambiente de oportunidades para que os agressores escolham suas vítimas foi ampliado.

A verticalização é um processo que pode ter contribuído, por exemplo, para concentração da criminalidade violenta na região norte do bairro Centro, irradiando pela linha que separa o bairro na direção oeste, até atingir a região sul. Observa-se no Mapa 10 que esse é o mesmo sentido da concentração das edificações mapeadas no processo de verticalização.

Mapa 11 - Edificações e concentração espacial dos crimes violentos em Montes Claros: 2010-2014.



Fonte: CINDS/PMMG/PCMC. Org. GOMES, P. I. J., 2016.

Estimulados pelo aguçamento do fluxo de pessoas que residem e/ou trabalham em edificações recentes na região central e bairros do entorno, determinados indivíduos têm privilegiado as oportunidades criadas pela dinâmica das novas estruturas urbanas. Nesse sentido, os dados permitem dizer que os crimes violentos têm acompanhado a dispersão das edificações, de forma que novos padrões de infraestrutura urbana têm condicionado a escolha de espaços privilegiados para a criminalidade.

O comportamento da série histórica do “ICV” nos últimos quinze anos merece análise detida, assim como ocorre com o indicador médio do estado de Minas Gerais, o índice tem apresentado redução a partir de 2005 em Montes Claros. Conforme visto anteriormente em Vilhena (2006), Anastasia (2006), Andrade (2006) e Saporì (2007), esse comportamento da dinâmica criminal ocorre em função de estratégias de gerenciamento da política de segurança pública estadual.

Entretanto, como mencionado, não se pode acreditar que a redução seja simplesmente resultante de estratégias de gestão da segurança pública, projetos de prevenção ou diminuição espontânea da violência. Há que se considerar a intencionalidade na construção das informações oficiais por parte dos modelos adotados pela política institucional de segurança pública.

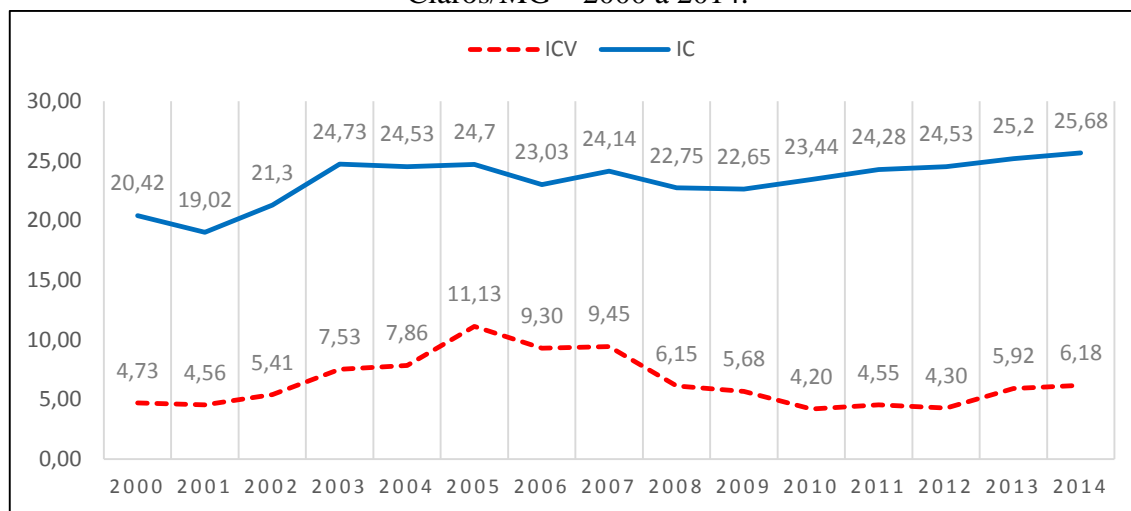
Em Montes Claros, por exemplo, a redução da criminalidade violenta não foi acompanhada pela melhoria da sensação de segurança da população, conforme se verifica na pesquisa de vitimização realizada em Montes Claros no ano de 2009, período em que o “ICV” estava em queda, apontando que o sentimento de insegurança da população chegava a 75% (GOMES, 2010). Observando o período diurno e o noturno, para as variáveis: bairro de residência, bairro de trabalho e bairro estranho – termo utilizado para determinar menor afinidade ou proximidade com o bairro, constata-se que no período noturno, entre 20% e 23% da população afirma sentir-se segura nos bairros discriminados.

Os dados oficiais estão na contramão do sentimento de insegurança da população em Montes Claros. Nesse caso, duas questões podem ser levantadas: a primeira é que os parâmetros estabelecidos pelas polícias para mensurar e enfrentar a violência não condizem com aqueles que a população identifica como adequada para melhorar o seu sentimento de insegurança e a segunda é que a política institucional de construção das informações pode não se alinhar com a realidade dos acontecimentos.

Um indício de que a redução do ICV não representa a diminuição da violência é a discrepância observada na comparação com o IC. Os indicadores mostraram um comportamento diferenciado, como se verifica no Gráfico 10. Entre os anos de 2000 e 2006,

percebe-se uma ligeira coincidência entre o comportamento do IC e do ICV, no que diz respeito à variação dos registros de um ano em relação ao outro, evidenciando isonomia entre os indicadores para representação da amplitude da criminalidade e da violência urbana.

Gráfico 10 - Índice de Criminalidade e Índice de Criminalidade Violenta em Montes Claros/MG – 2000 a 2014.



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

Por mais que os indicadores IC e ICV tenham representações diferenciadas nos tipos de crimes que compõem seu cálculo, a série histórica permite observar tendências completamente distintas. Enquanto o IC apresenta propensão de crescimento, o ICV, ao contrário, tende a diminuir.

Ao elencar metas para confrontação de crimes violentos em detrimento de outras modalidades criminosas, os gestores da Segurança Pública direcionaram o foco para enfrentamento de crimes que, em tese, produzem maior comoção social, seja pelo emprego da violência, seja pelo trauma produzido nas vítimas. Soma-se a isso, a vinculação de vantagens financeiras (prêmio de produtividade) aos profissionais de segurança pública que, para o cumprimento de metas com base nos registros produzidos pelas próprias polícias, estimula, no mínimo, uma mudança no padrão de registros, distorcendo a realidade a ser observada e a credibilidade do indicador para mensuração da violência.

Após 2006, o ICV parece ter sofrido influência da política denominada de Choque de Gestão, apresentando comportamento diferenciado, como mostrado por Gomes (2010), que ao descrever a criminalidade sob a ótica dos registros oficiais faz uma crítica aos dados



considerando a influência da estratégia gerencial (Choque de Gestão) na construção institucional das informações relacionadas à criminalidade e à violência, afirmando que

[...] a redução, nesse caso, leva em consideração a implementação de mudanças institucionais de gestão, que modificaram a filosofia de trabalho e, conseqüentemente, a produção dos resultados analisados. Em outras palavras, os indicadores analisados podem servir muito mais para avaliar o interesse dos agentes das instituições envolvidas, que estimulados por benefícios individuais, como o pagamento do prêmio de produtividade, ou ainda motivados a alcançar metas estabelecidas pela estratégia de gestão da IGESP, podem não ter disponibilizado aos registros dos fatos toda a isenção necessária (GOMES, 2010, p.65).

Outro argumento que fortalece a ideia de que o “ICV” foi influenciado por uma política institucional é a análise do número de armas de fogo apreendidas em comparação ao número de crimes praticados com o emprego de arma de fogo. A Tabela 4 aponta que o número de crimes desse tipo praticados aumentou 77,15% entre 2010 e 2014. Além disso, observando os anos de 2010 a 2012, mesmo com aumento do número de apreensões de armas, os indicadores mostraram que os crimes com emprego desse artefato aumentaram.

Tabela 4 - Crimes cometidos com emprego de armas de fogo e apreensões de armas de fogo em Montes Claros/MG – 2000 a 2014.

| Informações                    | 2010 | 2011  | 2012  | 2013  | 2014  |
|--------------------------------|------|-------|-------|-------|-------|
| Armas de fogo apreendidas      | 435  | 495   | 584   | 484   | 406   |
| Simulacro                      |      | 2     | 6     | 23    | 12    |
| Crimes com uso de arma de fogo | 976  | 1.297 | 1.301 | 1.753 | 1.729 |

Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015

Estes dados permitem afirmar que a elevação do crime de roubo com emprego de arma de fogo sustenta no mínimo três hipóteses. A primeira diz respeito a uma profissionalização da prática do crime de roubo qualificado, com aumento do emprego desse tipo de instrumento. A segunda contraria o senso comum ao refutar a ideia de que um maior número de apreensões garantiria a diminuição de crimes praticados com o uso desse objeto e a terceira refere-se ao fato de que uma redução da criminalidade violenta a partir da categoria crimes violentos utilizada pela SEDS não corresponde necessariamente à redução do emprego de violência na prática de crimes.

As ponderações sobre as criminalidades violentas apresentadas em Montes Claros sugerem que a utilização desse indicador seja realizada com cautela, uma vez que existem condicionantes alheias à dinâmica da criminalidade interferindo no processo de construção das informações oficiais. Nesse sentido, a leitura pode ser projetada para as demais cidades

do estado, tendo em vista a lógica do direcionamento da gestão e a lógica ligada à construção institucional dos dados.

### **3.2 Homicídios consumados: padrões e especificidades**

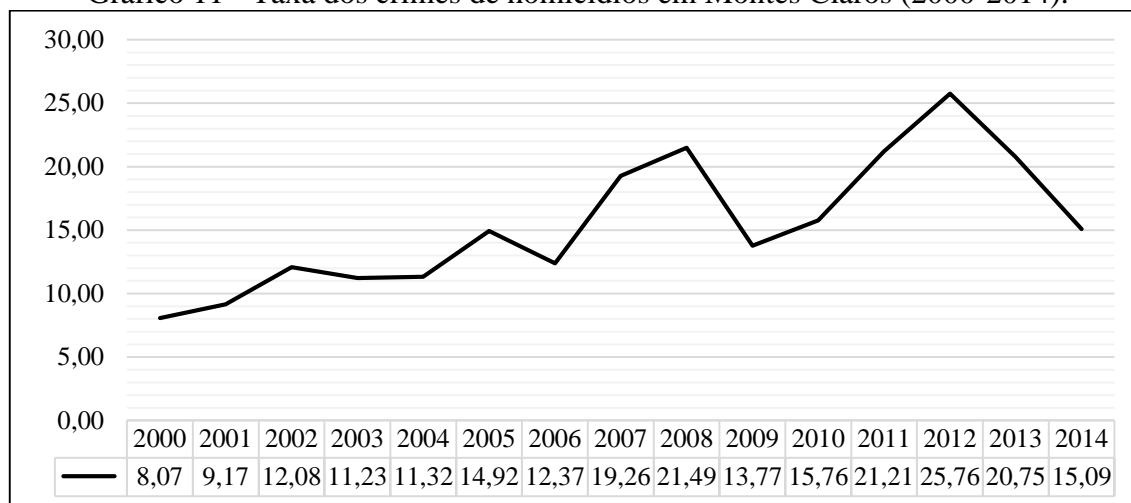
As taxas de homicídios é um dos poucos indicadores capazes de permitir uma comparação entre as cidades brasileiras, isso porque não há por parte dos órgãos oficiais um esforço no sentido de padronização dos registros e das distintas formas de se classificar os diferentes tipos de violência.

No entanto, as taxas de homicídios não garantem isenção ideal em função da existência de diferentes metodologias de classificação de registros. Por exemplo, o encontro de uma ossada ou de um cadáver em avançado estágio de decomposição, não existindo sinais de violência, o fato será registrado com encontro de cadáver e não como homicídio. Outro exemplo é o corpo achado em uma praia, lago ou rio, que pode ser registrado como afogamento, enquanto na verdade trate-se de um envenenamento ou estrangulamento mecânico.

Além disso, existem inúmeros casos de pessoas desaparecidas, principalmente nas grandes cidades e regiões metropolitanas brasileiras, que apontam para uma dúvida mínima sobre a capacidade das taxas oficiais de homicídios representarem a realidade nos 5.570 municípios existentes no Brasil.

A cidade de Montes Claros não está entre aquelas que apresentam as maiores taxas de homicídios de Minas Gerais. De acordo com a SEDS, em 2014, mais de 15 pessoas em cada cem mil habitantes foram vitimadas (ver Gráfico 11). Quando se considera os últimos quinze anos (2000/2014), é em 2012 que a taxa alcança seu maior índice de 25,76 pessoas para cada grupo de cem mil habitantes, quantidade superior à média estadual mineira que foi de 19,1 vítimas para cada grupo de cem mil habitantes.

Gráfico 11 - Taxa dos crimes de homicídios em Montes Claros (2000-2014).



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

No início dos anos 2000, o risco de ser vitimado por um homicídio em Montes Claros era de oito em cem mil, dado considerado aceitável pela Organização das Nações Unidas - ONU, que estabelece o limite de até dez mortes para o mesmo contingente. Todavia, quando se compara a taxa registrada em 2000 com 2012, é possível contabilizar um aumento de aproximadamente 219%, sendo o percentual maior em uma vez e meia se comparado à taxa estabelecida como aceitável pela Organização das Nações Unidas - ONU.

A taxa disponibilizada pela SEDS em 2012 (Gráfico 11) não coloca Montes Claros evidenciada em relação a outras cidades mineiras como Betim e Ribeirão das Neves, que apresentam taxas superiores a quarenta e três vítimas para cada grupo de cem mil habitantes. Contudo, as diferentes formas de contabilidade das mortes podem produzir flexibilidade na interpretação da taxa. Waiselfisz (2015) no Mapa da Violência dos municípios brasileiros contabiliza para o ano de 2012 um valor de 38,4 vítimas de homicídios para cada grupo de cem mil habitantes no município. O número encontrado por Waiselfisz é 49% maior que aquele contabilizado pela SEDS e quase quatro vezes maior que aquele apontado pelo ONU como aceitável.

Esse é um indicativo de que, mesmo nos casos de homicídios, há dificuldade por parte das agências em determinar números coincidentes. A divergência nos dados ocorre porque os registros da SEDS é feito com base nas ocorrências policiais que levam em conta o momento do registro e não a evolução do quadro clínico das vítimas, que podem resultar em óbito posteriormente e, como o registro não é atualizado, as informações sofrem vieses.

Os informantes policiais confirmaram essa situação ao explicar a necessidade de realização de um monitoramento paralelo por parte dos profissionais GPV, principalmente

nos casos das tentativas de homicídio e lesões corporais. Nesses casos, mesmo as vítimas vindo a óbito dias após o registro, faz-se um controle paralelo para identificar um número mais próximo da realidade.

Para que se tenha uma ideia da lacuna existente entre os dados oficiais dos registros de homicídios e o número de pessoas mortas, basta fazer uma comparação entre o banco de dados das polícias e as informações do monitoramento do GPV, disponibilizado por um dos informantes da pesquisa.

Os dados dos últimos cinco anos (2010-2014) – período disponível no GPV – revelam que, enquanto os dados de homicídios somam 371 registros, as informações do grupo de proteção à vida sinalizam para 483 vítimas, uma diferença superior a 30%. Isso é o mesmo que dizer que para cada dez registros de pessoas mortas, outras três deixaram de ser contabilizadas.

Quando se acrescentam as informações do DATASUS coletadas em pesquisas realizadas por Waiselfisz (2010, 2012 e 2015), as fontes têm contabilidades distintas. Tomando 2012 como referência, ano que apresenta a maior taxa de homicídio na série histórica observada, as polícias contabilizaram 97 registros, enquanto que o GPV assinala cento e vinte e três pessoas vitimadas e, de acordo com Waiselfisz, tem-se o total de cento e quarenta e dois indivíduos mortos na cidade.

A divergência reforça a hipótese da existência de diferentes padrões de apuração das mortes violentas, sinalizando para adoção de cautela na utilização das fontes oficiais sobre homicídios.

As narrativas do informante “ASP 2” reforçam a existência do problema. Para ele não há nos sistemas informatizados do estado uma forma de se consultar a quantidade de pessoas mortas, vítimas de crimes. Em que pese o GPV seja composto por integrantes das polícias, os dados disponibilizados constituem o esforço de alguns dos seus integrantes num maior refinamento das informações sobre os crimes, na tentativa de organização de um número mais preciso de pessoas mortas, bem como informações mais qualitativas sobre as condições em que ocorreram as mortes.

Em Montes Claros, a dinâmica das mortes violentas obedece a um padrão na distribuição socioespacial semelhante ao de outras cidades brasileiras, quais sejam jovens, pobres e segregados às periferias ou às áreas em que é maior a vulnerabilidade social constituindo o referido padrão observado nas fontes oficiais.

Para uma análise espacial dos homicídios, opta-se por um recorte de cinco anos (2010 a 2014), período em que foi possível georrefenciar e corrigir as informações sobre as

mortes violentas em Montes Claros. O que se verifica com o mapa de Kernel (Mapa 12) da concentração de crimes é que as áreas como Conferência Cristo Rei, São João (6,3%), Independência (4,4%), Village do Lago II (3,3%), Morrinhos (3,0%), Vera Cruz (2,7%), Major Prates (2,2%), Vila Campos (2,2%), Carmelo, Chiquinho Guimarães e Morada do Parque, ambos com 1,9% e o bairro Esplanada (1,6%) somadas, são responsáveis por 31,3% dos crimes de homicídios.

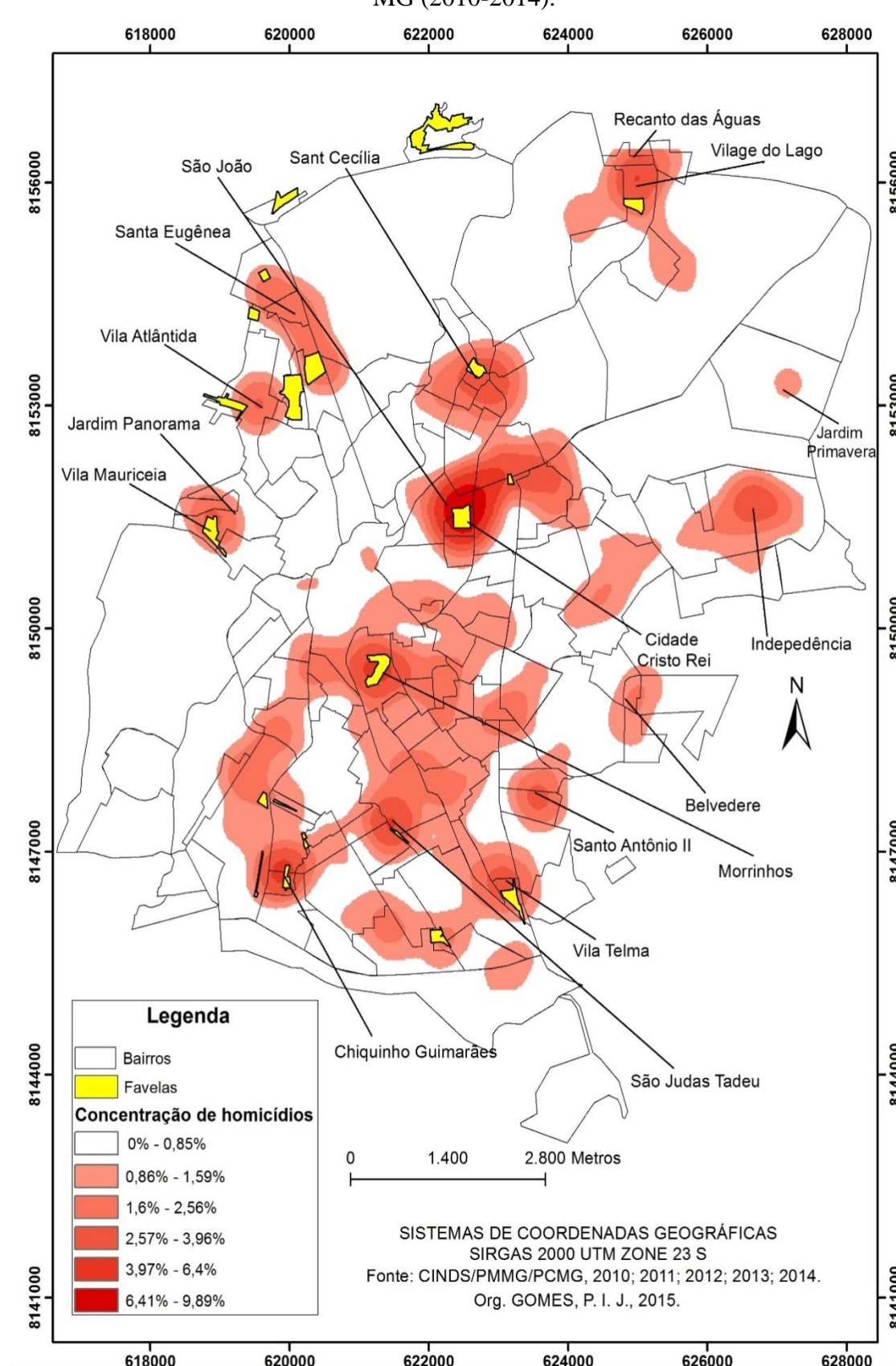
A análise desses dados associada às narrativas dos informantes da pesquisa permite a afirmação de que existe estreita relação entre alguns homicídios e o tráfico de drogas em Montes Claros. O problema não se resume ao período escolhido para análise espacial dos dados, o recrudescimento do problema pode ter começado no início da década de 2000, conforme detalhamento do Informante “ASP 1”, ao pontuar uma disputa entre os “Paulistas”, referindo-se a forasteiros, oriundos do estado de São Paulo, que na tentativa de estabelecer exclusividade na comercialização de drogas no bairro Santos Reis, entre 2003 e 2004, desentenderam-se com indivíduos do bairro Santa Cecília, dando origem aos primeiros enfrentamentos violentos em função das drogas na cidade.

A concentração de mortes violentas em bairros como o São João e Conferência Cristo Rei pode ser explicada pela história recente da cidade, sobretudo, devido às disputas entre grupos rivais por pontos de venda de drogas. As disputas por territórios de comercialização de drogas intensificaram-se nos últimos quinze anos, discussão que será retomada posteriormente.

Considerando o mesmo período (2010-2014), os dados permitiram observar que mais da metade das mortes aconteceram nos finais de semana entre sexta-feira – 12,5%, sábado – 18,3% e domingo – 22,6%, preferencialmente, os homicídios ocorrem num intervalo compreendido entre 17h e 1h (55,3% dos casos), todavia, observa-se que do total de mortes nesse espaço, mais de 21% ocorreram por volta das 21h.

Desse modo, o mapa 11 mostra a área de concentração dos crimes de homicídios consumados em Montes Claros entre os anos de 2010 a 2014.

Mapa 12—Áreas de concentração dos crimes de homicídios consumados em Montes Claros-MG (2010-2014).



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

Outro exercício para tentar estabelecer correlações e singularidades na dinâmica dos crimes de homicídios foi materializado pelo cruzamento do local onde os crimes ocorreram em relação às informações das favelas de Montes Claros. Para tanto, toma-se como referência comparativa os resultados da pesquisa de Leite (2006) sobre favelização e o resultado apresentado no Mapa 12, em que as áreas de maior concentração de homicídios permitem dizer que há relação de proximidade espacial entre o local das mortes e a localização das favelas.

Essa informação se completa com o detalhamento socioeconômico dos envolvidos, permitindo reconhecer estreita proximidade entre localização socioespacial e vitimização por homicídio.

### **3.2.1 Quem são os atores envolvidos nos crimes de homicídios?**

A temática das mortes violentas direciona para uma reflexão sobre o envolvimento de jovens e negros das periferias das cidades brasileiras. Cerqueira, Lobão e Carvalho (2007), Saporì (2014), Beato Filho (2012) e Waiselfisz (2014) sinalizam para uma parametrização do perfil das vítimas de homicídios no Brasil.

Cerqueira, Lobão e Carvalho (2007), em pesquisa sobre dilemas e mitos da segurança pública no país, identificaram um perfil das vítimas de mortes violentas. Para esses autores, a exclusão e as desigualdades socioeconômicas são os fatores que condicionam homens, com idade entre 15 e 29 anos a serem vitimados por homicídios.

Saporì (2014) reforça o argumento em estudo que tenta explicar as variáveis que justificam o crescimento da violência no Brasil e acrescenta que entre 1980 e 2011 a taxa de homicídio mais que duplica. Nas palavras do autor “ [...] jovens são as principais vítimas e os principais autores da criminalidade violenta. [...] O crescimento da violência entre os jovens se concentrou nas periferias urbanas”. (SAPORÌ, 2014, p.65)

Para Beato Filho (2012, p. 78) “[...] muito do crescimento da violência no Brasil tem a ver com a crescente participação de jovens em atividades criminosas”. O autor acrescenta que nas periferias e favelas a presença marcante de jovens sem ocupação nas ruas, baixa taxa de emprego formal, infraestrutura urbana precária e uma evidente vulnerabilidade social comprometem a qualidade de vida das pessoas, o que transforma os desentendimentos interpessoais em conflitos violentos.

Waiselfiz (2014), no Mapa da Violência no Brasil, pondera que os jovens tanto são vítimas quanto autores das mortes violentas. No levantamento do autor, a taxa de

homicídios por cem mil habitantes no país em 2012 para a faixa etária compreendida entre 15 a 29 anos foi de 178,2%.

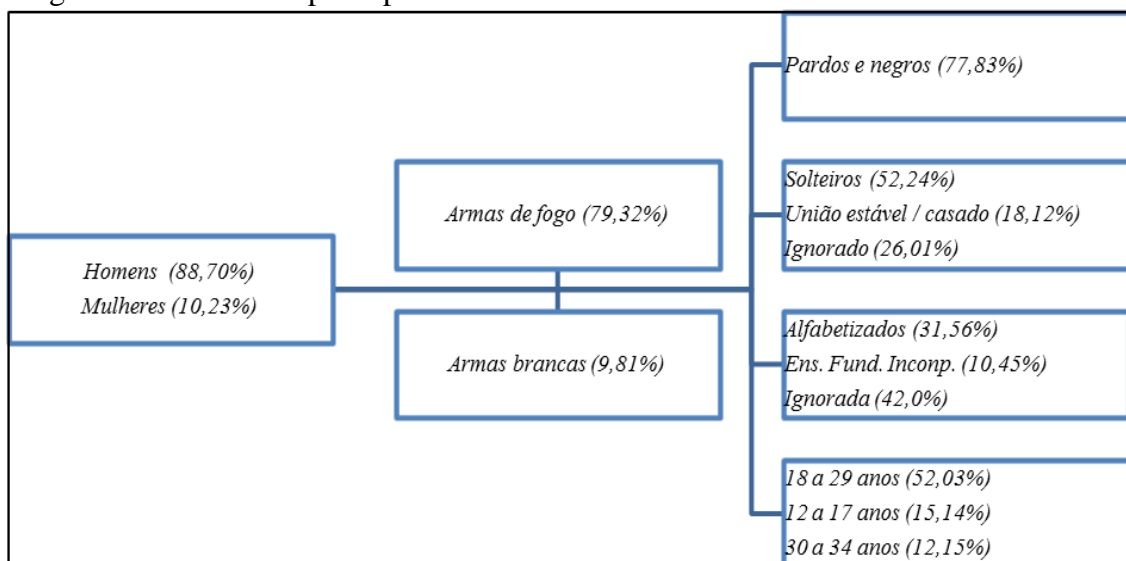
Pereira (2010), ao analisar os duzentos e oitenta e nove casos de homicídios em Montes Claros entre 2005 e 2008, identificou que dentre as vítimas, 93,43% são homens, 74,40% possuem entre 18 e 35 anos; mais de 70% possuíam registros pela prática de crimes junto à Polícia Militar e em 77% dos casos houve emprego de armas de fogo.

Ferreira (2015), ao discutir a dinâmica da vitimização por homicídios em Montes Claros em 2014, analisa 78 casos e conclui que as vítimas são mais de 90% do sexo masculino e mais de 55% localizam-se na faixa etária compreendida entre 17 a 29 anos. Em refinamento qualitativo, ao entrevistar os familiares das vítimas, o pesquisador evidencia que 58,97% dos mortos foram declarados como sendo pardos seguidos de pessoas brancas com 23,08%. O pesquisador organiza as informações sobre uso de drogas, considerando a perspectiva de familiares e conclui que 38,46% declararam que as vítimas eram usuárias de drogas e 33,33% afirmaram ter sido usuárias.

O perfil das vítimas de homicídios apresentado em distintas pesquisas não se distancia do padrão observado junto aos dados oficiais em Montes Claros. Tomando como referência o histórico recente dos homicídios, os dados que são contabilizados pelos órgãos oficiais entre 2010 e 2014, é possível observar nas informações organizadas na Figura 7, que as vítimas são predominantemente homens (88,70%) vitimados por armas de fogo (79,32%), pardos e negros representando 61,41% e 16,42%, respectivamente. Agregando-se essas duas etnias, tem-se o percentual de 77,83%. Quanto ao estado civil, 52,24% dos indivíduos são solteiros e possuem baixa escolaridade (mais de 42% são alfabetizados ou possuem apenas ensino fundamental incompleto) e jovens que possuem entre 18 a 29 anos são as maiores vítimas das mortes violentas na cidade, o que perfaz um percentual de 52,03%, conforme aponta a Figura 7.



Figura 7 - Síntese das principais características das vítimas de homicídios em Montes.



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

Essas informações permitem afirmar que em cada dez pessoas assassinadas em Montes Claros, pelo menos nove são homens, sendo que oito são mortos por armas de fogo, cinco são solteiros, oito são negros ou pardos, quatro possuem baixíssima escolaridade e cinco têm entre 18 e 29 anos.

O perfil das vítimas de homicídio revelado por distintas pesquisas realizadas na cidade de Montes Claros revela que mesmo analisando contextos históricos diferentes, o perfil social dos envolvidos é semelhante. Essa constatação permite apontar para estreita proximidade com um quadro de exclusão social e econômica que tem colocado na cidade pessoas em contexto de vulnerabilidade, mais próximas de conflitos e de disputas em que há emprego da violência capital.

Na extremidade oposta das vítimas dos homicídios, estão os autores, indivíduos com características muito semelhantes e não menos vítimas de um mesmo processo de segregação, exclusão e vulnerabilidade social, que criam oportunidade para uma sociabilidade violenta.

Uma referência vinculada a essa reflexão é a aglutinação de crimes de homicídios na cidade, organizados a partir das informações sobre os bairros de residência das vítimas. Há concentração em lugares onde a desorganização espacial é mais intensa, a disponibilidade dos serviços públicos é mais frágil e a infraestrutura mais precária, quando comparados a outros bairros da cidade, conforme observações anteriores, realizadas na seção sobre dinâmicas urbanas.

Em que pese, há inexistência de consenso no estabelecimento das condições de desorganização socioespacial para o acontecimento de crimes e de violência, em especial os crimes de homicídios, o mesmo não pode ser dito sobre o envolvimento de indivíduos que por sua condição de vulnerabilidade são seduzidos e cooptados pela ideia de que o “negócio” das drogas é uma oportunidade de mudança da condição social.

Essa é uma reflexão que se sustenta em pelo menos dois argumentos extraídos da fala do informante “A”. Para ele, a venda de drogas “é uma oportunidade interessante se você tomar cuidado com a polícia e com as outras pessoas que vendem”. O lucro é certo se você não “rodar”! Porque você sabe como é, “se for preso vai gastar maior grana”. Não fiquei rico, “só que a droga me sustentou”. Outro argumento utilizado foi uma viagem que realiza para vender drogas e que acaba se transformando em um passeio pela satisfação narrada, oportunizada pelo serviço (tráfico), nas palavras dele: o “lugar era top” e as “minas ‘meninas’ tava tudo pirada”.

A origem socioespacial dos envolvidos como vítimas e autores dos crimes de homicídios é comum. Tanto quem morre, quanto quem mata possui raízes em espaços socioeconômicos mais precários de Montes Claros. A partir da organização das informações dos bairros de residência extraídas dos registros policiais, percebe-se que 50% das vítimas estão distribuídas espacialmente por vinte e um bairros. Desses, os dez bairros de maior concentração são responsáveis por mais 30% dos registros, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 - Bairro de residência das vítimas de homicídios em Montes Claros-MG (2010-2014).

| <i>Ranking</i> | <i>Bairros</i>         | <i>Percentual</i> |
|----------------|------------------------|-------------------|
| 1              | Village do lago II     | 4,18%             |
| 2              | Major Prates           | 3,88%             |
| 3              | Morrinhos              | 3,58%             |
| 4              | Carmelo                | 3,28%             |
| 5              | São Judas Tadeu        | 2,99%             |
| 6              | Chiquinho Guimarães    | 2,69%             |
| 7              | Conferência Cristo Rei | 2,69%             |
| 8              | Independência          | 2,39%             |
| 9              | Interlagos             | 2,39%             |
| 10             | Jardim Eldorado        | 2,39%             |
| 11             | Vera Cruz              | 2,39%             |
| 12             | Delfino Magalhães      | 2,09%             |
| 13             | Maracanã               | 2,09%             |
| 14             | Alto São João          | 1,79%             |

50,45%

|                |                   |               |
|----------------|-------------------|---------------|
| 15             | Jardim Palmeiras  | 1,79%         |
| 16             | Tancredo Neves    | 1,79%         |
| 17             | Vila Sion II      | 1,79%         |
| 18             | Vila Telma        | 1,79%         |
| 19             | Cidade Industrial | 1,49%         |
| 20             | Esplanada         | 1,49%         |
| 21             | Maria Cândida     | 1,49%         |
| Demais bairros |                   | <b>49,55%</b> |
| <b>Total</b>   |                   | <b>100%</b>   |

Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015

Entre os dez bairros de origem das vítimas, pelo menos sete (Village do Lago II, Morrinhos, Carmelo, Chiquinho Guimarães, Conferência Cristo Rei, Independência e Jardim Eldorado) podem ser apontados como espaços precários em termos de infraestrutura, com estreitamento de ruas, falta de pavimentação, saneamento incompleto, entre outros aspectos. Os outros três bairros (Major Prates, São Judas Tadeu e Interlagos) apresentam localização espacial próxima aos outros sete. Uma hipótese para o destaque desses bairros é que as vítimas, de alguma maneira, possuem vínculos sociais com indivíduos em áreas mais vulneráveis e sua vivência cotidiana as aproxima da interação com ambientes em que a lei e a ordem ocupam um plano secundário.

Não se pretende criminalizar a pobreza com esta afirmação, pelo contrário, o fato dos indivíduos vitimados apresentarem estreita relação espacial com ambientes mais degradados, condiciona uma reflexão direcionada ao processo de gestão do espaço urbano e sua organização.

No tocante à autoria dos crimes de homicídios, é precoce estabelecer um perfil apenas a partir da informação contida no REDS, uma vez que este leva em consideração o momento do fato e, uma identificação mais precisa do autor é feita após o processo investigatório. Contudo, em alguns casos, mediante o relato de testemunhas e/ou de vítimas que não tiveram óbito instantâneo, consegue-se identificar seus alcoses e no REDS as informações sobre o suspeito.

A origem socioespacial dos envolvidos como prováveis autores dos crimes de homicídios guarda estreita proximidade com aquela apresentada pelas vítimas. Quando se observa as informações do bairro de residência dos acusados, verifica-se que 50% deles têm origem em quatorze bairros e mais de 40% podem ser localizados espacialmente em apenas dez bairros (Tabela 6).

Tabela 6 - Bairro de residência dos acusados de homicídios em Montes Claros (2010-2014).

| Ranking               | Bairros                | Percentual  |     |
|-----------------------|------------------------|-------------|-----|
| 1                     | Cintra                 | 8,72%       | 50% |
| 2                     | Major Prates           | 5,81%       |     |
| 3                     | Tancredo Neves         | 4,65%       |     |
| 4                     | Vila Mauriceia         | 4,07%       |     |
| 5                     | Morrinhos              | 3,49%       |     |
| 6                     | Village do Lago II     | 3,49%       |     |
| 7                     | Chiquinho Guimarães    | 2,91%       |     |
| 8                     | Vila Campos            | 2,91%       |     |
| 9                     | Carmelo                | 2,33%       |     |
| 10                    | Conferência Cristo Rei | 2,33%       |     |
| 11                    | Distrito Industrial    | 2,33%       |     |
| 12                    | Independência          | 2,33%       |     |
| 13                    | Jardim São Geraldo     | 2,33%       |     |
| 14                    | São Judas Tadeu        | 2,33%       |     |
| <i>Demais bairros</i> |                        |             | 50% |
| <b>Total</b>          |                        | <b>100%</b> |     |

Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015

Dos dez bairros de origem dos acusados, em pelo menos nove verifica-se desorganização e/ou precariedade na infraestrutura (Cintra, Tancredo Neves, Vila Mauriceia, Morrinhos, Village do Lago II, Chiquinho Guimarães, Vila Campos, Carmelo, Conferência Cristo Rei).

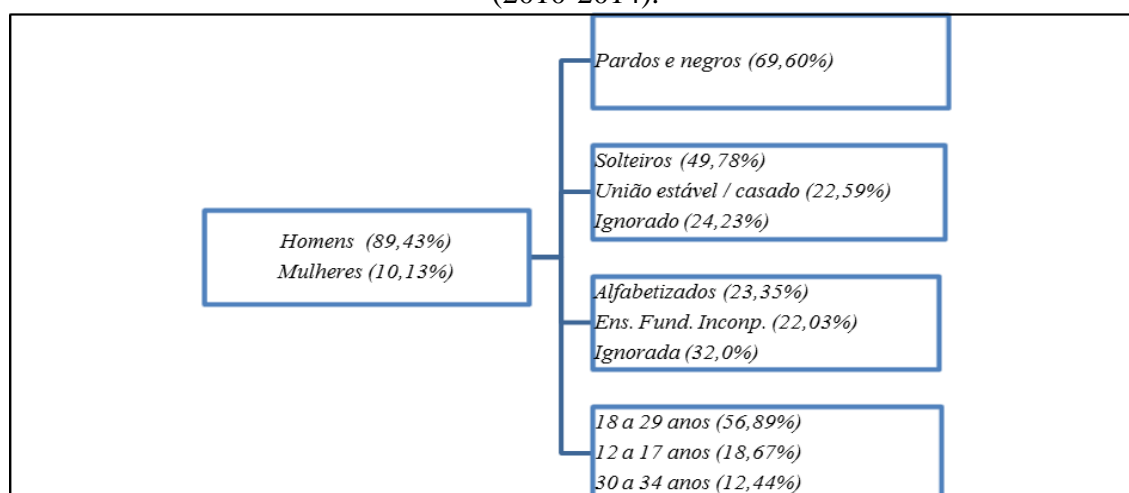
Quando as informações dos bairros de residência extraídas dos registros policiais são organizadas, constata-se que 50% das vítimas estão distribuídas espacialmente por vinte e um bairros, e destes, os dez bairros de maior concentração são responsáveis por mais 30% dos registros. (Tabela 6).

Não é apenas o perfil socioespacial das vítimas e acusados dos homicídios em Montes Claros que se assemelham, sobretudo, o perfil socioeconômico que mantém proximidade entre os envolvidos na solução violenta desses conflitos.

A organização das informações sobre os acusados de homicídios a partir dos registros policial das ocorrências permite identificar 227 acusados pela prática dos crimes de homicídios na cidade no período. Desse total de acusados, 89,43% são homens e 10,13% são mulheres, pardos e negros são quase 70%. Os solteiros que não possuem vínculos socioafetivos mais sólidos representam 50% dos acusados. Aqueles com menor escolaridade (apenas alfabetizados e com ensino fundamental incompleto) chegam a 45,38%. No que diz

respeito à faixa etária preferencial, são encontrados jovens entre 18 a 29 anos em mais 56% dos casos observados e, entre os adolescentes (12 a 17 anos), o percentual é de quase 20%. (Figura 8).

Figura 8 - Síntese das principais características dos acusados de homicídios em Montes Claros (2010-2014).



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

Apesar desse perfil não retratar necessariamente aqueles que de fato foram acusados e condenados pela prática de homicídios, ele se aproxima daquele estabelecido em outras pesquisas que buscaram identificar o perfil dos autores de mortes violentas.

É bem provável que a coincidência entre a origem socioeconômica e espacial das vítimas e dos autores dos crimes de homicídios em Montes Claros seja uma representação observável em outras cidades brasileiras, aproximando-se do que Misse (1999) nomeia como processo de acumulação social da violência.

Mesmo considerando, em primeira análise, como um processo visualizado na cidade do Rio de Janeiro, espacialmente localizado na região metropolitana, essa acumulação pode ser expandida para outras localidades do país pelo quadro de exclusão social, econômica e espacial implícita no processo de sujeição criminal comum a algumas categorias da sociedade brasileira. Misse (1999) assegura a existência de uma acumulação social da violência que se assenta sobre determinados grupos, que por sua condição de pobreza, cor e estilos de vida, são marginalizados e vistos como “violentos” e como “bandidos”.

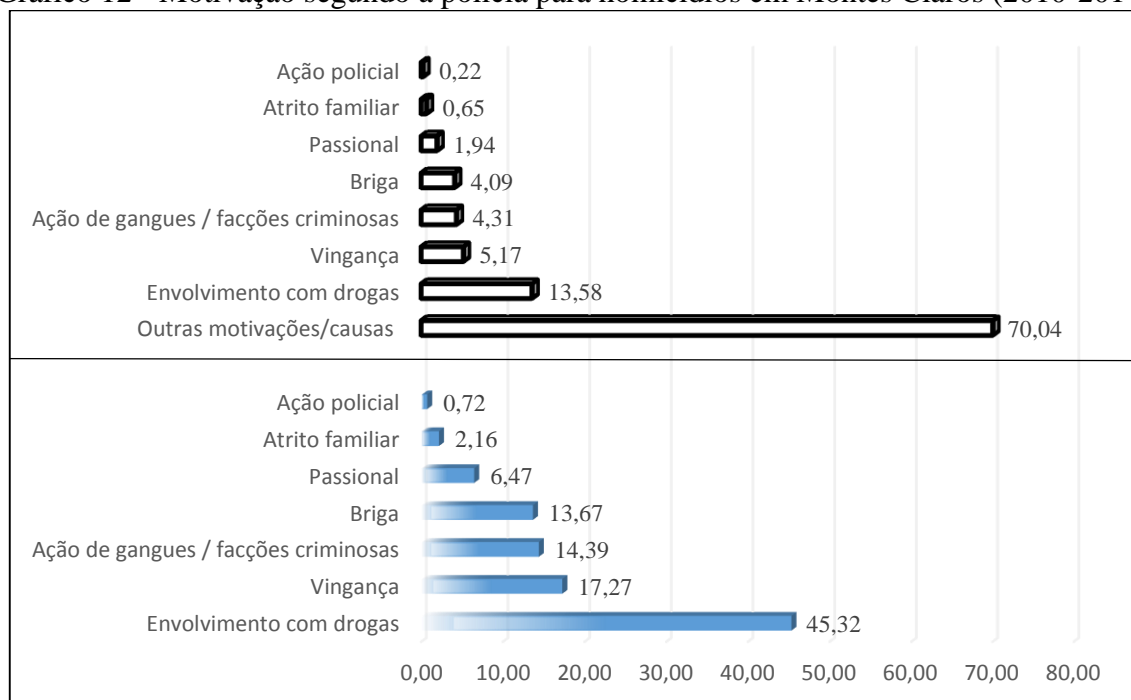
É em função da exclusão, do preconceito e da falta de oportunidade que provavelmente o tráfico seja colocado como alternativa à condição de privação implícita na vulnerabilidade social. Assim sendo, a possibilidade de rentabilidade financeira que rompe a lógica em contextos de dependência, o poder garantido pelo acesso às armas de fogo, a

construção social do medo e “status” atribuído a traficantes nas comunidades do país assediam o conflituoso cotidiano do jovem que, destituído de expectativas, curva-se ao estabelecimento de meios ilegítimos e valores que em sua perspectiva justifiquem a prática de crimes e/o uso da violência.

A influência que o tráfico de drogas tem na motivação dos homicídios em Montes Claros é observada nas informações levantadas pela polícia no momento do registro da ocorrência de homicídio. A identificação da motivação constitui na verdade uma inferência construída pelo agente ao agrupar informações que circulam no cotidiano policial sobre as ameaças contra a vida das pessoas envolvidas com drogas, relato das testemunhas e a própria fala das vítimas antes do óbito.

Quando se observa todas as classificações realizadas, considerando inclusive as motivações indeterminadas que constituem mais de 70% das informações observáveis, envolvimento com drogas, vingança e ação de facções/gangues são as motivações mais comuns, sendo responsáveis por mais 23% das mortes (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Motivação segundo a polícia para homicídios em Montes Claros (2010-2014).



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

Para o informante “ASP 2” o principal motivo é a motivação vingança, utilizadas pelos policiais, que representa, na maioria dos casos, o resultado de retaliação a outras ações vinculadas à atuação de grupos rivais que disputam espaço e poder no mercado das drogas.

Assim, ainda que não seja possível afirmar, sem uma dúvida razoável, que todas as vinganças estão ligadas de alguma forma às ações do tráfico, fica evidente que ao menos parte dessas motivações possui algum tipo de vinculação.

Quando as motivações desconhecidas dos homicídios são isoladas, observando apenas aqueles em que a polícia identifica uma provável motivação, a influência que o tráfico possui nas mortes fica mais evidente. Ao observar apenas 278 assassinatos entre 2010 e 2014 em Montes Claros, seria possível dizer que entre 62% e 77% das mortes estão de algum modo relacionadas ao tráfico de drogas, o intervalo inferior representa as motivações “envolvimento com drogas” e “ação de gangues/facções criminosas”, limite superior do intervalo representa a inserção da motivação “vingança”.

Não obstante, as representatividades significativas da provável influência do tráfico de drogas nas mortes violentas na cidade sejam ainda possíveis de ampliar esse percentual. A hipótese sustenta-se na ideia de que algumas das motivações relacionadas como “brigas” podem ter sua origem em desentendimento ou vinganças provenientes das disputas pelo comércio de drogas, devido ao percentual superior a 13% das motivações (briga), deixa implícita a futilidade generalizada que tem orientado as pessoas que buscam na violência os instrumentos de solução de controvérsias.

### **3.2.2 Motivações para homicídios: olhar dos informantes**

Existem algumas hipóteses para a utilização da violência nas disputas interpessoais, entre os fatores que a literatura associa ao uso da violência letal na administração interpessoal de conflitos estão a urbanização, a desordem urbana, enfraquecimento dos mecanismos formais e informais de controle sociais, ausência de instâncias de mediação, disponibilidade de armas, impunidade, cultura do emprego da violência, entre outros argumentos facilmente reunidos ao se analisarem as pesquisas sobre o tema.

Park (1997, p.48), por exemplo, argumenta que “a ruptura das uniões locais, o enfraquecimento das restrições e inibições do grupo primário, sob a influência do meio urbano, são grandemente responsáveis pelo aumento do vício e do crime nas grandes cidades”.

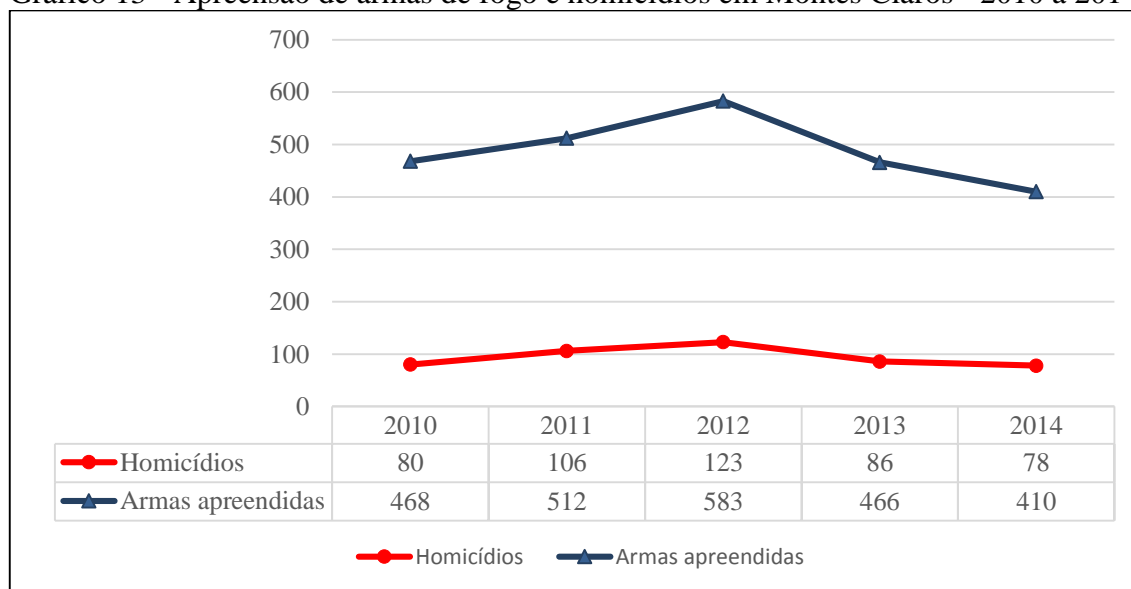
Cerqueira (2014, p. 56-57) em trabalho sobre motivações e desdobramentos sobre o crime no Brasil afirma que a disponibilidade de armas de fogo e o acúmulo de vulnerabilidade social são fatores que contribuem para incidência dos casos de homicídios. O

autor, ao analisar informações do DATASUS sobre mortes violentas assevera que estas são diretamente proporcionais à demanda por armas de fogo, uma vez que um aumento da disponibilidade de armas resulta em uma elevação do número de vítimas. O mesmo não acontece em relação às drogas, visto que a minimização do consumo não coincide com redução proporcional do número de mortes.

Waiselfisz (2002, p. 12) concorda que a disponibilidade de armas é fator agravante para as mortes violentas, pois 63% das vítimas são mortas com emprego de armas de fogo. O autor acrescenta que a ausência de mecanismos mais eficientes para o controle do uso e posse de armas de fogo é uma das causas para o problema.

Ferreira (2015), em pesquisa sobre homicídios em Montes Claros aproxima-se da correlação existente entre a disponibilidade de armas e o aumento do número de mortes. Ao organizar as informações sobre o número de homicídios e a quantidade de armas de fogo apreendidas pela polícia entre 2010 e 2014, como pode ser visto no Gráfico 13, que evidencia que nos anos em que houve maior apreensão de armas, consequentemente, ocorreram mais homicídios. O destaque ocorre em 2012, ano em que, visivelmente, observa-se maior apreensão de armas, em decorrência do maior número de homicídios.

Gráfico 13 - Apreensão de armas de fogo e homicídios em Montes Claros - 2010 a 2014.



Fonte: Armazém de Informações SIDS / REDS. Minas Gerais.  
Adaptado de Ferreira (2015)

As informações do Gráfico 13 permitem inferir que nos anos em que houve maior apreensão de armas de fogo, coincidentemente, houve aumento no número de mortes. Em 2010 foram 80 vítimas e 468 armas apreendidas e em 2014 foram 78 vítimas de homicídios e



410 apreensões. Nos anos de 2011 e 2012 algo incomum ocorre em relação à apreensão no número de armas. Em relação a 2011, 2012 apresenta elevação de 13,87%. O percentual acumulado entre 2010 e 2012 foi de 24,57%. O acréscimo do número de mortes e do número de apreensões de armas de fogo, principalmente, nos anos de 2011 e 2012, será mais bem compreendido posteriormente, durante a contextualização das disputas interpessoais que se intensificaram em Montes Claros.

Vale salientar que no ano de 2012 a cidade de Montes Claros segue um padrão médio de aumentos das mortes violentas no Brasil. Waiselfisz (2014) faz uma crítica sobre a excessiva quantidade de pessoas mortas nas cidades brasileiras, especulando sobre um possível “estado de guerra”. O autor argumenta que em 2012, mesmo com as iniciativas para o desarmamento, em média cento e cinquenta e quatro pessoas foram assassinadas por dia.

Em Montes Claros, pesquisa documental realizada por Pereira (2010) sobre os duzentos e oitenta e nove homicídios registrados entre 2005 e 2008 constata por meio dos processos e inquéritos, que as mortes na cidade não estavam relacionadas ao tráfico de drogas, mas sim às categorias representativas como os motivos fúteis, a vingança e questões econômicas.

Nas palavras do autor:

embora, o tráfico de drogas exerça uma influência nos crimes de homicídios no município, constatou-se que diferentemente do que muitos afirmam, a análise dos dados disponíveis, realizada através da pesquisa documental, não nos permite afirmar que esta seja a principal motivação dos crimes de homicídios em Montes Claros, pois a sua representação é de 18,34%. Com relação aos restantes, 23,53% são por motivos fúteis; 6,23% por motivos passionais; 15,57% por motivos de vingança; 6,92% por motivos econômicos; 2,08 foram em decorrência de confrontos com a polícia. Entretanto, 27,34% dos casos, conforme já vimos, não foram esclarecidos através das investigações realizadas pela polícia judiciária. Assim, a análise das motivações dos crimes de homicídios ocorridos em Montes Claros, também não evidencia a ação de grupos de extermínio no município (PEREIRA, 2010, p.53).

O resultado dessa pesquisa não se aproxima daqueles observados em pesquisas realizadas nas demais cidades brasileiras. É bem provável que a divergência observada em relação à inexistência de correlação positiva entre o tráfico de drogas e os homicídios tenha se dado em função dos padrões estabelecidos pela categorização utilizada, em que os critérios parametrizados para delimitar o motivo fútil podem, na verdade, absorver outras interpretações possíveis como, por exemplo, o “acerto de contas”, desvinculado assim, dos assuntos relacionados ao tráfico de drogas. Contudo, como não foi possível confirmar o

significado dos padrões estabelecidos, o pesquisador pode ter optado por não vincular o homicídio ao comércio de drogas.

Enfim, a metodologia empregada por Pereira (2010) baseia-se em levantamentos de relatos das testemunhas contidas nos processos jurídicos (inquéritos – polícia judiciária e processos – fórum/tribunal). Todavia, ao se considerar a possibilidade de represálias ou ameaças sofridas, as testemunhas podem ter optado por não disponibilizar informações valiosas e precisas sobre os acontecimentos relacionados a homicídios, comprometendo o estabelecimento da motivação mais específica.

Misse (2015) vai de encontro a Pereira (2010), argumentando que os homicídios no país estão diretamente ligados ao tráfico de drogas. O autor utiliza em sua pesquisa o termo tráfico violento para se referir à comercialização de drogas no varejo e o considera como responsável por um número maior de mortes oriundas do confronto entre facções, cobrança de dívidas ou enfrentamento com a polícia. No mesmo estudo, o pesquisador reconhece que para a comercialização no atacado, o emprego de violência é menor.

Esse pode ser um indício de que em contextos de vulnerabilidade social, as disputas são mais intensas e o sentimento de perda é significativamente mais relevante, estimulando disputas interpessoais que culminem no uso de força letal.

Outros pesquisadores sinalizam para a associação entre gangues e tráfico de drogas como elemento diferencial para a concentração das mortes no tempo e no espaço (DINIZ; LACERDA, 2010; BEATO FILHO et al., 2001; ROCHA, 2012). Por essa perspectiva, o aumento nas taxas de homicídios seria resultado da disputa territorial por novos espaços ou a manutenção de áreas de comercialização.

Rocha (2012) assevera que o tráfico de drogas é o motivo do conflito entre grupos rivais, induzindo a existência de uma guerra, em que perdura uma dinâmica violenta, uma complexa disputa de poder e de espaços que se realimentam a partir do confronto entre os indivíduos/grupos.

Em Montes Claros a luta representada pelas mortes violentas permite visualizar um “quadro de guerra”, havendo inclusive consenso entre a literatura e os argumentos dos informantes da pesquisa. Os informantes “A” e “EGRESS 2”, egressos do sistema prisional, concordam que a disputa existente é responsável por muitas mortes. Nas palavras do informante “A”:

[...] quando o cara quer levar vantagem demais ele arruma para cabeça, porque nesse tipo de negócio (tráfico de drogas) não pode atropelar o parceiro. Sempre tem um disposto a tudo. Eles matam ou eles morrem para se defender. Tanto faz.

Afirma ainda que nos últimos dez anos perdeu muitos de seus amigos por banalidades.

O informante “EGRESS 2” argumenta ter conseguido evitar sua morte quando cumpria pena por tráfico de drogas, porque consegue fazer, nas palavras dele, “o desembolo” de uma situação que seria a motivação daqueles que pretendiam tentar contra sua vida e mostrar que tudo era um mal-entendido. O informante “EGRESS 2” foi jurado de morte em um banho de sol enquanto cumpria pena por conta de uma droga encontrada dentro do presídio.

Os demais detentos acreditavam que o informante “EGRESS 2” havia delatado o local onde a droga estava escondida. Entretanto, ele consegue interpelar seus algozes, explicando que não havia contado nada sobre a droga escondida. Segundo o informante “EGRESS 2”, o fato de ter procurado o grupo que queria matá-lo “respeitosamente” e sem demonstrar medo “sem ser cagão – nas palavras dele” e ter conversado para resolver o desentendimento, desqualifica a motivação daqueles que queriam tentar contra a sua vida.

A narrativa do informante “EGRESS 2” chama a atenção para outra situação do cotidiano dos presídios e penitenciárias em Minas Gerais, quiçá no Brasil, que é o envolvimento e/ou a proximidade entre agentes do sistema prisional e apenados. Segundo o informante, o desentendimento e a suspeita que ele teria delatado a localização da droga ocorreu porque sempre estava de conversa com os agentes penitenciários. Os demais detentos acreditaram que as regalias que o informante conseguia estavam associadas ao compartilhamento de informações.

Relações perniciosas estabelecidas por barganhas no sistema prisional deixam transparecer uma promíscua condição entre apenados e agentes do sistema prisional, que provavelmente explica o fluxo de objetos como armas de fogo, drogas e bebidas e/ou informações e favores como visitas íntimas, recados, entre outros.

A ideia da existência de uma guerra envolvendo o tráfico de drogas em Montes Claros pode ser associada a duas narrativas de fontes distintas. A primeira, do informante “EGRESS 2”, que detalha o desentendimento entre dois traficantes que eram “parceiros” – amigos.

Segundo o informante “EGRESS 2”, o envolvido “IA” enquanto cumpria pena privativa de liberdade, deixa uma terceira pessoa envolvida como responsável para o gerenciamento da comercialização de drogas. Esse gerente do tráfico, designado “IB”, começa a “enganar” o envolvido “IA” que, preso, fica sabendo de prováveis desvios de

dinheiro da comercialização de drogas. Diante disso, o envolvido “IA”, que nesse momento histórico (ano de 2005) era amigo do envolvido “IC”, solicita que este mate o gerente (envolvido “IB”), em função dos desvios de dinheiro. O envolvido “IA” assegura que com a morte de “IB”, o “IC” assumiria o cargo de gerente na “boca de fumo” e assim aconteceu, no dia 14 de julho de 2005.

Ainda segundo o relato do informante “EGRESS 2”, depois desse homicídio, o envolvido “IC” passa a ser o gerente do tráfico do envolvido “IA”, que continuava preso. Posteriormente, em uma festa no clube da cidade, o envolvido “IA” havia sido liberado pela justiça e se desentende com o envolvido “IC”, chegando às vias de fato. Esse desentendimento passa a interferir nos negócios do tráfico com o acirramento do conflito em outros níveis da organização criminosa.

Para equacionar o desentendimento, os envolvidos combinam um encontro na casa do envolvido “IC”, no bairro Morrinhos, para fazer, nas palavras do informante “EGRESS 2”, um “desembolo” do ocorrido em data anterior.

O envolvido “IA” associa-se a mais três pessoas que, em duas motocicletas, deslocaram-se até a casa do envolvido “IC”. Em contrapartida, este arma dois indivíduos para executarem o envolvido “IA” quando ele chegasse a sua casa. O objetivo do envolvido “IC” com esse intento era “tomar o tráfico”, uma referência para assumir o comércio de drogas em uma parte significativa da cidade de Montes Claros. Entretanto, o envolvido “IA”, temendo sofrer uma emboscada, antecipa-se e executa o envolvido “IC”, assim que este abre o portão de sua residência, com mais de trinta disparos de armas de fogo, com o auxílio dos três indivíduos que faziam a sua segurança. Esse homicídio ocorreu no dia 16 de abril de 2006, conforme o boletim de ocorrência policial da Polícia Militar número: 2006019043.

Esse fato foi narrado com riqueza de detalhes pelo informante “ASP 1”, integrante do GPV que assegura, categoricamente, que esse homicídio (envolvido “IA” ter matado o envolvido “IC”) deu origem à “guerra entre traficantes”. Para o informante “ASP 1” a morte do envolvido “IC” constitui um marco histórico na cidade de Montes Claros para o acirramento das disputas entre indivíduos, produzindo uma série de mortes vinculadas a esse evento.

O informante “ASP 1” cita, por exemplo, o homicídio do envolvido “ICS”, que era um dos indivíduos que faziam a segurança do envolvido “IC” no dia da execução deste. O indivíduo “ICS” transforma-se em testemunha do processo judicial que indicava o envolvido “IA” como autor da morte do envolvido “IC”. Ainda, segundo relato do informante “ASP 1”,

esse fato motiva a execução do envolvido “ICS”, uma semana antes do julgamento do envolvido “IA”.

Destaca-se que além das narrativas coletadas tanto dos egressos do Sistema Prisional, quanto dos agentes de segurança, os dados estatísticos convergem exatamente para o mesmo ponto, o da intensificação de mortes violentas em Montes Claros, a partir de 2006, em virtude das disputas territoriais pelo tráfico.

Observando longitudinalmente a taxa de homicídios, é evidente o aumento de mortes violentas a partir de 2006 (mesmo ano em que o envolvido “IA” mata o envolvido “IC”). Nos anos de 2007 (19,26 homicídios para cada cem mil habitantes) e 2008 (21,49 homicídios para cada cem mil habitantes) constatando um aumento na taxa de homicídios em relação a 2006 (12,37 homicídios para cada cem mil habitantes). Em relação a 2006, o ano de 2007 apresenta 55,69% de aumento e o ano de 2008 apresenta crescimento de 73,72%.

Tanto o informante “ASP 1”, quanto o informante “ASP 2” enfatizaram que, quando o envolvido “IA” mata o envolvido “IC”, resolve “tomar o tráfico”, ter exclusividade em outros pontos de comercialização de drogas na cidade, uma vez que verificavam que alguns pequenos traficantes estavam em ascensão, o que significava perder parte do mercado consumidor.

É nesse momento que se sobressai o envolvido “IIA”, que até então era um traficante independente e conhecido no meio policial por sua expertise e estratégias de gerenciamento na comercialização de drogas.

O informante “ASP 1” argumenta que a comercialização de drogas por parte do envolvido “IIA” dava-se, principalmente, nas regiões do bairro Vila Mauricéia e Vila Oliveira em Montes Claros. Apesar de ser conhecido pela venda em pequena escala, esse envolvido era mais criterioso, no sentido da organização dos negócios. Em função dessa característica é que consegue ampliar seus pontos de venda, principalmente pela relação de proximidade estabelecida com traficantes da cidade de Padre Carvalho/MG, que traziam drogas de São Paulo para o Norte de Minas Gerais.

Para o informante “ASP 1”, indivíduos de uma mesma família de Padre Carvalho foram trabalhar no corte de cana de açúcar, nas lavouras em São Paulo, onde estabeleceram contatos com fornecedores de drogas que comercializavam produto de qualidade e em larga escala naquele lugar. Para o informante “ASP 1”, a droga que garantia maior lucratividade era a Cocaína e apenas o envolvido “IIA” recebia quantidades que variavam entre 100kg e 300kg de pasta base por mês.

A estratégia do envolvido “IA” de tomar o tráfico na cidade baseia-se, assim, na coação de pequenos vendedores de drogas. No entanto, ao intimidar indivíduos que comercializavam drogas do envolvido “IIA”, inicia-se uma disputa violenta entre esses dois grupos que culmina, primeiramente, na execução de indivíduos que se negavam a comercializar as drogas do envolvido “IA”. Em contrapartida, o envolvido “IIA” determina a execução de membros do grupo rival, iniciando a disputa entre as facções dos envolvidos “IA” e “IIA”, que estabeleceram uma delimitação de territórios exclusivos de comercialização de drogas.

A constituição das facções ocorre a partir da associação criminosa de indivíduos que possuíam algum tipo relação com os envolvidos, em que pequenos comerciantes de drogas que recebiam mercadorias do envolvido “IA” passaram a representar a “bandeira” dessa facção, enquanto indivíduos que comercializam o produto disponibilizado pelo envolvido “IIA” ficaram do lado oposto.

O momento histórico desses acontecimentos foram os anos de 2006 e 2007, sendo que neste último ano, ocorreu uma operação denominada “Bumerangue” deflagrada pela Polícia Federal, que tenta desarticular uma quadrilha que comercializava armas de fogo e drogas (vindas da Argentina e do Paraguai) nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

Em decorrência dessa operação, a facção criminosa sob a bandeira do envolvido “IIA” foi momentaneamente desarticulada com a prisão de alguns dos seus principais integrantes, desvelando a amplitude e as ramificações desse grupo, com o detalhamento das conexões existentes com grupos localizados em outros estados.

Ainda segundo o informante “ASP 1”, quando a imprensa divulga os resultados da operação da Polícia Federal, anunciando entre outras a apreensão de armas de fogo pertencentes à facção do envolvido “IIA”, a facção do envolvido “IA” percebe que precisava adquirir mais armas para fazer frente ao poder bélico revelado pelo grupo rival. E, aproveitando a fragilidade do grupo rival, intensifica-se uma “caçada” ao envolvido “IIA”, por parte do envolvido “IA” que queria, nas palavras do informante “ASP 1”, “monopolizar o tráfico na cidade”. Em consequência, houve um conjunto de mortes em função de vinganças e revanchismos sucessivos, uma vez que o envolvido “IIA” não recua e parte para o enfrentamento.

Os envolvidos “IA” e “IIA” foram presos como mandantes e executores de vários homicídios na cidade (entre os anos 2006 e 2007), momentos em que novos personagens assumem os papéis que eram desempenhados por pessoas que foram presas, mortas ou que estavam foragidas para evitar a prisão.

Nesse contexto, o informante “ASP 1” e “ASP 2” concordaram com o surgimento de um novo personagem, o envolvido “ID”, que assume o lugar do envolvido “IA”, quando este é preso. O envolvido “ID” passa a ser o segundo, em termos de importância para a facção criminosa. Uma característica relevante é que esse envolvido, oriundo do bairro Ciro dos Anjos, onde foi criado, desenvolve amizades na infância e adolescência, o que contribui para formação de vínculos societários quase que familiares com os amigos. Esses laços foram importantes para o seu fortalecimento, em que a relação era sustentada pelo estabelecimento e a manutenção de confiança, condição necessária para a reestruturação do tráfico de drogas na cidade.

A confiança entre os integrantes das facções representa uma relação importante para os envolvidos com o tráfico de drogas, em função da possibilidade de depreender nas conversas informais que muitos dos acertos de contas, narrados com riqueza de detalhes, principalmente pelo informante “ASP 1”, enfatizam a existência de desentendimentos baseados na quebra de confiança e/ou de respeito entre integrantes de um mesmo grupo e/ou em grupos que coexistem, inclusive disputas envolvendo irmãos em função da rivalidade e da desconfiança vitimaram alguns integrantes das facções.

Vale destacar que o bairro Ciro dos Anjos é apontado por três informantes da pesquisa como o local de residência de boa parte das pessoas que passaram a executar os indivíduos de interesse da facção do envolvido “IA” (preso) e seu representante, o envolvido “ID” que logo assume definitivamente o comando do tráfico de drogas em desfavor de seu representado (envolvido “IA”).

Para o informante “ASP 1”, o envolvido “ID” desenvolve papel relevante nas disputas pelo tráfico, inclusive com estabelecimento de contato com novos fornecedores, oriundos da cidade de São Paulo, de onde passa a comprar entre 200 kg a 300 kg de drogas por mês. Em 2014, esse indivíduo é preso e seu papel passa a ser desempenhado por um dos seus amigos, que reside no bairro Chiquinho Guimarães.

Outro personagem que merece destaque entre as narrativas dos informantes da pesquisa foi o envolvido “IIIA”. Na história recente das mortes em Montes Claros, esse envolvido foi apontado pelos informantes, como responsável por parte significativa dos homicídios na espacialização das mortes por ano. A partir de 2010, é possível observar que os crimes tinham dois locais de concentração: São João/Conferência Cristo Rei, Bela Paisagem e adjacências (Mapa 13).

O informante “ASP 1” chega a afirmar que através levantamentos realizados por ele, conclui que as disputas em torno do envolvido “IIIA” seriam responsáveis por aproximadamente 42 mortes ocorridas entre 2011 e 2012.

Em 2011, o eixo da espacialização das mortes muda e o padrão espacial sinaliza para maior concentração dos casos de homicídios entre os bairros São João/Conferência Cristo Rei, Vera Cruz e Esplanada. Como pontos secundários aparecem os bairros Morrinhos, Independência e Chiquinho Guimarães. (Mapa 13).

Um indício para a mudança do padrão espacial dos homicídios foi o envolvido “IIIA”, baseado no depoimento do informante “ASP 2”, infere-se que o envolvido “IIIA”, por motivos fúteis, em um estabelecimento comercial localizado no bairro Esplanada, desentende-se com indivíduos do bairro Conferência Cristo Rei que eram ligados à facção do envolvido “IA”.

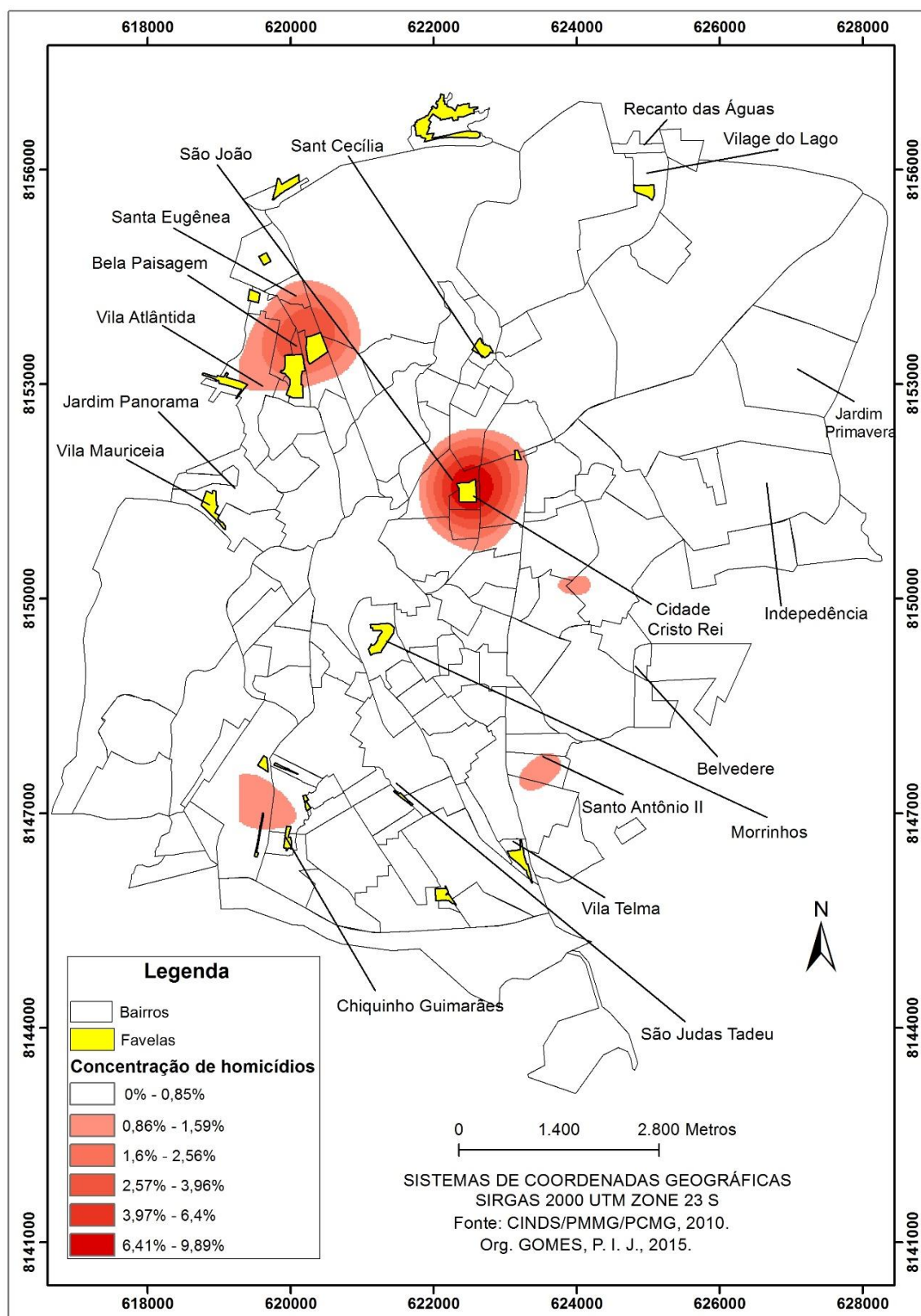
Em desdobramento a essa discussão e como forma de retaliação, o envolvido “IIIB”, irmão do envolvido “IIIA”, é assassinado, fato, inclusive, confirmado pelo registro policial (REDS – 2011-000027295-001). Em consequência disso, o envolvido “IIIA”, sabedor da animosidade existente entre as facções que comercializam drogas na cidade, procura a facção do envolvido “IIA” e se oferece para financiar economicamente as disputas.

Para o informante “ASP 2”, a inserção do envolvido “IIIA” marca profundamente as disputas pelo tráfico de drogas na cidade de Montes Claros, apesar de não atuar diretamente no tráfico de drogas, o envolvido “IIIA” é conhecido no meio policial pela prática de outros crimes em outros estados.

O Mapa 13 mostra os bairros de concentração dos crimes de homicídios consumados em Montes Claros – MG – 2010.



Mapa 13–Bairros de concentração dos crimes de homicídios consumados em Montes Claros/MG (2010)



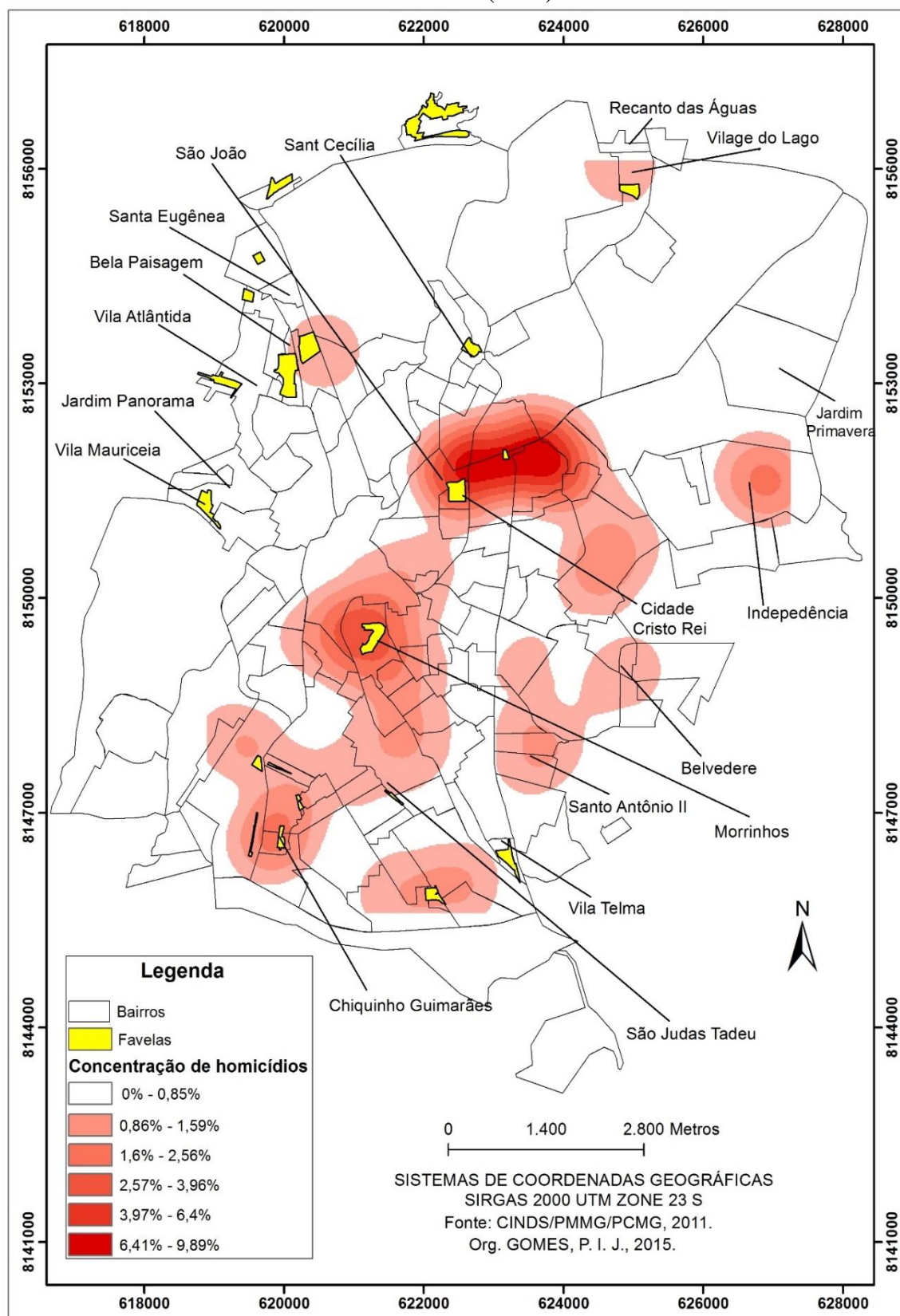
Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

A intensificação das mortes e a modificação do padrão de concentração criminal estão condicionadas a esses acontecimentos. Ao observarem-se o Mapa 13 e o Mapa 14, verifica-se uma elevação dos homicídios a nordeste do bairro Conferência Cristo Rei, local onde se localiza o bairro Esplanada.

Dessa forma, acontece um evento que representa emblematicamente os desdobramentos desse momento no espaço e no tempo em Montes Claros, configurando-se como a maior chacina acontecida na cidade em maio de 2011 no bairro Esplanada. Três vítimas fatais foram identificadas nos registros policiais, outras três baleadas somaram o resultado desse acontecimento que ocorreu às 14h, conforme consulta ao REDS: 2011-000839340-001. O registro policial indica nove vítimas envolvidas na ocorrência, contudo não reúne informações adicionais sobre as demais vítimas.

O Mapa 14 mostra os crimes de homicídios consumados em Montes Claros.

Mapa 14—Locais de concentração dos crimes de homicídios consumados em Montes Claros/MG (2011)



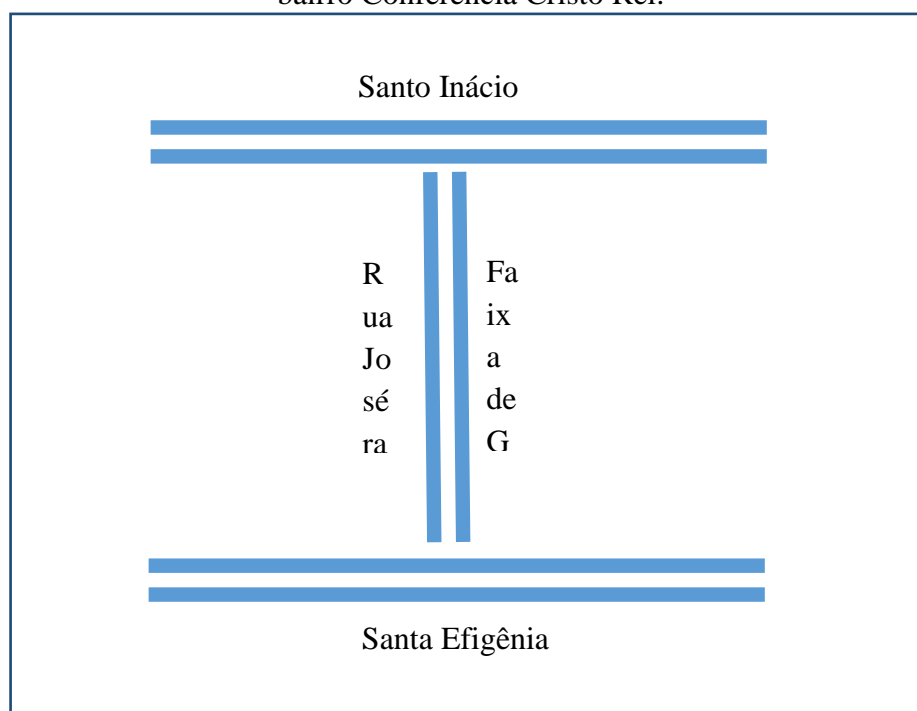
Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

O envolvido “IIIA” residia no bairro Esplanada, motivo pelo qual inúmeras ações foram desenvolvidas nesse local com o objetivo de vitimar pessoas ligadas a esse envolvido.

Em 2012, as disputas intensificaram-se e as regiões da cidade em que as mortes mais ocorreram foram os bairros Conferência Cristo Rei e São João (Mapa 15). O bairro Conferência Cristo Rei, principal ponto de comercialização de drogas em termos de volume de mercadoria, fica dividido por integrantes que adquiriam drogas dos representantes das facções do envolvido “IA” e “IIA”.

O bairro foi dividido [pela José Ramos](#) que chega a ser apelidada de “Faixa de Gaza”, uma referência à região no Oriente Médio onde Palestinos e Israelenses disputam seu território com a utilização de violência e extremismo. A “Faixa de Gaza” representa a fronteira de dois territórios em disputas, de um lado, os simpatizantes de uma facção circulam até a Rua Santo Inácio e os membros da outra facção circulam até a Rua Santa Efigênia, conforme observado na Figura 8.

Figura 8 - Representação do local em que as disputas pelo tráfico são mais emblemáticas no bairro Conferência Cristo Rei.



Autor: GOMES, P. I. J., maio/2015.

É interessante salientar que restrições à circulação pelas ruas do bairro atingem somente os homens (integrantes das facções), as mulheres possuem livre circulação, todavia,

em função do medo, os moradores não gozam de acesso facilitado, principalmente nos momentos mais tensos.

Durante a entrevista com o informante “EGRESS 2”, ele afirma que ainda é possível observar as marcas das disputas que ocorreram, principalmente nos anos de 2011 e 2012 no bairro Conferência Cristo Rei. Diante disso, foi realizada uma visita para capturar alguns desses vestígios.

Os vestígios observados durante essa visita foram organizados na Foto 08. O mais relevante é a fachada de uma casa localizada na esquina das ruas José Ramos com Santa Efigênia, local conhecido como Faixa de Gaza, identificada como “indício I”. Observe que a parede está marcada por disparos de armas de fogo, “balas perdidas” de confrontos entre as facções.

É importante destacar que o prédio possui um simbolismo, uma vez que nele havia funcionado um programa de prevenção de homicídios do governo de Minas Gerais, nominado Fica Vivo. Esse é um programa que busca mediante oficinas de prevenção à criminalidade, favorecer a inserção e participação de jovens em espaços públicos. Na prática, as oficinas dificultam o envolvimento de jovens com tráfico de drogas, expressão sensível à violência no bairro Conferência Cristo Rei.

O programa funciona nesse prédio desde o ano de 2008 e é desativado em 2010 em função do contingenciamento de recursos públicos. Apesar de o informante argumentar que os tiros na parede do prédio são consequência das disputas entre as facções, o fato pode representar uma afronta ao simbolismo do programa Fica Vivo, que pode ter afetado por um grande período a cooptação de jovens para trabalho do tráfico.

O vestígio II, localizado na “Faixa de Gaza”, evidencia mais marcas das disputas, o padrão de energia elétrica de uma residência encontra-se perfurado por tiros. O vestígio III, localizado na Rua Santo Inácio, representa o quarto de uma casa abandonada por uma família durante o período de maior acirramento do conflito, em que pessoas fazem uso de drogas diversas. No chão do que seria a sala da casa é possível observar alguns saquinhos utilizados para embalar drogas. Aparentemente, pela deformidade e quantidade de saquinhos, são de drogas que foram consumidas no local.



Foto 8 – Vista aérea do bairro Conferência Cristo com ponto de interesse em destaque, Montes Claros – 2016



Autor: GOMES, P. I. J., abril/2016.

O vestígio IV representa a fachada de uma casa localizada na esquina das ruas Santo Inácio com Dona Efigênia, onde se verifica indícios de uma disputa pelos buracos, aparentemente, de tiros na parede de uma casa (círculos em vermelho destacam as perfurações). Os buracos foram tapados com reboco, mas como a parede não foi pintada as marcas continuam em evidência. Na mesma parede existe o esboço de uma planta que enseja uma apologia à maconha. O informante não quis explicar o seu significado, entretanto, é provável que possa representar um ponto de venda de drogas para orientar compradores do bairro.

Para o informante “ASP 1”, a prova de que existe “crime organizado” em Montes Claros é a disputa que ocorre no bairro cidade Conferência Cristo Rei. Nas palavras desse informante “a divisão em bandeiras, ‘grupo do envolvido IA e do envolvido IIA’, representa a disputa entre indivíduos pelo comércio de drogas”.

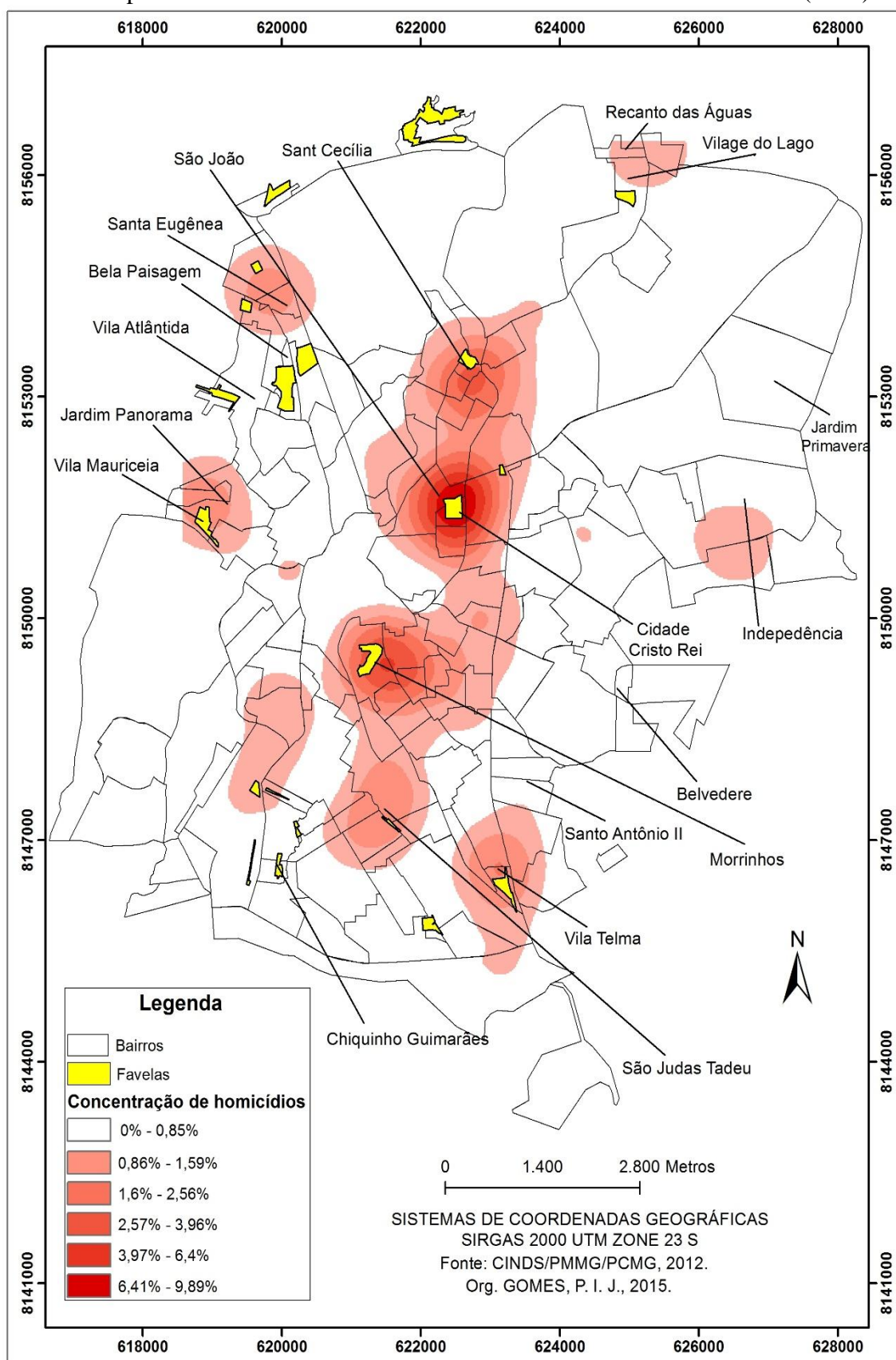
Além da disputa existente no bairro Conferência Cristo Rei, o Mapa 14 permite observar a influência do tráfico na disputa por territórios no bairro Morrinhos, lugar marcado pela concentração das mortes em 2012, o bairro vivencia os reflexos do acirramento das disputas, uma vez que, na perspectiva dos informantes “ASP 1” e “ASP 2”, essa área da cidade é o segundo ponto mais lucrativo na comercialização de drogas. Além disso, como os envolvidos “IA” e “IIA” estavam presos, existiam disputas internas, principalmente no grupo do envolvido “IA”, que fragilizavam a facção, tornando-a vulnerável aos ataques do outro grupo.

Os homicídios no bairro Morrinhos ocorreram nos becos de terreno acidentado, característica do lugar onde está localizado o bairro (ver Foto 9). Esse local representa área de ocupação antiga e irregular, composta por uma série de becos e vielas, em que pequenos traficantes, simpatizantes da facção do envolvido “IA”, comercializam drogas “protegidos” da ação das polícias pela dificuldade de acesso.

O informante “EGRES 1”, ex-morador do bairro Morrinhos, afirma que o movimento de pessoas para comprar drogas é intenso, situação que dificulta diferenciar consumidores de integrantes de facções rivais. Esse informante argumenta ainda que as disputas violentas no bairro em 2012 ocorriam tanto nos becos quanto nas casas dos traficantes. Atualmente as disputas no bairro Morrinhos encontram-se aparentemente pacificadas ou pelo menos não são intensas, conforme observada nos anos de 2011 e 2012.

No mapa 15, veem-se os crimes de homicídios consumados na cidade de Montes Claros em 2012.

Mapa15 - Crimes de homicídios consumados em Montes Claros/MG (2012).



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.



A foto 9 mostra a vista aérea do bairro Morrinhos com destaques para becos e vielas.

**Foto 9 – Vista aérea do bairro Morrinhos com destaque para becos e vielas, Montes Claros – 2016**



Autor: GOMES, P. I. J., abril/2016.

Além dos indícios que evidenciam a existência de uma disputa, visualizam-se elementos de uma pacificação na Rua Santo Inácio, pelas marcas das pichações com a palavra “paz”, conforme a foto 10.

Foto 10 - Vista da parede de umas das casas localizada à Rua Santo Inácio, no bairro Conferência Cristo Rei.



Autor: GOMES, P. I. J., abril/2016.

Outra evidência de que representa a celebração de um possível acordo é o simbolismo implícito na bandeira do Brasil com uma inscrição do PCC (Foto 11). A referência à organização criminosa pode ser considerada a maior por iniciativa dos traficantes locais na expectativa de profissionalizar o tráfico, evitando disputas entre as facções existentes em Montes Claros. Isso pode ter acontecido por influência da mídia que, ao noticiar situações envolvendo o PCC, cria referência, admiração e idolatria, o que estimula mais coordenação para prosperidade nos negócios do tráfico.



Foto 6 - Vista da parede de umas das casas localizada à Rua Dona Efigênia no bairro Conferência Cristo Rei.



Autor: GOMES, P. I. J., abril/2016.

Outra hipótese é aquela apresentada pelo informante “A”, o qual assegura que a paz foi mediada por uma mulher, que por sua livre circulação entre os dois territórios existentes no Conferência Cristo Rei e com a chancela de representantes do PCC, presos em Francisco Sá, foi celebrada uma trégua entre os atuais representantes das facções.

Segundo ele, uma mulher, que ele prefere não identificar, foi a responsável por mediar às disputas existentes entre as duas principais facções da cidade e que estavam em conflito desde 2006. O acordo propôs uma suspensão nas disputas entre os indivíduos pertencentes a esses grupos, uma vez que as mortes estavam dificultando e trazendo prejuízos para os “negócios” (tráfico). Ele detalha ainda que a mediação acontece influenciada por indivíduos com ligações com o Primeiro Comando da Capital (PCC), organização criminosa que irradia seu poder a partir do estado de São Paulo.

Para melhor compreensão da dinâmica do tráfico de drogas, o capítulo a seguir traz um recorte conceitual e histórico sobre as drogas ilícitas, destacando seus tipos e efeitos no corpo humano. Ponderações sobre o consumo de drogas e suas consequências para a violência urbana foram apresentadas para contextualizar a espacialização dos crimes de tráfico e uso de drogas em Montes Claros. Ao final do capítulo, foram apresentados territórios do tráfico na perspectiva dos informantes da pesquisa.

## **CAPÍTULO IV**

### **TERRITÓRIOS DO TRÁFICO DE DROGAS EM MONTES CLAROS: A VISÃO DOS ATORES SOCIAIS**

#### **4 DROGAS E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA: O CASO DOS TERRITÓRIOS DO TRÁFICO DE DROGAS EM MONTES CLAROS SOB A VISÃO DOS ATORES SOCIAIS**

O consumo de drogas tem acompanhado a história da humanidade das mais diversas formas ao longo dos anos, assumindo diferentes formatos e papéis. Embora tenha se tornado um tema de interesse das mais diversas áreas há vários séculos, ainda não se tem uma teoria específica utilizada para explicá-lo, o que o torna um fenômeno complexo e desafiador.

A representação da fragmentação e da apropriação do espaço por parte de grupos de indivíduos que comercializam drogas constitui um exercício de interpretação e de articulação de poder. As facções apropriam-se de espaços para transformá-los em áreas exclusivas para o tráfico, contudo, suas fronteiras não são formadas por limites físicos rígidos no tempo, as disputas internas e externas na busca pelo poder alternam forças que buscam rearticular os chamados territórios do tráfico.

O objetivo do capítulo é analisar os territórios do tráfico de drogas em Montes Claros sob a visão dos atores sociais. Para tanto, o capítulo foi dividido em quatro seções por entender que o tráfico de drogas é o pano de fundo que motiva a articulação de diferentes atores na fragmentação espacial, dessa forma, faz-se necessário realizar uma abordagem sobre a questão das drogas para facilitar a compreensão do seu histórico e do seu valor simbólico e financeiro frente às disputas entre grupos rivais que podem ser observados na criminalidade e na violência interpessoal.

Na primeira parte, são apontadas algumas considerações históricas e conceituais sobre drogas, discutindo-se sobre os tipos e efeitos dessa substância no ser humano. Posteriormente, abordam-se aspectos relacionados à comercialização desse produto ilícito e sua contribuição sobre a violência urbana.

Na segunda seção, são organizados alguns achados da pesquisa que permitem uma leitura sobre a articulação territorial do tráfico em Montes Claros. Inicialmente, discute-se o consumo e tráfico de drogas ilícitas, obedecendo às espacialidades e às temporalidades. Posteriormente, contempla-se a abordagem sobre os territórios do tráfico de drogas, a qual busca, a partir das narrativas dos informantes da pesquisa, delimitar a área de influência das facções de traficantes que disputaram o poder.

É importante destacar que esse processo de identificação dos territórios do tráfico representa uma leitura parcial e momentânea, em função da dinâmica presente nas disputas pelo poder e as opções didático metodológicas empregadas na pesquisa, limitando a

articulação das facções a dois grupos principais que, na perspectiva dos informantes, foram os mais representativos na história recente das disputas violentas na cidade de Montes Claros.

Após essa delimitação, utilizando a riqueza de detalhes contida nas narrativas dos informantes sobre o envolvimento de sujeitos com o tráfico, as disputas violentas e diante da concentração de crimes relacionados às drogas em alguns bairros específicos, é realizada uma caracterização do perfil socioeconômico dos sujeitos envolvidos com entorpecentes.

#### **4.1 Conceitualização e histórico sobre as drogas**

O conceito de drogas, embora o nome associa-se a um termo com significado pejorativo e em grande medida se encontra associado à substância de consumo proibido, está relacionado “às configurações e significados socioculturais de um contexto histórico, ou seja, ele é construído socialmente, de acordo com processos sociais e históricos de cada sociedade” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 15).

As descobertas dos primeiros tipos de drogas, benéficas ou não à saúde, foram motivadas por soluções medicinais ou mitológicas. No sentido etimológico, o termo droga tem origem holandesa, vem da palavra *droog* e significa folha seca (ESCOHOTADO, 1997).

Para Santos (2010, p. 17), essa definição vai além das ideias de senso comum, uma vez que abrange o conceito, “incorporando-o a qualquer substância que, uma vez em contato com organismo vivo, provoque algum tipo de alteração em seu funcionamento”.

De acordo com Gomes et al (2007, p. 26), o conceito está estritamente ligado à definição usada para fins jurídicos, que são “substâncias e produtos capazes de causar dependência, e que estejam especificados em lei ou relacionados em lista atualizada, de forma periódica, pelo poder executivo da união (parágrafo único do art. 1º)”.

Conforme definição da Organização Mundial de Saúde (2010), droga é qualquer substância capaz de modificar a função de organismos vivos, alterando as funções fisiológicas e comportamentais. A diferença entre os tipos está relacionada aos efeitos dessa substância no corpo.

Nesse sentido, verifica-se que a busca pelo consumo de drogas está associada ao estado de sensação e sentimento que mobiliza afetos e emoções, é a sensibilidade de receber, por meio do sistema nervoso, informações do meio externo e interno retirando do indivíduo a sensação de estresse. Entretanto, essas substâncias provocam outros efeitos em função do uso e/ou abstinência, como a depressão, relacionada fortemente a problemas de saúde, bem como situações relacionadas a óbitos.

Os diversos tipos de drogas sempre fizeram parte da vida dos cidadãos. Culturalmente, as pessoas constantemente procuravam essas substâncias, independentemente da situação econômica, social e cultural à qual estava vinculada, estando presente em todos os ambientes. O consumo da droga está associado à sensação de prazer que surge a partir da libertação de uma determinada quantidade de dopamina do cérebro.

A dopamina é um neurotransmissor responsável pelas sensações de prazer e bem-estar, o seu uso liberta os neurotransmissores em grande quantidade e o seu efeito bloqueia o sistema que os transporta não permitindo o seu regresso. A dopamina fica paralisada no espaço entre neurônio, estimulando em grande medida os seus receptores com transmissão da sensação de prazer, euforia e ansiedade, perdurando num curto espaço de tempo. Entretanto, logo após esses efeitos, surge a depressão, em função do desgaste da dopamina que não pode ser reaproveitada no organismo.

Ao longo da história, o consumo de drogas toma várias formas e desempenha vários objetivos, desde fonte de prazer até sua utilização na perspectiva de cura, acompanhando, assim, o ser humano e com o passar dos séculos torna-se um dos grandes problemas da sociedade. Desde os primórdios, substâncias capazes de promover dependência eram utilizadas pelo homem, conforme aponta Medeiros (2010, p. 192) quando afirma que

Apesar do uso de drogas serem uma realidade em todas as sociedades e em todos os períodos históricos, a forma de administração e dos rituais de uso e seus desdobramentos variam de acordo com os recursos, criatividade e as inovações tecnológicas.

Na Grécia Antiga, não havia uma distinção entre licitude ou não sobre os benefícios e/ou malefícios, a preocupação era em torno da cura ou morte, o que dependeria da dosagem e formas de uso.

Com o passar dos anos, o debate em torno do assunto cresce e polemiza, atribuindo significados e dimensões de consumo. Inicialmente, assume o papel de mercadoria, sendo considerada como o ponto de ligação entre o jurídico, o econômico e o fiscal, desempenhando papel de facilitadora das situações sociais, de instrumento de tratamento médico e, por fim, sendo utilizada como objeto de favorecimento do crime, sobretudo a partir do século XX (POLARES, 1999).

O formato atualmente conhecido do consumo de drogas sofre mutações ao longo do tempo e os interesses econômicos, políticos e científicos são associados ao caráter político cultural, contribuindo para as características vivenciadas na atualidade, como afirma

Escohotado (1997, p. 27) “os valores sustentados por cada sociedade influem na ideia formada sobre as drogas.”

Essas substâncias eram utilizadas para manter contato entre a vida real, os deuses e os mortos, uma vez que permitia a ligação entre a realidade conhecida e a prometida. Entretanto, foi usada com objetivos terapêuticos, sacramentais e festivos e, após vários anos assume o papel de objeto da empresa científica. Todavia, com o passar dos anos, as drogas começam a provocar nas mais diversas culturas e ciências, como a religião, o direito, a economia, entre outras, a insatisfação (POIARES, 1999).

É interessante ressaltar que, desde a Antiga Grécia, Platão refere-se ao termo *Pharmaka*, como algo que pode ser benéfico ou prejudicial (SIQUEIRA, 2006). Para Escohotado (2004), uma droga não pode ser considerada como remédio ou veneno, uma vez que essa definição depende da dose ministrada, da pureza da substância e das condições e razões do seu uso. Dessa forma, verifica-se que, para os fundadores da Medicina Científica, Hipócrates e Galeno, droga seria toda a substância que, não sendo vencida pelo corpo humano, teria a capacidade de vencê-lo (ESCOHOTADO, 2004).

As drogas foram usadas há milhares de anos a.C. entre os diversos povos, a saber, os sumérios, persas e egípcios, como fonte de alegria, como propriedade terapêutica, utilizando-se do ópio e da coca. Nos séculos II a V, os chineses buscavam por plantas que “faziam voar”, preparadas a base de álcool quente, que era de fácil absorção e com propriedades energéticas, sedativas e euforizantes (POIARES, 1999).

Entre os tipos de drogas utilizadas nesse período, tem-se o Cânhamo, usado no Egito como a substância capaz de promover o esquecimento das preocupações e minimizar os impactos da fadiga e fome, enquanto que na Síria era utilizado em rituais religiosos ou como anestésico (ANGEL, RICHARD E VALLEUR, 2002).

Na Idade Média, a farmacologia ocidental era fraca, limitava-se aos poucos jardins cultivados em conventos religiosos e era associada ao exorcismo e rituais demoníacos. Ainda nesse período, produzia-se a Mandrágora, considerada como analgésico, produto afrodisíaco e sedativo. Essas substâncias eram constantemente associadas às mulheres por serem consideradas praticantes de rituais de bruxaria, utilizando nesses eventos esse produto (ESCOHOTADO, 2004).

O período Mercantilista, compreendido entre o século XV ao XVIII, é um momento de suma relevância para o encontro de novas substâncias, em função das viagens de descobrimento em busca de terras para exploração. Entre as drogas cultivadas nessa época, pode-se citar a batata, o milho, o chá, o tabaco e o ópio, que foi considerado uma das



primeiras substâncias a serem usadas com fins lucrativos, em função dos seus inúmeros benefícios para as pessoas. O Banguê (folhas e resina de Cânhamo) está entre as substâncias que foram muito utilizadas pelo seu efeito desinibidor e, ao mesmo tempo, pelas alterações constatadas nos comportamentos sexuais. Em razão desse efeito indesejável, teve seu consumo completamente reprovável.

É interessante enfatizar que até esse momento da história, as drogas eram acessíveis a um número reduzido de pessoas, sobretudo, pelo seu caráter excêntrico, luxuoso e diferenciado, o que desperta o interesse de estudiosos da área a buscarem explicações sobre o fenômeno (POIARES, 1999; ESCOHOTADO, 2004).

Logo após a Revolução Industrial, constata-se uma elevação no consumo do álcool, aspecto associado à insatisfação dos trabalhadores pelas condições degradantes de trabalho a que estavam submetidos, utilizando-o como forma de minimizar os efeitos nefastos e deploráveis de produção a que eram impostos.

Contudo, no século XIX, a cocaína é usada para análises científicas. Freud desponta como um dos primeiros estudiosos a se debruçar sobre o assunto e, após estudos, começa a prescrever altas doses da substância para tratamento de ansiedade e depressão, contribuindo, assim, para que muitas bebidas fossem produzidas utilizando-se dessa substância em sua composição, inicialmente nomeada de tônico (POIARES, 1999).

Ao se fazer um levantamento das substâncias utilizadas no final do século XIX, a cocaína, os alcaloides e o ópio eram as mais consumidas entre a elite e os mais favorecidos economicamente. Todavia, na Grã-Bretanha surgem as primeiras inquietações relacionadas aos malefícios provocados à saúde dos usuários.

Nesse mesmo período, assiste-se a um crescimento acelerado do volume de drogas, a base de psicofármacos, produzidas por laboratórios clandestinos, como é o caso da morfina, explorada em grande medida para tratar as vítimas da guerra. Todavia, em função do seu alto grau de dependência, fica conhecida como “doenças do exército”. Entre os religiosos, era usada juntamente com a heroína, substância cinco vezes mais potente que a morfina, como forma de tratar os dependentes de ópio na China, sendo intitulada como o ópio de Cristo (ESCOHOTADO, 2004).

No século XX, mais precisamente por volta dos anos de 1930, as drogas mais comercializadas eram as anfetaminas, substâncias muito consumidas durante a II Guerra Mundial. Pouco tempo depois, por volta da década de 1940, descobre-se o potencial do Dietilamida Ácido Lisérgico (LSD). Entretanto, é no ano de 1960, com o suporte do movimento hippie, cujo lema era paz e amor, que houve uma proliferação de diversos tipos de

drogas entre os mais jovens, até então comercializadas entre os adultos das mais diferenciadas classes sociais (ANGEL, RICHARD e VALLEUR, 2002).

Na década de 1980, inicia-se a produção de drogas sintéticas. Nesse período, percebe-se o surgimento de um número considerável de novas substâncias. É nessa época principalmente que surgem os psicofármacos, produzidos por laboratórios ilegais, sendo este um dos maiores grupos de drogas laboratorialmente produzidas e quimicamente manipuláveis.

É interessante ponderar que esses produtos chegavam aos consumidores finais por meio de intermediários, com custo final mais baixo, uma vez que se utilizava de matéria prima de baixa qualidade e com objetivo de rápida e fácil comercialização (ESCOHOTADO, 2004).

Nos anos de 1990, nota-se uma elevação do mercado consumidor desses produtos, em função do atendimento de públicos cada vez mais jovens que até então não eram contemplados nos períodos anteriores, envolvendo inclusive classes com poder econômico, como a de operários e trabalhadores assalariados (POIARES, 1999).

No Brasil, durante muito tempo, os tipos de drogas estavam associados à classe social, como é o caso da maconha – que era intimamente ligada aos pobres e aos negros – e a cocaína – aos ricos, com status e prestígio social (OLIVEIRA, 2011).

Entretanto, Silva (2004) aponta que o consumo de drogas na elite brasileira ocorria desde o século XIX:

O consumo de opiáceos e cocaína pela elite brasileira era uma prática comum no final do século XIX, tanto para fins recreativos, quanto medicinais; muitos medicamentos possuíam em suas fórmulas a folha de coca e a morfina (FANTAUZZI; AARÃO, 2010, p. 84).

Para Fantazzi e Aarão (2010, p.83), “o consumo de maconha foi proibido pela primeira vez no Brasil em 1830, no Rio de Janeiro, por meio de uma portaria da Câmara Municipal que vetava a compra e a venda do produto, consumido principalmente por negros”. Contudo, quase um século após, “em 1921 que o porte e venda de drogas foram criminalizados no Brasil<sup>7</sup>” (FANTAUZZI; AARÃO, 2010, p. 84). Ainda de acordo com os autores:

Desde a maconha trazida pelos escravos vindos da África, passando pelo uso da cocaína e heroína pela elite brasileira, no início do século XX, até chegar aos dias

---

<sup>7</sup> O Decreto nº 14.294 de 1921 a primeira lei sobre drogas no país proibindo o uso de cocaína, ópio de derivados, além de maconha, que até então tinha a sua proibição restrita à cidade do Rio de Janeiro.

atuais, cada ciclo é marcado por características socioculturais e suas peculiaridades (FANTAUZZI; AARÃO, 2010, p. 95).

Ao analisar o histórico sobre o consumo de drogas no país, verifica-se que a maconha era a substância mais utilizada entre os consumidores dessas substâncias. Em contrapartida, a cocaína era consumida em menor proporção pelo alto preço praticado, o que a restringia, em grande medida, às camadas com o poder aquisitivo elevado.

Nos anos de 1960 e 1970, assiste-se a um crescente e elevado consumo de LSD. Nesse momento, esse produto passa a disputar mercado com a maconha. Todavia, na década de 1970, a venda de maconha volta a sofrer alterações em função dos movimentos hippies que pregavam a liberdade e a repulsa pela Ditadura Militar, regime vigente no período. Contudo, é na década de 1980 que a cocaína aparece no cenário brasileiro com maior popularidade, sobretudo, entre a grande elite, os artistas e atletas (ALBUQUERQUE, 2010).

Nesse período, a ênfase do comércio de drogas era na América do Norte, entretanto, com a elevação no consumo de cocaína, verifica-se o surgimento de interesses econômicos por parte dos comerciantes e traficantes em expandir os negócios por toda a América. Esse fluxo passa a ser visto como uma boa oportunidade por parte considerável dos indivíduos em conflito com a lei, que viam nessa estratégia uma possibilidade de sair de outros delitos, em que o risco era superior, como é o caso de assaltos a bancos (ADORNO, 2008). É interessante ponderar que o comércio de cocaína mantém sua hegemonia até o século XXI, sendo considerada nas pesquisas como “a maior motivadora de violência interna ligada ao mundo do tráfico” (OLIVEIRA, 2011, p. 39).

Em meados dos anos de 1980 surge no país o crack, considerada uma das mais agressivas drogas produzidas até a atualidade (ALBUQUERQUE, 2010; WALKER, 1994). Inicialmente, a substância se restringe às camadas mais pobres e menos favorecidas economicamente; porém, pelo seu baixo valor, pelo seu caráter viciante, pela facilidade na distribuição e pela satisfação imediata do cliente percebe-se uma aceitação por parte todas as classes sociais (OLIVEIRA, 2011).

Medeiros (2010) faz uma reflexão acerca das substâncias ilícitas ao longo da sua existência. Para o autor, a maconha foi comercializada em grande medida “no período nomeado de contracultura (reflexão, paz e amor)”. A cocaína aparece num cenário posterior, marcada pela “revolução industrial, com a ideia da produção em série (lucidez, competência, negociação e ampliação dos negócios)” e o “crack é a efígie da sociedade contemporânea, que

produz o consumo compulsivo com seu efeito imediato e imaginado de prazer, por meio de objetos descartáveis (cachimbo, latinhas)”. (MEDEIROS, 2010; p. 52).

É importante destacar que existem diferentes tipos de substância entorpecente e cada uma delas apresenta um efeito alucinógeno distinto. Conhecer essas drogas, seus efeitos e o mercado que elas movimentam é importante para compreender melhor variáveis como a motivação dos traficantes e a dependência psíquica dos usuários.

#### **4.1.2 Tipos de drogas e seus efeitos**

A análise do comércio de drogas no século XX, sobretudo de drogas ilícitas, tem um papel primordial nas discussões sobre o tráfico dessas substâncias, uma vez que inclui os mais diversos agentes, desde os grandes empreendedores aos pequenos apoiadores, bem como os consumidores de diversos níveis socioeconômicos. Para Medeiros, a estrutura comercial exerce um papel importante, uma vez que

Cria importantes redes de relação, que podem variar entre os fluxos internacionais, sustentando o mercado no plano macroeconômico (redes políticas) e as relações informais, criadas no âmbito da microeconomia (redes subterrâneas). (MEDEIROS, 2010, p. 170).

É nesse período que surgem os debates sobre os efeitos das drogas na sociedade, principalmente sobre a sua licitude ou não. Esse fato contribui para a indiferença com que essa situação é recebida nas relações sociais, sendo vista como algo indesejável, cujo objetivo primordial é alcançar um número cada vez maior de vítimas. Entretanto, Albuquerque (2010, p. 14) aponta que “além de relação simbiótica entre plantas e seres humanos, nota-se que, no decorrer da história, as significações destas substâncias são condicionadas às prescrições culturais e sociais relativas ao contexto histórico”.

A partir desse ponto, verifica-se a necessidade de esquecer as pontuações feitas na Grécia antiga acerca das drogas, as quais não se limitavam a classificá-las como boas ou más, contudo, restringiam-se a ponderar o resultado a partir da sua dosagem e de seu uso.

O debate em torno do tema gera polêmica e controvérsias quando consideradas as razões para a legalização de algumas substâncias em detrimento da proibição de outras.

A licitude de alguns tipos de drogas está ancorada por meio de legislação que permite a sua comercialização, como é o caso do álcool, tabaco e alguns tipos de medicamentos. Entretanto, esses casos podem sofrer restrições para seu uso, como

medicações que geram a obrigatoriedade de prescrição médica ou as bebidas alcoólicas que sofrem limitação de idade para a compra.

As drogas ilícitas são substâncias que a legislação proíbe o comércio e consumo. É interessante ressaltar que as discussões em torno da ilegalidade do consumo surgiram em meados do século XX. No Brasil, esse fato ocorre em 1911, na Conferência Internacional do Ópio, que acontece em Haia como forma de combater o consumo do ópio e a cocaína.

As drogas eram de uso exclusivo dos jovens das classes média e alta que as utilizavam em prostíbulos, lugares onde era permitido o uso. Com o passar dos anos, estende-se às prostitutas, pessoas em conflito com a lei, às pessoas de classes populares, entre outros. A maconha era aceita como consumo de negros, mestiços e pobres. A sociedade passa a atacar veementemente a prática e a partir de então, o combate vira questão de segurança pública e sanitária (SILVEIRA et al, 2013).

A partir da definição entre as drogas lícitas e ilícitas, surgem formas para sua qualificação, que variam conforme legalidade e grau de toxicidade. Entretanto, neste trabalho, adota-se a divisão feita a partir de seus efeitos provocados ao Sistema Nervoso Central – SNC.

Para Silveira et al (2013), as drogas podem ser divididas em três grupos, sendo classificadas como: depressoras, estimulantes e alucinógenas ou perturbadoras. No primeiro grupo, estão as drogas depressoras, conhecidas por afetar a atividade do sistema nervoso central, reduzindo a velocidade do funcionamento do cérebro, minimizando as suas funções. Como exemplo, pode-se citar o álcool, os tranquilizantes (soníferos, ansiolíticos), opiáceos ou narcóticos (morfina, heroína) e os inalantes ou solventes, como tintas, colas e removedores.

No segundo grupo estão as drogas estimulantes, que são substâncias que aceleram o sistema nervoso central. O indivíduo em contato com tal droga passa a agir mais rapidamente, gerando aceleração dos batimentos cardíacos e da pressão arterial, aumento da temperatura corporal e dilatação das pupilas. Como exemplo, têm-se as anfetaminas, a cocaína, o tabaco e o ecstasy.

E, por fim, as drogas alucinógenas ou perturbadoras, que como o nome induz, são substâncias que afetam o funcionamento do cérebro, de modo a deixar o indivíduo perturbado, causando alucinações, como dilatação nas pupilas, problemas na visão, aceleração cardíaca, pele seca e avermelhada, podendo ocorrer retenção de urina, aumento de temperatura e até ataques convulsivos. Esses tipos são a LSD, anticolinérgicos, maconha e plantas alucinógenas.

Os efeitos provocados pelo uso dessas substâncias, bem como sua proibição de utilização não impediram o aumento e proliferação do seu consumo, e nem permitiram que a violência provocada mediante o tráfico das substâncias ilícitas fosse extinta. Assim, notam-se mudanças nas relações e situações da violência urbana em função da elevação da compra e venda das drogas lícitas e ilícitas. Este trabalho ater-se-á somente as consequências e impactos provocados pelo uso das substâncias ilícitas, mais precisamente de entorpecentes, na violência e na criminalidade da cidade de Montes Claros.

#### **4.1.3 Consumo de drogas ilícitas e suas implicações quanto à violência urbana**

A discussão sobre o consumo de drogas é extremamente complexa, embora faça parte diariamente dos debates acadêmicos, políticos e dos meios de comunicação, sendo considerada a grande responsável pelo aumento nos indicadores dos mais diversos crimes no Brasil. Nessa medida, é interessante ressaltar a importância de tratar sobre as drogas como objeto de estudo. Mendonça Filho aponta para a necessidade de se fazer uma distinção entre as diversas pesquisas sobre o uso de drogas:

i) estudos sobre o uso de substâncias psicoativas entre sociedades indígenas, extintas ou não; ii) estudos sobre rituais “tradicionais” que envolvem o uso de psicoativos; iii) estudos sobre o uso de psicoativos no meio urbano; iv) estudos que procuram compreender os significados sociais do uso das drogas e os discursos que articulam sobre ele (MENDOÇA FILHO, 2010, p. 155- 156).

Dessa forma, o presente trabalho ater-se-á ao estudo sobre a dinâmica de funcionamento do tráfico de drogas na zona urbana da cidade de Montes Claros que, conforme afirma Medeiros (2010, p. 168), é uma empreitada complexa.

Os estudos sobre as cidades e o uso de substâncias psicoativas, em especial na sociedade contemporânea, é uma empreitada complexa, dado o desafio de entender um cenário composto de indivíduos que perderam raízes e o eixo central tradicional de construção da identidade e se vê envolvido em um imenso leque de possibilidades de ofertas, além de se misturar com uma multidão de transeuntes heterogênea, desigual, contraditória e interdependente, com necessidades acentuadas de criar significados, apropriar-se e se desapropriar de conceitos, pertencer e legitimar lugares sociais imaginados.

É importante salientar sobre as influências recebidas entre o século XIX e XX em relação à normalidade do uso de drogas, sobretudo, pelo caráter atribuído ao fenômeno como

sinônimo de liberdade e *status* social, uma vez que essas substâncias eram utilizadas em maior medida pela elite e por artistas conhecidos no meio social.

Muitos são os fatores que agravaram o problema na sociedade em pleno século XXI, desde a luta por direitos civis, religião, questões políticas, até as econômicas. Verifica-se que após as duas guerras mundiais, a sociedade volta-se para o consumo dessas substâncias, isso se deu pelas situações vividas naquele momento, em que as cidades, cada vez mais saturadas, deram lugar às adversidades de ordem social e econômica (ESCOHOTADO, 2004).

É nesse cenário que as drogas surgem com a promessa de melhoria de vida, omissão dos problemas e como solução das mais diversas situações. Entre as substâncias mais utilizadas estão o álcool, a maconha, o crack, o ecstasy e os fármacos em geral que “são consumidos como forma de minimizar as faltas impostas aos cidadãos, vendida como a pílula da felicidade” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 17).

São vários os motivos que contribuem para o uso de drogas. Para a psicologia, a escolha do indivíduo em usar ou não algum tipo de substância tóxica depende de vários aspectos, todavia, os fatores relacionados às individualidades contribuem em maior medida para a escolha ou recusa.

De acordo com Becker e Vital (1993), ao ser feita uma análise baseada nas contribuições freudianas, é possível afirmar uma relação do uso de drogas com a “desestruturação comportamental, estruturação psíquica da perversão e sua imbricação com a sexualidade” (BECKER; VITAL, 1993, p.34).

Essa análise vai ao encontro do exposto por Bizzoto (2010, p. 126):

já em 1930, Freud nos adverte quanto à ilusão do bem querer, de fazer o “bem”. Ele aponta a realidade como uma das causas do uso de drogas: substâncias tóxicas seriam uma das formas de o sujeito lidar com a realidade árdua, tornando-se insensível a ela.

Contudo, há outras linhas, como a defendida por Inem (1993), que concorda que as particularidades exercem um papel preponderante no uso de drogas, contudo, não se podem descartar as questões relacionadas a anomalias como neurose, psicose e perversão, por haver séria correlação.

Na concepção de Bizzoto (2010) não há ligação direta entre doença mental preexistente e uso de drogas. Todavia, o autor ressalta a importância de fazer a análise da combinação daquela patologia, não descartando a possibilidade de haver relação com outros fatores, como no caso dos aspectos externos ao comportamento. Dessa forma, conclui que

“não existe a estrutura toximaniaca; o que encontramos é o neurótico que se droga, assim como psicótico e o perverso” (BIZZOTO, 2010, p. 127).

Para Deslandes (2006) é de suma relevância considerar as individualidades nos estudos relacionadas ao uso de drogas, porém não se pode eximir as contribuições das teorias psicossociais para um aprofundamento das análises. Por essa perspectiva

Emerge uma pauta de demandas imbricadas para análise das relações de drogas e violência: o exame atento das motivações pessoais, das características psíquicas e das condições orgânicas dos sujeitos, e, também do contexto cultural e comunitário, das condições de gênero e de geração, das relações familiares e da situação de estigmatização (DESLANDES, 2006, p. 260).

Uma pesquisa realizada por Moraes (2005) aponta dados que servem para desmistificar a personificação das drogas na sociedade. Essas informações são utilizadas para produzir comportamentos que, ao contrário de minimizar ou solucionar o problema, potencializam-no, criminalizando os dependentes, distanciando-os cada vez mais do convívio social e deixando-os à margem da sociedade. Como resultado terá o isolamento e o recuo desses dependentes das possíveis soluções dos problemas. Nas palavras de Moraes (2005, p. 25):

[...] a maioria dos consumidores de drogas não é compulsivo ou violento. Os crimes e conflitos associados às drogas provêm predominantemente da disputa de traficantes por territórios (de onde procede a percentagem significativa de homicídios relacionados a drogas) e em menor medida da necessidade de fazerem os consumidores financiar seu vício (gerando crimes contra a propriedade).

Nessa mesma perspectiva, Silva (2010, p. 22) ressalta que “a droga quando ingerida com moderação pode produzir um estado de sensação de euforia, bem-estar, sedação ou alacridade, diminuindo as inibições, e facilitando a interação social”.

Não se pode negar que em alguns momentos o uso desmedido de algumas substâncias, sobretudo, após a etapa de dependência, provoque nos indivíduos a busca por delitos ou infrações como forma de financiar seu consumo. Todavia, o uso moderado foi inserido na sociedade como resqúcio inevitável das prescrições da medicina oficial (MORAIS, 2005).

O uso de qualquer substância seja o álcool ou de outras drogas só pode ser entendido como um problema de saúde ou considerado uma doença, a partir do momento em que essa substância passa a causar no usuário uma limitação para realização de suas escolhas, refletindo um certo grau de dependência.



Para Seibel (2005, p. 23), “o estado de guerra contra as drogas não passa de uma manipulação ideológica alicerçada em dados e argumentos frágeis”. É essa ideia que limita em grande medida, debates e intervenções em outros problemas maiores que assolam a sociedade, além do fato de se intensificar a criação de estereótipos e preconceitos sob a justificativa de que existe um mal maior a ser vencido e que a sociedade precisa ser protegida.

A criminalização do uso e do comércio de drogas emergiu como uma ação preventiva promovida por grupos específicos: médicos legistas e psiquiatras [...]. As drogas não representavam um problema socialmente definido como o alcoolismo (MORAIS, 1999, p. 111).

Nesse sentido, é importante salientar que as oportunidades e recompensas são preponderantes para a escolha do indivíduo em entrar ou não no mundo das drogas. Para Vieira (2010), “seria um erro tratar o consumo das drogas somente pela perspectiva do usuário e do traficante, sendo importante considerar uma estrutura social, permeada de convenções e de costumes variados e desarrazoados” (VIEIRA, 2010, p. 120).

Dessa forma, é relevante considerar vários aspectos para compreensão do problema, tais como o espaço geográfico e social em que “o fenômeno tráfico de drogas está inserido, seja com a presença do tráfico, em comunidades de usuários ou em ambientes onde tanto o tráfico quanto o uso de drogas se faz presente” (OLIVEIRA, 2011, p. 38).

Nessa mesma linha de reflexão, estão as contribuições da Escola de Chicago com a Teoria Ecológica do Crime. Na perspectiva dessa escola, não se pode negar a importância da “estrutura física-geográfica e social de determinadas áreas como determinantes do alto índice de comportamentos desviantes nestes locais” (OLIVEIRA, 2011, p.39).

Dessa maneira, é de suma relevância que as intervenções públicas no meio social aconteçam mediante investimentos educacionais, infraestrutura, entre outros, como forma de minimizar as condições degradantes nas quais muitos grupos estão inseridos, reduzindo a indignação e o enfrentamento das normas sociais estabelecidas (OLIVEIRA, 2011).

A dinâmica dos crimes relacionados ao tráfico e ao consumo de drogas é diferente de outros tipos de crimes, como, por exemplo, os patrimoniais. O fomento de políticas públicas para enfrentamento do problema das drogas passa pela análise do comportamento do crime no tempo e no espaço. Por isso é importante conhecer as espacialidades e as temporalidades que os crimes relacionados às drogas assumiram na cidade de Montes Claros nos anos.

## 4.2 Consumo e tráfico de drogas ilícitas: espacialidades e temporalidades

O acesso, a interpretação e a confiança constituem obstáculos para a reflexão sobre questões relacionadas às drogas. Vencidas as dificuldades em relação à acessibilidade ao aporte de informações disponíveis, o exercício volta-se primeiro ao processo de compreensão dos seus possíveis significados e depois às tentativas de validação, exercitando explicações para o comportamento e dinâmica no espaço e no tempo.

Em Montes Claros, quando se observa a série histórica das ocorrências relacionadas ao tráfico de drogas nos últimos quinze anos em relação a outros indicadores de criminalidade, como o “IC”, nota-se uma pequena representatividade dos crimes de drogas nos registros oficiais, sendo o tráfico e o consumo as principais modalidades, representando pouco mais de 1% da criminalidade em geral, conforme discutido na seção anterior.

Uma reflexão inicial permite inferir que a quantidade de crimes relacionados ao tráfico e ao consumo de entorpecentes não se apresenta como um problema a ser estudado em função de uma baixa representatividade dos casos em relação a outras modalidades de crime. Entretanto, uma menor incidência não significa, necessariamente, menor existência de crimes, pelo contrário, menor prevalência pode significar menor formalização da notícia-crime aos órgãos oficiais, podendo ainda representar menor interesse das instituições responsáveis em contabilizar e/ou coibir o problema.

No meio policial há um discurso que busca estabelecer uma relação direta entre apreensão de drogas e aumento da criminalidade. A explicação assenta-se na hipótese de que a apreensão de drogas ilícitas pelas polícias estimula a prática de outras modalidades ilícitas com o objetivo de quitar os prejuízos com a perda da mercadoria. Em outras palavras, as drogas apreendidas pelas ações policiais podem produzir endividamento financeiro que demanda a necessidade de levantar valores para quitação do débito junto aos traficantes. Isso seria ruim do ponto de vista da gestão da segurança pública e estimularia um menor esforço para crimes relacionados às drogas em relação a outras modalidades criminosas.

Outra hipótese é de que a comercialização de drogas esteja situada no âmbito chamado de normalidade do crime, conforme proposto por Durkheim (1963) ao tratar sobre a questão. Por essa perspectiva, os crimes relacionados às drogas estariam dentro da normalidade, acreditando-se que as ocorrências policiais representariam a realidade social. Todavia, essa seria uma associação equivocada a se aplicar à teoria Durheimiana, visto que dados socialmente construídos podem ser institucionalmente induzidos. Em outros termos, a

construção institucional das informações pode ser explicada pelo “Choque de Gestão” na política de Segurança Pública implementada em Minas Gerais a partir de 2003.

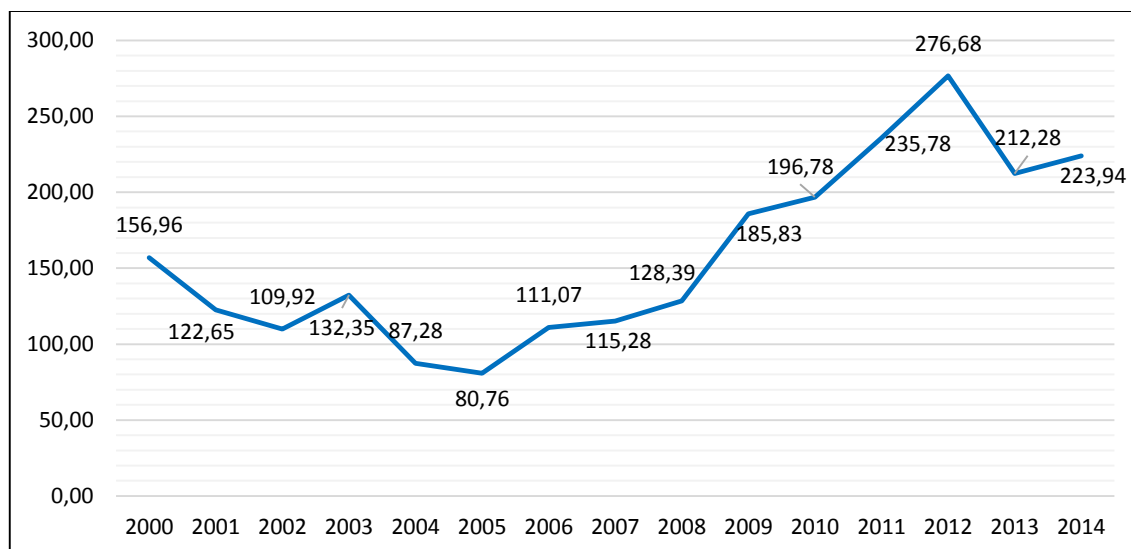
Há de se considerar que o estabelecimento de estratégias policiais com foco no combate incisivo às drogas pode estimular a prática de outros crimes como roubos à mão armada, comprometendo os indicadores elencados como prioritários pelo Choque de Gestão do governo de Minas Gerais.

Nesse sentido, por mais que seja temerário e imaturo, existe a possibilidade da existência de uma convivência velada entre a política de segurança pública e o tráfico de drogas ilícitas, ao desconsiderar o tráfico, evidencia-se uma provável suspeição sobre o reconhecimento e/ou a intencionalidade dos gestores da política de segurança pública sobre as consequências do enfretamento direto e incisivo sobre o comércio de drogas ilícitas.

A questão da convivência fica mais evidente ao se observar o comportamento temporal dos registros envolvendo drogas ilícitas tanto no que diz respeito ao tráfico, quanto à posse e ao uso de drogas. A série história do índice de crimes relacionados a essas substâncias de um modo geral registrada pelas polícias em Montes Claros entre 2000 e 2014 apresenta um percentual acumulado superior a 43%. Quando os registros de 2000 são comparados com 2012 o percentual de aumento é ainda maior, representando mais de 76% (Gráfico 13).

No Gráfico 15, verifica-se que nos anos de 2000 e de 2005 houve diminuição nesse índice. Em outra perspectiva, quando se considera 2005 em relação a 2012, observa-se um acúmulo superior a 242%. Essa constatação é relevante, uma vez que o crescimento dos registros relacionados às drogas coincide com o período em que as disputas se intensificaram, revelando um aumento de homicídios, conforme relatado anteriormente.

Gráfico 15 - Índice de ocorrências relacionadas a drogas em Montes Claros (2010-2014).



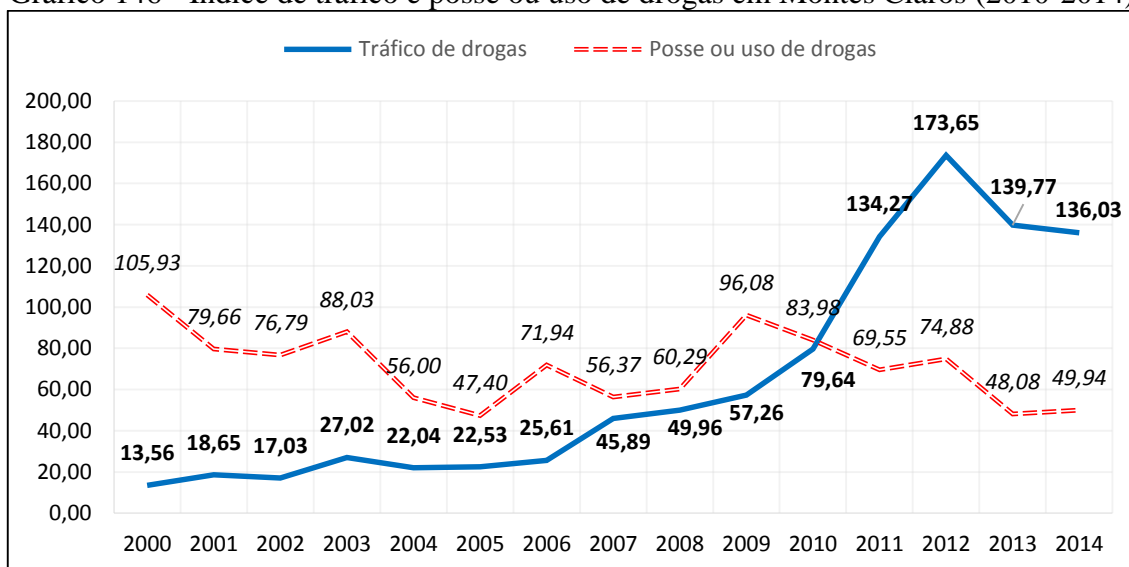
Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

\*Índice para cada grupo de cem mil habitantes.

Tanto o índice de ocorrências relacionadas às drogas, quanto a taxa de homicídios apresentaram percentual acumulado significativo no mesmo período. Vale destacar que em 2011 e 2012 foram os anos apontados pelos informantes da pesquisa como período em que as disputas entre os dois principais grupos que comercializavam drogas na cidade se intensificaram. Em consequência, nesse período, foram contabilizadas as maiores taxas de homicídios com mais de vinte e uma vítimas para cada grupo de cem mil habitantes em 2011 e mais de 25, em 2012.

O fortalecimento do tráfico de drogas é evidenciado pelo reforço da intervenção policial entre os anos 2000 e 2014, em que o percentual acumulado do índice de ocorrências de tráfico foi superior a 900%. Entre 2000 e 2012, o percentual é maior representando mais de 1.180%, conforme visto no Gráfico 16.

Gráfico 146 - Índice de tráfico e posse ou uso de drogas em Montes Claros (2010-2014).



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

\*Índice para cada grupo de cem mil habitantes.

Os registros oficiais despertam no mínimo três constatações, a primeira é que a intensificação de estratégias de dominação exercidas no espaço urbano por parte dos grupos que disputavam territórios para comercialização de drogas cria maior oportunidade para a atuação das polícias e, conseqüentemente, aumenta os registros de eventos relacionados ao tráfico.

A segunda é que as instituições de Defesa Social, ao identificarem o tráfico de drogas como responsável pelo aumento da taxa de homicídios e pressionados pelo clamor social, podem ter adotado uma postura diferente no que diz respeito ao enfrentamento desse fato, culminando na intensificação de apreensões e prisões relacionadas à comercialização de drogas ilícitas.

Na terceira, constata-se o enfraquecimento das facções em disputa que pode ter ocorrido ora pela prisão de membros representativos do grupo, ora por sua morte nas disputas interpessoais e ora pela apreensão da matéria-prima do negócio ou de seus “instrumentos de defesa” (armas de fogo) por parte da polícia.

Sobre essas constatações, destaca-se a colocação do informante “ASP 2”, ao afirmar que muitas apreensões de drogas, de armas de fogo e prisões de indivíduos ligados ao tráfico de drogas realizadas pela polícia ocorrem em virtude de denúncia anônima. Na perspectiva do informante, esse tipo de situação pode acontecer em função de disputas internas do grupo na sucessão pelo poder ou mesmo pelas disputas externas como uma tentativa de desarticular o grupo opositor.

Outra observação relevante é a comparação do Índice de Tráfico e o Índice da Posse ou Uso de Drogas em Montes Claros entre 2000 e 2014. Enquanto o tráfico de drogas desde de 2000 encontra-se em ascensão, a posse ou uso, ao contrário, está em decadência. Ligeiras exceções são observadas em anos específicos em que é possível observar o crescimento em relação ao ano anterior, entretanto, sem superar o índice identificado em 2000 (Gráfico 14).

As informações são contraditórias porque, para que o tráfico se fortaleça, assim como qualquer outra atividade comercial, é necessário que o mercado esteja aquecido, direcionando um aumento da demanda, o que estimula maior disponibilidade de mercadoria. Então, como seria possível que um mercado em queda, no que diz respeito à posse e ao uso de drogas, estimule as ocorrências de apreensões do tráfico?

Para uma maior reflexão sobre a questão, podem levantar-se no mínimo três hipóteses, a primeira sustenta-se no reconhecimento do usuário como um doente, projetando-se um entendimento da questão como um problema de saúde pública e não de segurança pública, conseqüentemente, marcado pela inércia da Defesa Social, no que diz respeito às ações direcionadas ao usuário.

A segunda ampara-se no fato de que a descriminalização do uso de drogas condiciona um enfraquecimento das estratégias de repressão por parte das polícias, que pode ter diminuído a fiscalização e o controle da posse e uso de drogas. E, por fim, a inexistência de uma política pública de segurança que tivesse o objetivo de ampliar o enfrentamento de práticas sociais relacionadas à posse e ao uso de drogas.

Nessa perspectiva, é interessante ressaltar algumas considerações sobre as colocações dos informantes da pesquisa sobre o estabelecimento de uma correlação entre a influência do tráfico de drogas na criminalidade. A correlação entre tráfico de drogas e criminalidade evidencia-se principalmente nos crimes patrimoniais, uma vez que o lucro advindo dessa prática é visto como uma alternativa ao tráfico e uma oportunidade para sustento do vício por parte dos usuários.

Em narrativa de um dos egressos do sistema prisional, “quando eu era adolescente fiquei viciado pela influência de amigos, todo o dinheiro conseguido, fazíamos uma vaquinha comprar drogas nos finais de semana, quando eu não tinha dinheiro eu roubava”. O roubo cometido na adolescência limita-se a furtos de bicicletas, arrombamento a veículos e à residência, visando conseguir sons automotivos e objetos pessoais das vítimas como, por exemplo, joias.

Em outros dois momentos, durante a entrevista, o informante confessa o furto de um carro e mais de duas motocicletas que serviram para pagamento de dívidas relacionadas às drogas ou para comprar o produto para revender. Os bens de valor mais elevado serviram não somente para quitar dívidas e/ou vício, sobretudo, para capitalização para aquisição de drogas para comercialização, quando o informante descobre que traficar drogas era rentável.

O informante “ASP 1” argumenta que “traficante de verdade”, pelo menos os grandes traficantes, não gostam de praticar roubos à mão armada. Eles não têm o costume de envolverem-se na prática de pequenos crimes, quando o fazem optam por procedimentos mais rentáveis do ponto de vista financeiro, para a compensação de prejuízos com a perda de drogas pela ação das polícias. Para exemplificar, cita o caso de um indivíduo que, para saldar despesas com traficantes, resolve praticar um assalto a banco na cidade de Coração de Jesus, no Norte de Minas, localizada a oitenta e dois quilômetros da cidade de Montes Claros, o que culmina em sua prisão.

Para os informantes “ASP 1” e “ASP 2” o enfrentamento mais incisivo do tráfico, com apreensão de drogas, estimula diretamente a prática de outros crimes, como uma espécie de compensação aos prejuízos advindos da perda do produto nas apreensões das polícias.

Além do comportamento temporal das ocorrências relacionadas às drogas, é relevante à compreensão de que espacialização desses delitos por limitações metodológicas privilegiará apenas os últimos cinco anos (2010-2014). O padrão espacial da comercialização e uso de drogas evidencia uma repetição de áreas identificadas pelos bairros de origem tanto das vítimas, quanto dos acusados da prática de homicídios, áreas essas representadas, em sua grande maioria, pelas favelas.

Uma provocação possível sobre a espacialização das drogas liga a intencionalidade da ação policial aos locais de concentração de crimes relativos a essas substâncias, em que os locais de maior apreensão podem representar áreas em que o tráfico é conhecido e, por isso, para essas áreas voltam-se olhares e ações de intervenções.

No tocante à distribuição espacial dos crimes de drogas por bairros de maior incidência, o bairro São João desponta como o maior destaque com 8,4% do total de registros policiais, o Centro aparece em evidência na segunda colocação com 6,9%, seguido pelos bairros Santos Reis (4,6%), Morrinhos (3,9%), Major Prates (2,5%), São Judas Tadeu (2,4%) e Independência, Delfino e Esplanada (1,6% cada).

Os registros são mais frequentes nas sextas-feiras e sábados com mais de 30% nesses dois dias em horários entre 15h e 23h, compreendendo mais de 61% dos casos, existindo intensificação às 16h (7,5%) e às 21h (8%).

Pelo menos duas hipóteses para que o bairro Centro tenha apresentado destaque na incidência dos registros policiais sobre tráfico e uso de drogas podem ser apresentadas. A primeira refere-se à ideia de que um maior fluxo de pessoas cria oportunidades para práticas comerciais da droga, aumentando a visibilidade da fiscalização policial e possivelmente seu êxito na apreensão de substâncias ilícitas, usuários e traficantes. A segunda diz respeito à localização espacial do bairro, uma vez que a área central está entre os dois principais pontos de comercialização de drogas que são os bairros: Conferência Cristo Rei e Morrinhos (esses bairros foram apontados pelos informantes da pesquisa como os maiores pontos de comercialização de drogas da cidade).

Na foto 12 apresenta-se uma visão da região Norte a partir do bairro Morrinhos, com destaque para o Centro, Santa Rita e São José.

Foto 12 - Vista da região Norte a partir do bairro Morrinhos, com destaque para o Centro, Santa Rita e São José.



Autor: GOMES, P. I. J., abril/2016.

Convém frisar que apesar do bairro São João ter se destacado como o local preferencial para incidência dos delitos relacionados às drogas, tal fato se justifica pela influência que o bairro Conferência Cristo Rei exerce em seu entorno. Como este bairro guarda relação de proximidade com o bairro São João, e ao considerar-se a referência comercial no tocante à disponibilidade de drogas, é provável que as atenções policiais voltem-se para esse local aumentando a fiscalização e, conseqüentemente os registros policiais. Tais informações permitem fazer referência à formação de territórios do tráfico de drogas ilícitas em Montes Claros.



### 4.3 Territórios do tráfico de drogas ilícitas

Os informantes “ASP 1” e “ASP 2” auxiliaram na identificação dos territórios do tráfico como espaços de exercício de poder por parte dos traficantes na comercialização de drogas ilícitas. Em função do contexto recente das disputas entre as facções que comercializam drogas na cidade e por questões metodológicas, opta-se por um macro detalhamento dos espaços de exercício de poder representando com maior especificidade as duas principais facções (aquela do envolvido “IA” e a outra do envolvido “IIA”).

A delimitação precisa dos territórios do tráfico sustenta-se na percepção que os informantes fazem da área de atuação das facções, que é construída no cotidiano do trabalho policial apoiando-se no histórico dos acontecimentos de disputas entre as facções e suas possíveis motivações, nas delações de indivíduos presos e suas interpretações sobre a articulação e atuação dos grupos no espaço urbano.

Considerando a mobilidade das fronteiras territoriais do tráfico no tempo e a dificuldade por parte dos informantes em mapear as áreas de atuação das facções em anos distintos, escolhe-se uma construção que toma o ano de 2014 como referência.

Com base nas declarações dos informantes, as áreas de exercício de poder foram organizadas a partir de quatro territórios, como observado no Mapa 16. O primeiro foi denominado de “Território Neutro” e representa áreas da cidade em que a comercialização é livre, ou seja, independente da “bandeira” que o comerciante de drogas represente, ele pode vender seu produto sem se envolver em disputas com grupos rivais. Nesses territórios existe, por exemplo, a figura dos pequenos comerciantes que ora compram sua mercadoria com uma facção, ora com a outra.

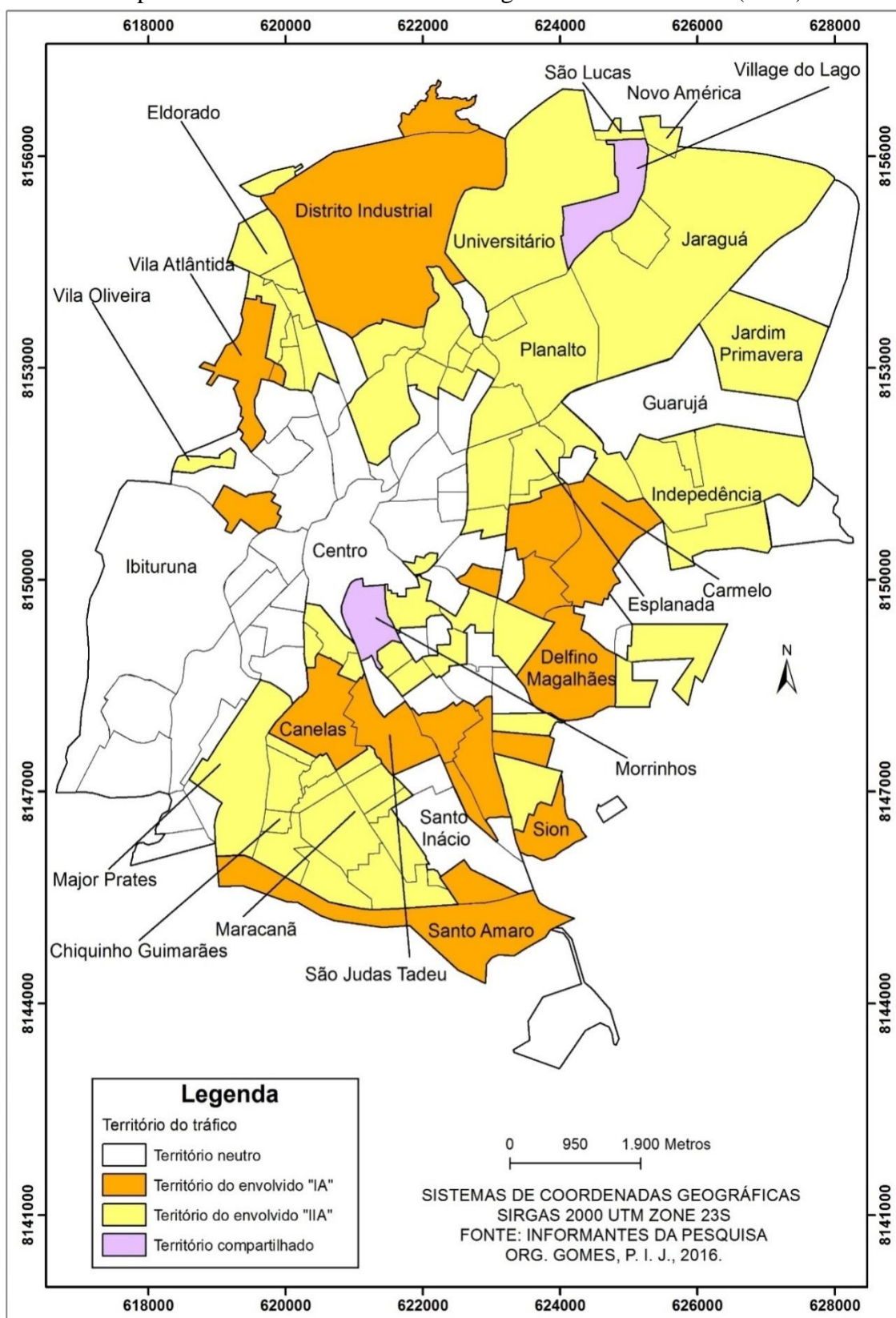
Para os informantes, esses pequenos traficantes não se envolvem diretamente nas disputas violentas por pontos de comercialização de drogas. Esse território é formado pelos seguintes bairros: Floresta, Guarujá, Vila Regina, Vila João Gordo, Raul José Ferreira, São João, Conferência Cristo Rei, Marciano Simões, São José, Lourdes, Regina Peres, Nossa Senhora de Fátima, Santo Antônio, Jardim Alvorada, Antônio Pimenta, Vila Luíza, Clarindo Lopes, Cristo Rei, Santo Inácio, Morada do Parque, Morada da Serra, Morada do Sol, Augusta Mota, Ibituruna, São Norberto, Funcionários, São Luís, Melo, Todos os Santos, Jardim Panorama, Barcelona Parque, Vila Antônio Narciso, Vila Brasília, Nossa Senhora Aparecida e Jardim Brasil.

O segundo, “Território do Envolvido IA”, representa as áreas em que o tráfico é exercido pela facção do “envolvido IA” ou por seus aliados (traficantes independentes). Esse

território é formado pelos seguintes bairros: Distrito Industrial, Bela Vista, Vila Atlântida, Vila Mauricéia, Monte Carmelo, Carmelo, Santa Lúcia, Monte Alegre, Delfino Magalhães, Santo Antônio II, Vila Sion, Doutor João Alves, José Carlos Vale de Lima, São Judas Tadeu, Canelas, Santa Rafaela e Santo Amaro.

Para o informante “ASP 1”, o envolvido “IA” chega a possuir um território bem maior que este representado no mapa 16, entretanto, em função das disputas e das estratégias empreendidas pelo envolvido “IIA”, houve uma rearticulação territorial e mudanças nas fronteiras do tráfico. Essa é uma colocação que evidencia a efemeridade e a temporalidade dos territórios do tráfico, as disputas não permitem perenidade na divisão territorial, como defendido por Souza (2005), uma que esses são móveis, fluídos e flexíveis.

Mapa 76 - Territórios do tráfico de drogas em Montes Claros (2014).



Fonte: Informantes da pesquisa. Org. GOMES, P. I. J., 2015.

O terceiro, “Território do Envolvido IIA”, são as áreas de atuação exclusiva do grupo de indivíduos que levantam a “bandeira” do grupo da facção “IIA”. Esse território é formado pelos seguintes bairros: Vila Castelo Branco, Jardim Eldorado, Santa Eugênia, Vila Áurea, Bela Paisagem, Vila São Francisco de Assis, Santos Reis, Vila Oliveira, Amazonas, Edgar Pereira, Alice Maia, Renascença, Tancredo Neves, Santa Cecília, Vila Tiradentes, JK, Universitário, Clarice Ataíde, Jaraguá, Jardim Primavera, Alcides Rabelo, Vera Cruz, Esplanada, Interlagos, Parque Pampulha, Independência, Vila Real, Acácias, Clarindo Lopes, Vila Anália, Conjunto Bandeirantes, Alto da Boa Vista, Jardim Palmeiras, Cintra, Santa Rita I e II, Sumaré, João Botelho, Roxo Verde, Cidade Nova Vila Guilhermina, Santo Expedito, Major Prates, Vargem Grande, São Geraldo, Chiquinho Guimarães, Mangues, José Corrêa Machado, Maracanã, Ciro dos Anjos, Joaquim Costa, Vila Greice, Vila Campos, Dona Gregória, Nossa Senhora das Graças, Alterosa e Itatiaia.

Dessa forma, nota-se que o território do envolvido “IIA” representa a maior área em termos de extensão. Vale lembrar que essa facção era menor, tendo como referência, inicialmente, a região da Vila Oliveira e em função das disputas e das estratégias de expansão acaba ganhando mercado de outros pequenos traficantes em distintos bairros da cidade.

O quarto território foi denominado de “Território compartilhado” ou neutro, representando áreas que, em 2015, constituíam áreas de exercício de poder, nas quais existe a atuação de traficantes das distintas facções. São áreas que estiveram em disputa, entretanto, atualmente os conflitos se reduziram. Essas áreas constituem exceção e são formadas apenas pelos bairros Morrinhos e Village do Lago.

A representação gráfica dos territórios do tráfico constitui uma leitura singular que envolve a interpretação da projeção que dois dos sujeitos informantes da pesquisa fazem sobre a realidade. Essa é uma territorialização subjetiva, dadas a dificuldade de se acessar informações sobre o assunto e a dinâmica envolvida no processo que movimentam as fronteiras em disputa na construção e reconstrução de territórios.

Além disso, existe uma capilaridade intensa de pequenos comerciantes de drogas, que se articulam para conseguir exercer influência compartilhada e/ou “clandestina” em distintos pontos. Isso significa que mesmo existindo áreas que, em tese, deveriam ser exclusivas, pequenos traficantes se arriscam comercializando drogas na área de outras facções.

A territorialização do Mapa 15 significa uma representação espacial de um momento específico dos acontecimentos, ensejando o reconhecimento de que a configuração

dos espaços de dominação das facções sofre modificações no tempo, mediante as representações simbólicas presentes nos distintos atores na disputa pelo poder.

Esse dinamismo dos territórios pode ser observado na narrativa do informante “A”, quando argumenta que foi celebrada uma trégua entre os traficantes, a partir da participação de uma mulher do PCC como mediadora das disputas, conforme mencionado anteriormente.

Sobre as facções, é relevante destacar duas situações colocadas pelo informante “EGRESS 2”. A primeira é que a perda de influência no bairro Morrinhos pelo envolvido “IA” que havia sedimentado seu poder de influência quando assassina o envolvido “IC”. Todavia, as disputas constantes fizeram com que o domínio sobre esse bairro passasse a ser exercido pelo envolvido “IIA”.

Atualmente, as disputas nesse território são menos intensas, em função da mediação que ocorre entre os indivíduos no Conferência Cristo Rei, favorecendo o compartilhamento dessa área entre os traficantes.

A segunda situação é que os personagens que representam os envolvidos “IA” e “IIA” não possuem mais o empoderamento de outrora, a renovação dos traficantes, em função das prisões e dos homicídios; a emergência de novos grupos que se fortalecem utilizando o espaço criado pelas antigas disputas e as novas redes de conexões, que garantiram drogas mais potentes e armas mais baratas, sintetizam alguns dos argumentos colhidos nas colocações do informante que enfatizam o enfraquecimento dos grupos.

Um exemplo do enfraquecimento das antigas facções, abstraído de uma das narrativas do informante “EGRESS 2”, é quando afirma que algumas pessoas estavam realizando uma “vaquinha entre a galera ‘traficantes’”, para pagar um advogado que entraria com um pedido de relaxamento de prisão de um “chefe” (traficante chefe da facção “IA”). Se esse traficante, que era o chefe de um grupo que enseja poder e dinheiro, e se esse grupo detém o poder que se imagina, seria mesmo necessária a complacência de seus comandados para um auxílio financeiro, a fim de garantir a sua liberdade? Não seria esse um indício da fragilidade da facção? Se existe de fato uma facção, sob a bandeira de um líder preso e que precisa de dinheiro para ser libertado, então, seria conveniente que o dinheiro fosse tirado dos negócios da facção.

Essa narrativa constitui um dos indícios do enfraquecimento dos grupos, além disso, o informante “ASP 1” alega que “da época dos envolvidos “IA” e “IIA” quem não está preso, está morto”.

Somado a essas duas questões que contextualizam o enfraquecimento das facções, tem-se o surgimento de novos grupos de comercialização de drogas que ocuparam os espaços deixados pelas disputas violentas. Tanto o informante “ASP 1”, quanto o “EGRESS 2” concordaram que atualmente indivíduos do bairro Ciro dos Anjos são agentes emergentes que colocam o território do tráfico em movimento.

A principal característica desse grupo são os laços de solidariedade forjados na infância que fazem com que os indivíduos permaneçam coesos, frente às adversidades encontradas no exercício do poder presente na comercialização de drogas ilícitas em Montes Claros.

#### **4.4 Perfil dos sujeitos envolvidos**

Tomando como referências as ocorrências relacionadas às drogas na cidade de Montes Claros (2010-2014), é possível contabilizar mais de 6.490 indivíduos detidos pelas polícias no período, sendo que alguns foram presos mais de uma vez. O percentual de reincidência dessas pessoas que possuem reiteradas ocorrências de drogas é de 82%. Dado que permite inferir que a política policial de enfrentamento às drogas e as ações preventivas de combate do problema não apresentam os resultados desejados.

A maioria é predominantemente homens (91,84%), pardos ou negros quase 83%, pouco mais de 30% são alfabetizados e outros 28% possuem apenas ensino fundamental incompleto, o que mostra a baixa escolaridade dos envolvidos. Aproximadamente oito em cada dez são solteiros. Isso permite inferir que a fragilidade nos laços de solidariedade torna mais suscetível à condição de vitimização nos crimes relacionados à posse, ao uso e à comercialização de drogas.

Quando se organiza as informações dos espaços de origem dos envolvidos, verifica-se que pouco mais de 20% dos acusados residem em apenas dez bairros da cidade. Destes, três bairros abrigaram nesse período mais de 10% de prisões e/ou apreensões por uso, posse, cultivo ou tráfico. A tabela 7 mostra as pessoas presas e/ou apreendidas por crimes relacionados às drogas em Montes Claros por bairros, as prisões ocorreram quando os suspeitos são maiores de 18 anos de idade.

Tabela 7 - Bairros onde há um maior número pessoas presas e/ou apreendidas por crimes relacionados a drogas em Montes Claros (2010-2014).

| Ranking               | Bairro                 | 2010        | 2011        | 2012        | 2013        | 2014        |
|-----------------------|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 1                     | Conferencia Cristo Rei | 97          | 136         | 97          | 54          | 40          |
| 2                     | Morrinhos              | 19          | 44          | 46          | 26          | 19          |
| 3                     | Santos Reis            | 28          | 34          | 20          | 11          | 17          |
| 4                     | Centro                 | 16          | 13          | 24          | 26          | 37          |
| 5                     | Santo Antônio II       | 11          | 8           | 36          | 37          | 23          |
| 6                     | Major Prates           | 15          | 19          | 35          | 24          | 11          |
| 7                     | Doutor João Alves      | 13          | 19          | 23          | 19          | 28          |
| 8                     | São João               | 21          | 18          | 12          | 8           | 9           |
| 9                     | Independência          | 3           | 12          | 21          | 16          | 14          |
| 10                    | Jardim Palmeiras       | 7           | 14          | 20          | 8           | 10          |
| <b>Demais bairros</b> |                        | <b>815</b>  | <b>1020</b> | <b>1351</b> | <b>1044</b> | <b>948</b>  |
| <b>Total</b>          |                        | <b>1045</b> | <b>1337</b> | <b>1685</b> | <b>1273</b> | <b>1156</b> |

Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org. GOMES, P. I. J., 2015

O bairro Conferência Cristo Rei destaca-se entre os demais, nele, em cinco anos, pouco mais de 420 casos relacionados às drogas foram registrados pela polícia. O bairro Morrinhos aparece em segundo lugar, com mais 150 casos, seguido do bairro Santos Reis com mais de cem casos.

A quantidade de casos de ocorrências relacionadas às drogas chama a atenção quando é considerada a pequena extensão territorial do bairro Conferência Cristo Rei e a quantidade de residências, que podem ser vistas na foto 13. Martins e Leite (2015), em pesquisa sobre crescimento de domicílios nas favelas realizada em Montes Claros, contabilizaram a existência de 581 domicílios no bairro Conferência Cristo Rei em 2010. Desconsiderando a reincidência e imaginando que o número de domicílios permanece constante, seria possível afirmar que em sete de cada dez residências existe um indivíduo que foi preso ou apreendido no período de cinco anos (2010-2014).

Foto 13 - Fotografia aérea do bairro Conferência Cristo Rei (Montes Claros) – 2016.



Autor: GOMES, P. I. J., abril/2016.

Para o informante “ASP 1”, os demais bairros que se destacaram na prisão de pessoas e apreensão de menores de idade, constituem áreas urbanas onde existem pontos de venda de drogas ou constituem “locais de passagem”, consideradas rede de conexão dos lugares, em que comumente são encontradas pessoas usando, portanto ou transportando drogas.

É possível dizer que dados sobre a concentração espacial das drogas em bairros específicos sugerem pelo menos três questões. A primeira diz respeito à condição de vulnerabilidade que cria oportunidade para maior envolvimento de pessoas oriundas das classes menos favorecidas da sociedade. A segunda questão é que existe uma criminalização das classes menos favorecidas, uma vez que não é razoável pensar que apenas favelados jovens, pardos e negros, com baixa escolaridade se envolvam em crimes relacionados às drogas. A terceira é que as informações oficiais induzem pensar na existência de um modelo de administração da defesa social orientado a replicar práticas sustentadas em estereótipos específicos para atuação policial, colocando em evidência um perfil socioeconômico que representa parte da realidade.

Se por um lado, a criminalização institucional da pobreza com o direcionamento de práticas repressivas a determinadas classes sociais rotula grupos vulneráveis como uma classe perigosa, por outro, a vulnerabilidade social, espaços de exclusão, estímulo ao consumo e o assédio ao mercado das drogas constituem variáveis que não justificam em si a criminalidade, sobretudo, auxiliam no levantamento de indícios e de hipóteses sobre o envolvimento do perfil identificado.



Para compreender a influência que o comércio de drogas exerce sobre os indivíduos, é necessário conhecer o quão rentável pode ser o negócio do tráfico. O informante “ASP 1” afirma que atualmente a droga mais rentável economicamente para quem vende é o Crack, por ser potente, altamente viciante e relativamente barata, sendo o produto mais acessível e comercializado na cidade.

O informante explica que um quilo de “Pasta Base” custa aproximadamente R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e essa quantidade pode ser “desdobrada”, transformando-se em até três quilos de Crack. Como um grama pode ser transformado em quatro pedras de Crack e cada pedra custa R\$ 5,00 (cinco reais), isso significa que com um investimento em um quilo de pasta base é possível faturar até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

A cocaína é uma droga muito rentável para o traficante, todavia, em função do preço, é mais restrita. O informante “ASP 1” alega que essa droga chega a custar aproximadamente R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) o quilo. Como um grama de cocaína é em torno de R\$ 20,00 (vinte reais), dependendo da sua pureza, o traficante pode faturar até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) com um quilo do produto.

A maconha, por sua vez, é uma substância mais acessível, uma carga de um quilo tem um custo aproximado de R\$ 800,00 (oitocentos reais). Como um grama custa em torno de R\$ 5,00 (cinco reais), o traficante chega a faturar R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) com a venda do produto.

Entretanto, os informantes ressaltaram que nem todos conseguem essa lucratividade com o tráfico em função dos valores representarem uma média para compras no atacado de fornecedores fora do espaço urbano de Montes Claros. Os pequenos traficantes compram sua mercadoria por preços variados, que não representam necessariamente essa lucratividade apresentada pelo informante “ASP 1”.

A dinâmica da circulação das drogas é intensa devido à capilaridade de pequenos grupos de comerciantes formados por pessoas que acreditam que conseguirão prosperar ou satisfazer suas necessidades pessoais com o lucro conseguido com o tráfico. Para o informante “ASP 2”, a dinâmica mais comum e alvo das ações policiais são os pequenos revendedores de drogas que, com um modesto conhecimento por parte dos consumidores, têm lucro aproximado de R\$ 300,00 (trezentos reais), em uma noite de movimento razoável, pela venda de entorpecentes.

As possibilidades de ganho são significativas, todavia, existem os custos operacionais. O informante “A” pondera que o negócio das drogas não é tão fácil, é necessário ter segurança (armas de fogo e pessoas), deve-se cuidar de familiares, de parceiros

presos, pagar “propina para polícia” e, há ainda que se considerar o fato de que a mercadoria pode ser apreendida e o dinheiro totalmente perdido.

A ideia da vulnerabilidade social enquanto condição para o envolvimento em crimes relacionados às drogas é uma falácia, uma vez que nem todo traficante é pobre, apesar de ser esse o perfil presente nos registros policiais. O informante “EGRESS 2” não era pobre, nunca morou em uma favela, estudava em uma boa escola, seus pais trabalhavam, sendo que um era, inclusive, funcionário público; enfim, possuía uma vida razoavelmente confortável, considerada de classe média, todavia, isso não foi suficiente para evitar seu envolvimento enquanto usuário.

O informante “EGRESS 2” afirma que sua inserção no mundo do tráfico de drogas acontece na adolescência. Inicialmente, a associação com amigos da infância ocorria no final de semana para consumir drogas. Nessa época, nos anos 1990, ele se reunia com amigos de infância para fazer uso de maconha e, como não dispunha de recursos financeiros suficientes para satisfazer o vício, o informante alega que praticava pequenos furtos e arrombamentos para comprar/trocar por drogas.

As drogas nesse período eram facilmente compradas no bairro Morrinhos e a utilização acontecia sempre na casa de amigos. O informante conta que a inserção no mundo do tráfico acontece por acaso, apesar dos pequenos furtos, nem sempre se conseguia levantar dinheiro ou fazer uma troca justa. Explica que alguns traficantes exploravam as trocas oferecendo uma quantidade de drogas desproporcional em relação ao produto do crime usado como moeda.

Em uma determinada ocasião, ouve que uma pessoa estava precisando do motor de uma motocicleta e que essa pessoa estaria disposta a pagar determinado valor por uma moto furtada. Diante da suposta proposta, o informante “EGRESS 2” furta a moto, vende para o indivíduo que precisava de um motor e consegue negociar a compra de uma quantia razoável de droga por um preço muito menor que o valor de mercado. Nas palavras dele: “a venda da motocicleta furtada foi suficiente para comprar pouco mais de um quilo de maconha”.

Como esse volume de droga era significativo para o consumo com seus amigos, durando algumas semanas, o informante começa a ser procurado por pessoas que, indicadas por seus colegas, estavam interessadas em comprar a droga. Logo, ele percebe que a comercialização do produto era altamente rentável e, a partir de então, começa a comercializar e profissionalizar-se como traficante.

Entretanto, como era viciado, consumia boa parte do produto que deveria ser comercializado. Além disso, nunca teve a preocupação de fazer qualquer tipo de investimento ou, nas palavras dele, “tudo que eu ganhava eu gastava com farras e mulherada”.

Uma situação utilizada para contextualizar o descontrole e o vício foi um carnaval que resolve passar na cidade de Januária, Norte de Minas Gerais, distante 170 quilômetros de Montes Claros. Como não tinha dinheiro para comprar drogas e comercializar durante o carnaval, ele resolve furtar um veículo automotor e trocar pela mercadoria, o informante alega que durante o carnaval vende e consume toda a droga que havia comprado. Segundo ele, o volume negociado e consumido era mais que suficiente para ser vendido durante um mês em Montes Claros e toda a mercadoria e o lucro conseguido foram utilizados durante a festa. Quando volta teve de praticar mais furtos para se capitalizar e comprar drogas para revender.

Outra informação relevante na narrativa do informante “EGRESS 2” foi a forma do pagamento das drogas, a mercadoria no varejo é adquirida mediante pagamento à vista e em pequenas quantidades. A droga no atacado é comercializada a partir do estabelecimento de uma relação de confiança, primeiro o revendedor recebe a droga e ganha um pequeno prazo para honrar o pagamento.

Ao contextualizar essa situação o informante “EGRESS 2” alega que, quando vendia drogas, abriu uma exceção para os universitários, vendendo o produto para receber no final de semana. A “venda fiado” permite acesso a um nicho de mercado que garantia certa exclusividade em função dos laços de confiança estabelecidos. Essa narrativa reforça a hipótese de que o perfil de vulnerabilidade identificado nos registros policiais podem não representar com exatidão as características dos envolvidos nos crimes relacionados às drogas.

Essas narrativas evidenciam que a aproximação com as drogas não constitui apenas uma opção por parte dos sujeitos envolvidos. É possível inferir que a questão é mais ampla envolvendo aspectos como interação cultural, desorganização socioespacial, vulnerabilidade social, refuncionalização de estruturas e processos urbanos e um modelo social de sucesso exigido como padrão a ser alcançado a qualquer custo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição entre o rural agrário e o urbano industrial no Brasil produz um quadro de profundas transformações socioeconômicas e culturais, trazendo desdobramentos no estilo de vida da sociedade.

No campo, o espaço é marcado por relações sociais primárias, em que é maior a aproximação entre os indivíduos, e baseia-se no conhecimento, na tradição e na confiança, existindo um controle social informal entre as pessoas que compartilham esse espaço. Essa situação não é exclusividade daqueles que vivem no campo, algumas pequenas cidades brasileiras guardam laços de solidariedade primários entre seus ocupantes, condição importante para o estabelecimento de vínculos que ampliam a sensação de segurança.

Ao contrário, nas metrópoles e nas cidades médias, o modo de vida urbano apresenta distanciamento entre as pessoas. Do ponto de vista da qualidade da interação social, as relações interpessoais são secundárias, baseadas na desconfiança, no medo e em disputas diversas, tais como a luta por melhorias nas condições de vida.

Um traço significativamente importante nas cidades brasileiras, na transição entre os séculos XX e XXI, foi o recrudescimento da violência, sobretudo, aquela manifestamente urbana representada pela criminalidade. Apesar de sempre ter existido como produto do atrito das relações interpessoais, a violência, em especial sua manifestação socioespacial urbana, tem se destacado por sua recorrência em determinados espaços.

O modo de vida urbano, a mobilidade, as novas formas de sociabilidade em rede, a intensificação das trocas interpessoais efêmeras dos perfis virtuais, enfim, as mudanças no padrão cultural produziram novas formas de observação e de relacionamento com o meio e com o outro. Essa nova sociabilidade reforça o anonimato, o medo e a violência, mudando a postura das pessoas, principalmente, nas metrópoles e nas cidades médias.

A escolha pela análise da violência urbana, categoria utilizada nesta pesquisa para instrumentalizar a discussão sobre o tráfico ilícito de entorpecentes, justifica-se por ser neste contexto que as disputas têm se intensificado, despertando o interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.

A violência possui conceitos multidimensionais, sendo demonstrada desde o assédio moral no ambiente de trabalho, pelo tratamento desrespeitoso entre casais, pelos crimes patrimoniais como furtos e roubos, até a violência capital, exposta pelos homicídios.

A representação das formas de violência a partir do tráfico de drogas é muito dinâmica e complexa, portanto, de difícil mensuração e compreensão em grande escala. Por esse motivo, as cidades de porte médio, com menor influência da metrópole minimizam os efeitos de interferências externas, situação que projeta a cidade de Montes Claros como recorte espacial.

Além disso, o crescimento repetido e desordenado, problemas ligados às desigualdades sociais e intensificação dos indicadores de violência, com destaque para os homicídios completam os motivos pela escolha dessa cidade.

A compreensão dos tipos, da utilização e até do contexto de proibição para usos de algumas das drogas que atualmente são consideradas ilícitas é relevante. Essas informações permitiram pensar o problema das drogas em um contexto mais amplo. Em outras palavras, esquiva-se das explicações tradicionais enquanto justificativas sobre a criminalização do uso e do comércio dessas substâncias. Ademais, a reflexão sobre a proibição auxilia na compreensão do tráfico enquanto um negócio como outro qualquer realizado por parte dos sujeitos em função da prática do tráfico de entorpecentes.

Diante da pluralidade das formas assumidas pela categoria violência, é que se opta por sua mensuração a partir da tipologia formal-legal, aquela utilizada pelos órgãos oficiais a partir de uma legislação específica que define uma conduta como criminosa. A utilização desse tipo de informação justifica-se por sua disponibilidade e pelos custos que outras fontes de mensuração da violência envolvem, como é o caso das pesquisas de vitimização.

A abordagem quantitativa, com base nos dados das polícias (Civil e Militar), permite observar que tanto em Minas Gerais, quanto em Montes Claros, a criminalidade se intensifica na transição da década de 1990 e início dos anos 2000. Os crimes violentos, em especial os roubos, aumentam entre 2000 e 2014, o “ICV” de Minas Gerais acumula um aumento superior a 47% e o de Montes Claros cresce mais 30%. A solução violenta dos conflitos interpessoais e a disputa entre facções rivais do tráfico colocam os homicídios em evidência em Montes Claros. Entre 2000 e 2014, a elevada taxa de homicídios foi de aproximadamente 87%.

A busca por explicações para o comportamento dos indicadores de criminalidade revela que, em função do modelo de gestão da segurança pública implantado a partir de 2003, a utilização dos dados oficiais sobre crimes em Minas Gerais deve ser cautelosa. Isso porque, além das limitações conhecidas nos dados oficiais, como a subnotificação e o subregistro, a mudança no modelo de gerenciamento da segurança pública cria novos padrões de registros,

induzindo procedimentos que fazem com que o indicador se distancie da realidade que deveria representar.

Por outro lado, por mais que as ocorrências policiais não garantam a isenção em algumas variáveis importantes para compreensão da criminalidade e da violência nas cidades brasileiras, os registros oficiais continuam sendo um repositório significativamente importante para coleta de informações que aproximam pesquisadores da realidade social.

Para discussão da violência, principalmente em sua perspectiva urbana, a utilização da categoria território mostra-se relevante pela sua capacidade de representar a apropriação do espaço sob a influência do poder.

O território, enquanto conceito-chave para a Geografia, é utilizado em grande medida pelas diversas áreas do conhecimento, em função de sua capacidade representativa na leitura da apropriação do espaço. Nesta pesquisa, as concepções sobre território auxiliam na compreensão da existência de lutas entre traficantes por ponto de venda de drogas e por poder.

As disputas envolvendo traficantes materializam as questões conceituais contempladas nas abordagens territoriais. Os traficantes utilizam-se, por exemplo, de uma base material do território para estabelecerem seus pontos físicos de venda de drogas. Além disso, utilizam a base simbólica ao sinalizarem para outros grupos a existência de uma fronteira que representa um espaço de exclusividade, onde integrantes de outras facções não são bem-vindos.

O poder exercido por uma facção e a recorrência de determinados crimes em alguns espaços da cidade de Montes Claros revelaram a existência de uma disputa violenta pela demarcação de fronteiras territoriais, sendo encontradas três evidências desse processo. A primeira, de quando os Paulistas situados no bairro Santos Reis tentaram dominar o tráfico na cidade no início dos anos 2000 em disputa com outros traficantes do bairro Santa Cecília. A segunda, de quando o envolvido IA, após assassinar seu gerente, tenta exercer monopólio no tráfico em algumas áreas, iniciando um confronto violento com integrantes da facção do envolvido IIA.

E a última ocorre quando o envolvido IV, ao ter o irmão assassinado, patrocina o enfrentamento entre as facções, momento em que foi observada a maior chacina da história da cidade no bairro Esplanada e foi quando os homicídios alcançaram suas maiores taxas: 2011 – mais de vinte e uma mortes para cada grupo de cem mil habitantes e em 2012 mais de vinte e cinco mortes para cada grupo de cem mil habitantes.

As disputas das facções existentes na cidade salientam a importância da temporalidade nas considerações sobre o território. A efemeridade das fronteiras estabelecidas por traficantes evidencia-se no tempo e no espaço em processos que alternam continuamente. O bairro Conferência Cristo Rei é um exemplo claro. Ao se considerar distintos momentos, é possível perceber uma fragmentação territorial representada pelas disputas entre as facções pelo principal ponto de venda de drogas da cidade. A unidade existente no bairro é quebrada em função da rivalidade e das disputas das facções, simbolicamente, a Rua José Ramos, apelidada por “Faixa de Gaza”, retrata a fronteira do território que separava uma facção sitiada à Rua Santo Inácio e a outra à Rua Santa Efigênia.

Essa fragmentação territorial no bairro Conferência Cristo Rei não existe mais. A rivalidade entre os indivíduos pode até existir, todavia, a disputa em que irmãos se matam não está mais presente. A paz mediada por uma mulher evidencia uma profissionalização do tráfico, afinal de contas as mortes são ruins para os negócios, uma vez que chama a atenção dos policiais.

Alguns apontamentos nesta tese salientam a relevância de estudos geográficos na compreensão da dinâmica da violência e da criminalidade. A utilização de mapas para representação de fenômenos distribuídos no tempo e no espaço é um deles. Entretanto, nem sempre as dinâmicas socioespaciais são consideradas para melhor compreensão das representações das formas de violência.

É possível observar, por exemplo, em Montes Claros, que o processo de descentralização urbana e a formação de núcleos secundários em bairros de maior dinamismo socioeconômico são acompanhados do recrudescimento da criminalidade violenta, em especial os crimes patrimoniais com mais de 90% dos crimes de roubos.

Esse é um processo relevante ao se considerar que a mudança do padrão espacial de concentração criminal no tempo segue uma orientação sustentada nas motivações individuais. Entretanto, ignora-se a influência que as estruturas urbanas possuem no processo de escolha, por parte dos indivíduos, sobre espaços privilegiados para a concentração dos crimes.

O processo de verticalização e a formação de espaços exclusivos, constituídos por condomínios verticais e horizontais, representam formas espaciais que têm contribuído para predileção de determinados espaços para prática de crimes, em detrimento de outros, em função da mudança que provoca no padrão de mobilidade e, conseqüentemente, na disponibilidade de alvos da ação criminosa.

A dinâmica criminal em Montes Claros, observada a partir dos mapas de densidade, permite perceber que os crimes violentos, em especial os roubos, orbitam espaços próximos à região central da cidade, aos núcleos secundários e às edificações com quatro ou mais andares, consideradas para exemplificar o processo de verticalização. O recorte da pesquisa de 2010 a 2014 evidencia que no bairro Centro estão mais 12% dos casos, seguidos do Todos os Santos (3,4%), São José (3,3%), São João (3,2%), Maracanã (2,6%), Edgar Pereira e Major Prates (2,4%).

Ao observar o padrão da criminalidade violenta e a localização das formas espaciais, é seguro afirmar que a refuncionalização de espaços, sobretudo, em bairros com maior dinamismo socioeconômico, a intensificação e a concentração da verticalização contribuem para modificar o padrão espacial da população e, consequentemente, a dinâmica da violência e da criminalidade.

Assim, é possível considerar que o crime é produto de uma escolha racional dos indivíduos, o arranjo espacial condiciona a dinâmica populacional, tanto em sua concentração, quanto em sua dispersão. Portanto, o arranjo espacial dos locais em que ocorrem a vitimização não pode ser ignorado na compreensão dos padrões de criminalidade ou mesmo no conjunto de motivações que tornam determinados espaços privilegiados.

Evidencia-se, em outra perspectiva, um estreitamento entre espaços reconhecidamente constituídos por favelas e a concentração espacial das mortes violentas. O destaque fica com os bairros Conferência Cristo Rei e São João com 6,3% das mortes cada, quando observados os registros de 2010 a 2014. A pequena extensão territorial do bairro Conferência Cristo Rei e o elevado percentual de mortes transformam este lugar no espaço mais violento da cidade quando o assunto é homicídio. Além desses bairros, Independência com 4,4%, Village do Lago II com 3,3% e Morrinhos com 3,0% dos registros, representam áreas violentas, marcadas por disputas interpessoais, que têm o homicídio como resultado.

O mapeamento das mortes violentas em Montes Claros e a interlocução com os sujeitos informantes da pesquisa permitem inferir que além do contexto de privações, próprias de espaços urbanos segregados, a organização de inúmeras territorialidades, com destaque para aquelas formadas pelo tráfico, contribui para que indivíduos com um perfil socioeconômico próximo se tornem tanto vítimas quanto autores de violência.

Assim, segregação, desigualdades e vulnerabilidades sociais representam variáveis a serem consideradas nos estudos que buscam desvendar as motivações do envolvimento de um perfil específico de sujeito identificado na pesquisa, qual seja, homens, solteiros, negros e pardos, com idade entre 17 e 29 anos e com baixa escolaridade. Na esteira



analítica das variáveis explicativas para o envolvimento desses jovens está a vulnerabilidade socioeconômica, precariedade socioespacial e a marginalização imposta pela sociedade.

A descentralização urbana e a formação dos núcleos secundários, favelização e verticalização representam formas espaciais que condicionam a concentração do fluxo de pessoas e de capitais modificando a dinâmica e a disponibilidade de alvos em potencial no espaço e no tempo. A contextualização desses processos e formas espaciais evidencia a importância da Geografia para compreensão da dinâmica da violência e da criminalidade.

Em outras palavras, é possível dizer que, se por um lado observa-se um esforço científico para explicar a criminalidade pelo viés sociológico, com destaque para as motivações individuais nas relações interpessoais, por outro, é na Geografia que sua representação se completa de significado. É bem verdade que o atrito das relações interpessoais produz a violência e o crime, entretanto, é lícito destacar que esses atos manifestam-se de forma e em espaços diferentes. Por isso, a compreensão das dinâmicas urbanas, as formas espaciais, condições econômicas, sociais e culturais são essencialmente relevantes para leitura das manifestações de violência no espaço urbano.

A abordagem qualitativa da pesquisa representa um desafio à parte. O mundo dos traficantes possui uma sinergia específica, a desconfiança é um sentimento visível, principalmente, nos egressos do sistema prisional. Na esfera dos profissionais de segurança, as abstrações de informações mais significativas estão vinculadas ao estabelecimento de vínculos mais consistentes para ampliar a confiança.

A aplicação de técnicas de pesquisa com vistas a facilitar a coleta de informações qualitativas que envolvem informantes sobre o tráfico de drogas deve ser flexibilizada durante a execução dos trabalhos, uma vez que nem sempre é possível sensibilizar os envolvidos sobre a importância da padronização e da sequência previamente planejada. Além do mais, é conveniente reconhecer que as projeções sobre o tráfico na perspectiva dos informantes, constituem interpretações dos leitores primários, ou seja, as análises são produto de um julgamento feito da leitura realizada por parte dos sujeitos da pesquisa.

A garantia do anonimato é extremamente relevante para se conseguir um mínimo de confiança com os informantes. O fato de ter utilizado um interlocutor para mediar o contato inicial amplia as possibilidades de sucesso na identificação de informantes que se dispuseram a participar da pesquisa.

As leituras que os informantes egressos fazem sobre o tráfico e sobre os traficantes nem sempre são consensuais, é possível perceber que existem interpretações

distintas para as mesmas narrativas, evidenciado em alguns momentos muito mais uma simpatia à determinada bandeira do tráfico.

No caso dos informantes profissionais a situação não é diferente. A influência de determinados fatos ou de determinados personagens na contextualização da violência não é vista da mesma forma. É provável que a experiência profissional e a forma como o profissional se apropria da questão da violência e do tráfico podem modificar a maneira de se compreender e expor os acontecimentos.

Em alguns momentos, observa-se que o discurso apresentado pelos policiais sinaliza para existência de uma rivalidade, uma disputa entre eles para o reconhecimento individual na identificação e/ou prisão de suspeitos, ao invés de uma construção coletiva que pudesse contribuir para o funcionamento da instituição enquanto conjunto. Verifica-se durante as conversas uma compartimentação das informações qualitativas.

Com base nas informações quantitativas e, principalmente, na contextualização produzida pelas narrativas dos informantes, é possível atingir os objetivos propostos pela pesquisa. Nota-se o cumprimento do objetivo geral que é analisar a dinâmica do tráfico de drogas ilícitas a partir das concepções de território, observando em que medida a apropriação do espaço contribui para uso da violência nos conflitos sociais, tendo em vista, a relação estabelecida entre as mortes de indivíduos vinculadas ao tráfico.

Fica evidenciada a existência de duas facções que dominaram as disputas de poder e os pontos de comercialização de drogas, utilizando da violência para demarcação de suas fronteiras, garantindo, assim, as estratégias de apropriação do espaço.

Quanto aos objetivos específicos, o primeiro que era construir uma possível hierarquização do território a partir das áreas de atuação das facções criminosas que atuam na cidade de Montes Claros também foi alcançado através da construção do mapa sobre os territórios do tráfico. É relevante considerar que a territorialização apresentada é precária e parcial, uma vez que foi construída com base na análise feita a partir da leitura que alguns atores envolvidos fazem sobre a realidade que vivenciam.

Além disso, a territorialização apresentada ignora uma sensível capilaridade do poder existente em outros grupos de traficantes da cidade de Montes Claros que, por questões metodológicas e por insuficiência de informações consistentes, não foi detalhada.

Esse objetivo específico auxilia no alcance de outro, o de estabelecer relações entre a espacialização dos delitos criminais e territórios do tráfico de drogas na cidade de Montes Claros, identificando a área de atuação dos distintos grupos que exercem o tráfico de drogas ilícitas, territorializando, inclusive, sua área de influência.

Em relação aos homicídios foi possível estabelecer relação entre as mortes violentas e as facções. Dois exemplos são emblemáticos, o primeiro é observado nas disputas entre traficantes do bairro Conferência Cristo Rei, onde se tem de um lado a facção do envolvido “IA” e do outro o grupo do envolvido “IIA” que, na tentativa de se apropriar do espaço da primeira, produz confrontos violentos. O segundo exemplo pode ser observado no bairro Esplanada, quando o envolvido “IIIA”, após o assassinato do irmão, passa a patrocinar uma das facções, acirrando ainda mais as disputas entre os dois principais grupos de traficantes da cidade.

Entretanto, não foi plausível estabelecer a correlação entre a criminalidade em geral com os crimes violentos e áreas de atuação das facções. Os traficantes que atuam no atacado parecem não se envolverem em crimes de pequena monta como furtos e pequenos roubos. E quando resolvem participar de algo maior, geralmente atuam via financiamento da empreitada, sem envolvimento direto. Os traficantes, de um modo geral, são pessoas conhecidas no meio policial e por esse motivo constituem alvos preferenciais da ação dos agentes de segurança, atraindo uma atenção prejudicial à prática de crimes.

Por outro lado, fica evidente que alguns traficantes cometem sim crimes patrimoniais para saldar dívidas e até mesmo para comprar drogas para revender. Entretanto, não há entre os traficantes acordos no sentido de exclusividade de áreas para a prática de crimes diversos. Esse tipo de acerto parece existir apenas para a comercialização de drogas, isso significa que as territorialidades estabelecidas por eles, a rigor, aplicam-se aos pontos de comercialização de drogas e não às áreas preferenciais às práticas de roubos e outros crimes. Por esse motivo, a relação entre o tráfico e territórios específicos da prática de crimes violentos patrimoniais não apresentaram correlação positiva.

E, por fim, o último objetivo específico da pesquisa que é: estabelecer relação entre a espacialização dos delitos criminais, os territórios do tráfico de drogas e as transformações socioespaciais na cidade de Montes Claros foi atingido.

Fica assim evidenciado que as duas principais facções do tráfico de drogas da história recente da cidade de Montes Claros não possuem mais o empoderamento simbólico que apresentaram outrora. As disputas entre facções culminaram em prisões, mortes e fuga de alguns integrantes, dissolvendo a capacidade de articulação e o poder dos grupos. Entretanto, o tráfico de drogas é complexo e dinâmico e nos espaços deixados pelos grupos que disputavam o poder, novos personagens despontaram, protagonizando novas disputas que rearticulam o território imprimindo movimento em suas fronteiras.

Compreender a predileção da reincidência de crimes em determinados espaços, em detrimento de outros, sem uma leitura sobre as transformações das formas e dos processos espaciais no tempo, representa uma leitura precária, que ignora a base material que transporta a intencionalidade do imaginário dos agressores para a realidade social.

A inserção da leitura geográfica para compreensão da dinâmica criminal permite uma interpretação que supera a mera identificação de lugares. A Geografia, com suas categorias de análise, contribui para contextualização da leitura, de modo a revelar indícios que condicionam a apropriação dos sujeitos em espaços preferenciais à prática de crimes.

Ressalta-se que pesquisas promissoras e complementares à influência exercida pelos processos e formas espaciais urbanas no contexto da violência, do tráfico e da segurança pública são aquelas que transformam em objeto de estudo a escolha racional dos agressores para o território de atuação. Um levantamento qualitativo com autores dos crimes de roubo, por exemplo, pode auxiliar tanto pesquisadores, quanto policiais a compreenderem outras variáveis no complexo arcabouço: causas para o crime, para a criminalidade, enfim, para as variadas formas de violência.

Outra análise não menos relevante e que se constitui como limitação à pesquisa é a compreensão da rede do tráfico de drogas em perspectiva holística observando, inclusive, a origem e a roda dos entorpecentes até chegar ao mercado consumidor. Dessa forma, fica evidenciada, por exemplo, a influência de traficantes da Cidade de Padre Carvalho-MG e sua conexão com fornecedores de São Paulo e do Paraná no tráfico de drogas em Montes Claros, demonstrando que a trama que envolve a rede pode ser maior e mais complexa, ensejando um olhar mais aprofundado por parte de pesquisadores que se interessem por essa temática.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Bernardo Starling. “Idade doida a pedra”: configurações históricas e antropológicas do crack na contemporaneidade. In: Saporì, Luiz Flávio; Medeiros, Regina. (org.) **Crack: um desafio social**. Belo Horizonte: Ed PUC Minas, 2010, p 13-37.
- ANASTASIA, Antônio A. Antecedentes e Origem do Choque de Gestão. In GUIMARÃES, Tadeu Barreto, MARINI, Caio, MARTINS, Humberto Falcão e VILHENA, Renata. (orgs.). **O Choque de Gestão em Minas Gerais**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2006, p. 14-17.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ANDRADE, Scheilla C. P. **Polícia bipartida: uma reflexão sobre o sistema policial mineiro**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro/Escola de Governo, Belo Horizonte, 2006.
- ANGEL, P., Richard, D., e Valleur, M. **Toxicomanias**. Lisboa: Climepsi, 2002.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Poder e violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A condição humana**. 11. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BAILEY, Trevor C.; GATREL, Anthony C. **Interactive spatial data analysis**. London: Longman;1995.
- BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. **O homicídio em quatro regiões metropolitanas brasileiras: dados do sistema de informações sobre mortalidade**. In: Reunião da ANPOCS, 22, 1998, Caxambu. Anais... São Paulo: ANPOCS, 1998.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.13, n.37, p.74-89, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Crime e Cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves; REIS, Ilka Afonso. **Desigualdade, desenvolvimento sócio econômico e crime**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1998.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves. REIS, Ilka. Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime. in: HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro. São Paulo: IPEA, 2000.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves, ANDRADE, Mônica Viegas, PEIXOTO, Betânia Totino. **Crime, oportunidade e vitimização**”. Revista Brasileira de Sociologia, 19, 55:73-84, 2004.

BIZZOTO, Antonieta G. A luta do craqueiro embaraçado entre a fissura e a intoxicação. In: **Crack: um desafio social**. Org. Luiz Flávio Saporì & Regina Medeiros. Belo Horizonte: Ed PUC Minas, 2010. p. 125 - 144

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. **Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública. Estatísticas Criminais**. Disponível em: <https://www.sinesp.gov.br/estatisticas-publicas>. Acesso em: 27 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

CATÃO, Yolanda. Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização: Uma primeira leitura sobre os dados. In: PINTO, Andréia Soares; CAMPAGNAC, Vanessa (Org.). **Pesquisa de condições de vida e vitimização – 2007**. Rio de Janeiro: ISP, 2008, p. 189-204.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: Chauí M, Cardoso R, Paoli MC, organizadores. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores; 1985. p. 25-62.

CLOWARD, Richard A. OHLIN, Lloyd E. Delinquency and Opportunity: A Theory. Richard Quinney. **The Social Reality of Crime**. Boston: Little, Brown, 1970.

COHEN, Laurence E. FELSON, Marcus. “Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity approach”. In: **American Sociological Review**, vol. 44, 1979. (588-608).

COHEN, Lawrence E; MACHALEK, R. (1988) “A general theory of expropriative crime: an evolutionary ecological approach”. In: *American Journal of Sociology*, vol. 94, No 3. (465-501).

CORRÊA, Roberto Lobato. A organização Regional do Espaço Brasileiro. In: **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 3ª ed. p. 197-210.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Valéria A. M. et al. **O processo de verticalização e as transformações no espaço urbano da cidade média de Montes Claros – MG**. 8º Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão da Unimontes. Montes Claros, volume 8, set de 2014. Disponível em <>. Acesso em 28 de maio de 2015.

CRESPO, Matheus Pepe. **Um estudo sobre o conceito de território na análise geográfica**. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA, 3, SEMANA DE CIÊNCIAS HUMANAS, 6, Rio de Janeiro, RJ, 2010. Anais... Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/ENGEO/article/view/1680/863>> .Acesso em: 22 de abril de 2016.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Novos paradigmas para o desenvolvimento regional. 1999. Disponível em: <[http://www.dge.uem.br/geonotas/vol3-1/](http://www.dge.uem.br/geonotas/vol3-1/dala.html)

dala.html>. Acesso em 25 de abril de 2016.

DEMO, Pedro. Pesquisa e Construção de Conhecimento - Metodologia científica no caminho de Habermas. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1994.

DESLANDES, Suely F. Drogas e vulnerabilidade às violências. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza & SOUZA, Ednilsa Ramos de (Org). **Violência Sob o olhar da saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 3ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1963.

ESCOHOTADO, Antônio. **O livro das drogas: uso e abuso, desafios e preconceitos**. São Paulo: Ed. Dynamos, 1997.

\_\_\_\_\_. **História elementar das drogas**. Lisboa: Antígona, 2004.

ESRI. **ArcGIS Manuals**. Redlands: ESRI, 2006.

ESTEFAM, André. Direito penal 1: parte geral. Imprensa: São Paulo, Saraiva, 2008.

FELIX, Sueli Andruccioli. **Geografia do Crime**. São Paulo. Revista de Geografia: Editora UNESP. V13, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

FRANÇA, Iara Soares de. **A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Instituto de Geografia, 2007. Disponível em [http://www.bdtd.ufu.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=958](http://www.bdtd.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=958) acesso maio 2010.

FROMM, Erick. **Coração do Homem: seu gênio para o bem e para o mal**. Tradução de Octávio Alves Velho. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981

Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Perfil demográfico do Estado de Minas Gerais - 2002**. Belo Horizonte, 2003.

\_\_\_\_\_. Centro de Estatística e Informações. **Informativo PIB – Municípios MG 2010**. Belo Horizonte, 2010.

\_\_\_\_\_. Centro de Estatística e Informações. **Informativo PIB – Municípios MG 2010 a 2013**. Belo Horizonte, 2014

GALBRAITH, J. Kenneth. **Anatomia do poder**. São Paulo: Pioneira, 1999.

GELLNER, Ernest; NISBET, Robert; TOURAINE, Alain. **Dicionário do Pensamento Social. Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

GOLD, R.L. Roles in sociological field observations. *Social Forces*, v.36, n.3, p.217-223, mar. 1958.

GOMES, Fernanda Silva. **Discursos Contemporâneos sobre Montes Claros: (re) estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais**. Dissertação. Escola de Arquitetura da UFMG. Belo Horizonte - MG. 2007. 182p.

GOMES, Luiz Flávio (coord) [et al]. **Lei de drogas comentada artigo por artigo: Lei 11.343/2006, de 23.08.2006**. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. INEM, Clara Lúcia (org.). Os sintomas e as particularidades do sujeito. In: **Drogas e uma visão contemporânea**. Rio de Janeiro: Imago, 1993

GOMES, Pedro Ivo Jorge. **Reação Social e vitimização em Montes Claros/MG: Um diagnóstico do perfil das vítimas de crime e da subnotificação entre junho de 2008 e julho de 2009**. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – Unimontes. Montes Claros – MG. 2010. 136p.

GOTTFREDSON, Michael R., & HIRSCHI, Travis. **A general theory of crime**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1990.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*. V2. Nr. 3. 2012. Disponível em <http://agbcampinas.com.br>. Acesso em 23/04/2016.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização a Mutiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Identidades Territoriais**. In: ROSENDAHL, Zeny.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 169-190.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Des-caminhos e perspectivas do Território**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, Milton. BECKER, K. B. (Orgs.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 3. ed. 2011. p. 43-72.



HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3.ed.rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1992, 224p.

HARVEY, David. **A produção do espaço capitalista**. São Paulo: Annablume, 2003.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss. Objetiva., 2001.

IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO 1991, 2000, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LESSA, Simone Narciso. **Trem de ferro: do cosmopolitismo ao sertão**. 1993. 244 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade de Campinas, Campinas, 1993.

LEITE, Marcos Esdras. **Década de 70: A imigração e o caos urbano em Montes Claros**. Iniciação à história, Montes Claros. V.2, n.2. 1996.

\_\_\_\_\_. **Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano: o caso da cidade de Montes Claros/MG**. Uberlândia, 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2006.

LEITE, Marcos Esdras. Mapeamento das favelas de Montes Claros-MG. In: XI Encontro de geógrafos da América Latina, 2007, Bogotá. - anais em CD rom, 2007.

MAGALHÃES, Carlos Augusto Teixeira. **Crime Sociologia e Políticas Públicas**. Belo Horizonte, Editora Newton Paiva, 2004.

MAGALHAES, Antônio Carlos Silva. **Novas experiências de políticas públicas para o controle da criminalidade e da violência no Brasil**. REBESP, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 14-32, jan./jul. 2013

MARINHO, Ernandes Reis. **As relações de poder segundo Michel Foucault**. E-Revista Facitec, v.2 n.2, Art.2, dezembro 2008.

MEDEIROS, Regina. Clínica e croni (cidade): impactos do uso/abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toximania. In: **Crack: um desafio social**.Org. Luiz Flávio Saporì & Regina Medeiros. Belo Horizonte: Ed PUC Minas, 2010. p.165-218

MELGAÇO, Lucas de Melo. O uso do território pela violência. In: SOUZA, Maria Adélia (org.). **Território Brasileiro: Usos e Abusos**. Campinas: Edições TERRITORIAL, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Geografia do Atrito: dialética espacial e violência em Campinas-SP**. 2005. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia Humana. FFLCH – USP. São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança.** Instituto de Geografia. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo, 2010. 274 p.

MENDOÇA FILHO, Frederico Policarpo de. O usuário e a nova lei d drogas: apontamentos preliminares para pesquisa. In: **Conflitos, direitos e moralidade em perspectiva comparada.** Vol II. Org. Roberto Kant de Lima, Lúcia Eilbaum e Lenin Pires. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MERTON, Thomas. **Sociologia: Teoria e estrutura.** São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, O. C.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Miller (1970)

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. As pesquisas de vitimização e a formulação de políticas públicas. In: **Reflexões sobre segurança pública e justiça criminal numa perspectiva comparada.** Roberto Kant de Lima... [ET al.] organizadores. – Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana.** Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

\_\_\_\_\_. **Malandros, marginais e vagabundos.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

MORAIS, Paulo César de Campos. **Drogas e Políticas Públicas,** 2005. 306 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MOREIRA, Raquel Ribeiro. **A designação de violência em dicionários de língua.** Fragmentum (UFSM) , v. 33, p. 40-48, 2012.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de (et al ). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas Gerais.** Montes Claros: Unimontes, 2000.

OLIVEIRA, Giovane Rodrigues de. **Tráfico de drogas na cidade de Montes Claros: Dinâmica, Prevenção e Repressão.** Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2011. 91 f. Monografia ( Especialização em Segurança Pública) - Academia de Polícia Militar e da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, Ricardo dos Santos. FRANÇA, Iara Soares de. Dinâmica imobiliária e expansão urbana em Montes Claros – MG: estudo dos condomínios horizontais e a verticalização. Montes Claros: Unimontes, 2012. Disponível em <[http://unimontes.br/arquivos/2012/geografia\\_ixerg/eixo\\_urbano/dinamica\\_imobiliaria\\_e\\_expansao\\_urbana\\_em\\_montes\\_clarosmg\\_estudo\\_dos\\_condom%C3%ADnios\\_horizontais\\_e\\_a\\_.pdf](http://unimontes.br/arquivos/2012/geografia_ixerg/eixo_urbano/dinamica_imobiliaria_e_expansao_urbana_em_montes_clarosmg_estudo_dos_condom%C3%ADnios_horizontais_e_a_.pdf)>. Acesso em 04 de novembro de 2014.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**. Porto Alegre: Editora Artes Medicas Sul, 1993.

PAULA, Hermes Augusto de. **Montes Claros: sua história, sua gente seus costumes**. 2ª Ed. Montes Claros, 1979.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis: Vozes, 2006.

PEREIRA, Anete Marília; LEITE, Marcos Esdras. **A expansão urbana de Montes Claros e a questão da centralidade: notas para reflexão**. Anais do V Encontro Regional de Geografia: 11 Região e Lugares: Novos Tempos, Outros desafios, Montes Claros/MG, Outubro de 2004. CD-ROM.

PEREIRA, Anete Marília, SOARES, Beatriz Ribeiro. **Urbanização e pobreza na região norte mineira: considerações preliminares**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2005b. 1 CD-ROM.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região: O significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2007. 351p.

PEREIRA, André Luiz G. **Análise espacial da criminalidade no Espírito Santo e em Vitória**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Economia do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo. 2010. 176p.

PINHO, Breno A. T. D. de. ROCHA, Alane Siqueira. BRITO, Fausto. **Distribuição espacial da população em Minas Gerais: Uma análise sobre a pobreza**. Diamantina: Cedeplar, 2014.

PIRES, Lenin. **Efetivos Policiais no Brasil: uma reflexão sobre validade de dados estatísticos e técnicas de pesquisas**. In: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 2, 2008.

POIARES, Carlos Alberto. **A contribuição para uma análise histórica da droga**. In: Toxicodependências. 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

REIS, Luís Carlos Tosta dos. **Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto na Grande Vitória – ES**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2007.

SACK, Robert. **The human territoriality - its theory and history**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986. 400 p.

SAMPAIO, Ângelo Augusto Silva; ANDERY, Maria Amália Pie Abib. Comportamento Social, Produção Agregada e Prática Cultural: Uma Análise Comportamental de Fenômenos Sociais. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília: Jan-Mar 2010, Vol. 26 n. 1, pp. 183-192.

SAPORI, Luiz Flávio. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SAPORI, Luiz Flávio, et al. **A problemática do Crack na sociedade brasileira: o impacto na saúde pública e na segurança pública**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais-PUC. Belo Horizonte, 2010.

SAPORI, Luís Flávio; ANDRADE, Scheilla Cardoso P. de. **Integração policial em Minas Gerais: Desafios da governança da política de segurança pública**. Civitas, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 428-453, set.-dez. 2008.

SAPORI, Luiz Flávio; SENA, Lúcia Lamounier; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. A relação entre o crack e a violência urbana na região metropolitana de Belo Horizonte. In: **Crack: um desafio social**. Org. Luiz Flávio Saporì & Regina Medeiros. Belo Horizonte: Ed PUC Minas, 2010. SANTOS, Adriano Alves dos. **Lei de drogas – evolução histórica e legislativa no Brasil**. 2010. Disponível em: [www.jurisway.org.br](http://www.jurisway.org.br). Acesso em 20 de agosto de 2011.

SANTOS, Milton. **O lugar Encontrando o Futuro. Conferência de abertura do Encontro Internacional: Lugar, Formação Sócio Espacial, Mundo**. São Paulo. Anpege. Departamento de Geografia da USP. 1994.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpressão. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton et al. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton; Souza, Maria Adélia A; SILVEIRA, Maria L. **Território, Globalização e Fragmentação**. 5ª ed. SP: Hucitec Anpuz, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

\_\_\_\_\_. In: Revista Geográfica da América Central. Costa Rica, p. 1-16, II semestre de 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/3039> Acesso em 22 de abril de 2016.

SILVEIRA, Helaine Silva da. Et.all. **Efeitos das drogas lícitas e ilícitas na percepção de adolescentes: uma abordagem de enfermagem.** Revista de Enfermagem, UERJ, Rio de Janeiro, 2013 dez; 21(esp.2): 748-53.

SILVERMAN B. W. Density Estimation for Statistics and Data Analysis. London: Chapman & Hall, 1986.

SOARES, Andréia; BORGES, Doriam; CAMPAGNAC, Vanessa. A Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização de 2007: notas metodológicas. In: PINTO, Andréia Soares; CAMPAGNAC, Vanessa (Org.) **Pesquisa de condições de vida e vitimização – 2007.** Rio de Janeiro: ISP, 2008, p. 10-32.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Clima de Guerra Civil? Violência e Medo nas Grandes Cidades Brasileiras.** In: Edu Silvestre de Albuquerque (Org). **Que País é Este?** Pensando o Brasil Contemporâneo. São Paulo: Ed. Globo, 2005, p.

\_\_\_\_\_. **As drogas e a "questão urbana" no brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos.** IN: Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Comes e Roberto Lobato Corrêa (organizadores). Brasil: Questões Atuais Da Reorganização Do Território, 5ª edição, BERTRAND BRASIL, 1996. p.419-164.

\_\_\_\_\_. **O desafio metropolitano – Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.** Rio de Janeiro, Editora Betrand Brasil, 2000. 366 p.

SANTOS, Milton. **Território globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao Lugar.** São Paulo: Edusp, 2012.

\_\_\_\_\_. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1995. pp.77-116.

SOUZA JUNIOR, Xisto Serafim de Santana. **A desconcentração dos eventos de violência urbana no Brasil e sua influência nas redefinições das cidades intermediárias: o caso de Campina Grande – PB.** XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: UERJ, 2013. < Disponível em [http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT14\\_xisto.pdf](http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT14_xisto.pdf)>. Acesso em 19 de março de 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana.** Revista Território, Rio de Janeiro, ano III, nº 4, jan./jun., 1998. p. 27 – 37.

\_\_\_\_\_. **Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil.** Revista Educação e Pesquisa, vol.27, no.1, p.87-103 . Junho 2001

SPOSITO, Eliseu Savério. **Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná.** In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E.

S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

VALVERDE, Rodrigo Ramos. **A metáfora da guerra**. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado em geografia UFRJ/PPGG, 2002. 105 p.

VILHENA, Renata et al. **O Choque de Gestão em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2011: Os Jovens do Brasil**. /Júlio Jacobo Waiselfisz. - São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: 2011. Disponível em: <<http://www.sangari.com/mapadaviolencia>> acesso em 12 de abril 2015.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2012: Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil**. /Júlio Jacobo Waiselfisz. - São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: 2012. Disponível em: <<http://www.sangari.com/mapadaviolencia>> acesso em 12 de abril 2015.

\_\_\_\_\_. *Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2014 os jovens do Brasil**. Brasília, DF. Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional da Juventude; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil\\_Preliminar.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf)> acesso em 10 de abril de 2015.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. Trad. Marina Corrêa Treuherz. In.: VELHO, O. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 90-113. Título original: Urbanism as way of life. Wolfgang e Ferracuti (1970).

ZAUBERMAN, Renée. As pesquisas de vitimização na França. In: **Reflexões sobre segurança pública e justiça criminal numa perspectiva comparada**. Robert Kant de Lima... [ET al.] (org.). - Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008.

## ANEXO A

### Roteiro de entrevista semiestruturada com os egressos do sistema prisional

Após a apresentação dos objetivos da pesquisa foram feitos os seguintes questionamentos:

- 1) Idade
- 2) Ocupação profissional atual
- 3) Estado civil
- 4) Possui filhos? Quantos?
- 5) Escolaridade
- 6) Renda
- 7) Idade no momento da prisão.
- 8) Motivo da condenação (crime cometido)
- 9) Tempo que cumpriu pena privativa de liberdade
- 10) Como aconteceu o envolvimento com a criminalidade
- 11) O comércio de drogas é responsável pela ocorrência de outros crimes como aqueles relacionados ao patrimônio?
- 12) Quais são as principais áreas de comercialização de drogas na cidade?
- 13) Existe ou existiram de facções de traficantes em Montes Claros?
- 14) O comércio de drogas é responsável por mortes na cidade? Quantas mortes? Por que você acredita nisso?
- 15) Atualmente existem facções de traficantes atuando para monopolizar a comercialização de drogas na cidade?
- 16) Existe uma política que delimita áreas específicas para comercialização das drogas?
- 17) Comerciantes de drogas mandam matar seus concorrentes?
- 18) Você conhece alguém que foi morto em função do tráfico de drogas? Qual sua relação com a vítima? Por que a vítima foi morta?
- 19) Quanto ganha aproximadamente comerciantes de drogas?

## ANEXO B

### Roteiro de entrevista semiestruturada com os agentes de segurança pública

Após a apresentação dos objetivos da pesquisa foram feitos os seguintes questionamentos:

- 1) Idade
- 2) Tempo de profissão
- 3) Estado civil
- 4) Possui filhos? Quantos?
- 5) Escolaridade
- 6) Renda
- 7) Existe tráfico de drogas em Montes Claros? Quando esse comércio iniciou?
- 8) O tráfico é responsável por pequenos crimes que acontecem na cidade?
- 9) Os traficantes determinam espaços específicos onde os crimes podem ser praticados?
- 10) O tráfico é responsável por homicídios na cidade?
- 11) Qual o percentual das mortes pode ser associadas ao tráfico de drogas?
- 12) Qual a principal motivação das mortes associadas ao tráfico?
- 13) Existem facções de traficantes em disputas por pontos de comercialização de drogas na cidade? Quantas são estas facções?
- 14) Quais os principais pontos de comercialização de drogas na cidade?
- 15) Financeiramente o tráfico compensa? Qual a renda de um traficante mediano?